

**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE LETRAS
MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

**GRAMATICALIZAÇÃO DE ATÉ:
USOS NA LINGUAGEM PADRÃO DOS SÉCULOS XIX E XX**

NITERÓI
2007

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

**GRAMATICALIZAÇÃO DE ATÉ:
usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX**

Trabalho Terminal (Dissertação) apresentado ao Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dr^a. MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA

**NITERÓI
UFF
2007**

Ficha Catalográfica elaborada na Biblioteca Central do Gragoatá

R789 Rosário, Ivo da Costa do.
Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos
séculos XIX e XX / Ivo da Costa do Rosário. – 2007.
215 f.
Orientador: Mariangela Rios de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Letras, 2007.
Bibliografia: f. 207-215.

1. Funcionalismo (Linguística). 2. Língua Portuguesa – Gramática.
I. Oliveira, Mariangela Rios de. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Letras. III. Título.

IVO DA COSTA DO ROSÁRIO

**GRAMATICALIZAÇÃO DE ATÉ:
usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX**

Trabalho Terminal (Dissertação) apresentado ao
Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre. Área de concentração:
Língua Portuguesa.

Aprovada em abril de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a. MARIA MAURA CEZARIO
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a. JUSSARA ABRAÇADO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a. VIOLETA VIRGINIA RODRIGUES (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a. VANDA MARIA CARDOZO DE MENEZES (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

NITERÓI
UFF
2007

Aos meus pais,
pelo incentivo e pelo amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter sido o meu grande Mestre desde o início de minha existência

De modo especial, à Prof^a Dr^a Mariangela Rios de Oliveira, orientadora e amiga, por sua capacidade intelectual e interlocução segura e atenta.

Aos membros da banca, também meus professores, pela diligência e zelo na condução dos trâmites finais de minha pós-graduação.

Aos colegas do Mestrado, em especial, Ivone, Beatriz, Tatiana, Lucineide, Geisa e Carmelita.

Aos funcionários da UFF, em especial, pela Nelma, pela colaboração, paciência e carinho nas questões burocráticas.

Aos meus familiares e amigos, por todos os que compreenderam as minhas ausências em função de minha carga de trabalho e estudo.

À direção da E. M. Guilherme de Miranda Saraiva, em especial na figura das diretoras Simone e Roseli e de todos os meus amigos da equipe técnico-pedagógica, que souberam compreender as minhas limitações por conta de minha vida acadêmica.

À direção e ao corpo docente do Colégio Estadual Baccoparó Martins, pelo apoio e pela torcida em prol do meu sucesso.

À minha mãe pelo seu silêncio tão eloqüente e pela singeleza de suas palavras de ânimo.

Ao meu pai, pela força moral e pelo orgulho de me ter como filho.

Finalmente ao meu irmão e sobrinhos, pela paciência e pela alegria com que sempre me contagiaram.

A todos vocês, meu muito obrigado!

*“Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor”*

(Fernando Pessoa, *Mar Português*)

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	01
1 PROPOSTAS DE CATEGORIZAÇÃO	05
1.1. A abordagem clássica	10
1.2. Teoria dos protótipos	11
2 PREPOSIÇÕES	18
2.1. Na tradição gramatical	18
2.2. Em outras abordagens	31
2.3. Relações entre preposições e outras categorias	60
3 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO	73
3.1. Breve histórico	73
3.2. Princípios fundamentais	77
3.3. Conceito de função	81
3.4. Gramaticalização	84
3.5. Abstratização e processos de transferência metafórica	103
3.6. Escala <i>espaço > tempo > texto</i>	120
3.6.1. A hipótese localista	124
4 DOS CASOS LATINOS ÀS PREPOSIÇÕES DO PORTUGUÊS	138
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	153
6 ANÁLISE DOS DADOS	159
6.1. <i>Até</i> em construções espaciais	162
6.2. <i>Até</i> em construções temporais	172

	6.3. <i>Até</i> em construções nocionais	184
	6.4. <i>Até</i> em construções de difícil classificação	197
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

RESUMO

Análise do item *até* na linguagem padrão dos séculos XIX e XX, nas variedades brasileira e lusitana do português, com base nos pressupostos teóricos do funcionalismo lingüístico norte-americano. Investigação baseada na hipótese de Heine *et alii* (1991) e na teoria localista de Lyons (1980), segundo a qual o item *até* vem se gramaticalizando na perspectiva de uma trajetória ESPAÇO > TEMPO > TEXTO. *Corpora* proveniente de três gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico (notícia, anúncio e editorial). Proposição de três padrões funcionais de utilização do item pesquisado, assim, definidos em categorias prototípicas: a) *usos espaciais*, os mais básicos, em geral já em decréscimo em termos de uso por conta de sua origem mais primitiva, mantêm-se com mais vigor nas notícias; b) *usos temporais*, os mais freqüentes e produtivos em nossa sincronia, utilizados mormente em anúncios e notícias; c) *usos nocionais*, os mais inovadores, representando usos mais gramaticalizados, mais presentes em editoriais e anúncios.

ABSTRACT

Analysis of the item *até (until)* in the standard language, in the XIX and XX centuries, both in Brazilian and Lusitanian Portuguese, based on the North-American Functionalist Linguistics theoretical line. Investigation based on the hypothesis of Heine *et alii* (1991) and in the localist theory of Lyons (1980), that defend that the item *até (until)* has been grammaticalized in the perspective of a path SPACE > TIME > TEXT. *Corpora* proceeding from three textual genders (news, announcement and editorial). Proposition of three functional patterns of use of the researched item, defined in prototypical categories: a) *spacial uses*, the most basic, in general already decreasing in terms of use, due to its more primitive origin. They remain with more strength in the news; b) *temporal uses*, the most frequent and productive in our synchrony, used especially in announcements and news; c) *notional uses*, the more innovated, representing more grammaticalized uses, more present in editorials and announcements.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: *Quantitativo geral de textos do VARPORT.*

Tabela 2: *Quantitativo geral de textos analisados.*

Tabela 3: *Total de ocorrências do até no corpus.*

Tabela 4: *Total de ocorrências do até em construções espaciais.*

Tabela 5: *Ocorrências do até espacial quanto ao referente.*

Tabela 6: *Ocorrências do até espacial quanto à estruturação sintática.*

Tabela 7: *Ocorrências do até espacial quanto à construção oracional.*

Tabela 8: *Total de ocorrências do até em construções temporais.*

Tabela 9: *Ocorrências do até temporal quanto à estruturação sintática.*

Tabela 10: *Ocorrências do até temporal quanto à construção oracional.*

Tabela 11: *Total de ocorrências do até em construções nocionais.*

Tabela 12: *Ocorrências do até nocional quanto ao aspecto inclusivo.*

Tabela 13: *Ocorrências do até nocional quanto aos valores semântico-pragmáticos.*

Tabela 14: *Total de ocorrências do até em construções de difícil classificação.*

Gráfico 1: *Total de ocorrências do até no corpus.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, houve um considerável redimensionamento dos estudos lingüísticos por conta do advento de novas teorias, cujo escopo baseia-se na língua em uso, ou seja, no funcionamento efetivo da linguagem, e não em virtualidades ou em potencialidades do sistema. Essa postura, como não poderia ser diferente, além de romper com o dogmatismo tradicional, tendeu também a divergir em grande medida dos estudos formalistas até então mais em voga.

A vertente norte-americana do funcionalismo lingüístico, que vai ao encontro dessa nova linha de pesquisa, começou a despontar com vigor a partir da década de 70. Entre os lingüistas comumente classificados como funcionalistas dessa época, podemos citar Bernd Heine, Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy Givón, entre outros.

Esses autores advogam a premência dos estudos lingüísticos baseados no uso, observando-se as pressões não só do contexto lingüístico como também dos fatores sociais e das motivações de ordem cognitiva.

A lingüística, segundo essa linha teórica, não pode estar restrita aos aspectos meramente formais da língua. Tais autores defendem, por meio de suas obras, que o discurso não é o lugar do caos, como propunham alguns formalistas; ao contrário, aí também encontramos regularidades.

Assim, ao estabelecer a distinção entre forma e função, os teóricos do funcionalismo investigam o uso da língua na sociedade, como as mudanças são processadas e de que forma a gramática é enriquecida por meio das mudanças efetuadas tanto em seu interior como no discurso.

O instrumental teórico oferecido pelos funcionalistas da vertente norte-americana possibilitou o encetamento de vários trabalhos empíricos a partir da língua em uso, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita, e é esta a corrente teórica que sedimenta a pesquisa que ora apresentamos.

Entre as contribuições mais marcantes do funcionalismo estão os estudos na área de gramaticalização, entendida como um processo de desenvolvimento de estruturas gramaticais a partir de estruturas lexicais e de estruturas mais gramaticais a partir de estruturas menos gramaticais (cf. Heine, 2003).

Baseados nos estudos de gramaticalização, nós nos associamos a outros autores na tentativa de analisar a partícula *até* na linguagem padrão. Para esta pesquisa, pretendemos utilizar as contribuições de outros teóricos, também funcionalistas, como Barreto (1999), Pereira *et alii* (2004) e Poggio (2003) cujos trabalhos dão-se no âmbito da diacronia, para cotejarmos os resultados de suas pesquisas com o que encontraremos tanto no século XIX como no século XX, épocas mais próximas de nossa atualidade.

Assim, além de traçar um estudo de base funcional da partícula *até*, podemos fixar como objetivos centrais de nosso trabalho os seguintes:

- cotejar a abordagem dada pelas principais gramáticas de língua portuguesa às classes gramaticais que perfilam a partícula *até*;
- traçar um estudo teórico com vistas à exploração do paradigma da gramaticalização, sua natureza e principais atributos;
- discutir as relações entre o processo de gramaticalização e a abstratização, a metaforização e a transferência de domínios conceptuais;
- propor uma classificação para as realizações lingüísticas do *até* a partir das ocorrências de nosso *corpus*.

Para a nossa análise, investigaremos os jornais em circulação tanto em Portugal quanto no Brasil, no período de 1808 ao ano 2000. Acreditamos que a linguagem jornalística espelha com maior fidedignidade a variedade padrão de nossa língua; daí, nossa opção por essa fonte de dados.

Nossa hipótese principal de trabalho aponta para o fato de o item *até* estar passando por um processo de gramaticalização. Por esse motivo, qualquer tentativa de categorização do termo, por meio da tradição aristotélica, que domina nossas gramáticas normativas, poderá ser infrutífera. Assim, é necessário que haja maior flexibilidade no que tange à categorização gramatical.

Como hipótese secundária, acreditamos que o *até*, apesar de ser considerado uma *preposição essencial* (cf. Ribeiro, 2004), tem a capacidade de ligar segmentos oracionais e distanciar-se do que entendemos prototipicamente por preposição, ou seja, um item que liga palavras (cf. Almeida, 2004).

Por fim, como terceira hipótese, acreditamos ser possível desfazer as possíveis contradições no tocante à carga semântica das preposições a partir dos estudos de gramaticalização, norteados pela lingüística funcional norte-americana.

Grande parte dos estudos do vernáculo que se baseia em classes morfológicas tende a encontrar conflitos por conta das propostas de categorização oferecidas pela nossa Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por conta desse conflito, no capítulo 1 de nossa pesquisa, cotejaremos as duas propostas de categorização mais conhecidas no meio acadêmico. Nossas análises refletirão as vantagens e desvantagens na adoção tanto da abordagem aristotélica quanto da teoria dos protótipos, como desenvolvida por Lyons (1980) e Taylor (1992).

Como o item *até* encontra espaço tradicionalmente nas páginas dedicadas ao estudo das preposições, realizaremos, no capítulo 2, uma revisão bibliográfica com o objetivo de verificarmos qual é o tratamento dado a essa categoria gramatical, segundo diferentes perspectivas teóricas. Assim, partiremos do geral (estudo das preposições) para o particular (estudo do *até*).

No tocante às preposições, discutiremos, ainda, questões de natureza diversa, como a controvérsia acerca de seu conteúdo semântico, a possibilidade de co-ocorrência de duas preposições, entre outras questões.

Ainda no capítulo 2, cotejaremos as preposições às chamadas classes das conjunções, dos pronomes relativos e dos advérbios, já que apresentam pontos de intersecção com relação ao assunto analisado nesta pesquisa.

No capítulo 3, travaremos um debate dialógico entre as diferentes visões dos autores funcionalistas concernentes aos conceitos de *função*, *gramaticalização*, *abstratização* e *metáfora*. Entendemos que esse será o capítulo central de nossa pesquisa, ao lado da análise de dados. A tradução e reflexão das contribuições teóricas dos autores possibilitarão certamente um trabalho analítico mais profícuo e minucioso.

Atentos a uma descrição teórica consistente e sólida, exploraremos, ainda no capítulo 3, as íntimas relações entre o paradigma da gramaticalização e os processos de extensão metafórica. Reconhecemos haver, ainda, muitas lacunas de ordem teórica que reclamam maior atenção dos estudiosos, por isso nossa preocupação em sobrelevá-las em nossa pesquisa.

Por fim, ainda nesse capítulo de fundamentação teórica, exploraremos a escala *espaço > tempo > texto*, proposta por Heine *et alii* (1991), para espelhar o processo de gramaticalização de vários itens lingüísticos. Partindo do princípio de que o espaço é o ponto inicial da escala apresentada e é uma das noções mais básicas em termos de domínio da experiência humana, abordaremos em uma seção à parte como vindo sendo descrita e desenvolvida a hipótese localista e suas ligações com os estudos referentes à categoria de tempo. Reafirmamos que todos esses aportes teóricos nos ajudarão certamente a refinar a análise do *até*, por ocasião de seu provável processo de gramaticalização.

No capítulo 4, procederemos a uma aparente digressão por conta da abordagem de outro tema de base teórica. Nesse capítulo, faremos um estudo essencialmente diacrônico com vistas à compreensão da origem das preposições da língua portuguesa, com o foco voltado para o *até*. Justificamos a presença desse capítulo em nosso trabalho por ele nos oferecer mais subsídios para entendermos as mudanças pelas quais o *até* vem passando ao longo do tempo. É bastante provável que o que temos em nossa sincronia seja reflexo ou produto do que aconteceu na diacronia.

No capítulo 5, explicitaremos os procedimentos metodológicos adotados para a consecução de nossa pesquisa. Nesse capítulo, abordaremos as classificações utilizadas em nossa análise de dados e caracterizaremos de forma mais pormenorizada o nosso *corpus*, além de manifestarmos as dificuldades que se apresentarem ao longo de nosso trabalho.

O capítulo 6, que será dividido em quatro seções, tratará da análise de dados propriamente dita. As seções em que o capítulo está dividido segue a classificação que será proposta para a análise de nosso *corpus*, ou seja, elas versarão sobre as construções espaciais, temporais e nocionais instanciadas pelo *até*, além de uma outra seção dedicada às construções de difícil classificação, que englobará também os arcaísmos encontrados por conta de possíveis perfilações já não usuais do *até*.

Por fim, teremos chegado às considerações finais e às referências bibliográficas. Assim, após perseguir a consecução de uma pesquisa essencialmente teórica e empírica, pretendemos ao final ter contribuído um pouco mais com os estudos desenvolvidos nas áreas de estudo da linguagem concernentes ao nosso trabalho. É necessário frisar, desde já, que estamos cientes do caráter preliminar de nossa análise e das dificuldades que permanecerão insolúveis à espera de novos esforços e quiçá de novos pesquisadores que se interessarem pelo assunto e vislumbrarem a premência de estudos dessa natureza.

1. PROPOSTAS DE CATEGORIZAÇÃO

A classificação das palavras em categorias distintas envolve um problema que já se estende há séculos, desde as perquirições filosóficas de Platão até os dias atuais nas mais diversas correntes de investigação lingüística. Segundo Pereira (2000:44), “alguns autores chegam mesmo a desesperar da possibilidade de alcançar-se uma classificação satisfatória, admitindo que sempre haverá palavras que se comportam de modo intermediário entre duas classes”.

De fato, categorizar não é uma tarefa tão simples quanto pode parecer. Entretanto, todos os campos do conhecimento humano dependem da tarefa de classificar seus elementos e justificar essa classificação. Por esse motivo, é necessário encetarmos esforços para chegarmos a uma proposta, pelo menos, mais plausível.

A preocupação em agrupar as palavras e a ampliação das classes gramaticais se efetuaram, na verdade, à medida que avançavam os estudos lingüísticos. As classes de palavras hoje conhecidas são, pois, o resultado de contribuições de vários estudiosos em diferentes épocas. Cada época, embebida das correntes teóricas vigentes, proporcionou uma proposta distinta e foi incorporando às de outrora novos aspectos.

Segundo Rosa (2000:91), o modelo de classificação de palavras em 10 grupos, como vêm apresentando as gramáticas normativas do português, também está presente nas descrições tradicionais do grego clássico, do francês, do inglês e do espanhol, entre outras línguas. Contudo, a depender do critério adotado, os diversos pesquisadores têm adotado classificações que consideram 4, 6, 8, 10 ou até mais classes.

Assim, podemos concluir que o tema não é pacífico. Na verdade, segundo Rosa (2000:94), desde a Antigüidade Clássica já havia discussões divergentes no que se refere às categorias gramaticais, com referência ao latim e ao grego. Vejamos:

“Afora as diferenças entre as línguas, a historiografia lingüística revela-nos diferenças no tocante aos esquemas classificatórios propostos para as palavras, e assim descobrimos que aquele esquema de dez classes que nos é familiar não prevaleceu nem mesmo na Antigüidade Clássica”.

O primeiro estudo conhecido na Europa com vistas à classificação dos vocábulos foi organizado por Platão, na Grécia Antiga. No diálogo intitulado *Crátilo*, Platão dedica-se a

investigar questões lingüísticas, especialmente a origem da linguagem, a análise das relações entre as palavras e o seu conteúdo semântico.

“Foi ele (Platão) o primeiro a perceber, na oração, um elemento nominal e um verbal. O elemento nominal passou a constituir a classe dos nomes, para Platão, formada de palavras suscetíveis de funcionarem como sujeito; o elemento verbal passou a formar a classe dos verbos e adjetivos, elementos indicadores de ações ou estados”. (Barreto, 1999:140-141)

Aristóteles, discípulo de Platão, na célebre obra *Arte Poética*, acrescentou aos nomes e verbos a classe das conjunções, constituída não apenas pelas conjunções tais como as conhecemos hoje, mas também por outros elementos como alguns pronomes, artigos e, possivelmente, as preposições.

Outras propostas assomaram-se às da Antiga Grécia, como a de Zenão e a de Dionísio da Trácia, em sua *Techné Grammatiké*. Logo em seguida, vieram outros modelos, segundo os estudos de Apolônio Díscolo (séc. II a.C.), Varrão (116-27 a.C.), Donato e Prisciano (séc. IV e VI d.C.).

López (1970:14) releva em grande medida a importância de Dionísio da Trácia para os estudos lingüísticos concernentes às preposições. Vejamos:

“Foi Dionísio da Trácia quem separou as preposições do grupo que formavam com as conjunções, e definiu as preposições como a parte da oração que se coloca diante das outras partes em combinações sintáticas e em formação de palavras¹.”

Ainda de acordo com López (1970:15), é na Idade Média que surge uma diferenciação das preposições estabelecida do ponto de vista sintático e morfológico, sem estabelecer, contudo, relações entre ambos. Sintaticamente, definiu-se a preposição como um termo “colocado adiante”. Morfologicamente, caracterizou-se como uma palavra invariável. Na prática, tais contribuições dos medievais não ajudaram a definir as preposições como classe autônoma, por dois motivos:

¹ “Fue Dionisio de Tracia quien separó las preposiciones del grupo que formaban con las conjunciones, y definió las preposición como la parte de la oración que se coloca delante de las otras partes en combinaciones sintáticas y en formación de palabras”.

1º - Em termos sintáticos, parece não ser possível definir uma palavra. Esse princípio parece ser muito claro devido ao fato de uma mesma palavra poder desempenhar diversas funções sintáticas no período.

2º - Em termos morfológicos, a invariabilidade da forma é um critério extremamente vago, já que as conjunções e advérbios também compartilham a mesma propriedade.

O problema envolvendo os critérios para a categorização lingüística permaneceu insolúvel durante os séculos. Não foi diferente ao longo do tempo, com relação às reflexões dos gramáticos e filólogos brasileiros.

Segundo a NGB, são dez as classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. O caminho construído até a sua publicação oficial foi bastante conturbado. Causa-nos bastante surpresa, por exemplo, a lucidez de uma nota presente no *Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de 1957, aparentemente abandonada pelos nossos gramáticos. Vejamos:

“Essa divisão (das classes de palavras) não é absoluta, não é rígida. Nem sempre há fronteiras rigorosamente delimitadas entre as palavras, muitas das quais podem com facilidade passar de uma classe para outra (...) ou figurar em mais de uma classe” (Chediak 1960:20)

Com grande argúcia, Jucá Filho (1960) comenta a observação acima, refinando-a de maneira bastante interessante. Vejamos:

“O esquema de classificação tem de ser absolutamente rígido. O que não é rígido é que uma expressão seja isto, ou aquilo – fora da frase. As expressões só se classificam na frase. É a frase, no seu plano associativo, que determina a categoria atribuída a uma expressão. O *Anteprojeto* adverte que *muitas* palavras ‘podem com facilidade passar de uma classe para outra’. Isso é presumir que as palavras são de uma classe antes da frase, fora da frase.” (Chediak, 1960:114-115)

A proposta de categorização de base aristotélica, que parte das causas necessárias e suficientes, de base discreta, portanto, não foi uma decisão tomada em uníssono pelos colaboradores responsáveis pela redação da NGB.

Tais questões são discutidas por outros teóricos mais modernos, de outras linhas de pesquisa, como Pereira (2000:44), que alude a Camara Jr. Associando-se ao estruturalismo como linha teórica, o autor defende a idéia de paradigmas regulares. Vejamos:

“Constata-se muito facilmente (...) que as classes apontadas pela nomenclatura gramatical brasileira não permitem conclusões consistentes. Elaboradas com base em diferentes critérios, como observou Mattoso Camara, esta classificação apresenta classes cujos membros não têm sempre o mesmo comportamento sintagmático – o que parece um contra-senso, uma vez que classe é sinônimo de paradigma, e paradigma se define por conter unidades que se substituem no sintagma, unidades que têm, portanto, o mesmo comportamento sintagmático”.

Os diferentes critérios utilizados para a definição das dez classes de palavras propostas pela tradição gramatical também foram objeto de crítica de vários outros autores. Percebemos que a nossa NGB, em vez de proporcionar uma sistematização coerente de nossa gramática, resultou numa mera “soma de opiniões, não uma síntese. Acabaram por adotar uma atitude política e não científica, tirando-se a média entre os pareceres de gregos e troianos” (cf. Duarte & Lima, 2000:26).

Perseguindo outros critérios de inspiração bloomfieldiana, Camara Jr. (1984:79) propôs uma classificação de base morfo-semântica e funcional:

- a) *nome* (que, no plano funcional, pode ser substantivo, adjetivo e advérbio);
- b) *verbo*
- c) *pronome* (que, no plano funcional, também pode ser substantivo, adjetivo e advérbio);
- d) *conectivos*

{	<i>coordenativos</i>	
	{	<i>de vocábulos (preposições)</i>
		<i>de sentenças (conjunções)</i>

A proposta mattosiana tem como mérito o fato de desvincular, definitivamente, a forma lingüística dos conceitos lógicos. Contudo, deixa de lado os artigos e as interjeições, além de cair em generalizações excessivas, como, por exemplo, associar as preposições a conexões entre palavras, pura e simplesmente.

Entre os gerativistas, destacamos a proposta de Miriam Lemle, que adota o chamado modelo distribucional. Segundo a autora (1986:95-96), o léxico do português pode ser descrito de maneira satisfatória com as seguintes categorias:

- | | |
|------------------|---|
| a) nome | f) preposição |
| b) adjetivo | g) advérbio |
| c) determinante | h) complementizador (conjunções subordinativas) |
| d) quantificador | i) conjunção (<i>e, mas, porém, ou, pois</i>) |
| e) verbo | j) antequessor (palavras <i>qu-</i>) |

Lemle, ao definir as classes lexicais acima, tenta caracterizá-las quanto aos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. Em sua abordagem, frontalmente contrária ao conservadorismo tradicional, a autora critica o fato de nossas gramáticas normativas reunirem, numa mesma classe, palavras distribucionalmente distintas, separando outras que são distribucionalmente iguais. E acrescenta (1986:101): “As classes de palavras não formam compartimentos estanques entre si”.

Como podemos perceber, a categorização lingüística foi uma preocupação desde a Antiga Grécia até os dias atuais, submetendo-se a diferentes propostas ao longo do tempo por diversos gramáticos e lingüistas. A única conclusão a que podemos chegar é que não há ainda consenso, ao contrário, as propostas multiplicam-se à medida que novas teorias entram em cena nos estudos lingüísticos.

Há, decerto, um atrito entre aqueles que defendem uma classificação de palavras em classes discretas, sem interpenetrações, enquanto há outros que advogam a existência de pontos de contato entre uma classe e outra. Essa discussão, para efeitos de simplificação, *grosso modo*, pode ser resumida em duas grandes correntes teóricas: de um lado, os partidários da abordagem clássica de categorização, baseados nos princípios aristotélicos; de outro lado, os partidários da teoria dos protótipos. Vejamos brevemente o que cada linha teórica defende.

1.1. A abordagem clássica

Ao iniciar o estudo da categorização lingüística, Taylor (1992:22) toma o termo *abordagem clássica* em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque tais estudos remontam à Antigüidade Clássica; em segundo, porque têm dominado a psicologia, a filosofia e a lingüística, especialmente a de base estruturalista e gerativista, ao longo de todo o século XX.

Aristóteles desenvolveu os conceitos de *essência* e *acidente*. Segundo sua célebre obra, *Metafísica*, a **essência** é o que faz alguma coisa ser o que é, ou seja, a essência é constituída por todas as partes imanentes que definem e indicam a individualidade de algo. De acordo com Aristóteles, a destruição de uma das partes causaria a destruição do todo. **Acidentes**, por outro lado, constituem propriedades incidentais, o que significa que não determinam o que algo é.

O próprio Aristóteles faz uma aplicação prática de sua teoria filosófica a elementos do mundo biofísico. Por exemplo, consideremos a asserção de que o homem é um animal bípede. Se um homem é branco ou alto, isso é acidental. Esses atributos podem ser verdadeiros com relação a um indivíduo, mas são irrelevantes na caracterização da entidade analisada.

Ao caracterizar o homem como um animal bípede, Aristóteles singularizou o homem por meio de duas características [HOMEM] e [BÍPEDE]. Essas duas características são, individualmente, necessárias para a definição da categoria (a destruição de uma ou outra causaria a destruição do todo). Se alguma das características não é exibida pela entidade, então a entidade não é um membro da categoria. Conjuntamente, as duas características são suficientes; qualquer entidade que exibir cada uma das características que a definem é *ipso facto* um membro da categoria.

A partir do exposto, podemos traçar alguns princípios básicos da abordagem clássica, todos inter-relacionados e descritos em *Metafísica*:

1º - As categorias são definidas em termos de uma conjunção de características necessárias e suficientes – Aristóteles elaborou a *lei da contradição*. Segundo o filósofo, uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Uma entidade não pode possuir uma característica e não possuí-la ao mesmo tempo, não pode pertencer a uma categoria e não pertencer ao mesmo tempo. Como podemos facilmente perceber, essa concepção de categorização subjaz à proposta tradicional de categorização lingüística tal como a

conhecemos por meio de nossas gramáticas normativas, elaboradas sob a égide da NGB. Afinal, um pronome não pode ser um advérbio; um verbo não pode ser um substantivo; uma oração subordinada substantiva não pode ser subordinada adverbial etc. Desse princípio aristotélico, depreende-se o segundo:

2º - As características são binárias – As características são uma questão de tudo ou nada. Ou uma categoria possui determinada característica ou não a possui. O meio-termo, nessa concepção, é impensável. Em qualquer exemplo, uma característica está claramente presente ou está ausente.

3º - As categorias têm limites definidos – Uma vez estabelecida, uma categoria divide o universo em dois grupos de entidades – aquelas que são membros de uma categoria, e aquelas que não são. Segundo essa perspectiva, não há casos ambíguos ou de difícil classificação.

4º - Todos os membros de uma categoria têm o mesmo status – Qualquer entidade que exiba todas as características de uma determinada categoria é um membro perfeito da categoria. Por outro lado, qualquer membro que não exiba mesmo que uma única característica daquela categoria não poderá ser considerado como um membro. Não existem graus de pertença, ou seja, não há membros que sejam melhores exemplares de uma dada categoria do que outros.

Diversas aplicações da categorização aristotélica foram feitas pelas ciências, inclusive pela lingüística, mormente no campo da fonologia formalista. Entretanto, um exame apurado dos fenômenos lingüísticos, cuja área pesquisamos, revela que esta pode não ser a melhor opção epistemológica quando queremos trabalhar com dados da língua corrente. Assim, analisemos a teoria dos protótipos, cujo mote central é encarar as entidades do mundo como não-discretas. Vai de encontro, portanto, à proposta formulada por Aristóteles.

1.2. Teoria dos protótipos

Segundo Taylor (1992:38), as últimas décadas legaram à contemporaneidade diversos debates oriundos de várias áreas da Ciência. Tais discussões encetadas na área da Psicologia

Cognitiva, entre outros campos, permitiram um aumento considerável de evidências empíricas que contestam os fundamentos da teoria da categorização clássica, tal como foi proposta por Aristóteles.

Os primeiros estudos empíricos que serviram como alternativa à teoria aristotélica referente à categorização devem-se a Ludwig Wittgenstein (1945), em sua obra *Investigações Filosóficas*. Ao analisar a palavra *jogo*, o autor verificou que nem todos os membros da referida categoria compartilhavam o mesmo grupo de propriedades que o distinguia claramente dos “não-jogos”. De fato, Wittgenstein (1945) percebeu que a categoria *jogo* era *fuzzy*, ou seja, não-discreta, vaga, indistinta.

As investigações de Wittgenstein são assim descritas por Taylor (1992:38):

“Ao contrário das expectativas da teoria clássica, a categoria não é estruturada em termos de características compartilhadas, mas ao contrário, através de uma rede de semelhanças entrecruzadas. Há, de fato, atributos tipicamente associados com a categoria. Alguns membros compartilham alguns destes atributos, outros membros compartilham outros atributos. Ainda há casos em que nenhum atributo é comum a todos os membros. Pode até mesmo ser que alguns membros não tenham praticamente nada em comum com outros.”².

Como podemos verificar, a visão de Wittgenstein (1945) é distinta em relação à teoria aristotélica. Na verdade, vai contra toda uma tradição secular, que é testada, agora, em termos empíricos. Wittgenstein (1945) utilizou uma metáfora já bastante conhecida para se referir a esse fenômeno: *family resemblance*³, que pode ser traduzida por *parecença de família* ou *semelhança de família*.

Posteriormente, vários experimentos foram realizados por Labov (1973) a partir de utensílios domésticos. Experimentos utilizados com canecas, copos, xícaras e taças comprovaram que os sujeitos classificavam os diversos utensílios a partir do tamanho, do tipo

² “Contrary to the expectations of the classical theory, the category is not structured in terms of shared criterial features, but rather by a criss-crossing network of similarities. There are indeed attributes typically associated with the category. Some members share some of these attributes, other members share other attributes. Yet there are no attributes common to all the members, and to them alone. It may even be the case that some members have practically nothing in common with others”

³ Apesar de o termo *semelhança de família* parecer mais eufonicamente apropriado, o primeiro, *parecença de família*, está mais sedimentado nos estudos lingüísticos luso-brasileiros.

e da quantidade do conteúdo em cada objeto. Não havia, portanto, um critério puramente objetivo para a classificação de um copo ou de uma taça como tal. Vejamos sua conclusão:

“Categorizar uma entidade não é uma questão de averiguar se ela possui determinado atributo ou não, mas em que medida as dimensões de uma entidade se aproximam às dimensões ideais. Nem sequer a presença ou ausência de uma alça (cabo, asa etc.), estritamente falando, pode ser decisivo numa questão de pertença ou não a uma determinada categoria”⁴
(Taylor 1992:41)

A partir dos experimentos de Labov, podemos concluir que a visão aristotélica de categorização não parece ser a mais adequada para os nossos trabalhos funcionalistas, pelo menos se aplicada indistintamente aos variados elementos passíveis de categorização de nosso mundo bio-físico-social. Afinal, o que pode ser considerado comum a todos os copos, a todas as canecas e a todas as taças? Essa não é uma questão tão fácil de ser resolvida como nos faz supor a teoria aristotélica. Em outros termos, como podemos abstrair condições necessárias e suficientes de uma determinada cor? O verde, por exemplo? Essas são questões para as quais a teoria dos protótipos poderia ser aplicada, com vistas a respostas mais plausíveis.

Segundo Taylor (1992:42), os protótipos servem como pontos de referência para a categorização de exemplares não tão claros de uma determinada categoria. Assim, retomando a pesquisa de Labov, poderíamos asseverar que uma xícara prototípica (nas culturas ocidentais) tem uma asa, é feita de porcelana, vem com um pires e tem um determinado formato e peso característicos. É usualmente utilizada para tomarmos chá ou café, e nós a compramos geralmente em grupos de seis unidades. Nenhum desses atributos, contudo, é essencial para a categoria das xícaras.

Diversas outras pesquisas foram realizadas em outros campos científicos. Willett Kempton (1981) *apud* Taylor (1992) desenvolveu experimentos na área da antropologia, envolvendo vasos cerâmicos de comunidades mexicanas. Eleanor Rosch, por sua vez, comprovou, através de seus experimentos, que há exemplos focais (ou prototípicos) de cores, na área da psicologia, entre outras experiências. Aliás, a referida autora concluiu que o grau

⁴ “In categorizing an entity, it is not a question of ascertaining whether the entity possesses this attribute or not, but how closely the dimensions of the entity approximate to the optimum dimensions. Even the presence or absence of a handle is not, strictly speaking, a matter of either-or”.

de pertença a uma categoria, longe de ser algo insignificante, aponta para uma noção psicologicamente real.

Rosch foi além ao propor que determinados membros de uma categoria são mais prototípicos em virtude de alcançarem maior frequência de uso⁵ e menor tempo de ativação na memória. Segundo a autora, se alguém pedir para algumas pessoas citarem alguns exemplares de uma categoria, como a dos pássaros, por exemplo, elas tenderão a mencionar os membros mais prototípicos primeiramente, ou seja, haverá menor esforço mental para acessá-los. Tais pesquisas foram confirmadas posteriormente por Batting & Montague (1969) *apud* Taylor (1992), que trabalharam com cinquenta e seis categorias diferentes.

Ao contrário da teoria dos protótipos, o modelo aristotélico de categorização assumia uma correlação perfeita entre os atributos das categorias. Segundo a visão aristotélica, ao saber a que categoria um determinado membro pertencia, seria possível afirmar com certeza total que determinados atributos co-ocorreriam. Entretanto, as diversas experiências empreendidas, inclusive a observação do nosso dia-a-dia, revelam que tais correlações são bastante raras. Afinal, existem xícaras sem asas (como as chinesas), pássaros que não voam (como os pingüins), gatos que não têm rabo (como os cotós), cadeiras que não foram feitas para nós relaxarmos (as dos dentistas), etc. Portanto, a teoria que se baseia em condições necessárias e suficientes não se sustenta empiricamente.

Dessa forma, Taylor (1992:51), aproximando-se de Labov, assevera:

“As categorias tipicamente têm limites difusos e podem até mesmo fundir-se uma na outra; alguns atributos podem ser compartilhados por apenas alguns membros de uma categoria; pode haver categorias até mesmo sem atributos compartilhados por todos seus membros. Para manter nossas categorias maximamente distintas, e conseqüentemente maximamente informativas, nós precisamos focalizar no nível básico de categorização, mais especificamente, nos membros mais centrais das categorias de nível básico”⁶

⁵ Posteriormente, Rosch será mais explícita ao abordar a relação entre frequência e prototipicalidade. Segundo a autora, o grau de pertença a uma categoria, como reportado em várias publicações, é independente da frequência de ocorrência dos membros. Na verdade, a alta frequência de um determinado item pode ser um sintoma de prototipicalidade, e não sua causa (cf. Taylor, 1992:52).

⁶ “Categories typically have fuzzy edges and might even merge into each other; some attributes might be shared by only a few members of a category; there might even be categories with no attributes shared by all their members. In order to keep our categories maximally distinct, and hence maximally informative, we need to focus on the basic level of categorization, more specifically, on the more central members of basic level categories”.

Entre as várias vantagens da Teoria dos Protótipos devemos sublinhar a possibilidade de inclusão de dados não-prototípicos, antes deixados à margem por abordagens de cunho aristotélico. Os casos ambíguos e de difícil classificação não ficam marginalizados nessa abordagem. Ao contrário, também os membros periféricos podem ser associados às diversas categorias.

Houve tentativas de união de ambas as teorias aqui apresentadas (Teoria Clássica e Teoria dos Protótipos). Geeraerts (1985) *apud* Taylor (1992) aborda tal questão sob a seguinte ótica: “Certamente, de um determinado ponto de vista, as categorias mais eficientes - categorias baseadas em uma correlação perfeita de atributos sobre os seus membros - são categorias clássicas”⁷. Partindo do princípio de que os membros mais centrais de uma categoria prototípica compartilham um grande número de atributos, podemos asseverar que o centro de uma categoria prototípica assemelha-se ao que se propõe por meio de uma categoria clássica. Todavia, permanece a vantagem de utilizarmos a Teoria dos Protótipos, uma vez que por meio dela, alcançamos a flexibilidade necessária para acolhermos confortavelmente membros marginais, como já falamos anteriormente.

Taylor (1992:59) também afirma que podemos tomar o termo *protótipo* em dois sentidos distintos. Podemos aplicar o termo ao membro central, ou talvez ao grupo de membros centrais de uma categoria. Numa abordagem mais abstrata, o protótipo pode ser entendido, ainda, como uma representação esquemática do núcleo conceptual de uma categoria. Segundo essa perspectiva, poderíamos dizer que o protótipo não é simplesmente uma entidade particular, mas é uma entidade particular que instancia o protótipo.

Toda a aplicação da teoria dos protótipos até aqui desenvolvida refere-se ao mundo bio-físico-social. Há, contudo, um paralelismo notável entre a estrutura das categorias conceptuais e a estrutura das categorias lingüísticas. Da mesma forma como há membros mais centrais e membros mais marginais entre as aves, também há membros mais centrais e membros mais marginais entre os substantivos, advérbios, sujeitos oracionais, etc.

Por exemplo, a ausência de um limite claro entre os afixos e as palavras propriamente ditas aponta para a necessidade de a gramática da palavra (morfologia) fundir-se com a gramática da oração (sintaxe). Afinal, as fronteiras entre afixo e palavra não são claras, da

⁷ “Certainly, from one point of view, the most efficient categories – categories based on a perfect correlation of attributes over their members – are classical categories”

mesma forma como os limites entre o léxico e a gramática também não o são. Enfim, os conceitos de morfologia e sintaxe devem ser vistos como extremos de um *continuum*.

A teoria dos protótipos, assim, reconhece um gradiente entre os membros de uma dada categoria. Taylor (1992:175) também aplicou essa teoria às categorias lingüísticas. Segundo o autor, tais categorias guardam grande similitude com as categorias conceptuais. Vejamos:

“Há um paralelismo notável entre a estrutura de categorias conceituais e a estrutura de categorias lingüísticas. Da mesma maneira como há elementos centrais e marginais da categoria conceptual PÁSSARO, também a categoria lingüística SUBSTANTIVO tem elementos mais representativos e elementos mais marginais⁸”.

Por exemplo, segundo o autor (1992:184), podemos afirmar que as palavras *professor* e *mesa* são bons exemplos de nomes; *entrada* e *céu* não são exemplos tão bons; *ano*, *vermelho*, *altura* e *alegria* são ainda mais marginais. É bastante provável, portanto, que haja diferentes graus de pertença às diversas categorias. Cuenca & Hilferty (1999:34) concordam com esse ponto de vista:

“Dentro de um grupo de entidades, de uma classe ou categoria, nem todos os membros são iguais, mas há membros mais característicos, mais prototípicos, que outros (...). Assim, pois, uma categoria contém elementos prototípicos e elementos progressivamente mais periféricos⁹”

A idéia de que as classes de palavras apresentam membros centrais e membros mais periféricos foi articulada por Crystal (1967). Apesar de preterida pela onda gerativista que dominou a lingüística nas décadas de 60 e 70 do século XX, a teoria dos protótipos renasceu em nossos dias, de forma ainda mais vigorosa.

⁸ “There is a very remarkable parallelism between the structure of conceptual categories and the structure of linguistic categories. Just as there are central and marginal members of the conceptual category BIRD, so too a linguistic category like NOUN has representative and marginal members”

⁹ “Dentro de un grupo de entidades, de una clase o categoría, no todos los miembros son iguales, sino que hay elementos más característicos, más prototípicos, que otros. (...) Así pues, una categoría contiene elementos prototípicos y elementos progresivamente más periféricos”.

Veremos que a noção de protótipo encontrará amplo espaço para desenvolver-se no âmbito dos estudos de gramaticalização, conforme propõem Hopper & Traugott (1997:25), visto que este processo caracteriza-se justamente pela fluidez no *continuum* categorial:

“Temos visto que a gramaticalização apresenta um desafio para abordagens de língua que assumem categorias discretas embutidas em sistemas fixos, estáveis.¹⁰”

Segundo Cuenca & Hilferty (1999:40), os efeitos de prototipicalidade não só são constatados por meio de provas psicológicas (como as desenvolvidas por Rosch), mas também por meio da linguagem natural. Assim, quando queremos destacar que um elemento é prototípico em sua categoria, tendemos a utilizar expressões de caráter intensivo como “este é um chocolate *de verdade*”. No plano lingüístico, tendemos a dizer que “o sujeito prototípico é o agente”.

Temos observado, também, o uso de expressões delimitadoras, chamadas *hedges*, em inglês (cf. Lakoff 1972; Kay 1979), que explicitam a não correspondência exata entre um elemento e o protótipo da categoria a que pertence. Tais expressões são: “*em sentido estrito*”, “*de um ponto de vista científico*”, “*tecnicamente falando*”, “*em termos gerais*”, “*aproximadamente*”, etc.

Enfim, podemos concluir que é mais conveniente estabelecermos a pertença de um elemento a uma categoria a partir de um grau de similitude com o protótipo, entendido como o exemplar que melhor se reconhece, o mais representativo e distintivo de um grupo, posto que é o que compartilha mais características com o resto dos membros da categoria e menos com os membros de outras categorias. Nosso ponto de vista aponta para uma concepção de categorias como entidades difusas, e não como compartimentos estanques claramente definidos e delimitados. Afinal, as categorias que podem ser definidas por condições necessárias e suficientes não são mais do que um grupo, muito reduzido, das categorias existentes. (cf. Cuenca & Hilferty 1999:35).

¹⁰ “We have seen that grammaticalization presents a challenge to approaches to language which assume discrete categories embedded in fixed, stable systems”.

2. PREPOSIÇÕES

Normalmente o item *até*, foco de nossa pesquisa, encontra-se classificado em nossas gramáticas como preposição. Cabe, portanto, estabelecermos a definição dessa classe de palavra¹¹ segundo os diversos estudiosos, com o objetivo de termos uma visão conceitual mais ampla.

Primeiro, faremos o cotejo de diversas perspectivas sob a égide da tradição gramatical; em seguida, veremos como os autores de outras linhas tratam o assunto.

2.1. Na tradição gramatical

Vejamos no quadro abaixo como alguns autores apresentam a chamada classe das preposições. Em seguida, quando oportuno, faremos alguns comentários acerca das contribuições destes autores de linha tradicional.

DEFINIÇÕES DE PREPOSIÇÃO	
Almeida (2004:334)	“Tanto a preposição quanto a conjunção são <i>conectivos</i> , isto é, são classes que desempenham função de ligação: A <i>preposição</i> liga palavras (substantivo a substantivo, substantivo a adjetivo, substantivo a verbo, adjetivo a verbo etc.), ao passo que a <i>conjunção</i> liga orações. (...) Preposição é uma palavra invariável que tem por função ligar o complemento à palavra completada. (...) Os termos ligados pela preposição denominam-se <i>antecedente</i> (o que vem antes da preposição) e <i>conseqüente</i> (o que vem depois)”.
Barros (1985:210)	“A preposição é o termo que designa, entre as partes do discurso, a classe das unidades que indicam certas relações entre os termos de um esquema sintático”
Bechara (1999:47)	“Chama-se preposição a uma unidade lingüística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe ¹² – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações”.

¹¹ À maneira de Rosa (2000:91), não faremos distinção conceitual entre classe e categoria. Adotando a postura de vários outros autores, tomaremos ambos os termos, neste trabalho, como sinônimos.

¹² Hipertaxe ou superordenação “é a propriedade pela qual uma unidade de um estrato inferior pode funcionar por si só – isto é, combinando-se com zero – em estratos superiores, podendo chegar até ao estrato do texto e aí opor-se a unidades próprias desse novo estrato” (Bechara, 1999:46).

Bueno (1963:140)	“Preposição é a palavra invariável que liga duas outras, expressando uma relação qualquer entre ambas existente. (...) Os termos ligados pela preposição tomam o nome de <i>antecedente</i> e <i>conseqüente</i> ”.
Cunha & Cintra (2001:555)	“Chamam-se PREPOSIÇÕES as palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (ANTECEDENTE) é explicado ou completado pelo segundo (CONSEQÜENTE)”.
Luft (2000:139)	“Preposição – palavra gramatical com função subordinativa chamada regência. Conectivo subordinante, indica que seu conseqüente se subordina a um antecedente (que, no enunciado, pode vir depois ou estar omissa, subentendido)”.
Melo (1978:148-149)	“A preposição é a palavra que subordina elementos sintáticos não expressos por uma oração gramatical. Assim, quando digo ‘roupa de lã’, ponho o ‘de’ a subordinar ‘lã’ a ‘roupa’. Na expressão, ‘lã’ existe em função de ‘roupa’, para dar um esclarecimento a respeito de ‘roupa’”.
Ribeiro (2004:227)	“Normalmente, a preposição estabelece um elo de subordinação entre dois elementos oracionais. No entanto, ela pode aparecer como um conectivo oracional.”
Rocha Lima (1999:180)	“Preposições são palavras que subordinam um termo da frase a outro – o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro. (...) Os termos que precedem as preposições chamam-se <i>antecedentes</i> ; os que as seguem chamam-se <i>conseqüentes</i> . Como se vê, a preposição mostra que entre o antecedente o conseqüente há uma relação, de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo.”
Said Ali (1966:101)	“Preposição é a palavra invariável que se antepõe a nome ou pronome para acrescentar-lhes uma noção de lugar, instrumento, meio, companhia, posse etc., subordinando ao mesmo tempo o dito nome ou pronome a outro termo da mesma oração”.

A análise das definições acima retrata diferentes posturas adotadas pelos autores. Como vemos, alguns restringem o papel das preposições à função de ligar palavras (Bueno, 1963); outros são mais específicos ao especializar a natureza da ligação, que é de subordinação (Melo, 1978); outros admitem a possibilidade de esses itens ligarem orações (Ribeiro, 2004) e há ainda os que privilegiam aspectos semânticos (Said Ali, 1966).

Luft (2000) e Rocha Lima (1999) optam pela distinção entre preposições essenciais e acidentais, como diversos outros autores o fazem, mas não tecem comentários ulteriores. Ao consultar as gramáticas de ambos, na verdade, o leitor não conseguirá perceber os critérios identificadores de um grupo e de outro, já que não estão explicitados.

Bechara (1999) acrescenta à sua definição de preposição o fato de esta classe de palavras não exercer nenhum outro papel que não seja o de ser índice da função gramatical do termo que ela introduz. Assim, no exemplo abaixo, a preposição *de* une a forma verbal *gosta* ao seu termo complementar *Belo Horizonte* para ser o índice da função gramatical preposicionada *complemento relativo*¹³. Vejamos:

(01) Aldenora gosta *de* Belo Horizonte.

Devido a essa função de elemento gramatical que habilita uma determinada unidade lingüística a exercer papel gramatical diferente daquele que normalmente exerce, Bechara (1999:296) denomina as preposições como *transpositores*. Esse conceito será tratado com mais detalhes na abordagem de Azeredo, conforme verificaremos mais adiante.

Quanto ao significado das preposições, assim Bechara (1999:297) se expressa:

“Já vimos que tudo na língua é semântico, isto é, tudo tem um significado, que varia conforme o papel léxico ou puramente gramatical que as unidades lingüísticas desempenham nos grupos nominais unitários e nas orações. As preposições não fazem exceção a isto”.

Bechara (1999) defende a idéia de que cada preposição detém um significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentidos), em acepções particulares. Tais acepções estariam ligadas diretamente às nossas experiências de mundo, ou seja, aos saberes do universo bio-físico-social. Essa posição, como veremos, também será adotada por diversos outros autores, com algumas dessemelhanças.

Bechara (1999:300) sintetiza os traços semânticos das preposições por meio do quadro a seguir. Vejamos:

¹³ Segundo Bechara (1999:419), “o predicado complexo também pode conter verbo cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica, que exige outro tipo de signo léxico que delimite ou especifique a experiência comunicada”, à semelhança do que ocorre com o complemento direto. A diferença é que neste segundo caso o determinante do predicado complexo vem introduzido por preposição; a tal termo preposicionado chamamos *complemento relativo*.

PREPOSIÇÕES											
Dinâmico ¹⁴					Estático ou dinâmico						
aproximação ao seu término		afastamento			situação definida e concreta			situação imprecisa			
Chegada ao limite		mera direção	origem	afastamento	horizontal	vertical		concomitância		imprecisão	
limite	limite como obstáculo					superior	inferior	positiva	negativa	imprecisão	posição intermediária
a, até	contra	para	de	desde	ante, perante, trás	sobre	sob	com	sem	em	entre

Segundo proposta esboçada pelo autor, algumas preposições apresentam sentido dinâmico; outras, estático e dinâmico. A nosso ver, seria mais conveniente vermos o quadro acima em termos de tendências, uma vez que nem sempre podemos correlacionar uma determinada preposição ao sentido apontado pelo autor. Vejamos:

(02) As crianças ficaram ao pé da laranjeira. → preposição a (valor estático)

(03) Por cima do muro, permaneciam duas pombinhas. → preposição por (valor estático)

No exemplo (02), a preposição a não apresenta valor dinâmico, assim como a preposição por em (03) também não. É bastante provável que o verbo em ambas as orações desabonem a interpretação dinâmica, afinal, ficar e permanecer são verbos estativos. De qualquer forma, as preposições adquirem valor estático, indo contra a proposta categórica do autor.

Bechara (1999) acrescenta que nem sempre as preposições vêm entre os termos subordinante e subordinado, podendo haver diversas outras configurações. Essa importante consideração rompe com a idéia clássica de que a preposição vem sempre entre dois termos, como nos fazem supor Cunha & Cintra (2001) e Rocha Lima (1999). A possibilidade de

¹⁴ Segundo Bechara (1999:300), a preposição *por* estaria entre “aproximação ao seu término” e “afastamento”.

mobilidade dos termos na estrutura sintática da língua portuguesa corrobora a posição de Bechara (1999). Vejamos:

- (04) *Por* lá todos passaram. }
(05) *Com* José os primos estudaram. } Preposições sem antecedente expresso na oração

Da mesma forma que Bechara (1999), Cunha & Cintra (2001:556) afirmam que as preposições são dotadas de significado. Baseados nos estudos de Bernard Pottier, os autores adotam a divisão tripartite que considera as preposições com referência ao *tempo*, ao *espaço* e à *noção*¹⁵. Vejamos os exemplos¹⁶ abaixo, que ilustram os três valores acima, respectivamente:

- (06) Trabalha *de* 8 às 8 todos os dias. → preposição de: valor temporal
(07) Todos saíram *de* casa. → preposição de: valor espacial
(08) Chorava *de* dor. → preposição de: valor nocional

Cunha & Cintra (2001:557) assumem haver um conteúdo significativo fundamental inerente às preposições, que pode implicar a idéia de movimento ou não-movimento. A esse conteúdo fundamental, combinar-se-iam matizes significativos diversos, com base nos valores espaciais, temporais e nocionais. E acrescentam:

“Na expressão de relações preposicionais com idéia de movimento considerado globalmente, importa levar em conta um ponto limite (A), em referência ao qual o movimento será de aproximação (B → A) ou de afastamento (A → C)”

Com o objetivo de ilustrar a asserção anteriormente feita, Cunha & Cintra (2001:557), em sua gramática, propõem o esquema abaixo, seguido de alguns exemplos:

¹⁵ A idéia de noção será explicitada com maiores detalhes ao longo de nossa pesquisa. Como veremos, o conceito é fluido e polissêmico.

¹⁶ Os exemplos são fornecidos por Cunha & Cintra (2001:557)

“Cumpre (...) salientar que as relações sintáticas que se fazem por intermédio de PREPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA selecionam determinadas PREPOSIÇÕES exatamente por causa do seu significado básico”.

Para reforçar sua asserção, os autores novamente evocam Pottier e asserem que se as preposições são morfemas, logo, são detentoras de significado, uma vez que os morfemas são caracterizados justamente pelo fato de implicar significação. Esse argumento, contudo, é tautológico, já que evoca um raciocínio de natureza circular, aponta para uma idéia sofismável.

Em seguida, Cunha & Cintra (2001:560) exploram os tipos de relações sintáticas efetivadas entre as preposições, que podem ser de três naturezas:

- **Relações fixas** – nesses casos, a primitiva função relacional e o sentido mesmo da preposição se esvaziam profundamente, vindo a preponderar tanto na organização da frase como no valor significativo o conjunto léxico resultante da fixação da relação sintática preposicional.

(15) Necessariamente hão de vencer eles.

(16) Então, sigo em frente até dar com eles.

- **Relações necessárias** – em tais casos, intensifica-se a relação relacional das preposições com prejuízo do seu conteúdo significativo, reduzido, então, aos traços característicos mínimos.

(17) Eu já nem me lembro de nada...

(18) Ontem fui a Cambridge.

- **Relações livres** – nesses casos, a presença da preposição é possível, mas não necessária sintaticamente. O emprego da preposição em relações livres é, normalmente, recurso de alto valor estilístico.

(19) Encontrar com um amigo.

(20) Encontrar um amigo.

Posteriormente, Cunha & Cintra (2001:565-566) exploram os valores semânticos básicos inerentes às preposições. Quanto à preposição *até*, foco de nossa pesquisa, os autores apresentam valores de movimento espacial e valores de movimento temporal. Vejamos:

- No espaço:

(21) Arrastou-se até ao quarto.

(22) Subiu o Quembo até chegar ao Contuba.

- No tempo:

(23) Saúde eu tenho, mas não sei se serei Ministro até a semana que vem.

(24) Todos passaram a dar-lhe a dignidade que lhe negavam até ali.

Cunha & Cintra (2001:559) não apresentam valores ligados à idéia de repouso (situação, como propõem os autores) para a preposição *até*. O mesmo ocorre com outras, como *para* e *a*. Também não oferecem exemplos ilustrativos dos valores de movimento para as preposições *ante*, *após* e *entre*. Assim, a afirmação dos autores no tocante à carga semântica das preposições precisa, necessariamente, flexibilizar-se.

Melo (1978:106) adota uma postura um pouco mais polêmica. As preposições, segundo o autor, são palavras que subordinam “elementos sintáticos não expressos por uma oração gramatical”. Assim, o autor estaria assumindo não ser possível a ligação de orações por meio das preposições. Entretanto, o autor apresenta o seguinte exemplo:

(25) Tenho a preocupação *de* fazer tudo com capricho.

Nesse exemplo, classificar o *de* como preposição iria frontalmente contra a definição anteriormente apresentada para essa classe de palavras. Essa constatação revela a premência de continuarmos perseguindo traços que sejam mais eficientes para a caracterização das preposições.

Ribeiro (2004:228) parece não admitir a possibilidade de o *até* pertencer a outras classes gramaticais que não às preposições. Em um determinado ponto de sua obra, o autor afirma que o *até* é uma preposição essencial e como tal “só aparece como preposição”. Em outro momento, contudo, na mesma gramática, arrola o *até*, também, como palavra denotativa de inclusão. E exemplifica:

(26) *Até* o professor riu-se.

Bechara (1999) também afirma, à maneira de Ribeiro (2004), que as preposições essenciais são palavras que além de acompanharem apenas formas tônicas dos pronomes oblíquos, só aparecem na língua como preposições. Mais adiante, todavia, em sua gramática, o autor afirma:

“É preciso distinguir a preposição da palavra de inclusão *até* que se usa para reforçar uma declaração com o sentido de ‘inclusive’, ‘também’, ‘mesmo’, ‘ainda’. A preposição pede pronome pessoal oblíquo átono e a palavra de inclusão pede pronome pessoal reto” (Bechara, 1999:311) – grifo nosso.

E fornece os seguintes exemplos, em que o *até* assume os valores de preposição e de palavra de inclusão, respectivamente:

(27) Ele chegou *até* mim e disse toda a verdade.

(28) *Até* eu recebi o castigo.

Almeida (2004:334) claramente afirma que é função das preposições ligar palavras, ao passo que é função das conjunções ligar orações. Como podemos facilmente perceber, a asserção do autor não se sustenta empiricamente.

O critério que estabelece a diferença entre preposição e conjunção com base na natureza dos elementos ligados revela incongruências, pois percebemos que não é função exclusiva das preposições ligar palavras, nem é função exclusiva das conjunções ligar orações. Vejamos os exemplos abaixo, adaptados de Andrade (1987:05):

- (29) Não saí **por** estar chovendo.
 (30) Ele foi embora **sem** dizer nada. }

Preposições ligando orações.

- (31) Ela era alta **e** magra.
 (32) Ana era feliz **quando** criança. }

Conjunções ligando palavras – no 1º exemplo, uma coordenativa aditiva; no 2º exemplo, uma subordinativa.

Podemos verificar, por meio dos exemplos (29) a (32), que as conjunções subordinativas não diferem das conjunções coordenativas nem das preposições, com relação aos termos ligados. Portanto, restringir o papel conectivo das preposições às palavras, e o papel conectivo da conjunção às orações parece ser contraproducente. Desde já, percebemos a complexidade que envolve os conceitos aqui tratados, uma vez que a realidade da língua não se deixa aprisionar por classificações estanques e categóricas.

Segundo Andrade (1987:07), poder-se-ia objetar que, nos casos em que a conjunção subordinativa introduz uma palavra ou um termo e não uma oração (como no exemplo 32), haveria um verbo elíptico, como costumam sugerir as gramáticas tradicionais. No entanto, tal premissa também seria verdadeira, segundo reflexão da autora, para as conjunções coordenativas e para as preposições. Vejamos:

(33) Antônio era feio **mas** muito feliz.

(33') Antônio era feio **mas** era muito feliz.

(34) Antônio era muito feliz **embora** feio.

(34') Antônio era muito feliz **embora** fosse feio.

(35) Antônio era muito feliz **apesar de** feio.

(35') Antônio era muito feliz **apesar de** ser feio.

Essa contribuição de Andrade (1987) parece ser bastante original para os estudos de língua portuguesa. Afinal, a idéia de que conjunções subordinativas ligam também palavras não encontrou eco em nossos compêndios mais tradicionais. E a autora acrescenta (1987:07):

“Costuma-se aceitar conjunções coordenativas e preposições introduzindo elementos não oracionais, enquanto conjunções subordinativas introduzindo esses mesmos elementos são tratadas como se houvesse um verbo elíptico. Contudo, não há razão para se subentender o verbo *ser* apenas no caso das conjunções subordinativas e não fazê-lo no caso das conjunções coordenativas e das preposições. Assim, parece melhor aceitar que as conjunções subordinativas podem também ligar palavras, do mesmo modo que as conjunções coordenativas e as preposições”.

Almeida (2004) também define preposições essenciais como aquelas que só podem exercer a função de preposição na gramática, como fizeram Bechara (1999) e Ribeiro (2004). Contudo, como outros autores, Almeida (2004) também aventa a possibilidade de o *até* assumir outra função; dessa vez, a de advérbio, em alguns contextos. Vejamos o exemplo fornecido pelo autor:

(36) Podíamos *até* vender a casa.

Bueno (1963:138) admite ser papel único das preposições ligar apenas palavras por meio de uma “relação qualquer”. A não-especificação da natureza da ligação operada pelas preposições dificulta uma compreensão mais global dessa categoria gramatical.

Said Ali (1966:101) opta por associar à definição de preposições uma série de conteúdos semânticos e acrescenta que elas subordinam nomes ou pronomes a outros termos. Como sabemos, entretanto, nem sempre o termo chamado antecedente é de natureza nominal ou pronominal. Vejamos:

(37) Após a chegada de Antônio, sairemos.

(38) Todos estarão naturalmente contra a proposta.

Barros (1985:211) é mais cauteloso ao lidar com o significado das preposições. O autor admite a dificuldade de traçarmos esquemas rígidos que espelhem a carga semântica desses elementos. Vejamos:

“A descrição dos sistemas preposicionais (inventário, valores) é particularmente árdua; de fato, as preposições são unidades de regime híbrido; gramaticais enquanto indicadores de relações, mas também léxicas; daí os problemas de referência semântica, empregos fraseológicos e dificuldades sintáticas que se entrelaçam. A evolução das línguas intensifica essa complexidade”.

Numa seção, ainda no capítulo referente às preposições, Barros (1985:212) enfoca o item *até*, gerador de dois sentidos diferentes: inclusão e proximidade. Este é regido por formas oblíquas; aquele, por meio de pronomes retos. Apesar de não ficar explícito, parece que o autor classifica ambos os casos, neste momento, como elementos preposicionais. Vejamos os exemplos:

(39) *Até* eu percebi a tramóia. → até (sentido de inclusão)

(40) Chegou-se *até* mim meio acabrunhado. → até (sentido de limite)

Por outro lado, um pouco antes, o item *até* também é classificado pelo mesmo autor como advérbio de inclusão, pertencente ao campo estilístico. Permanece, portanto, uma grande dúvida de caráter taxionômico.

De uma forma geral, podemos verificar que as definições dadas às preposições giram em torno de eixos divergentes, quando cotejamos as diversas propostas apresentadas. A polêmica gira em torno dos valores semânticos, da natureza dos termos ligados e dos critérios definidores da própria classe com relação às conjunções, advérbios e às chamadas palavras denotativas.

Verificamos que tais posicionamentos já eram vigentes antes da promulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959. Vejamos, portanto, a abordagem de alguns gramáticos cujas obras foram publicadas na primeira metade do século XX. Para sermos mais específicos, analisaremos as propostas de Oiticica (1940), Pereira (1943), Lima (1937) e Maciel (1931).

Segundo Oiticica (1940:56-58), “preposição é a palavra que indica relação entre duas idéias”. Apesar de a definição não ser muito esclarecedora, o autor arrola uma longa lista de funções semânticas que podem ser desempenhadas pelas preposições. São elas: adição, assunto, causa, companhia, concessão, concomitância, condição, conformidade, distância, distribuição, efeito, estado, estimativa, favor, fim, frequência, instrumento,

limite, lugar, matéria, medida, meio, modo, oposição, posição, prazo, preço, proveniência, qualidade, quantidade, reciprocidade, referência, substituição e troca.

O autor (1940:58-59) acrescenta que as locuções prepositivas existem pelo fato de suprirem a necessidade de exprimir mais relações semânticas, já que as chamadas preposições simples não dão conta de tal função.

De acordo com Pereira (1943:163), “preposição é uma pequena palavra invariável, que se põe entre duas outras para ligá-las, subordinando a segunda à primeira.” Como vemos, Pereira também admitia ser função precípua das preposições o fato de ligar apenas palavras. Quanto ao sentido, o autor assevera que devemos classificá-las como fazemos com os advérbios, ou seja, conforme as circunstâncias ou as relações que indicam. As principais relações indicadas pelas preposições seriam as de tempo, lugar, causa, modo, meio e fim.

Lima (1937:26) defende idéia semelhante à de Pereira, ou seja, a de que cabe às preposições a função exclusiva de ligar palavras. Vejamos:

“Tanto o verbo como o substantivo, o adjectivo ou o adverbio, vêm muitas vezes modificados por algum termo de função diversa que a elles se liga por intermédio de uma palavra de natureza connectiva (...). A essa palavra intermédia dá-se o nome de PREPOSIÇÃO, e ella sempre se colloca entre dois termos: *antecedente* e *consequente*. Preposição é a palavra invariável que, posta entre duas outras palavras de funções differentes, indica a relação de complemento que a segunda tem para a primeira”.

O autor acrescenta que seja qual for a relação indicada, o consequente e o antecedente da preposição são sempre *palavras de função diversas*, e o segundo termo é *subordinado* ao primeiro. É, pois, a preposição uma palavra *conectiva* e *subordinativa*.

Maciel (1931:149), por fim, define preposição como “uma palavra intervocabular que indica a relação syntactica entre dous termos. Estes termos são o antecedente e o consequente”. O autor, mais adiante, explica que não é função exclusiva das preposições ligar palavras, já que as conjunções coordenativas também realizam este papel.

Uma de suas maiores contribuições no tocante a esse assunto consiste na seguinte afirmação:

“As preposições geralmente exprimem duas relações: o estado ou repouso e o movimento, cujas modalidades são: o ponto de partida, o trajecto e a direcção. As de estado são: ante, após, com, contra, em, entre, sem, sob, sobre, trás; as de partido: de, desde; as de trajecto: per, perante, por, e as direcção: a, para” (Maciel, 1931:149).

O autor opta por arrolar o *até* entre as chamadas preposições essenciais, mas omite a mesma partícula nas classificações semânticas anteriormente apresentadas. De qualquer forma, o autor traça um perfil razoável em termos de significação, conforme fica claro na citação acima. É bastante provável que sua abordagem tenha sido tomada como matriz por outros autores que o sucederiam décadas depois.

Verificamos que um traço recorrente em quase todas as definições apresentadas para as preposições é a que se baseia na função relacional. Quanto a esse aspecto, Poggio (2003:123) assevera:

“Ao dizerem que as preposições se caracterizam por desempenharem função relacional, esses estudiosos (gramáticos) nada esclarecem a respeito do significado categorial desses elementos lingüísticos. O conceito de relação refere-se mais a um fato sintático do que a um fato categorial, sendo, além do mais, vago, uma vez que outras categorias gramaticais, como substantivo, adjetivo e verbo, podem também estabelecer relações com outras unidades do texto. Desse modo, o valor relacional está ligado a uma função textual geral que não corresponde, exclusivamente, à classe das preposições”.

Por fim, precisamos reiterar que as abordagens tradicionais são bastante divergentes quando cotejadas entre si. Urge, portanto, perseguirmos outros perfis para essa classe de palavra altamente utilizada em língua portuguesa.

Para tal, encetaremos outra etapa de nosso trabalho que consiste em desvelarmos as contribuições de autores de outras linhas de investigação lingüística.

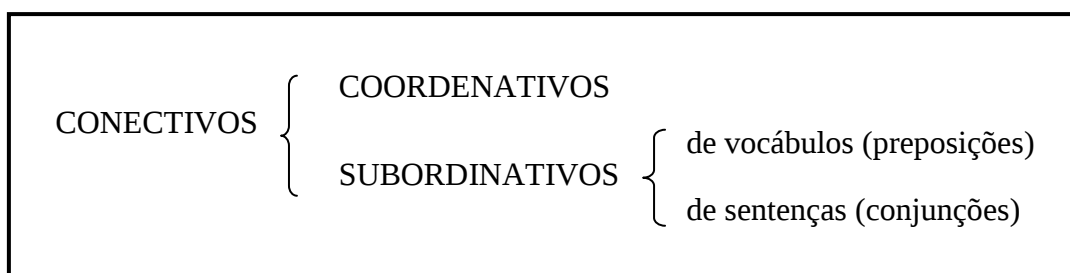
2.2. Em outras abordagens

A posição dos teóricos quanto ao valor e aos usos das preposições também é bastante divergente fora da tradição gramatical. Por vezes, é até mesmo possível encontrar nas obras de um mesmo autor alguns posicionamentos diferentes sobre o mesmo tópico

gramatical, como ocorre nas obras de Camara Jr. Por exemplo, em *Estrutura da Língua Portuguesa* (1984:79-80), o autor afirma:

“Em português, os conectivos subordinativos se dividem em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: flor do campo, falei de flores. As conjunções subordinam sentenças. (...) Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo bio-social”

Assim, segundo o autor, as preposições seriam elementos que servem para ligar palavras e são destituídos de significado, já que não pressupõem em si mesmos “qualquer elemento do universo bio-social”. Em seguida é apresentado o seguinte esquema, que corrobora a afirmação anterior:



À afirmação de que as preposições seriam vocábulos de caráter meramente funcional, Camara Jr. contrapõe uma visão divergente. Vejamos o vocábulo *polissemia*, em outra obra (*Dicionário de Lingüística e Gramática*):

“POLISSEMIA – Propriedade da significação lingüística de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto. (...) *Todas as formas da língua apresentam polissemia, que se refere tanto à significação gramatical ou interna (como nas preposições, nas conjunções, nas flexões etc.), como à significação externa concentrada nos semantemas e caracterizadoras de palavras (...)*” – *grifos nossos* (Camara Jr.,1981:194)

Diferentemente do que havia afirmado antes, nesta última obra, o autor assevera que as preposições (assim como outros elementos da língua) caracterizam-se pela polissemia, ou seja, por abarcar uma gama de significações.

Taylor (1992:109) também atentou para o caráter polissêmico das preposições, ao analisar a língua inglesa. Segundo o autor, essa importante propriedade tem sido ignorada por alguns estudiosos do idioma.

Parece plausível aceitarmos, por ora, a hipótese de que pelo menos alguns conectivos detêm uma certa carga de significação nocional ou externa, o que, de fato, poderá variar a depender do contexto. A seguir, podemos constatar que a diferença entre uma oração e outra emerge justamente do significado nocional de cada preposição empregada. Vejamos:

(41) Maria foi sem o casaco para a escola.

(42) Maria foi com o casaco para a escola.

(43) Eles estão com Maria na luta pela causa dos operários.

(44) Eles estão contra Maria na luta pela causa dos operários.

(45) Ele estudou desde novembro.

(46) Ele estudou até novembro.

Como podemos verificar, é justamente a partir das preposições acima que depreendemos os diferentes matizes semânticos de toda a oração. Assim, concluímos que elas são realmente morfemas gramaticais, mas não são totalmente destituídas de significado, pois muitas possuem carga semântica¹⁷ da qual depende o sentido da oração ou do termo que iniciam.

A gramática francesa de Port Royal, datada do século XVII, afirma que os casos e as preposições haviam sido inventados para o mesmo emprego, que consiste em indicar as relações que as coisas têm umas com as outras. Segundo os autores, as relações indicadas

¹⁷ Não pretendemos, por meio de nosso estudo, afirmar que todos os conectivos são dotados de carga semântica, o que parece ser improvável. Basta analisarmos as chamadas conjunções integrantes para comprovarmos o contrário; entretanto, parece bastante claro que a generalização feita por Camara Jr. de que os conectivos teriam “papel meramente funcional” (1981:72) é um tanto quanto inadequada, pelos argumentos e exemplos já expostos acima.

pelas preposições são as mesmas em quase todas as línguas conhecidas. E propõem a seguinte classificação semântica, com exemplos do francês:

De lugar, de situação, de ordem		chez, dans, en, à, hors, sur, sus, sous, devant, après
De tempo		avant, pendant, depuis
Do ponto	para onde se vai	en, à, vers, envers
	que se deixa	de
De causa	eficiente	par
	material	de
	final	pour
Outras relações de	união	avec
	separação	sans
	exceção	outré
	oposição	contre
	supressão	de
	permuta	pour
	conformidade	selon

Causa-nos bastante surpresa o alto grau de sistematicidade apresentado por Arnauld e Lancelot, os autores da *Gramática de Port Royal*, no tocante às preposições. Como vimos, já no século XVII havia a preocupação com uma certa caracterização semântica desses elementos conectivos. A percepção dos autores, contudo, vai além:

“Em nenhuma língua se seguiu o que a razão teria desejado, isto é, que cada preposição designasse apenas uma relação e que cada relação fosse designada por uma só preposição.” (Arnauld e Lancelot, 2001:77)

De fato, podemos constatar a observação dos autores também com relação ao português moderno. Analisemos os exemplos abaixo:

(47) Todos somos iguais ante Deus.
 (48) Todos somos iguais perante Deus. } Preposições ante e perante com valor semântico similar

(49) Dê a ele a quantia desejada. (a = inicia o termo beneficiário)

(50) Daqui a cinco dias sairemos. (a = inicia expressão temporal)

Já estava na intuição dos autores da *Gramática de Port Royal* a idéia de que as preposições carregam em si mesmas certa carga semântica, que por vezes, pode apontar para sentidos polissêmicos, tal como propôs Camara Jr (1981). Vejamos:

“Uma preposição não indica somente relações diferentes, o que já denota uma falha na língua, mas marca relações opostas, o que parece um vício mas é também uma vantagem. Se cada relação de uma idéia com uma outra tivesse sua preposição, o número delas seria infinito, sem que daí resultasse precisão maior”. (Arnauld e Lancelot, 2001:197)

López (1970:17), ao esboçar uma extensa análise das preposições da língua espanhola, reconheceu o esforço dos gramáticos de Port Royal como plenamente satisfatório, já que tais autores entendiam as preposições como “o expoente de uma relação considerada de maneira abstrata e geral, e independente de todo antecedente e conseqüente”.

Azeredo (2003:38) retoma a questão da diferença entre preposições e conjunções, a partir das contribuições de Camara Jr. Vejamos:

“A base distintiva que, segundo Mattoso, separa preposições e conjunções é insatisfatória. Com efeito, ‘e’ é uma conjunção em ‘Flávia e Gisele são irmãs’, apesar de estar ligando palavras; ‘para’ é uma preposição na frase ‘comprei esta cesta para jogar lixo’, embora ligue estruturas formadas por sujeito e predicado, isto é, orações. (...) As preposições têm muito em comum com as conjunções subordinativas, pois umas e outras servem para indicar que a estrutura que integram se acha subordinada a uma construção situada em nível mais alto. Preposições e conjunções subordinativas se equivalem funcionalmente e devem ser descritas como subtipos de uma classe lexical só. A diferença entre uma e outras consiste em que as preposições introduzem construções sem conteúdo modo-temporal explícito, enquanto as conjunções subordinativas introduzem estruturas cujo conteúdo modo-temporal se explicita.”

Azeredo (2003) acrescentou uma importante contribuição para a distinção entre preposições e conjunções, já que o critério que leva em conta os elementos ligados revelou-se frágil, como pudemos atestar ao longo de nossa exposição. A ausência da noção

modo-temporal explícita nas orações ligadas pelas preposições justifica-se como um bom argumento identificador, apesar de também poder revelar falhas. Vejamos o exemplo abaixo:

(51) Ela não sabia porque cantar naquele momento.

(52) Devemos todos aprender como viver sem muito.

Nos exemplos acima, os conectores porque e como introduzem orações sem uma noção modo-temporal explícita, já que precedem formas verbais infinitivas. Ao cotejarmos a definição de preposição apresentada por Azeredo (2003) com os exemplos apresentados, poderíamos concluir erroneamente que porque e como são preposições. Assim, o critério apontado por Azeredo também não está livre de falhas, apesar de, certamente, ser mais abrangente que o dos gramáticos tradicionais que reduziam as preposições ao seu papel de ligação intervocabular.

Em *Fundamentos da Gramática do Português*, Azeredo (2000:144) sistematiza uma definição, de caráter sintático, bastante razoável para as preposições. Vejamos:

“Chama-se preposição a palavra invariável que precede uma unidade nominal – substantivo, pronome substantivo, infinitivo -, convertendo-a em constituinte de uma unidade maior. Por estar sempre apta a originar construções ou locuções de caráter adjetivo ou adverbial, a preposição é, sobretudo, do ponto de vista sintático, um transpositor”.

Como pudemos verificar, Azeredo introduz a noção de transposição, também utilizada por Bechara (1999). A transposição consiste no processo pelo qual se formam sintagmas derivados de outras unidades, as quais podem ser sintagmas básicos ou orações. Azeredo (2000:211) afirma que as preposições funcionam como transpositores que originam sintagmas (sintagmas preposicionais) que “ocupam o mesmo lugar dos sintagmas adjetivais (...) e dos sintagmas adverbiais”. Vejamos alguns exemplos:

(53) Leite com gordura → leite gorduroso

(54) Noite de luar → noite enluarada.

(55) café com açúcar → café doce.

(56) moravam nesta casa → moravam aqui.

(57) acordavam ao meio-dia → acordavam tarde.

(58) misturou a massa com a mão → misturou a massa manualmente.

Nos exemplos (53), (54) e (55), os transpositores *com*, *de* e *com* originaram sintagmas preposicionais que ocupam o mesmo lugar de sintagmas adjetivais. Nos demais exemplos, ou seja, (56), (57) e (58), os transpositores *em*, *a* e *com*, por sua vez, originaram sintagmas adverbiais.

Perini (2000:334) apresenta uma definição bastante similar à apresentada por Azeredo (2000). Segundo o autor, “preposição é a palavra que precede um SN, formando o conjunto um SAdj ou um SAdv”. Em obra mais moderna, o mesmo autor (2006:164) afirma não ser fácil distinguir as preposições de outros grupos. De acordo com sua nova proposta, elas podem ser chamadas de *reclassificadores*, uma vez que seu papel precípua é promover mudanças de classe.

Apesar de as propostas apresentadas serem bastante abrangentes, o próprio Perini reforça que nem sempre é aplicável a todos os casos em que ocorrem preposições na oração. Assim, nos exemplos abaixo, a preposição não tem o poder de transpositor, uma vez que não origina um SAdj ou SAdv. Vejamos:

(59) Gosto de você.

(60) Conto com você.

(61) Acredito em você.

Conforme asseveraram Cunha & Cintra (2001), podemos enquadrar as preposições, nesses casos acima, como denotadoras de *relações necessárias* uma vez que sua relação com o verbo intensificou-se a tal ponto que houve prejuízo do seu conteúdo significativo, ficando bastante reduzido. Poderíamos falar, inclusive, em lexias complexas, já que verbo e preposição encontram-se ligados a tal ponto que o significado de ambos passa a ser não mais composicional, mas unitário.

Mateus *et alii* (2004:392) apresentam um ponto de vista diverso no tocante ao valor semântico das preposições. Vejamos:

“De um modo geral, tanto umas como outras (preposições, advérbios e conjunções) são categorias lexicais, porque selecionam complementos e estão-lhes associados valores semânticos. Algumas preposições são essencialmente marcas de casos (...), e outras, pelo menos em alguns dos seus valores, sofrem um processo de reanálise, comportando-se como complementadores, como aconteceu com *para*, quando introduz orações infinitivas”.

Assim, as autoras estabelecem diferentes graus em termos de carga semântica para as diversas preposições da língua portuguesa. Sua proposta assemelha-se, portanto, à de Cunha & Cintra (2001).

Ao se referir às preposições e advérbios, Lemle (1989:128-129) afirma que a nomenclatura gramatical ensinada nas escolas resente-se de uma inconsistência que está a exigir uma reconsideração refletida. Segundo a autora, há dois princípios de rotulação de locuções: a *rotulação categorial* e a *rotulação funcional*. Vejamos os exemplos abaixo:

(62) *Todos os dias* têm sido chuvosos.

(63) Essa chuva *todos os dias* está estragando nossas férias.

(64) *Todos os dias* escovo os dentes.

De acordo com a *rotulação funcional*, seguida pelas gramáticas tradicionais e adotada nas descrições lingüísticas, a expressão *todos os dias* nos exemplos acima deveria ser classificada, respectivamente, como sintagma nominal, sintagma adjetival e sintagma adverbial. Contudo, segundo a *rotulação categorial*, que serve de base à chamada teoria do $\bar{X}$ (Jackendoff, 1977), teríamos nos três casos um sintagma nominal, pois apenas a estrutura da expressão é levada em conta.

Lemle (1986:130) adota a rotulação categorial por estar mais de acordo com a teoria gerativa. Há, porém, um problema já clássico na perspectiva adotada pela autora, ou seja, a de que o componente semântico ficaria totalmente preterido em favor do sintático. A própria autora admite que fica “para um componente de regras interpretativas o ônus de dar conta da diversidade de funções que um sintagma de uma dada categoria pode exercer” (grifo nosso).

Bosque y Demonte (2000:567) iniciam seu estudo sobre as preposições ressaltando as fortes relações entre essa classe, a dos advérbios e a das conjunções. Segundo os autores, são essas as semelhanças:

- 1º - De um ponto de vista morfológico, são invariáveis;
- 2º - Trata-se de elementos sintáticos encarregados de estabelecer relações entre orações ou entre partes da oração;
- 3º - Os constituintes encabeçados por tais partículas servem ou como complementos selecionados pelos diversos tipos de verbos ou como complementos circunstanciais¹⁸.

Após desvelar as características comuns aos conectivos, Bosque y Demonte (2000) definem as preposições da seguinte maneira:

“A preposición é uma classe de palavras encarregada de estabelecer uma relação de modificação ou subordinação entre dois constituintes. O primeiro deles (o elemento rector ou modificado) pode pertencer a diferentes classes de palavras, e pode ser um núcleo (o livro de meu amigo, consistir em algo) ou um constituinte sintagmático (comprar uma casa em Madri). O segundo (o elemento subordinado) é habitualmente um substantivo (...), embora (...) também possa tratar-se de outras categorías gramaticais.¹⁹”

O elemento regido, ou seja, o segundo constituinte ligado pela preposição, conforme asseveram os autores, pode não ser um substantivo *stricto sensu*, mas outra expressão de valor equivalente. Nesse aspecto, Bosque y Demonte (2000) inovam em relação a alguns autores brasileiros, que preceituam a necessidade de haver um elemento de natureza substantiva para ocorrer a complementação preposicional. Vejamos os exemplos abaixo:

(65) Castigaram-no por ter se comportado mal.

¹⁸ Segundo Bosque y Demonte (2000:567), o complemento circunstancial (também chamado adjunto ou adjunto circunstancial) é um tipo de complemento não selecionado, ou seja, não exigido pelas características sintático-semânticas dos elementos que modifica.

¹⁹ “La preposición es una clase de palabras encargada de establecer una relación de modificación o subordinación entre dos constituyentes. El primero de ellos (el elemento rector o modificado) puede pertenecer a diferentes clases de palabras, y puede ser un núcleo (el libro de mi amigo, consistir en algo) o un constituyente sintagmático (comprar una casa en Madrid). El segundo (el elemento subordinado) es habitualmente un sustantivo (...) aunque (...) también puede tratarse de otras categorías gramaticales”.

(66) O fato *de* estar aqui é motivo de grande alegria.

Bosque y Demonte (2000:571) também abordam a questão das orações introduzidas pelas expressões *desde que* e *até que*. Segundo os autores, o *que*, nesses contextos, costuma ser classificado como um advérbio relativo temporal. O *desde* e o *até*, por sua vez, continuam a desempenhar o papel de preposição. Vejamos:

(67) Ele não saiu de casa *desde que* cheguei das férias.

(68) Permaneça aqui *até que* ele chegue.

Os autores citados (2000:573-574) acrescentam que as preposições *de* e *até* também podem ser usadas em estruturas correlativas. Nessa função, tais preposições dão lugar a construções que expressam extensão espacial ou temporal, como nos seguintes exemplos:

(69) O filho correu *de* um extremo do parque *ao* outro.

(70) A conferência durou *desde* as quatro *até* as seis.

Bosque y Demonte (2000:575) reconhecem haver na língua espanhola o uso de *até* também com sentido inclusivo, à semelhança da língua portuguesa. Nesse caso, eles acreditam que esse item deve ser classificado como advérbio. Vejamos:

“Temos, em primeiro lugar, as construções em que se faz um uso adverbial da partícula *até*. Nesses casos, *até* não é a preposição que indica o limite final de uma determinada trajetória espacial ou temporal, mas um advérbio, de significado e função similar a *inclusive*, que pode antepor-se a qualquer tipo de categoria sintagmática, entre elas, a um sintagma preposicional. Não se observam restrições quanto ao tipo de sintagmas preposicionais que podem ser modificados por esta partícula²⁰”.

²⁰ “Tenemos, en primer lugar, las construcciones en que se hace un uso adverbial de la partícula *hasta*. En estos casos (...), *hasta* no es la preposición que indica el límite final de una determinada trayectoria, espacial o temporal, sino un adverbio, de significado y función similar a *incluso*, que puede anteponerse a cualquier tipo de categoría sintagmática, entre ellas, a un sintagma preposicional. No se observan restricciones en cuanto al tipo de sintagmas preposicionales que pueden ser modificados por esta partícula”.

Os autores (2000:575) disponibilizam os seguintes exemplos para ilustrar a asserção acima:

- (71) Eu o vi *até* na sopa. → ATÉ + adjunto locativo.
- (72) Ele vestia capa de chuva *até* no verão. → ATÉ + adjunto temporal.
- (73) Aqui há que pedir permissão *até* para tossir. → ATÉ + adjunto de finalidade.
- (74) Ele brigou *até* com sua mãe. → ATÉ + sintagma preposicional.

Outro uso adverbial de *até*, comentado por Bosque y Demonte (2000:597-598), está ligado à idéia de limite, equivalendo à expressão “*no máximo*”. Vejamos alguns exemplos²¹:

- (75) Eu comeria *até* dez pastéis.
- (76) Posso te esperar *até* 10 horas; não mais!
- (77) Ele chegará *até* as 7 da noite.
- (78) Eu te encontrarei *até* a segunda-feira.

Em alguns contextos, as preposições *com* e *para* combinam-se com outras com o objetivo de encabeçar construções que representam o beneficiário de uma determinada ação. Vejamos alguns exemplos adaptados de Bosque y Demonte (2000:577), que demonstram ser possível a justaposição de preposições:

- (79) Ele é afável *para com* os humildes.
- (80) Todos devemos ter deveres *para com* Deus.
- (81) São boas as disposições daquela família *para comigo*.

Poderíamos acrescentar outras combinações de preposições não relatadas pelos autores supracitados:

- (82) Ele caminhou *por entre* as pessoas.

²¹ Os exemplos (89), (90) e (91) são bastante polêmicos, visto que as ocorrências de *até* podem ser classificadas como preposicionais. A ambigüidade categorial atestada revela premência da aplicação da teoria dos protótipos às classes gramaticais do português, especialmente nos casos em que os limites são mais claramente difusos.

(83) O livro está por sobre a mesa.

(84) João está por trás das casas.

(85) Ela ficara por até dois meses no hospital.

No espanhol, segundo Bosque y Demonte (2000:596), o item *até* também pode estar presente em estruturas correlativas que têm habitualmente um valor espaço-temporal. Nestes casos, o *até* (em correlação com *desde*) expressa a noção de limite final de uma determinada trajetória. Os termos introduzidos por *até* funcionam como verdadeiros “complementos ou adjuntos locativos ou temporais”. Vejamos:

(86) La llanura se extiende desde mi pueblo hasta el suyo.

(86') A planície se estende *desde* meu povoado *até* o seu.

(87) La conferencia duro desde las cuatro hasta las seis.

(87') A conferência durou *desde* as quatro *até* as seis.

(88) Caminaron desde Madrid hasta Guadalajara.

(88') Caminharam *desde* Madri *até* Guadalajara.

(89) Trabaja desde la mañana hasta la noche.

(89') Trabalha *desde* manhã *até* a noite.

Nossa intuição aponta para o fato de o par correlativo *desde...até* ser utilizado mormente em expressões temporais. Para expressar a mesma idéia de ponto inicial e ponto final de uma trajetória espacial, parece ser mais natural o par correlativo *de...até*. Cabe, com nossos dados, verificarmos se nossa intuição encontra respaldo nos usos de nossa língua portuguesa ou não.

Precisamos acrescentar, ainda, que o par correlativo *desde...até* também pode estar inserido em outros termos da oração. Vejamos:

(90) Ana comprou *desde* as miudezas *até* os móveis mais caros → *desde...até* no objeto direto.

Parece lícito afirmarmos que, no caso acima, o par correlativo *desde...até* desempenha a função de verdadeiro conector coordenador. Entretanto, devemos asseverar que o uso desse conector correlativo carrega em si traços semânticos bastante distintos do exemplo abaixo, em que usamos a conjunção aditiva prototípica *e*. Vejamos:

(91) Ana comprou as miudezas e os móveis mais caros.

A diferença está no fato de que em (90), expressamos com mais clareza dois pólos de uma gradação. Atribuímos uma maior carga enfática aos termos coordenados e supomos haver outros elementos incluídos entre um pólo e outro. Ou seja, no exemplo (90), queremos afirmar implicitamente que Ana comprou outros elementos que, por algum motivo, não foram textualmente citados no enunciado. O mesmo não podemos afirmar com relação ao exemplo (91), que expressa claramente apenas a compra de “miudezas” e “móveis mais caros”, ou seja, os elementos explicitados na superfície da oração. Assim, não subentendemos a compra de mais elementos em (91).

Bosque y Demonte (2000:677) afirmam também que a preposição *até*, especificamente, pode assumir os seguintes valores:

(92) Chegaremos *até* a fronteira → término de lugar.

(93) Não cessou em seu empenho *até* conseguir tudo o que queria. → término de ação.

(94) Gastarei *até* cem reais naquilo. → término de quantidade.

(95) Dormiu *até* amanhecer. → término de tempo.

Por fim, os autores novamente abordam a diferença entre o *até* preposicional e o *até* adverbial. Para Bosque y Demonte (2000), com valor adverbial, o *até* denota a idéia de limite ponderativo. A diferença entre um uso e outro se nota ao comparar as frases seguintes:

(96) Subiram *até* o último andar. → valor preposicional.

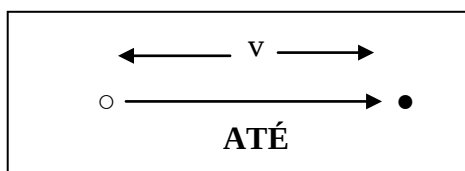
(97) *Até* subiram ao último andar. → valor adverbial.

Pela exposição acima, o *até*, foco de nossa pesquisa, encontra apenas duas classificações possíveis na abordagem de Bosque y Demonte (2000): preposição e

advérbio. A hipótese de este item ser classificado como conjunção, como nos exemplos (93) e (95), em que o *até* é utilizado para ligar orações, está descartada, segundo a descrição proposta pelos autores.

López (1970:11) afirma que para um estudo profícuo das preposições, é necessário partirmos da significação inerente a cada uma delas na língua, tendo em conta que tal significação pode ser reduzida a esquemas para nossa melhor compreensão. O uso de esquemas simplificaria o estudo, sendo, portanto, mais útil.

A autora apresenta o seguinte esquema para ilustrar a preposição *até* (*hasta*, no espanhol):



A preposição *até*, segundo o esquema acima e pelas explanações de López (1970:143), indica o movimento em direção a um ponto necessariamente final, limítrofe. Entre os vários exemplos dados pela autora, citamos os seguintes, devidamente adaptados para o nosso idioma:

- | | | |
|---|---|-------------------------------------|
| (98) Ela chegará <i>até</i> Córdoba amanhã. | } | <i>Até</i> em construções espaciais |
| (99) Ele irá <i>até</i> o sol. | | |
| (100) Todos chegaremos <i>até</i> o rio. | | |

- | | | |
|---|---|-------------------------------------|
| (101) Te espero <i>até</i> as oito. | } | <i>Até</i> em construções temporais |
| (102) Estarei ali <i>até</i> o verão. | | |
| (103) Não herdaremos nada <i>até</i> que ele morra. | | |

Segundo os exemplos acima, entende-se por espaço uma realidade tanto física quanto abstrata, no sentido que pode ser tomado num sentido metafórico (“*ir até o sol*”). Com referência à noção de tempo, destacam-se várias maneiras de perfilá-lo: com horas, estações do ano, fatos etc.

Vigo Brøndal, lingüista dinamarquês, ocupou-se em grande medida das preposições, que são, a seu ver, pouco numerosas e de pequena extensão formal se

comparadas a outras palavras de maior conteúdo como os nomes e os verbos. Além de tais características, Brøndal *apud* López (1970:12) acrescenta:

1º - Sintaticamente distinguem-se pela capacidade de reger outras palavras. Neste caso, vêm acompanhadas de um objeto, que está colocado imediatamente depois da palavra regente. Daí o nome *preposição*, ou seja, ficam pré-postas (ou em pré-posição) aos elementos regidos.

2º - São altamente utilizadas em várias línguas, tanto na modalidade falada quanto escrita, pela facilidade com que se deixam introduzir nas construções mais diversas, e, sobretudo, pelas distinções extremamente sutis que podem expressar.

López (1970:17-18) apresenta, ainda, diversas outras definições para as preposições, colhidas de autores de língua espanhola. Vejamos as principais:

Real Academia Espanhola (1931) <i>Gramática de la lengua española</i>	“Esta partícula serve para mostrar a relação existente entre duas palavras”
Andrés Bello (1965) <i>Gramática Castellana</i>	“Esta partícula anuncia o término de uma relação”
Rodolfo Lenz (1925) <i>La oración y sus partes. Estudios de la lengua castellana</i>	“Palavra invariável que serve para transformar um substantivo em atributo ou complemento de outro elemento da mesma oração”
Amando Alonso e Pedro Henríquez Ureña (1954) <i>Gramática castellana</i>	“Partículas que encabeçam certos complementos e que indicam de que maneira se complementa o núcleo ou substantivo-base”

Como vemos, de um modo geral, as definições giram em torno da propriedade relacional das preposições, com exceção de Lenz (1925), cujos estudos darão ensejo para a elaboração da teoria da translação, que se baseia na transformação de estruturas sintáticas.

Vale ressaltarmos aqui, também, a definição dada por Vendryes *apud* López (1970:18), por seu caráter diferencial em relação aos já apresentados:

“O papel que desempenham (as preposições) pode representar-se em outras línguas por um procedimento morfológico muito distinto. Assim,

em espanhol diz-se ‘o livro de Pedro’, já em latim, ‘*liber Petri*’²²”.

Com relação aos casos e preposições, cabe ressaltarmos que tal assunto será discutido com mais profundidade no capítulo 4 de nossa pesquisa, que abordará as origens históricas das preposições da língua portuguesa.

Gili y Gaya (1955:221) utiliza o termo “*palavras de relação*” para englobar tanto as preposições quanto as conjunções num mesmo grupo. Segundo o autor, nem sempre é possível, em todos os casos, separar absolutamente as conexões lingüísticas que uma e outra classe de partículas significam. Entretanto, apesar de defender a existência de uma zona de delimitação muito tênue entre preposições e conjunções, Gili y Gaya (1955:221-222) opta por manter a diferenciação tradicional “por motivos de clareza expositiva e porque responde a uma realidade funcional evidente”.

O autor espanhol supracitado (1955:224) aborda as diversas possibilidades de combinação de preposições e exemplifica-as, a partir do primeiro termo da relação. Assim, podem preceder as preposições:

- (a) substantivos - (104) Ele tomou café com leite.
- (b) pronomes - (105) Alguns dos garotos chegaram.
- (c) adjetivos - (106) Todos estão aptos para estudar.
- (d) verbos - (107) Taparam-se com as capas.
- (e) advérbios - (108) Estavam longe da pátria.
- (f) interjeições - (109) Ai de mim!

Além das classes acima, podem, ainda, segundo nossa intuição de falantes da língua portuguesa, anteceder as preposições os numerais e as próprias conjunções e preposições. Vejamos:

- (g) numerais - (110) Os lápis? Deram dois para ele e um para mim.
- (h) preposições - (111) Ele foi por entre as pessoas
- (i) conjunções - (112) Conseguimos, mas para permanecermos, precisamos lutar mais.

²² “el papel que desempeñan (as preposições) puede representarse en otras lenguas por un procedimiento morfológico muy distinto. Así, el español dice ‘el libro de Pedro’, donde en latín, ‘*liber Petri*’”.

Quanto à idéia de regência, já em 1955, Gili y Gaya afirmava:

“As gramáticas antigas diziam que o elemento inicial *rege* determinada preposição. Com este pensamento se davam regras, mais ou menos inspiradas na Gramática latina, a fim de saber quais são as preposições que regem determinados grupos de verbos e adjetivos, segundo seu significado. Tais regras estavam cheias de exceções, e mostravam muitas vezes contradições que as faziam praticamente inúteis. A ACADEMIA ESPANHOLA, desde a edição de 1917, tem deixado de falar em sua gramática de *regência* das preposições, e dá uma lista bastante extensa de palavras que se constroem com preposições. Essas indicações, contudo, têm no dicionário lugar mais adequado que na gramática²³”.

Pelo exposto, o autor não adota a idéia de regência de preposições devido à mínima funcionalidade do conceito. De fato, o grande número de exceções subjacentes ao conceito de regência inviabiliza uma proposta prática e simples do ponto de vista dos usos da língua. O autor acrescenta que a natureza da relação estabelecida pelas preposições não pode depender unicamente do elemento inicial da relação, mas dos elementos relacionados e da preposição que os une. Portanto, o significado e o caráter da relação nascem da concorrência de três fatores, e não de um só.

Galichet (1957) *apud* López (1970:43), por sua vez, afirma que o valor específico das preposições tende menos à sua significação conceptual do que à relação que elas esboçam, pois o papel principal dessas palavras é expressar uma relação gramatical, estabelecer uma conexão entre duas unidades da língua, por meio de uma hierarquia funcional, em que há a subordinação de um determinante a um determinado, de um complemento à palavra completada. A relação expressa pelas preposições, segundo Galichet (1957), pode variar consideravelmente com referência aos termos que une, e delas depende em grande parte o sentido da frase.

Galichet (1957) retoma uma outra discussão de alta relevância para os estudos morfossintáticos, que diz respeito à dupla condição da relação prepositiva. O autor tenta responder ao seguinte questionamento: É a preposição que impõe aos dois termos da

²³ “Las gramáticas antiguas decían que el elemento inicial *rege* determinada preposición. Con este pensamiento se daban reglas, más o menos inspiradas en la Gramática latina, a fin de saber cuáles son las preposiciones que rigen determinados grupos de verbos y adjetivos, según su significado. Tales reglas estaban llenas de excepciones, y mostraban a menudo contradicciones que las hacían prácticamente inútiles. La ACADEMIA ESPAÑOLA, desde la edición de 1917, ha dejado de hablar en su Gramática de *régimen* de las preposiciones, y da una lista bastante extensa de palabras que se construyen con preposición. Estas indicaciones, sin embargo, tienen en el Diccionario lugar más adecuado que en la Gramática”.

relação o seu valor particular, ou são as relações virtuais entre os termos regente e regido que orientam a eleição de uma preposição e determinam seu valor?

Após encetar várias pesquisas, o autor chegou à conclusão de que não é possível estabelecer uma regra fixa sobre que termo seleciona de fato a preposição, já que ora é o verbo (113), ora o nome (114):

(113) Ela vai ao sítio amanhã. → preposição a selecionada pelo verbo *ir*.

(114) João foi de avião para Manaus. → preposição de selecionada pelo nome *avião*.

De posse dos resultados obtidos, Galichet (1957) *apud* López (1970:44-46) propôs uma distinção entre as preposições, baseada em três grandes grupos, os quais passamos a caracterizar e exemplificar:

- **Primeiro tipo – preposições fortes** – são independentes, absolutamente necessárias. Trata-se de preposições com força semântica suficiente para que a relação por elas expressa não se realize na sua ausência, isto é, são fundamentais para a relação entre os termos regido e termo regente. A frase, sem esse tipo de preposição, torna-se, no mínimo, obscura.

(115) Ele vem Ø mim. → sem mim? por mim? junto a mim?

- **Segundo tipo – preposições aglutinadas** – quando estão submetidas à influência preponderante, seja do primeiro termo, seja do segundo, de modo que a relação é ordenada pelo conjunto formado pela preposição e o termo regido ou regente. “É o caso, por exemplo, de determinados verbos que ‘exigem’ sempre uma determinada preposição ou de certas unidades da língua ou palavras compostas que não dispensam a preposição.” (cf. Pires, 1999:34). Nestes casos, a relação entre o termo regente e a preposição constitui uma verdadeira unidade da língua.

(116) Adoro o Rio de Janeiro.

(117) Joaquim comia um pé-de-moleque todos os dias.

(118) Ela falava de viva voz.

(119) Gritou ao ponto de ficar completamente rouca.

- **Terceiro tipo – preposição débil ou vazia** – Às vezes, a aproximação dos termos basta para expressar uma relação. São portanto praticamente dispensáveis.

(120) Chego Ø sábado. (preposição *em*)

Galichet (1957) aponta para um fenômeno já bastante estudado no âmbito do Funcionalismo Lingüístico, que é a dessemantização. (cf. Moura Neves, 2001:125). As preposições do terceiro tipo, por questões de frequência e outras causas, tenderam a debilitar-se semanticamente a ponto de refletir também em seu valor sintático tal debilitação. O desbotamento semântico foi tão profundo que o item tornou-se, em termos práticos, dispensável.

As preposições do segundo tipo, as aglutinadas, sofreram o processo de coalescência, tal como proposto por Lehmann *apud* Moura Neves (2001:126). Segundo o autor, algumas formas gramaticais adjacentes tendem a aglutinar-se com outras, o que em estágios mais avançados, geram seqüências como *derrepente*, já altamente documentada no português não-padrão escrito. Mesmo perseguindo outra linha teórica diferente da nossa, Galichet (1957) reconhece que as preposições “mueren poco a poco (morrem pouco a pouco)”, devido à atenuação de seu valor sintático e semântico.

Por fim, as preposições do primeiro tipo são as que ainda se mantêm mais incólumes da ação natural dos processos de mudança morfossintático-semântica. Sendo assim, parece bastante contraproducente arrolarmos todas as preposições num único grupo com o objetivo de caracterizá-las como se constituíssem uma classe homogênea.

Com relação à teoria galicheteana, López (1970:46) afirma ser possível extrairmos importantes conclusões:

1ª - as preposições são elementos que possuem um *valor de língua* permanente e independente dos termos que une, embora seu papel principal seja evidentemente, sobretudo, o de expressar uma relação gramatical entre dois termos;

2ª - Os dois termos (regente e regido) da relação ordenam, em certa medida, a eleição e o valor da preposição que os une.

A distinção entre as preposições por meio do critério semântico (*cheias* e *vazias*), segundo Pires (1999:34), “parece ter (recebido) grande acolhida entre os estudiosos da linguagem, entretanto, o lingüista francês Bernard Pottier foi um severo crítico de tal modo de compreender as preposições”. Aliás, segundo o autor estruturalista Pottier, a expressão “palavra vazia” é um verdadeiro “monstro lingüístico”. Vejamos:

“O historiador da língua, acostumado tradicionalmente a procurar o detalhe, o exemplo marginal, sente-se inclinado a pensar que um morfema como *a* ou *de*, que parecem significar o que qualquer pessoa quer, acabam, em consequência, por não significar nada preciso. É daí a denominação desastrosa de ‘palavra vazia’, verdadeiro monstro lingüístico. (...) Nós temos que lutar com o dicionário que nos dá a mais falsa idéia que nós poderíamos ter da semântica da língua²⁴” (Pottier, 1976:138).

As palavras do autor, como vemos, são profundamente incisivas. Segundo Pottier, um dos maiores culpados pela idéia de que as preposições seriam vazias são os próprios dicionários, que insistem nessa caracterização. Contra essa concepção, o autor (1976:25) arrola, pelo menos, quatro considerações. Vejamos:

1º - “Todas as preposições têm um significado próprio caracterizado por traços pertinentes que se determinam por oposição aos traços pertinentes de outras preposições”;

2º - “Os traços pertinentes de uma preposição formam um esquema representativo na língua, único na maioria dos casos (exceto os homônimos), que basta para explicar e justificar os empregos no discurso”;

3º - “Cada preposição pode aplicar-se, por uma primeira diferenciação teórica que divide em nossas línguas o universo em universo dimensional (o espaço e o tempo) e o universo nocional, a três possibilidades de aplicação: espaço, tempo e noção”;

4º - “Por fim, em cada uma das possibilidades de aplicação citadas, o contexto momentâneo do discurso opera uma segunda diferenciação completamente ocasional com que se preenchem muitas colunas nos dicionários”.

²⁴ “El historiador de la lengua, acostumbrado tradicionalmente a buscar el detalle, el ejemplo marginal, se siente proclive a pensar que un morfema como *a* o *de*, que parece que significan lo que uno quiera, acaban, em consecuencia, por no significar nada preciso. Y de ahí la desastrosa denominación de ‘palabra vacía’, verdadero monstruo lingüístico. (...) Hemos de luchar con el diccionario, que nos da la más falsa idea que pudiéramos tener de la semántica de la lengua”.

Fica claro que Pottier assume uma distinção clássica no estruturalismo europeu, ou seja, a que diferencia a língua (geral) do discurso (individual). Segundo o autor, os movimentos semânticos vão desde unidades indispensáveis na língua até uma infinidade de variantes contextuais no discurso. É papel dos gramáticos, portanto, sintetizar as condições de emprego, e não inventariar e classificar as realizações do discurso.

A multiplicidade de realizações discursivas é entendida como um efeito do alargamento semântico das preposições. Pottier (1976:147) apresentou um esquema ilustrativo para traduzir sua reflexão em termos de usos das preposições. Vale a pena lembrarmos que tais idéias foram adotadas por Cunha & Cintra (2001) e por Bechara (1999), de certa forma. Vejamos:

Base	Imagem representativa		
Campos de aplicação	<i>espaço</i>	<i>tempo</i>	<i>noção</i>
Exemplos diferenciados no discurso	↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓ oooooooooooooooo	↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓ oooooooooooooooo	↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓↓ oooooooooooooooo

Segundo o esquema acima, os chamados campos de aplicação (espaço, tempo e noção), associados à idéia de *langue* tal como proposta por Saussure, gerariam exemplos diferenciados no discurso, ligado à *parole*. Esta é, portanto, uma visão analítica que ainda influencia em grande medida os nossos estudos gramaticais.

Para explicar o estatuto categorial das preposições, Tesnière (1959), citado por López (1970:51), marca uma diferenciação entre palavras *cheias* e palavras *vazias*, que são caracterizadas a partir de critérios estruturais, morfológicos, semânticos e sintáticos:

PALAVRAS CHEIAS	PALAVRAS VAZIAS
* São carregadas de uma função semântica.	* São desprovidas de função semântica.
* São também chamadas de <i>constitutivos</i> e estão ligadas à chamada <i>sintaxe estática</i> .	* São também chamadas de <i>subsidiários</i> e estão ligadas à chamada <i>sintaxe dinâmica</i> .
* As palavras constitutivas são como pedras na construção da frase.	* As palavras subsidiárias são como o cimento na construção da frase.
* São <i>morfemas</i> , posto que asseguram uma função estrutural. Paralelamente, são <i>semantemas</i> , já que detêm função semântica. São variáveis.	* São, em princípio, invariáveis.

As *palavras vazias*, segundo a teoria apresentada por Tesnière (1959), podem ser divididas em dois grupos: os *juntivos*, cuja função é unir as palavras cheias ou os *nós*, que a gramática tradicional conhece com o nome de conjunções coordenativas; e o *translativos*, que são os marcadores morfológicos da *translação*. Entre os translativos estão:

- as conjunções subordinativas;
- os pronomes relativos;
- *as preposições*;
- o artigo;
- os verbos auxiliares;
- as terminações gramaticais.

A translação é uma mudança de natureza sintática. Essencialmente, consiste em mudar uma palavra cheia de uma categoria gramatical em outra. Vejamos o exemplo abaixo:

(121) O livro de Pedro sumiu.

Na expressão “*livro de Pedro*”, o substantivo *Pedro* converte-se sintaticamente em adjetivo, pela ação do translativo preposicional de. Vale a pena frisarmos que o fenômeno da translação é essencialmente sintático, portanto, morfológicamente, a palavra *Pedro* conserva as características da categoria a que pertencia antes, ou seja, a de substantivo.

A teoria desenvolvida por Tesnière (1959) prevê a diferenciação entre as *translações de primeiro grau* e *translações de segundo grau*. O paralelo com a gramática tradicional pode ser estabelecido da seguinte forma:

Gramática Tradicional	Terminologia de Tesnière
Conjunções coordenativas	Juntivos
Preposições	Translativos de primeiro grau
Conjunções subordinativas	Translativos de segundo grau

Como vemos, a teoria de Tesnière (1959) influenciou em grande medida a abordagem dada às preposições por Bechara e Azeredo, autores bastante influentes nos estudos gramaticais brasileiros. Contudo, vale a pena frisarmos o fato de que Tesnière (1959) defendia a tese de que as preposições, assim como conjunções, pronomes relativos e outras categorias, são classes vazias, ou seja, desprovidas de significado.

Castilho (2003) propõe uma abordagem bastante diferente das já apresentadas. O autor inclui as preposições no rol dos chamados *nexos gramaticais*, juntamente com as conjunções. Segundo o autor, “ambas ligam palavras e sentenças, diferindo nisto que as preposições em seus usos prototípicos posicionam no ESPAÇO os referentes dos termos que relacionam, papel não desempenhado pelas conjunções”.

Como podemos verificar, a definição apresentada por Castilho (2003) inova em grande medida, se comparada à de outros autores. De fato, o autor evita um posicionamento categórico, quando escolhe falar em *usos prototípicos*, e reconhece haver grande afinidade entre preposições e conjunções, como já ficou delineado ao longo deste trabalho.

Castilho (2003) adota grande parte das considerações teóricas feitas por Borba, autor de uma tese de livre docência defendida na Universidade de São Paulo, em 1971. Segundo aquele autor, este agrupou as preposições em nove hipersememas, também denominados de *áreas significativas*, entendidas como conjunto de propriedades que fornecem as bases para a classificação semântica geral das preposições em vários “subsistemas”.

A idéia de que as preposições encerram conteúdos semânticos faz parte da teoria desenvolvida por Borba (1971) e por Castilho (2003), e é daí que surge a proposta de classificação apresentada por tais autores. Os hipersememas tais como apresentados por Borba (1971) são:

(1) **Espaço-tempo** – sentido comum a todas as preposições: “*me puxou até a cerca de crótons*”, “*após horas de dura caminhada, sentia-se cada vez mais inseguro*”.

(2) **Relação** ou **referência**, realização semântica que abrange as seguintes preposições: *a, com, de, em, para, por, sobre*: “*ladrão com ele é na cadeia*”, “*regateava no preço*”.

(3) **Causalidade**, sentido que ocorre com as preposições *a, ante, com, de, em, para, por, sobre*: “*dormi de sono, não de porre*”, “*com as pálpebras inchadas pela noite de insônia*”.

(4) **Quantidade**, hipersemema relacionado com os valores numéricos, e exemplificados por *a, até, de, em, entre, para, por*: “*bebeu do que quis no córrego*”, “*entre inúmeras lembranças, eleger duas ou três preferidas*”.

(5) **Modo**, sentido identificado entre os sintagmas que respondem à pergunta “como?”: “*foi recebido a bola*”, “*o aviador lhe acenava com um lenço*”.

(6) **Posse**, aqui incluída a noção de conteúdo: “*boas pensões, com raparigas de primeira*”, “*a chave do apartamento*”.

(7) **Matéria** de que é feita alguma coisa: “*bolinhos de fubá*”, “*chapéu em palha brilhante*”.

(8) **Assunto**, expresso por *de, em, por, sobre*: “*doutos em ciência*”, “*falar de miséria*”.

(9) **Transformação**, sentido próprio a *de, em, a*: “*guerrilheiros disfarçados de mulheres*”, “*Satanás disfarçado em Jesus Cristo*”.

Borba (1971) discute explicitamente a questão da carga semântica das preposições. Castilho (2003) recupera essa informação, além de conferir sua análise crítica. Vejamos:

“Sobre o ‘sentido esvaziado’ das preposições, ele (Borba) afirma que isso ‘não invalida a assertiva de que elas têm uma significação’, podendo-se sustentar que elas dispõem de ‘uma significação interna de caráter abstrato e geral (referência ao espaço, ao tempo, ao modo, etc.), sendo que a ‘realização da significação externa é sempre contextual onde a preposição entra como peça acessória do conjunto significativo’. Ele (Borba) não explicita a esta altura seu entendimento sobre ‘significação interna/externa’ da preposição, mas pode-se supor que estaria se referindo aqui respectivamente a um sentido mais concreto, prototípico, por contraste com os sentidos obtidos composicionalmente”.

Concordamos com a análise de Castilho (2003) e é por meio dessa hipótese que trataremos o objeto de nossa pesquisa, a preposição *até*. Parece haver um significado comum a todas as realizações desse item gramatical, que se atualiza em contextos diversificados de uso. Essa, como vimos, é a posição de outros autores, como Pottier, Galichet, Cunha & Cintra e Bechara, que comungam, nesse aspecto, das mesmas idéias.

Moura Neves (2000), cujas reflexões são utilizadas também por Castilho (2003), classifica as preposições previamente em três grandes blocos:

(1) *preposições introdutoras de argumentos;*

(2) *preposições não introdutoras de argumentos;*

(3) *preposições acidentais, isto é, as menos gramaticalizadas.*

Castilho (2003) verificou na obra de Moura Neves (2000) algumas especificidades dignas de nota. Ele verificou que parece haver uma certa oscilação em torno da afirmação de que as preposições detêm carga semântica. Vejamos uma citação da autora:

“Os dicionários tratam as preposições como possuidoras de variadas acepções, tal como se fossem nomes. Entretanto, cabe observar que a preposição pertence à esfera das relações e processos (...). Como peça de transitividade, a preposição, a partir de uma zona de acepção (expressão de processo, manifestação de *casos*), tira seu valor das relações contraídas entre os elementos cuja junção ela efetua”. (Moura Neves, 2000:18)

A asserção anterior leva-nos a depreender que as preposições seriam vazias de significado. Segundo Castilho (2003), a argumentação apresentada por Moura Neves (2000), presente na citação acima, conduz-nos a afirmar que as noções identificadas nas preposições “ocorreriam de operações metonímicas, em que ocorre a ‘importação do significado do vizinho’”.

Por outro lado, na mesma página, há uma outra asserção que parece divergir da afirmação anterior. Vejamos: “Avalia-se (...) na descrição do uso da preposição o seu significado unitário” (Moura Neves, 2000:18).

Ora diz-se que as preposições tiram seu valor das relações contraídas entre os elementos cuja função efetua, ora afirma-se que as preposições detêm valores unitários. A expressão *valor unitário* conduz-nos à idéia de autonomia semântica. Diante dessa constatação, Castilho (2003) afirma:

“A convivência entre um significado unitário, de difícil conceituação, e outros traços semânticos ou acepções particulares, faz supor que Neves concebeu as preposições no quadro de sua gramaticalização, representável por uma linha dotada de dois pólos extremos. No pólo da gramaticalização menor teríamos as preposições de significado unitário, e no da gramaticalização maior, as preposições cujos significados resultam da composição do significado unitário com os ‘traços semânticos dos dois termos em relação’”. As preposições introdutoras de argumento exibiriam a face mais gramaticalizada, enquanto que as preposições não introdutoras de argumento exibiriam a face menos

gramaticalizada – mas esta já é uma das leituras possíveis do texto de Neves”.

Ainda com relação à abordagem de Castilho (2003), o autor visou a uma proposta integradora que reúne as contribuições de Borba (1971) e Moura Neves (2003). A reunião dos postulados desses últimos autores gerou um tratamento bastante abrangente e favorável para o estudo das preposições da língua portuguesa.

Castilho (2003) parte do pressuposto de que “as preposições dispõem de um sentido prototípico, reconhecível a partir das categorias cognitivas de POSIÇÃO NO ESPAÇO, DESLOCAMENTO NO ESPAÇO e DISTÂNCIA NO ESPAÇO”. Os usos derivados das preposições seriam gerados a partir de tais sentidos prototípicos que progressivamente se abstratizariam. A progressiva abstratização e as extensões de sentido produziriam novas derivações de significado interdominial, para a categoria de tempo e para outras ainda mais abstratas.

A idéia de associar as preposições a valores espaciais primitivos é compartilhada por outros autores, segundo Ramos (2005:23):

“Numa concepção das preposições como elementos portadores de significado, ganha relevo a noção de espaço, uma categoria semântica básica nas línguas humanas, como afirma Levinson (2003), para quem ‘a cognição espacial é o centro do nosso pensamento’. Há um consenso entre os lingüistas (Hopper, Castilho, Svorou) em afirmar que os elementos prepositivos possuem uma base locativa, tendo desenvolvido noções mais abstratas via processos metafórico e metonímico”.

Assim, percebemos que um acautelado estudo do espaço pode ajudar sobremaneira na compreensão da natureza conceitual das preposições. Tal como já foi relatado por outros autores, a base espacial das preposições pode ser o critério diferenciador dessa classe com relação às demais que com ela compartilham semelhanças.

Poggio (2003:100) afirma que as preposições são partículas relacionais que exercem um papel importante na comunicação, uma vez que são elementos fundamentais na estrutura lingüística. Segundo a autora, elas “variam em quantidade e qualidade de uma língua para outra, daí a dificuldade de se reconhecer os seus valores, ao estudar uma língua estrangeira”.

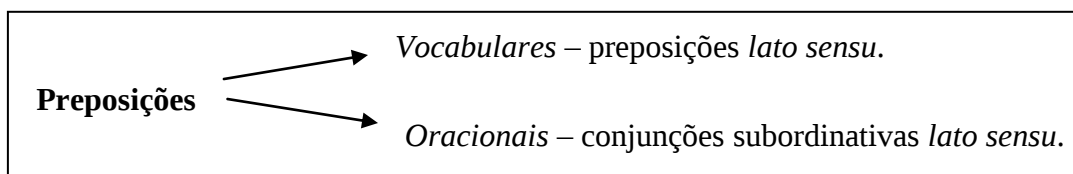
Ao evocar as contribuições teóricas de Moignet (1981), Poggio (2003:100) afirma que as preposições podem manifestar, no discurso, uma variedade de efeitos contextuais de sentido. Quanto a esse aspecto, a autora assevera:

“A sutileza que se pode constatar nos sentidos próprios desses elementos (preposições) e, conseqüentemente, a dificuldade de percepção dos valores semânticos de cada um deles foram suficientes para que se afirmasse que as preposições podiam ser consideradas como palavras vazias (Tèsniere, 1976). Tal conceituação, atualmente, não é mais admissível, pois sabe-se que, da presença de um signo, necessariamente, infere-se a presença de um significado”.

Mais uma vez, constatamos estar bastante debilitada a idéia de que as preposições seriam uma classe de palavras vazias semanticamente. À contribuição anterior, Poggio (2003:101) acrescenta uma outra, que nos ajuda a classificar as preposições introdutoras de segmentos oracionais, de maneira bastante simples. Vejamos:

“Do ponto de vista paradigmático, a preposição figura entre os conectivos, devido às suas propriedades de ligação e de subordinação. Ela pode ser vocabular (preposição *lato sensu*) ou oracional (conjunção subordinativa *lato sensu*), a depender do contexto”

Assim, teríamos o seguinte esquema representativo:



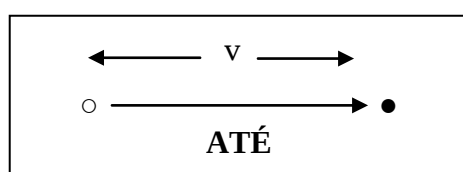
Utilizando o aporte teórico oferecido por Poggio (2003), livramo-nos do desconforto teórico de considerar o mesmo *até* como preposição em orações simples e como conjunção *stricto sensu* quando introduz orações subordinadas. Esta parece ser uma opção mais adequada e simples, do ponto de vista descritivo.

Outra concepção teórica bastante interessante relacionada às preposições está nos estudos de Taylor (1992:110), para quem as preposições são altamente estruturadas e, em seu sentido espacial, servem para localizar uma entidade com referência a outra. Apropriando-se da terminologia adotada por Langacker (1987), Taylor chama a entidade localizada de

trajector (ou TR), enquanto a entidade que serve como ponto de referência, de *landmark* (ou LM). Aprofundando sua reflexão, o autor aborda a questão das relações estáticas e dinâmicas, como fizeram outros autores. Vejamos:

“Uma distinção importante está entre a relação estática e a dinâmica. Se a relação é estática, a preposição denota o lugar do TR. Alternativamente, a relação pode ser dinâmica de meta (o ponto final do movimento do TR é realçado), dinâmica de fonte (o ponto de partida do movimento do TR é realçado), ou dinâmica de caminho (toda trajetória seguida pelo TR ou parte dela é denotada). Outros aspectos que podem ser pertinentes são a forma, o tamanho e a dimensionalidade do LM e o TR; a presença ou ausência de contato entre o TR e o LM; a distância entre o TR e o LM; a orientação (por exemplo, superior/inferior, inclusão/exclusão) do TR com respeito ao LM, e assim por diante. Nós também deveríamos ter em mente a possibilidade de que uma preposição particular pode codificar alguns aspectos altamente idiossincráticos e específicos da relação TR-LM²⁵”.

A proposta apresentada por Langacker e adotada por Taylor é bastante sofisticada. Com relação ao item de nossa pesquisa, o *até*, poderíamos dizer que existe uma *relação dinâmica de meta*, visto que o ponto final da trajetória é realçado. O esquema proposto por López, anteriormente apresentado nesta pesquisa, ajuda a ilustrar o esquema imagético dessa preposição. Vejamos:



Taylor (1992:115), por fim, acrescenta que uma mesma preposição raramente tem uma tradução equivalente quando tomadas duas línguas em cotejo. Daí a dificuldade de alguns

²⁵ “An important distinction is between a static and a dynamic relationship. If the relationship is a static one, the preposition denotes the place of the TR. Alternatively, the relationship may be a dynamic one of goal (the end-point of the TR’s movement is highlighted), source (the starting point of the TR’s movement is highlighted), or path (some or all of the trajectory followed by the TR is denoted). Other aspects that may be relevant are the shape, size, and dimensionality of the LM and the TR; the presence or absence of contact between the TR and the LM; the distance between the TR and the LM; the orientation (e.g. superior/inferior, inclusion/exclusion) of the TR with respect to the LM, and so on. We should also bear in mind the possibility that a particular preposition may encode some highly idiosyncratic, language-specific aspect of the TR-LM relation”.

estudantes que se dedicam a estudar uma segunda língua quando se deparam com as preposições.

Barreto (1999:157) tenta dirimir as discussões em torno da carga semântica das preposições, ao cotejar as diversas abordagens dadas ao assunto. Vejamos:

“No que se refere ao problema da suposta significação relacional concreta de cada uma das preposições, os pareceres dos estudiosos são bastante díspares. Uns admitem que as preposições carecem de significação própria e que o seu sentido depende exclusivamente do contexto. Outros advogam que se a preposição é um signo lingüístico, é dotada de significante e significado. Na verdade, as preposições designam relações do tipo: destino, matéria, instrumento, posse, causa, finalidade, tempo, lugar, e, uma vez que uma mesma preposição pode expressar diferentes relações, apresentam um caráter polissêmico. (..) Pode-se dizer que cada preposição apresenta um valor semântico interno, expressa uma determinada relação locativa no universo do discurso”.

Sendo assim, pela força dos argumentos apresentados, concluímos após nosso arrazoado que as preposições detêm, certamente, força semântica suficiente para serem caracterizadas como vocábulos não-vazios de significado. A maior ou menor carga semântica de cada uma delas vai depender do grau de gramaticalização que a marca.

Para sermos mais exatos, podemos dizer que algumas preposições possuem uma carga semântica mais abstrata que outras. Entretanto, essa característica não aponta para uma falta de sentido nesses vocábulos. Na verdade, há um *continuum* de carga mais concreta para carga mais abstrata, de noções mais plenas para noções referenciais mais vagas. Em cada uma e em todas as preposições, poderíamos falar em um sentido prototípico, central que permanece em qualquer realização sintática, mesmo que metaforicamente abstratizado ou reconfigurado para sentidos afins.

Como vimos observando ao longo deste capítulo 2, o *até* pode ser classificando segundo algumas abordagens, também como uma palavra não prepositiva. Diversos autores afirmam que o *até* pode ser classificado como advérbio, conjunção ou palavra denotativa. Na próxima seção discutiremos, portanto, a relação entre tais categorias.

2.3. Relações entre preposições e outras categoriais

Constatamos na literatura lingüística alguns posicionamentos a favor da classificação de *até*, em alguns contextos, como advérbio de inclusão, tal como assertaram Bosque y Demonte (2000) e Barros (1985).

Certamente não enfocaremos toda a problemática que envolve a classe dos advérbios e nem é nosso objetivo esgotarmos esse assunto, já que tal empresa demandaria uma outra pesquisa, especialmente pela complexidade do tema e pelo seu tradicional tratamento multifacetado. Entretanto, cabem aqui algumas observações acerca da possibilidade de o *até* ser considerado advérbio. Para analisarmos tal possibilidade, deteremo-nos nas contribuições de Ilari *et alii* (2002) e Moura Neves (2000), que guardam profundas semelhanças em termos descritivos.

Ilari *et alii* (2002:54) desenvolveram um estudo detalhado sobre os advérbios, na *Gramática do Português Falado*, abordando questões diversas no tocante à sua caracterização, classificação e posição nas frases da língua portuguesa. Segundo os autores, é costume encontramos muitas contradições na exposição dessa classe de palavras, como a que se impõe quanto à ordem: por um lado, os gramáticos dizem que os advérbios, na chamada “ordem direta” posicionam-se após os termos integrantes do predicado; por outro lado, dizem que os advérbios, no interior da oração, apresentam relativa mobilidade. E as dificuldades avolumam-se:

“Na prática, o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que aqueles critérios levam a classificações conflitantes; e às dificuldades da aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconseqüente, decorrente em grande parte da tentativa de associar de maneira constante à *palavra* certas propriedades que se confirmam apenas para algumas de *suas ocorrências*. Seja como for, as gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavras* de que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. Tratar do ‘advérbio’ é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões” (Ilari *et alii*, 2002:57).

A dificuldade de caracterizar uma palavra e outra por meio de critérios rígidos, principalmente os advérbios, levou Ilari *et alii* (2002:62) a assumirem uma postura classificatória semelhante à da teoria dos protótipos. Vejamos:

“A observação de todos esses fatos mostra que as classes de palavras devem ser entendidas não como recortes categóricos do léxico, e sim como um conjunto de pontos nítidos separados uns dos outros por faixas sem nitidez”.

A reflexão de Ilari *et alii* (2002:66), baseada na grande heterogeneidade da classe dos advérbios, levou-os a postular a existência de uma classe especialmente difusa, já que não podemos falar em categoria definida por características morfossintáticas uniformes. Daí, a impossibilidade de se traçar uma definição inequívoca e globalizante para a classe dos advérbios. Segundo palavra dos autores, estudar essa classe supõe partir dessa premissa principal.

Com Ilari *et alii* (2002) concorda Moura Neves (2000:236-240), que une seus esforços aos daqueles na tentativa de propor uma classificação razoável para essa classe de palavras. Com respeito ao item de nossa pesquisa, os autores concordam ao afirmar que o *até* pode ser considerado como “advérbio de inclusão com incorporação de outros elementos”. Moura Neves (2000) exemplifica tal uso:

(122) Eu soube *até* que ele vai usar palmatória em quem agir contra os interesses do município.

Segundo Ilari *et alii* (2002:76-85), os advérbios de inclusão e exclusão apresentam um comportamento sintático semelhante ao constatado nas estratégias de negação e nos advérbios focalizadores (*justamente, exatamente*), já que essas categorias “operam sobre o valor de verdade que se pensa em atribuir à sentença”.

Tais advérbios, portanto, estariam na esfera da sentença. Esse importante indício pode apontar para uma possível explicação para o fato de algumas gramáticas normativas terem excluído tais palavras do rol dos advérbios. Afinal, segundo a norma prescritivista, o advérbio é “a palavra que circunstancia ou intensifica a significação de um verbo, de um adjetivo, de

outro advérbio, e, em certos casos, de um pronome ou de um nome” (Melo, 1978:104). Ou seja, advérbios, segundo a tradição, só modificam palavras, e não orações.

Essa reflexão nos conduz à importante noção de escopo, no estudo dos advérbios. Vejamos o que nos dizem Ilari *et alii* (2002:87):

“Uma ‘gramática do escopo dos advérbios em língua portuguesa’, isto é, um corpo sistemático de observações a respeito dos conteúdos que um advérbio pode afetar, é hoje um obscuro objeto de desejo; também não fica de todo claro o que se deva entender pela afirmação de que o advérbio ‘afeta’ determinados constituintes. O máximo que podemos dizer é que, na sequência deste texto daremos à expressão ‘constituintes afetados pelo advérbio’ uma significação extremamente abrangente”

Segundo reflexão dos autores, a noção de escopo é importante, apesar de ser ainda impassível de uma delimitação totalmente segura. Aliás, Ilari *et alii* (2002) acrescentam que essa noção “tem uma forte evidência intuitiva”. A difícil delimitação do escopo de um determinado advérbio como o próprio *até* também pode estar ligada a uma ambigüidade potencial da frase e com uma hierarquia de análises possíveis e previstas no ato de elocução. Assim, contextos de ambigüidade quanto ao escopo do advérbio podem ser, de fato, um instrumento bastante útil na transmissão de diferentes sentidos no texto. Poderíamos conjecturar que tais questões podem estar ligadas também ao componente prosódico, que em determinadas condições ajudaria a delimitar o escopo do advérbio, o que é um problema certamente a ser investigado. Contudo, essa análise distanciar-se-ia potencialmente dos objetivos de nossa pesquisa.

Vejamos dois exemplos de usos adverbiais do *até* inclusivo:

(123) *Até* Maria veio ontem.

(124) Maria *até* veio ontem.

No exemplo (123), constatamos um forte conteúdo de pressuposição. Ao dizermos “*Até Maria veio ontem*”, subentendemos que sua presença não era esperada por algum motivo em particular. O foco, portanto, recai sobre a figura de Maria, no contexto, inesperada. Nesse caso, o escopo do advérbio é o termo à sua direita, de valor substantivo. Ilari *et alii*

(2002:91), de certa forma, corroboram nossa análise ao afirmar que “o escopo desses advérbios (de inclusão e exclusão) varia bastante, embora coincida geralmente com um dos constituintes posicionados à sua direita”. Certamente, aqui seria bastante pertinente, como já dissemos, uma análise em torno da entonação da sentença, o que poderia fortalecer ainda mais a nossa análise.

No exemplo (124), percebemos com certa clareza que o escopo já não é o mesmo do exemplo anterior, apesar de continuar havendo um conteúdo de natureza de pressuposição. Em “*Maria até veio ontem*”, pressupomos, como interpretação possível, que a ação de vir gerou uma contra-expectativa, tornando-se o foco do enunciador, e não mais a figura de Maria em si. O escopo, portanto, é o verbo. A diferença, assim, é sutil, mas perfeitamente perceptível diante de uma análise criteriosa.

Cabe ressaltarmos que o *até*, na categoria de advérbio, não é assunto consensual entre os autores. Segundo Poggio (2003:233), J. S. Barbosa (1886) considerava o *até* adverbial – tal como o conhecemos atualmente – como uma espécie de “remate e complemento a uma série de indivíduos, estendendo-lhes a todos, tudo”. Com essa função, contudo, ele deveria ser considerado como verdadeira preposição. Vejamos os exemplos abaixo fornecidos por Barbosa:

(125) *Até* os mais vis homens ousavam ludibriá-lo.

(126) Todos continuamente, *até* os sete vis ousavam.

Opinião divergente acolheu Epiphânio Dias (1954) ao afirmar que em tais situações, denotando “asserto” e abrangendo pessoa, coisa ou circunstância, o *até* deveria ser considerado verdadeiro advérbio. Enfim, como já afirmamos, a questão é controversa.

Não menos problemática é a filiação do *até* a outras classes de palavras, tal como propostas pelas gramáticas. Muitos autores já abordaram a questão dos limites tênues existentes entre as categorias que constituem a chamada metaclasses dos conectivos. De fato, nem sempre é fácil definirmos com clareza os conceitos de preposição, advérbio, conjunção e palavra denotativa. Esta última, sobretudo, é a que menos está sistematizada em nossas gramáticas. Sem dúvida, recebe um tratamento profundamente marginal já que não encontrou espaço na NGB e carece de uma melhor explicitação.

Cunha & Cintra (2001:552) afirmam que há um grupo de palavras, por vezes enquadradas *impropriamente* entre os advérbios, que passaram a ter classificação à parte, sem um nome especial na NGB. Trata-se das *palavras denotativas*, cuja denominação foi proposta por Oiticica (1940:50-55). Entre as palavras denotativas, tal como abordadas por Cunha & Cintra (2001:552), encontramos as chamadas *palavras que denotam inclusão*. E exemplificam:

(127) Tudo na Vida engana, *até* a Glória.

Melo (1978:107) também discute o valor categorial do *até* em contextos não-preposicionais. Vejamos:

(128) *Até* ele chorou de comoção.

No exemplo imediatamente anterior, segundo Melo (1978), o *até* cumpre o papel morfológico de advérbio, diferentemente de outros que advogam a classificação de *palavra denotativa de inclusão*. Assim, o autor opta por ampliar o escopo dos advérbios agasalhando tais palavras marginais na tradição.

Como podemos verificar, Cunha & Cintra (2001) adotam postura diversa da de Melo (1978), Moura Neves (2000) e Ilari *et alii* (2002), para quem o *até*, em tais casos, deveria ser classificado como verdadeiro advérbio de inclusão. A questão, assim, como vimos afirmando, é controversa.

Melo (1978) também discute a relação entre duas outras classes de palavra, que suscitam constantemente problemas de ordem conceitual. Segundo ele, a diferença entre preposição e conjunção subordinativa não é absoluta, mas meramente accidental, apesar de ter seu fundamento.

Algumas propostas têm sido identificadas em gramáticas e manuais de lingüística para tentar dissolver esse problema. Bosque y Demonte (2000:622) afirmam que é habitual estabelecer-se a diferença entre essas duas categorias por meio de duas variáveis:

- 1º - pela distinção entre coordenação e subordinação;
- 2º - pela categoria gramatical do termo ligado.

Com relação à primeira variável, devemos afirmar que há uma estreita relação entre conjunções subordinativas e preposições, uma vez que ambas desempenham o papel de subordinadoras, conforme também asseverou Melo (1978).

Com relação à segunda variável, é costume afirmar-se que é papel precípua das conjunções ligar orações; contudo, as preposições também podem desempenhar a função de conectoras de segmentos oracionais. Além disso, as conjunções coordenativas também ligam palavras.

De fato, o limite entre ambas as classes parece muito difícil de ser precisado. Os pontos em comum revelam congruências que não podem ser olvidadas. Tendo em vista tais vicissitudes, Bosque y Demonte (2000:622) traçaram o seguinte esquema:

	Relação sintática entre os elementos ligados		Categoria gramatical do termo	
	coordenação	subordinação	oração	constituente inferior à oração
conjunção coordenativa	+	-	+	+
conjunção subordinativa	-	+	+	-
preposição	-	+	+	+

Por meio do quadro anterior, os autores espanhóis tentam dirimir as dificuldades que se impõem por conta da caracterização das classes abordadas (conjunção coordenativa, conjunção subordinativa e preposição) com critérios seguros, contudo isso ainda não é possível.

Além das semelhanças já apontadas entre as classes das preposições e das conjunções, devemos ressaltar também o papel conectivo dos chamados pronomes e advérbios relativos e interrogativos. Ao observar o quadro anterior, verificamos que os traços identificadores das conjunções subordinativas confundem-se com os traços do pronome relativo *que*, responsável pela ligação de orações adjetivas (ou relativas). Afinal, tanto uma categoria quanto a outra são responsáveis pela subordinação de orações.

Além do já exposto, devemos acrescentar a contribuição de Andrade (1987), que desabona em grande medida a análise contrastiva entre preposições e conjunções a partir da natureza dos elementos ligados. Diferentemente de Bosque y Demonte (2000), a autora afirmou ser possível ligar segmentos não-oracionais também por meio de conjunções

subordinativas. Enfim, é necessário um outro critério definidor mais apurado e menos problemático do ponto de vista empírico que diferencie as categorias aqui estudadas.

Com vistas à busca desse critério, os próprios autores Bosque y Demonte (2000:624) fazem uma distinção no âmbito interno das conjunções subordinativas, dividindo-as em dois grupos:

1º grupo – ocupado exclusivamente pela conjunção subordinativa *que*.

2º grupo – ocupado pelas demais conjunções detentoras de conteúdo lexical e encabeçadoras de constituintes que desempenham a função de complemento circunstancial ou de adjunto.

Diante de tal diferenciação, os autores cotejam as características do 2º grupo das conjunções subordinativas apresentadas acima com as preposições, da seguinte forma:

<i>Conjunções subordinativas x Preposições</i>	
<i>Semelhanças</i>	• “Possuem conteúdo semântico”; • “Expressam em muitos casos relações semânticas que também podem ser expressas por preposições ou locuções prepositivas: causais (por, porque, posto que); concessivas (apesar de, embora); temporais (durante, enquanto), etc”. • “Os constituintes encabeçados pelas conjunções subordinativas adverbiais desempenham a função de adjunto, da mesma forma que muitas preposições”.
<i>Diferenças</i>	• “A preposição tem habitualmente como termo regido um nome, um pronome, um advérbio (<i>até então</i>) ou uma oração subordinada substantiva, ou seja, uma oração com verbo no infinitivo ou com verbo na forma finita acompanhado pela conjunção subordinante <i>que</i>. A conjunção subordinante adverbial, por outro lado, só pode ter como término uma oração”. • “Este tipo de conjunção ainda se diferencia das preposições quando o complemento destas últimas é uma oração: em primeiro lugar, rechaçam as orações de infinitivo; em segundo lugar, a oração que as conjunções levam como término não podem ser introduzidas por <i>que</i>, apesar de haver um grande número de locuções conjuntivas que levam este último elemento incorporado.”

Apesar de espelhar uma tentativa bastante plausível de diferenciação entre as duas categorias (conjunções subordinativas e preposições), ainda assim podemos encontrar alguns problemas na comparação acima, pelo menos por dois motivos.

Em primeiro lugar, acreditamos que há preposições com conteúdo semântico mais proeminente que outras, assim, não poderiam ser tratadas de forma totalmente equânime. Ao longo de nossa exposição ficará claro que não podemos tomar essa postura já que os fatos da língua viva costumam não permitir grandes generalizações.

Em segundo lugar, acreditamos que conjunções subordinativas adverbiais também sejam capazes de ligar termos de natureza não-oracional, conforme propôs Andrade (1987). Assim, os problemas permanecem.

A dificuldade inerente à diferenciação entre preposições e conjunções também foi percebida por autores de outras línguas. Assim, Jespersen propôs uma chamada classe de partículas (*particles*), cujo escopo abarcaria tanto as chamadas preposições quanto as conjunções. Tal postura foi endossada por Ljunggren, em seu artigo “*Em busca de uma definição para o conceito de preposição*”²⁶, publicado na revista *Studia Lingüística*.

Jespersen claramente afirmava que não havia motivo para separarmos as preposições das chamadas conjunções, já que, segundo o autor, a diferença entre ambas situa-se na natureza do complemento. Portanto, o autor atribuía às conjunções o nome de “*sentence prepositions*” (preposições sentenciais) para se referir às partículas responsáveis pela ligação de orações. Vale lembrar que no âmbito dos estudos de língua portuguesa, Poggio (2003:101) apresentou proposta semelhante.

A proposta do autor sofreu algumas críticas no seu tempo, em especial por parte de Ljunggren que apresentou algumas palavras ligadas por conjunções, portanto, segmentos não-oracionais. Segundo Ljunggren, seria contraproducente chamar as partículas e e ou dos exemplos abaixo como *sentence prepositions*, já que não são nem preposições, nem estão ligando orações. Vejamos:

(129) Você e eu iremos sair amanhã.

(130) Temos duas opções: verde ou azul.

A proposta de Jespersen foi retomada pelo gramático sueco Nat Beckman, que reuniu as preposições e conjunções sob o rótulo de conectores (“*binderord*”), e declarava que a principal (mas não exclusiva) tarefa da preposição é estar “conectada” a um substantivo, com o propósito de formar um atributo, e que a principal tarefa das conjunções é a de unir frases. Barrenechea também opta por reunir ambas as classes sob um único grupo, o qual denomina *subordinantes*.

Comungam com Jespersen, Beckman e Barrenechea vários outros autores, como Hjelmslev e Sechehaye. No âmbito da tradição gramatical, Melo (1978) e Luft (1960)

²⁶ “*Toward a definition of the concept of preposition*”.

apresentaram proposta semelhante, ao agrupar tanto preposições quanto conjunções em uma chamada metaclassa dos conectivos, devido às suas semelhanças funcionais.

Melo (1978:106) define os conectivos como “palavras que estabelecem ligações, palavras que concretizam, por assim dizer, as relações sintáticas. (...) Em português, são conectivos coordenantes as chamadas *conjunções coordenativas*; e os conectivos subordinantes as *preposições*, as chamadas *conjunções subordinativas* e os *pronomes relativos*”.

Luft (1960:81) também menciona uma chamada classe dos *conectivos*, dividindo-os em coordenativos e subordinativos. Vejamos:

“Conectivos são palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase. A conexão pode ser:

a) *coordenativa*, quando os termos conexos têm o mesmo valor ou função – e se estabelecem por palavras chamadas conjunções coordenativas;

b) *subordinativa*, quando os termos conexos se dispõem de tal forma, que um deles é determinado ou regente e outro, determinante, regido, isto é, subordinado ao primeiro. Esta subordinação faz-se através de: a) conjunções subordinativas; b) pronomes relativos; c) preposições.”

Enfim, podemos chegar à conclusão de que não há limites precisos entre as preposições e as conjunções subordinativas, já que ambas são invariáveis e subordinam tanto elementos oracionais como não-oracionais. A única diferença aparentemente possível seria a que se pode estabelecer entre preposições e conjunções coordenativas, pois estas últimas unem elementos de mesma natureza hierárquica, o que não ocorre com aquelas. Entretanto, apesar de ser uma asserção de grande aplicabilidade, não pode também ser tomada indistintamente, já que a preposição *com* e a conjunção copulativa *e* assemelham-se na função de unir elementos.

O terreno das preposições e das conjunções subordinativas, sobretudo, é, nas palavras de López (1970:21), “um novo exemplo dos muitos pontos de contato e terras de ninguém que quase inevitavelmente encontramos quando tratamos de estabelecer linhas claras de demarcação entre as partes da oração”. Assim, fica comprovada a fragilidade da visão aristotélica calcada nas condições necessárias e suficientes, tal como apresentada

anteriormente. Afinal, não é possível definirmos com clareza absoluta as diferenças entre uma categoria e outra, pois estamos tratando de entidades com limites difusos, fluidos, *fuzzy*, como dizia Taylor (1992).

De acordo com López (1970:25), a prova da analogia profunda entre preposições e conjunções é proporcionada também por outras línguas. Talvez, o caso mais emblemático seja o do chinês, que não apresenta nem verbos nem conjunções, no “sentido europeu da palavra”. Essa língua, ainda segundo a autora, possui apenas alguns *elementos de relação*, ou seja, palavras que equivalem às nossas preposições românicas ou a alguns verbos de outras línguas. Assim, os limites entre as classes de palavras podem ser ainda mais fluidos a depender da língua estudada.

Parece haver maior solidez no tocante à diferenciação entre conjunções subordinativas e advérbios relativos. Como esse não é o foco de nossa pesquisa, limitamo-nos apenas a enunciar o critério defendido por Bosque y Demonte (2000:625):

“Os relativos são um grupo de advérbios que apresentam semelhanças, embora também diferenças, com as conjunções. Da mesma forma que elas, e igualmente com as conjunções subordinativas, os relativos se encarregam da ligação de orações e estabelecem entre elas uma relação de dependência. Contudo, como advérbios que são, têm um valor anafórico e desempenham uma determinada função dentro da oração que introduzem²⁷.”

López (1970:09-10) cotejou a classe das preposições e a dos advérbios. Segundo a autora, podemos dizer que elas são distintas do ponto de vista formal, mas similares do ponto de vista funcional. Vejamos:

“Incluem-se *sob*, *trás* e outras partículas na categoria das preposições; enquanto que as formas *debaixo de*, *detrás de*, *adiante de*, etc., entram na categoria dos advérbios. Do ponto de vista formal existem pequenas diferenças entre ambas as formas. Poderíamos dizer que as chamadas preposições são formas simples, enquanto que os advérbios são formas duplicadas. Do

²⁷ “Los relativos son un grupo de advérbios que presentan semejanzas, aunque también diferencias, con las conjunciones. Al igual que ellas, y al igual, en concreto, que las conjunciones subordinantes, se encargan del enlace de oraciones y establecen entre ellas una relación de dependencia. Sin embargo, como adverbios que son, tienen un valor anafórico y desempeñan una determinada función dentro de la oración que introducen”.

ponto de vista funcional, não há diferença categorial, observando-se somente que a algumas formas se reservam determinados valores. Por exemplo, *ante* possui valor temporal, espacial e nocional, enquanto que *diante de* só se aplica ao espaço.²⁸”.

Barreto (1999:157) também abordou a questão das relações entre preposições e advérbios, donde concluiu que ambas são ainda mais ligadas intimamente do ponto de vista categorial e sintático. Vejamos:

“A estrutura semântica de qualquer preposição é categorial e sintaticamente idêntica à estrutura categorial e sintática de qualquer advérbio. A única diferença que existe entre a preposição e o advérbio congrega a significação primária do substantivo que se encontra na base do seu esquema semântico e a preposição, não. Assim, poderia dizer-se que as preposições são os únicos signos da língua cuja significação categorial se manifesta em estado puro. Do ponto de vista sintático e categorial, sem dúvida, ambos os elementos lingüísticos pertencem à mesma classe de palavras.”

Barreto (1999:154) também acrescenta que “a preposição não é senão uma espécie de advérbio esvaziado de matéria nocional proveniente da experiência do universo”. A relação de proximidade entre advérbios e preposições, segundo a autora, advém do latim, língua que já espelhava grandes imprecisões no tocante aos limites dessas duas classes de palavras.

Por fim, com respeito às relações entre preposições, advérbios e conjunções chegamos a uma conclusão mais geral também proposta por López (1970). De fato, há inúmeros pontos de contato, fazendo-se necessária uma revisão urgente de tais classes. Reuni-las, contudo, sob um único grupo pode ser mais prático, mas também revela incongruências. As propriedades de determinados advérbios como os temporais diferem-se em grande parte das propriedades de conjunções concessivas, para sermos bem radicais. Afinal, são bem distintos do ponto de vista formal e sintático.

²⁸ “Se incluyen *bajo*, *trás*, *ante* y otras partículas en la categoría de las preposiciones; mientras que las formas *debajo de*, *detrás de*, *delante de*, etc., entran en la categoría de los advérbios. Desde el punto de vista formal existen leves diferencias entre ambas formas. Podríamos decir que las llamadas preposiciones son formas simples, mientras que los advérbios son formas duplicadas. Desde el punto de vista funcional no hay diferencia categorial, observandose solamente que algunas formas se reservan determinados valores. Por ejemplo, *ante* tiene valor temporal, espacial y nocional, mientras que *delante de* sólo se aplica al espacio”

Por questões didáticas, seria possível a reunião de preposições, conjunções e alguns advérbios sob um mesmo rótulo, mas devemos atentar sempre para o fato de que são distintos em inúmeros aspectos. As diferenças mais marcantes entre tais classes de palavras podem ser enumeradas da seguinte forma (cf. Pires, 1999:56):

- a) As conjunções coordenam e subordinam, ao passo que as preposições apenas subordinam;
- b) a propriedade da transitividade está presente entre conjunções e preposições, mas ausente entre os advérbios;
- c) conjunções e preposições estabelecem relação entre termos, advérbios predicam termos;
- d) apenas advérbios podem ser intensificados.

Referindo-se às relações entre conjunções, advérbios e preposições, Bomfim (1999:146) reitera as palavras de López (1970), ao reconhecer que as fronteiras entre elas são tênues: “Não se pode negar que o fenômeno é complexo e que as fronteiras nem sempre estão bem definidas”.

Almeida (1995:213) conclui sua análise argumentando que as classes em questão formam uma única categoria organizada radialmente, com elementos centrais e extensões motivadas, visto que:

- a) Do ponto de vista semântico, a similaridade entre advérbios, preposições e conjunções é evidente, conforme dá prova a polissemia dos itens mencionados.
- b) Do ponto de vista morfológico, o traço comum reside na invariabilidade das formas em questão.
- c) Do ponto de vista sintático, há, ainda, pontos de contato entre as classes, embora seja justamente neste âmbito que se explicitem mais claramente algumas diferenças entre os membros de tal categoria.

Viaro (2006), perseguindo outra perspectiva de análise, admite a existência de três classes distintas (preposições, advérbios e conjunções) e associa o *até* a tais categorias, segundo características bem definidas. Vejamos:

- a) *Até* pode ser considerado preposição quando faz parte da correlação com *de* ou *desde*;
- b) Também pode ser entendido como preposição quando associado a verbo de movimento;
- c) Ainda se entendem como preposições os casos em que *até* encabeça SPs, cujo núcleo é um advérbio de tempo ou de espaço;

- d) A construção *até a* pode ser entendida como uma associação de duas preposições (como em *dentre, para com* etc.);
- e) Todos os demais sintagmas que formam adjunções adverbiais de SPs encabeçados por *até* permitem categorizá-lo como preposição;
- f) Apostos explicativos encabeçados por *até* categorizam-no como advérbio;
- g) Argumentos e adjuntos formados por SPs antecidos por *até* categorizam-no como advérbio;
- h) Orações desenvolvidas ou reduzidas de infinitivo antecidas por *até* categorizam-no como conjunção.

Após caracterizar cada categoria, o autor verificou que num universo de 137 ocorrências do *até*, 6,57% eram advérbios (9 ocorrências), 3,65% eram conjunções (5 ocorrências) e 89,78% eram preposições (123 ocorrências).

Cabe concluirmos pela exposição feita neste capítulo 2 que estamos longe de uma sistematização adequada para preposições, conjunções e advérbios. Intentamos nesse capítulo entrever tais dificuldades sem o propósito de solucioná-las. Talvez essas dificuldades se dêem devido à concepção de gramática que está sedimentada no Ocidente, ou seja, um modelo normativo que vê limites sólidos onde as pesquisas empíricas, em geral, vêem distinções sutis e limites movediços.

Desveladas as relações entre preposições, conjunções e outras categorias, é hora de analisarmos o Funcionalismo Lingüístico e o paradigma da gramaticalização, que fundamentarão teoricamente a nossa pesquisa.

3. FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

Neste capítulo, *de per si* central em nossa pesquisa em termos de fundamentação teórica, definiremos o Funcionalismo Lingüístico, tal como o tomamos em nosso trabalho. Iniciamos o capítulo por meio de um breve histórico dessa corrente de investigação lingüística e avançamos logo em seguida para o processo de gramaticalização e para a hipótese localista.

3.1. Breve histórico

De acordo com Pezatti (2004:165), “um ponto geralmente aceito na lingüística é o de que a complexidade do objeto de estudos, a linguagem, torna imperativa a necessidade de estabelecer uma seleção entre fenômenos a serem descritos”. Ainda segundo a autora, quem primeiro identificou essa necessidade foi Saussure, reconhecidamente o pai da lingüística moderna.

Após Saussure, é comum reconhecerem em Chomsky o outro expoente dos estudos lingüísticos, um adepto irrestrito da noção de “falante-ouvinte ideal numa comunidade lingüística completamente homogênea”. O ideal chomskyano que visava aos desvelamento dos apreogados universais lingüísticos dominou grande parte da segunda metade do século passado.

O início do século XX é marcado, portanto, de maneira muito acentuada pelas correntes estruturalista e gerativista, tendo em Saussure e Chomsky, respectivamente, seus maiores representantes. É importante ressaltarmos, desde já, que tanto uma corrente como a outra se baseiam em uma concepção formalista, já que a forma lingüística é o centro dos estudos e das pesquisas.

Especificamente com relação ao modelo gerativo-transformacional, podemos afirmar que até 1970, parecia não ser possível fazer pesquisa lingüística fora de seus domínios, tão maciçamente estava enraizado o modelo lógico-matemático de Chomsky nos estudos lingüísticos.

Porém, a hegemonia da teoria gerativa-transformacional começou a ceder espaço para outras linhas de pesquisa, devido ao seu caráter altamente formal. Vejamos:

“Aos poucos, a desconsideração da teoria gerativa por questões discursivas provocou na lingüística uma

reação generalizada que desencadeou o surgimento de várias tendências, como a Sociolingüística, a Lingüística Textual, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, entre outras. A teoria funcionalista é uma dessas tendências, mas é ilusório pensar que, como elas, seu surgimento tenha sido tão recente. O que houve, na verdade, foi uma reatualização de seus princípios. O paradigma funcional ostenta, na verdade, uma história quase tão longa quanto a do paradigma formal, incluindo-se neste o estruturalismo saussuriano”. (Pezatti, 2004:166)

De fato, apesar de a década de 70 do século XX ter sido o momento propício para a divulgação do paradigma funcionalista, é de longa data o nascimento das primeiras idéias concernentes a essa linha de estudos lingüísticos. Com o objetivo de buscar referências passadas a essa linha de investigação, Pezatti (2004:166) recorreu ao século precedente a Saussure em busca de similitudes entre a teoria funcional e a dos autores daquela época. Vejamos:

“Segundo DeLancey (2001), o funcionalismo moderno é, de certo modo, um retorno à concepção de lingüistas anteriores a Saussure, como Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, que assentaram o enfoque lingüístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos no final do século XIX, entendendo que se deve explicar a estrutura lingüística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais”.

Como vemos, é bem anterior à segunda metade do século XX a idéia de que a estrutura lingüística é moldada pelo uso. Se quisermos ir mais longe, remontaremos à Antigüidade Grega. De acordo com Cunha *et alii* (2003), data dessa época a polêmica em torno da motivação entre expressão e conteúdo da língua. Essa questão já estava no bojo das perquirições helênicas ao proporem uma divisão entre *convencionalistas* e *naturalistas*. Vejamos:

“Enquanto os primeiros (*convencionalistas*) defendiam que tudo na língua era convencional, mero resultado do costume e da tradição, os naturalistas afirmavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam. Essas especulações filosóficas têm seus desdobramentos no debate posterior entre *anomalistas* e *analogistas*

acerca da (ir)regularidade da estrutura lingüística”.
(Cunha *et alii*, 2003:30)

Devemos sublinhar que não é possível associarmos sinonimicamente as visões teóricas acima. Ou seja, as preocupações dos primeiros (*convencionalistas x naturalistas*) eram distintas das dos outros (*analogistas x anomalistas*). Aqueles fixavam-se nas relações entre as “coisas do mundo” e suas designações; estes, nas relações no tocante às regularidades do sistema lingüístico. Entretanto, as semelhanças não podem ser desprezadas, já que uma questão é resultado do desdobramento de outra. As discussões acerca da iconicidade ou arbitrariedade do signo repousam necessariamente nessas antigas reflexões teóricas.

Uma vez que o funcionalismo prevê a força do uso como o motor da mudança, é inevitável traçarmos também uma observação de cunho analógico entre o que propunham os neogramáticos e o que defendem os funcionalistas: o estudo lingüístico deve partir do uso, baseado nos falantes reais e não em abstrações e em modelos ideais.

Sem dúvida também foi de grande importância para os estudos lingüísticos de base funcional o nascimento da sociolingüística, em 1960, alguns anos antes do Funcionalismo norte-americano. A percepção científica da existência das variedades de fala numa comunidade, condicionadas por fatores como o gênero, a idade e o nível de escolaridade do falante, segundo Faraco (2004:39), está na base dos estudos sociolingüísticos. O estudo desses fatores, todavia, vem de uma época um pouco mais remota. Na verdade, foi Hugo Schuchardt (1842-1927), lingüista austríaco, um dos maiores estudiosos dessas questões que criaram o terreno propício para o nascimento da sociolingüística baseada em Labov.

Nesse percurso histórico, não podemos deixar de citar a famosa Escola Lingüística de Praga, fundada em 1926, cujos expoentes foram Roman Jakobson e Nikolaj Trubetzkoy que, por sinal, eram russos que não residiam em Praga. Essa escola lingüística “desenvolveu-se entre as duas guerras mundiais, e beneficiou-se do fato de ter conseguido harmonizar os ensinamentos de Saussure com outra importante linha de reflexão sobre a linguagem, a do psicólogo vienense Karl Bühler” (Ilari, 2004:69).

A escola lingüística de Praga sempre reconheceu sua dívida com o estruturalismo saussureano, apesar de sua tendência a rejeitar o ponto de vista de Saussure em certos pontos, especialmente na distinção nítida entre lingüística sincrônica e diacrônica e na homogeneidade do sistema lingüístico.

É indiscutível que os lingüistas de Praga notabilizaram-se pelos estudos fonético-fonológicos, principalmente por meio das investigações de Trubetzkoy; contudo, um dos interesses duradouros do Círculo Lingüístico de Praga diz respeito à estrutura gramatical das línguas, ou seja, à conhecida *perspectiva funcional da sentença*, cuja gênese está associada à importante figura do lingüista praguense Wilhem Mathesius, cuja docência é contemporânea à de Saussure.

Lyons (1970:210), nesse aspecto, traduz os ensinamentos dos lingüistas de Praga. Vejamos:

“Na medida em que a ordenação das palavras é considerada uma questão de sintaxe, podemos dizer que, pelo menos em algumas línguas, a estrutura sintática dos enunciados (ou das sentenças) é determinada pela situação de comunicação em que é pronunciada, e em particular, pelo que já é aceito, ou *dado* como informação de fundo, e pelo que é apresentado, diante de tal informação, como *novo* para o ouvinte e portanto genuinamente informativo. Considerações dessa natureza estão envolvidas na definição daquilo que os lingüistas da Escola de Praga denominaram perspectiva funcional da sentença.”

A idéia de que a comunicação afeta dinamicamente nossos conhecimentos e nossa consciência das situações, segundo Ilari (2004:69), hoje é “quase banal, mas em seu tempo altamente revolucionária”. Com essa concepção dinâmica de comunicação, Mathesius pôde sugerir as noções de *tema* (parte menos dinâmica) e *rema* (parte mais dinâmica).

O modelo proposto por Mathesius, mais tarde, serviu como matriz para os estudos de Franticek Danes, Ian Firbas e M. A. K. Halliday, levando-os a uma concepção de sintaxe que consiste em descrever cada sentença em vários níveis, estabelecendo entre eles algum tipo de mapeamento marcado ou não-marcado (cf. Ilari, 2004:70).

Ainda segundo Lyons (1970), é muito diversificada a terminologia e a interpretação dadas aos vários tratamentos funcionalistas no âmbito da Escola de Praga. Há, porém, um ponto em comum, ou seja, o de que a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso que lhes é dado e pelo contexto comunicativo em que ocorrem. Tal asserção, sem dúvida, é o motor propulsor de grande parte das pesquisas desenvolvidas desde essa época até os dias de hoje, no funcionalismo lingüístico. É a partir daí que notamos o fortalecimento dos estudos acerca do caráter interacional da comunicação humana.

3.2. Princípios fundamentais

Como podemos verificar, os séculos passados, em especial os séculos XVIII e XIX, prepararam o terreno para o desenvolvimento do funcionalismo. Como toda linha de investigação, o funcionalismo lingüístico foi sendo gestado ao longo do tempo por estudiosos seguidores de diversas outras escolas teóricas.

Essa corrente de investigação certamente mantém em seu cerne características de alta complexidade e tensões permanentes. Como não foi diferente com o estruturalismo, o que chamamos funcionalismo está longe de constituir uma corrente monolítica de pensamento lingüístico. Segundo Moura Neves (2001:01),

“Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos ‘funcionalistas’ mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes de estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”.

Nichols (1984) *apud* (Moura Neves, 2001:55-56) afirma que há, basicamente, três tipos de funcionalismo:

- a) **funcionalismo conservador** – aponta apenas para a inadequação do formalismo, sem propor uma análise da estrutura.
- b) **funcionalismo moderado** – não apenas aponta as inadequações, como também vai além, ao propor uma análise funcionalista da estrutura.
- c) **funcionalismo extremado** – nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas.

Pezatti (2004:167) afirma que Bates, ciente da diversidade de linhas de investigação presentes no interior do Funcionalismo Lingüístico, chegou a comparar essa corrente lingüística ao Protestantismo: um grupo de seitas antagônicas que concordam somente na rejeição à autoridade do Papa. Essa analogia, contudo, parece ser um pouco excessiva e

inadequada, já que podemos reconhecer alguns aspectos comuns aos chamados funcionalismos. Vejamos:

- 1) A concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social;
- 2) O estabelecimento de um objeto de estudos baseado no uso real;
- 3) A impossível separação entre sistema e uso. Este funciona como o gerador daquele.

Dik *apud* Moura Neves (2001:46-47) resume esquematicamente o que caracterizaria o paradigma funcionalista em suas diversas vertentes e o coteja com o paradigma formalista. Vejamos:

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão do pensamento.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da situação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais lingüísticos	Propriedades inatas do organismo.	Explicados em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Dik (1987) *apud* Moura Neves (2003:46) procura sintetizar os dois paradigmas acima da seguinte forma:

“No paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto, no paradigma funcional, considera-se que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades sensíveis a, e co-determinadas por, determinantes pragmáticos da interação verbal humana”.

Por meio do quadro anterior e das observações feitas, podemos ter uma visão bastante abrangente dos pressupostos teóricos básicos do Funcionalismo Lingüístico, sendo possível, portanto, uma certa sistematização em torno das semelhanças que agrupam as diversas vertentes reunidas em seu bojo.

Halliday (1985) *apud* Moura Neves (2001:48) também preocupou-se em estabelecer diferenças entre um paradigma e outro. Vejamos:

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação primariamente sintagmática.	Orientação primariamente paradigmática.
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

Em linhas gerais, segundo os pressupostos da vertente norte-americana, o Funcionalismo distingue-se de outras correntes por considerar a língua como um instrumento de interação social. Como tal, a língua torna-se um objeto não-autônomo, maleável, sujeito às pressões oriundas das diversas situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.

A não-autonomia das línguas é um critério diferenciador bastante pertinente no paradigma funcionalista, já que, segundo Moura Neves (2001:03), a língua (e a gramática) “não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução”.

Nichols (1984:97) *apud* Moura Neves (2001:03) afirma que, embora analise a estrutura gramatical, a gramática funcional “inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo”. Podemos dizer que essa gramática é funcional no sentido de que não separa o sistema lingüístico e seus elementos das funções que têm de preencher, e “é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem” (cf. Moura Neves, 2001:03). Vejamos o que afirmam Cunha *et alii* (2003:23-24):

“O termo *funcionalismo* ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 1970, passando a servir de rótulo para o trabalho de lingüistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que passaram a advogar uma lingüística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto lingüístico e da situação extralingüística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é construída”.

Creemos que a citação acima tenha sumarizado com grande clareza e argúcia os pressupostos teóricos fundamentais da linha de pesquisa adotada neste trabalho. Como vimos, as pressões de uso e a cognição funcionam como os catalisadores para a mudança lingüística e, conseqüentemente, como os motores para a dinamização das línguas humanas.

Feita essa breve introdução, cabe agora discutirmos o conceito de função e, em maior profundidade, o fenômeno da gramaticalização, que pode ser considerado, *a priori*, como um processo de regularização de usos na língua.

3.3. Conceito de função

O termo *funcionalismo* parte do conceito de *função*, como facilmente podemos verificar. Contudo, há na literatura lingüística diversas definições para esse conceito, que muitas vezes são totalmente diversas daquela que o funcionalismo adota. Devido a essa heterogeneidade conceitual, torna-se estéril uma associação entre *função* e funcionalismo, sem precisarmos aquele conceito.

Martinet (1994) *apud* Moura Neves (2001:05) atribui três valores diferentes ao conceito de *função*. Vejamos:

- 1) valor de “papel” ou de “utilidade de um objeto ou de um comportamento”, conceito adotado pela Sociedade Internacional de Lingüística Funcional, a SILF;
- 2) valor de “papel de uma palavra em uma oração”, acrescentado ao sentido que a palavra tem num determinado contexto (que é o que está na tradição gramatical);
- 3) valor matemático de “grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis”.

Não podemos afirmar que, pela diferenciação acima, estamos diante de uma noção clara de *função*, como é adotada pelo funcionalismo. No máximo, podemos afirmar que *função*, dentro da teoria adotada em nosso trabalho, não corresponde ao conceito dado pela gramática tradicional ou pelos modelos matemáticos.

Moura Neves (2001) afirma ser perigoso adotarmos a concepção 3 de *função*, ou seja, a de valor matemático, pois, se assim o fizermos, deveremos afirmar que os gerativistas são funcionalistas, já que os seguidores das idéias chomskyanas primam suas análises pelos modelos lógico-matemáticos de *função*.

A autora lembra, também, que a noção de *função* na Escola Lingüística de Praga não permite uma interpretação fácil para o termo. Segundo Cunha *et alii* (2003:19), o que caracterizou a análise dos lingüistas praguenses foi “a adoção de uma noção teleológica de função”. Para eles, a língua deveria ser entendida como um sistema funcional, no sentido que seria utilizada para um determinado fim. Como vemos, a definição é pouco esclarecedora.

Moura Neves (2001:07) percebeu que muitas vezes os termos *função* e *funcional* são utilizados em contextos vazios de significação, como rótulos quase destituídos de significado.

A flutuação semântica do termo, portanto, é muito grande. Por isso, ela fornece uma definição de função apresentada por Halliday (1973), caracterizada por sua grande abrangência. Vejamos:

“A noção de ‘função’ não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados”.

Entretanto, reconhecemos que a polêmica é difícil de ser eliminada, já que diversos conceitos coexistem na literatura especializada, haja vista, ainda, as chamadas *funções da linguagem*, organizadas por Karl Bühler e Roman Jakobson:

- **Funções da linguagem – Bühler**

- função de representação.
- função de exteriorização psíquica.
- função de apelo.

- **Funções da linguagem – Jakobson**

- função referencial.
- função emotiva.
- função conativa.
- função fática.
- função metalingüística.
- função poética.

Halliday (1970) *apud* Moura Neves (2001:12-13), seguidor de uma das vertentes do Funcionalismo, também propôs diferentes funções da linguagem, ou, para sermos mais exatos, propôs três metafunções, que são as seguintes:

* **Função ideacional** – A linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo. É por meio dessa função que o falante e o ouvinte organizam e incorporam na língua sua experiência dos

fenômenos do mundo real, o que inclui sua experiência dos fenômenos do mundo interno da própria consciência;

* **Função interpessoal** – O falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala: ele expressa seu julgamento pessoal e suas atitudes, assim como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte, em particular, o papel comunicativo que assume.

* **Função textual** – É uma função instrumental em relação às demais. Diz respeito à criação do texto; por ela, a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no co-texto e na situação: o discurso se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo.

Ao constatar a polissemia do termo *função*, Nichols (1984) *apud* Nobre (1999:60) apresenta cinco diferentes conceitos de *função* que têm o fato comum de relacionarem a língua a algum outro domínio, mais comumente, ao da comunicação. Vejamos:

1) Função como interdependência: estuda as interrelações e interdependências que possam existir entre modalidades lingüísticas. Haido (1996) aplicou, por exemplo, um estudo de transposição da modalidade oral para a modalidade escrita em entrevistas jornalísticas.

2) Função como propósito: é o estudo característico das funções da linguagem preconizado por Jakobson, por exemplo, que dividia os objetivos da comunicação humana em função informativa, fática, poética etc., como vimos anteriormente;

3) Função como contexto: esta função é de alcance bem largo e atinge, inclusive, o *status* social dos participantes, a conversa, os eventos ou o cenário extralingüístico;

4) Função como relação: esta é a função que investiga a relação entre um determinado elemento e as múltiplas funções que esse elemento pode assumir no sistema como um todo;

5) Função como significado: esta função, de caráter bastante abrangente, inclui estudos não só de semântica, mas também os de pragmática e de contexto.

Segundo Nobre (1999:61), “o modelo funcionalista (...), no final da década de setenta, parece enfatizar principalmente o enfoque de função como propósito comunicativo e o de função como interdependência”.

Cunha *et alii* (2003:18) também abordaram a questão referente ao conceito de função. Segundo os autores, há uma ambivalência no termo. Vejamos:

“Todos os sentidos do termo (função) de certa forma se relacionam, por um lado, à dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não-estrutural) e, por outro lado, ao papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, a função comunicativa do elemento”.

Para nossa pesquisa, tomaremos o termo *função* a partir da correlação de dois conceitos apresentados: o sentido 1, proposto por Martinet (1994), e a segunda definição apresentada por Cunha *et alii* (2003), que na verdade, interpenetram-se. Enfim, o conceito de *função* está relacionado ao *papel ou à utilidade de um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, à sua função comunicativa*.

3.4. Gramaticalização

A gramaticalização está no cerne dos estudos funcionalistas. Para que possamos abordá-la adequadamente, precisamos precisá-la em termos conceituais, já que há na literatura especializada, também, uma série de conceitos em competição.

Segundo Poggio (2003:59), a gramaticalização tem aparecido intimamente relacionada com outros nomes. Alguns autores associam o termo *gramaticalização* a uma perspectiva histórica e *gramaticização* a uma perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados. Há, contudo, vários outros termos intercambiáveis ou não, que são os seguintes: gramatização, apagamento semântico, condensação, enfraquecimento semântico, morfologização, reanálise, redução, sintaticização etc.

É necessário que tenhamos bastante cuidado já que tais termos nem sempre são sinônimos de gramaticalização. Muitas vezes expressam uma de suas características sintáticas ou semânticas, ou ainda tomam o fenômeno sob outra perspectiva ou em um determinado estágio da mudança lingüística.

O primeiro autor conhecido a empregar o termo “gramaticalização”, numa acepção muito próxima à adotada neste trabalho, foi Antoine Meillet (1912), que a entendia como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma (processo diacrônico). Contudo, a história desse processo pode estar relacionada a épocas bem mais remotas. Assim, no século X, na China, um escritor chamado Zhou Bo-qi, da dinastia yuan, já falava na mudança de símbolos cheios para símbolos vazios. (cf. Heine *et alii*, 1991).

No século XVIII, os filósofos franceses Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau afirmavam que os lexemas concretos teriam originado tanto vocábulos abstratos quanto as complexidades gramaticais. Parece ser de Condillac (1746) a percepção de que as flexões verbais, como os sufixos, teriam vindo de palavras independentes mais antigas. De acordo com Heine *et alii* (1991:05), pode ter sido aí que os gramáticos comparativistas extraíram sua inspiração para os estudos do indo-europeu, a partir do século XIX.

Tal foi a importância dos estudos de Condillac que Heine *et alii* (1991:05) conferem a Horne Tooke, contemporâneo daquele, o título de “pai dos estudos em gramaticalização”. Segundo Tooke, o “segredo” das palavras reside em sua etimologia. Este autor afirmava que advérbios, preposições e conjunções resultariam da abreviação ou “mutilação” de “palavras necessárias”, ou seja, de nomes e de verbos.

Após Tooke, vieram Franz Bopp, Humboldt, Wülnner, Whitney, Michel Bréal, entre outros, que foram refinando progressivamente as intuições dos seus predecessores até chegarmos a Meillet. Como já dissemos, foi Meillet o cunhador do termo *gramaticalização*, primeiramente utilizado em 1912, em seu trabalho denominado *L'évolution des formes grammaticales*. Contudo, é necessário afirmarmos que seu mérito não está somente na criação do termo, mas também no fato de ter justificado a relevância dos estudos de gramaticalização como uma das maiores atividades na ciência da linguagem.

Antoine Meillet insistiu na idéia de *continuum*, bastante utilizada até os nossos dias, para expressar a transição de itens lexicais (*mots principaux*) para auxiliares e outros morfemas com função gramatical (*mots accessoires*), também chamados de “palavras vazias” (*mots vides*). Também é uma contribuição do autor francês a idéia de que o aumento de frequência de uso está em correlação inversa à perda do valor expressivo das palavras.

Após Meillet, a literatura lingüística registra consideráveis contribuições de Sapir, Benveniste e Kurylowicz. Heine *et alii* (1991:03) fornecem-nos uma das mais clássicas

definições para gramaticalização, que é a apresentada justamente por Jerzy Kurylowicz ([1965] 1975):

“A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical.²⁹”.

A perspectiva adotada por Kurylowicz aproxima-se da do grupo que estudava os processos de gramaticalização a partir das relações entre o léxico e a gramática. Os processos de mudança estavam restritos a esses dois domínios.

Segundo Heine *et alii* (1991:03), alguns autores têm dado bastante atenção ao problema de como a gramaticalização pode ser diferenciada com relação a um outro processo chamado lexicalização. Muitos desses autores acreditam que, quando palavras pertencentes a classes abertas, como os nomes, mudam para classes fechadas como os advérbios, isto constituiria um exemplo de gramaticalização. Antilla (1972), contudo, argumenta que este é um caso de lexicalização.

Em vários trabalhos, o termo *gramaticalização* refere-se apenas à fase inicial do processo, que é a mudança da estrutura lexical para a gramatical. Samuels (1971), por exemplo, defende que a gramaticalização ocorre quando uma palavra torna-se suficientemente vazia de significado lexical. Sankoff (1988), por sua vez, afirma que a gramaticalização ocorre quando uma palavra que expressa conteúdo ou um morfema pertencente a classes abertas transforma-se em palavras funcionais ou em morfemas de classes de palavras fechadas. Alguns autores propõem, ainda, que o conceito de gramaticalização seja tomado como sinônimo ou quase-sinônimo de gramática.

Outros teóricos confinam o uso do termo *gramaticalização* à transição de estruturas pragmáticas para estruturas sintáticas. Hyman (1984), por exemplo, observa que a pragmática provê grande parte de substância para a sintaxe.

Heine *et alii* (1991:03) afirmam que as definições apresentadas por Antilla, Samuels, Sankoff e Hyman restringem demasiadamente o conceito de gramaticalização, de forma desnecessária, já que seria preciso uma gama de diferentes conceitos para abarcar vários processos referentes a um mesmo fenômeno.

²⁹ “Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status”.

Por outro lado, há ainda autores que tomam o termo *gramaticalização* numa acepção muito ampla, o que pode comprometer a análise lingüística. Em vários trabalhos, por exemplo, esse fenômeno é ligado à codificação de estratégias diversas (Mithun, 1991) ou à codificação de distinções de significação no âmbito do léxico, da morfologia, da sintaxe e da fonologia das línguas (Levinson, 1983).

Verificamos que o traço comum às mais diversas concepções do termo reside no fato de todos os autores considerarem a *gramaticalização* como um processo essencialmente histórico. De fato, durante a década de 70 do século passado, a gramaticalização foi vista como parte da lingüística diacrônica, como um meio de análise da evolução lingüística, de reconstrução da história de uma dada língua ou de um grupo de línguas.

Vejamos a definição de gramaticalização apresentada por Traugott & König *apud* Heine *et alii* (1991:04):

“A gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas de maneira diferente³⁰”.

A definição apresentada acrescenta novos elementos à visão de Kurylowicz. De acordo com Traugott & König, a gramaticalização é um processo histórico de mudança unidirecional. Aqui reside um dos pontos fulcrais das pesquisas lingüísticas na área do funcionalismo nas últimas décadas.

A unidirecionalidade prevê que as mudanças lingüísticas no escopo da gramaticalização ocorrem num *continuum*, do “menos gramatical” para o “mais gramatical” e não vice-versa. Os contra-exemplos (Kahr, 1976; Jeffers e Zwicky, 1980; Campbell, 1991) são incipientes se comparados à enorme gama de exemplos atestadores da unidirecionalidade.

Na visão de alguns autores, esse processo unidirecional de mudança levaria os elementos lingüísticos a diferentes produtos. Para Nichols & Timberlake (1991), ocorre um processo de idiomatização ou ossificação; para Lehmann (1982) e para Heine & Reh (1984),

³⁰ “Grammaticalization refers primarily to the dynamic, unidirectional historical process whereby lexical items in the course of time acquire a new status as grammatical, morphosyntactic forms, and in the process come to code relations that either were not coded before or were coded differently”.

origina-se uma degeneração morfológica. Parece que tais termos não expressam bem o que ocorre ao longo do processo de gramaticalização, visto que as mudanças são naturais e não mudanças de ordem degenerativa, como os rótulos apresentados nos fazem supor.

Heine *et alii* (1991:04) afirmam que os detratores do princípio da unidirecionalidade da mudança costumam apresentar casos de desgramaticalização e regramaticalização para contestá-lo. Vejamos:

“O primeiro (desgramaticalização) está presente quando a direção da gramaticalização é invertida, ou seja, quando uma unidade mais gramatical desenvolve uma unidade menos gramatical; o último (regramaticalização) aplica-se aos casos em que formas sem qualquer função adquirem uma função gramatical”³¹

Heine *et alii* (1991:04.11) também admitem a possibilidade de abordar a gramaticalização como um processo sincrônico, mas criticam o fato de não haver maiores especificações dessa perspectiva de trabalho por parte dos autores, tais como Lehmann & Claudi. Vejamos:

“Um dos méritos principais dos estudos de gramaticalização após 1970 foi a atenção dada ao potencial que eles oferecem como um parâmetro explicativo para entender a gramática sincrônica. O descontentamento com modelos existentes de descrição gramatical funcionaram como o incentivo principal para transformar a gramaticalização como um meio de sobrepujar as abordagens estáticas de análise gramatical, em particular o estruturalismo e a gramática gerativa-transformacional.”³²

Hopper & Traugott (1997:02) também estabelecem uma distinção entre gramaticalização sincrônica e gramaticalização diacrônica. Segundo os autores, a perspectiva

³¹ “The former (degrammaticalization) is present when the direction of grammaticalization is reversed, that is, when a more grammatical unit develops into a less grammatical one, while the latter (regrammaticalization) applies when forms without any function acquire a grammatical function”.

³² “One of the main merits of grammaticalization studies after 1970 was that attention was drawn to the potential they offer as an explanatory parameter for understanding synchronic grammar. Dissatisfaction with existing models of grammatical description provided a major incentive for turning to grammaticalization as a means of surmounting ‘static’ approaches for analyzing grammar, in particular structuralism and generative transformational grammar”.

diacrônica (ou histórica) investiga as fontes das formas gramaticais e os típicos caminhos de mudança que os afetam. A partir dessa visão, a gramaticalização é conhecida como um conjunto de mudanças lingüísticas através das quais um item lexical, em certos usos, torna-se mais gramatical. A perspectiva sincrônica, por sua vez, considera a gramaticalização como um fenômeno primariamente sintático, discursivo-pragmático, a ser estudado do ponto de vista de modelos fluidos de uso lingüístico.

Enfim, após percorrermos diferentes visões concernentes à gramaticalização, podemos apresentar uma definição bastante funcional, baseada em Heine (2003:577) e que está potencialmente nas origens do termo, conforme propôs Kurylowicz ([1965] 1975):

Gramaticalização é definida como o processo de desenvolvimento de estruturas gramaticais a partir de estruturas lexicais e de estruturas mais gramaticais a partir de estruturas menos gramaticais.

O processo de gramaticalização, portanto, oferece uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é a necessidade de comunicação ser efetivamente efetuada. Para alcançar esse objetivo, uma estratégia humana altamente utilizada e comprovada cientificamente consiste na utilização de formas lingüísticas concretas para a expressão de formas lingüísticas mais abstratas, menos facilmente acessíveis e de cujos significados são menos claramente delineados.

Como vemos, Heine *et alii* (2003) consideram os estudos de gramaticalização como uma opção de enfrentamento de uma concepção de gramática estática. Inovam, portanto, ao propor um caráter dinâmico, rompendo com séculos de tradição normativista.

Segundo a definição apresentada nesta pesquisa, podemos traçar uma distinção entre *palavras lexicais* e *palavras gramaticais*³³. Segundo Hopper & Traugott (1997:04), *palavras lexicais* são aquelas que são utilizadas para descrever ou reportar coisas, ações ou qualidades. *Palavras funcionais* ou *gramaticais*, por outro lado, são as que servem para indicar as relações entre expressões nominais (preposições), para ligar partes do discurso (conectivos),

³³ Segundo Rosa (2000:101), “as palavras que têm significado lexical são rotuladas *palavras lexicais*, ou *palavras de conteúdo*, ou ainda *palavras plenas* ou *contentivos*. As palavras que têm significado gramatical são as *palavras funcionais*, também denominadas *palavras gramaticais*, *palavras estruturais*, *palavras vazias*, *palavras instrumentais* ou *functores*”.

para indicar se entidades e participantes de um discurso já foram identificados ou não (pronomes e artigos), e para mostrar se eles estão próximos do falante ou do ouvinte (demonstrativos).

Buscando uma caracterização mais precisa para as formas gramaticais, Hopper & Traugott (1997:04-05) dividem-nas em quatro grupos. Vejamos:

- a) **Palavras gramaticais com independência fonológica e sintática relativa** – São as preposições, por exemplo. Tais palavras apresentam estrutura segmental e prosódica independentes.
- b) **Formas derivacionais** – Palavras lexicais costumam apresentar morfemas que não são nem flexões nem clíticos. Muitas formas derivacionais acrescentam um componente significativo sem alterar a categoria em questão.
- c) **Clíticos** – Não são afixos, mas sua ocorrência é limitada a ocorrer próxima a palavras autônomas. Por exemplo, na expressão da língua inglesa “*It’s me*”, a forma ‘s é considerada um clítico. Segundo Rosa (2000:110), “no estudo das línguas românicas, o termo *clítico* praticamente tornou-se sinônimo de pronome pessoal átono”.
- d) **Flexões** – São sempre dependentes e obrigatórias. As flexões refletem categorias e propriedades das palavras como gênero, caso, número, tempo, aspecto, etc.

Um aspecto bastante relevante em relação à gramaticalização diz respeito à natureza da mudança. Este, certamente, é um dos aspectos mais controvertidos desse fenômeno. De acordo com muitos autores, as mudanças observadas ao longo dos processos de gramaticalização não costumam ocorrer de forma abrupta. Ao contrário, a mudança de um estágio para outro pode levar séculos e isso, como veremos por meio dos princípios de Hopper, não implica necessariamente a exclusão da forma mais antiga. Pelo menos por algum tempo, tanto a forma mais antiga quanto a mais inovadora podem permanecer na língua em competição. Vejamos:

“Básico para o trabalho em gramaticalização é o conceito de ‘cline’ (...) Do ponto de vista da mudança, as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas passam por uma série de transições graduais,

transições que tendem a ser semelhantes em outros idiomas” (Hopper & Traugott, 1997:06)³⁴

Como a mudança costuma ser gradual e lenta, não podemos falar em categorias discretas. De fato, a gramaticalização não é operada por meio de elementos estanques, mas podemos afirmar, baseados na teoria dos protótipos, que uma dada categoria vai afastando-se do seu núcleo conceptual e vai gradativamente aproximando-se de outro. Essa idéia corrobora a tese de que ao lado de perdas, gradualmente ocorrem ganhos, como exploraremos mais adiante. A gramaticalização, portanto, ocorre num *continuum* sem limites precisos e definidos. Esse gradiente de mudança tem recebido diversos nomes segundo a ótica dos pesquisadores. Vejamos:

- a) *Cline* – Hopper & Traugott (1993);
- b) *Path*– Bybee *et alii* (1994);
- c) *Pathway* - Bisang (1996);
- d) *Grammaticalization chain* – Heine (1992, 1993)

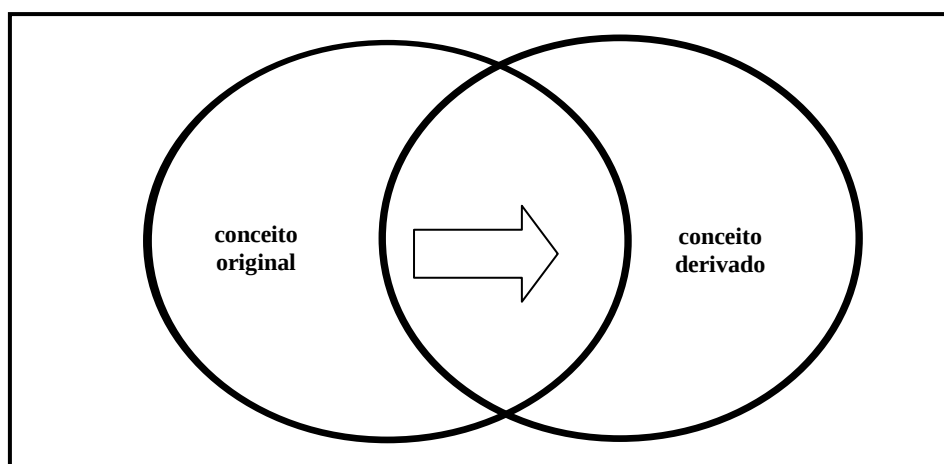
Há, decerto, uma certa polêmica no que diz respeito à mudança gradual ou instantânea da gramaticalização. Essa questão, segundo Moura Neves (2001:118-119) está ligada às noções de sincronia e diacronia, aplicadas à gramaticalização. Sobre essa questão, discutiremos mais detidamente no capítulo referente a *abstratização e processos de transferência metafórica*, na seção 3.5 de nossa pesquisa.

Para espelhar as diversas propostas de como o fenômeno da gramaticalização ocorre, os autores têm proposto modelos que serão analisados a partir deste ponto, juntamente com suas vantagens e suas limitações.

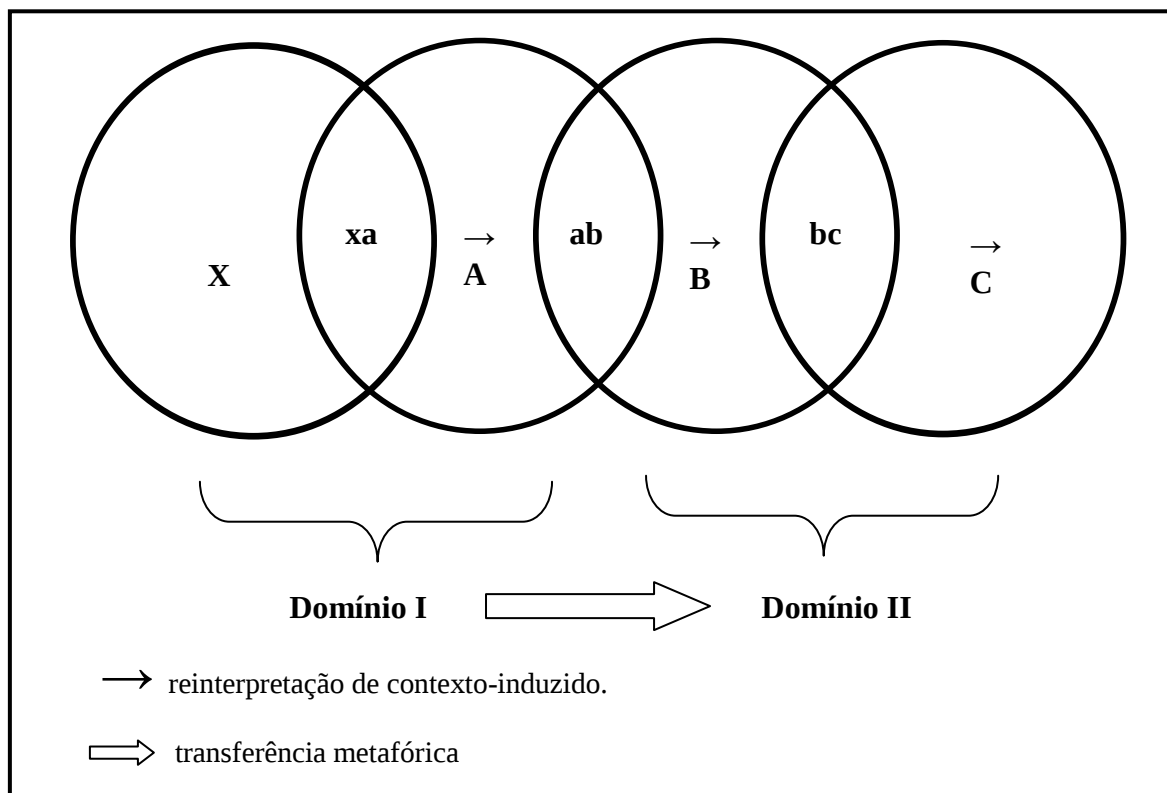
O chamado *overlapping model* (“*modelo das sobreposições*”) espelha o que afirmamos anteriormente, ao propor a gramaticalização com referência a uma transição do conceito-fonte para um conceito-alvo. Essa transição envolve um estágio intermediário em que significados antigos e novos coexistem lado-a-lado. Esse seria um estágio de ambigüidade já que uma forma lingüística relevante pode ser interpretada com referência tanto a seu

³⁴ “Basic to work on grammaticalization is the concept of a ‘cline’ (...) From the point of view of change, forms do not shift abruptly from one category to another, but go through a series of gradual transitions, transitions that tend to be similar in type across languages”.

sentido lexical (ou menos gramatical) quanto a seu sentido mais gramaticalizado. O esquema a seguir ilustra essa concepção:



Segundo Heine *et alii* (1991:114) alguns autores propõem um outro esquema, que se distingue do anterior, por comportar maior riqueza de detalhes, já que a ilustração acima apresenta apenas uma parte do que é apresentado a seguir. Ambas, entretanto, apontam para o mesmo fenômeno e analisam o processo de mudança gramatical da mesma forma. A diferença consiste apenas no fato de este segundo esquema ser mais detalhado e espelhar com mais fidedignidade as etapas do processo. Vejamos:



Segundo o esquema anterior, a mudança efetuada por meio dos processos de gramaticalização toma como ponto de partida a existência de áreas imprecisas, justamente como propõe a teoria dos protótipos já explicitada nesta pesquisa. Assim, na passagem do significado **X** para o significado **A**, haveria um estágio de ambigüidade representado pelo ponto de interseção **xa**, e assim sucessivamente. Esse, entretanto, é apenas um modelo que se justapõe a outros, como atestaremos mais adiante.

Heine & Reh (1984) *apud* Heine *et alii* (1991:15) optam por focalizar com maior destaque os mecanismos internos da gramaticalização. Observando que ela pode afetar todos os níveis da estrutura lingüística, os autores distinguiram três processos diferentes. Vejamos:

- a) *Processos funcionais*: dessemantização, expansão, simplificação e fusão;
- b) *Processos morfossintáticos*: permutação, composição, cliticização, afixação e fossilização;
- c) *Processos fonéticos*: adaptação, erosão, fusão e perda.

A proposta dos autores supracitados visa a uma diferenciação cautelosa no tocante aos processos internos da gramaticalização. Na verdade, podemos dizer que os processos acima refletem, em grande medida, a ordem cronológica com que operam na mudança dos itens lingüísticos. Assim, as mudanças se processariam primeiramente no nível funcional, depois morfossintático e, por fim, no nível fonético-fonológico.

À sistematização acima, os autores acrescentam algumas observações gerais que estão relacionadas ao processo de gramaticalização. Segundo Heine & Reh (1984) *apud* Heine *et alii* (1991:15-16), quanto mais uma unidade lingüística sofre os processos de gramaticalização,

- a) mais perde complexidade semântica, significação funcional e/ou valor expressivo;
- b) mais perde significação pragmática e mais ganha significação sintática;
- c) mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) mais há decréscimo na variabilidade sintática, ou seja, mais a posição na cláusula torna-se fixa;
- e) mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e não-gramatical em outros;
- f) mais aglutina-se semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
- g) mais há perda de substância fonética.

Heine & Reh (1984) *apud* Heine *et alii* (1991:15) concluíram que a gramaticalização é um *continuum* evolutivo. Qualquer tentativa de segmentação em unidades discretas poderia ser uma atitude arbitrária em algum sentido. Essa premissa, de certa forma, está hoje subjacente às mais variadas propostas de descrição dos fenômenos de mudança por meio da gramaticalização.

Heine (2003:579) fornece uma pequena lista de mecanismos similar à anteriormente apresentada nesse trabalho. Segundo o autor, a gramaticalização de expressões lingüísticas opera-se por meio dos seguintes fenômenos inter-relacionados por natureza:

- a) **dessemantização** (ou desbotamento) – perda de conteúdo semântico;
- b) **extensão** (ou generalização contextual) – uso em novos contextos;
- c) **decategorização** – perda de propriedades morfossintáticas, incluindo a perda de status de palavra independente (cliticização, afixação);
- d) **erosão** (ou redução fonética), que é a perda que substância fonética.

Os quatro processos acima descritos, como vemos, estão intimamente relacionados a quatro áreas dos estudos gramaticais e lingüísticos: à semântica, à pragmática, à morfossintaxe e à fonética. A proposta visa, portanto, a abarcar todos os fenômenos de mudança que podem ocorrer na gramática, numa concepção *lato sensu*.

O modelo proposto por Heine (2003) também prevê perdas e ganhos. Da mesma forma como há perda de substância semântica, morfossintática e fonética, também há ganho pragmático, que está associado aos usos em novos contextos.

Cada um dos mecanismos apresentados por Heine (2003) permite uma trajetória de categorias lingüísticas que pode ser descrita no *overlapping model* (“modelo das sobreposições”), anteriormente apresentado e descrito por Heine *et alii* (1991). Segundo tal modelo, os estágios da gramaticalização resumem-se no seguinte:

- a) Existe uma forma lingüística A que é recrutada para a gramaticalização;
- b) Essa expressão adquire um segundo uso, B, desencadeando uma certa ambigüidade entre A e B;
- c) Finalmente, A é perdido, ou seja, há agora apenas o sentido B.

Bybee e Pagliuca (1985:63) *apud* Heine *et alli* (1991:17) observaram novas características inerentes ao processo de gramaticalização. A primeira dessas características diz

respeito ao processo de *generalização*, ou *enfraquecimento do conteúdo semântico*, que deve ser entendido de duas formas: por um lado, um morfema mais utilizado acaba tendo uma maior distribuição, já que é usado em um maior número de contextos; por outro lado, ele tende a ser mais geral porque perde determinadas características específicas de significado.

Além de notarem que os morfemas que sofrem o processo de gramaticalização são caracterizados por um uso muito freqüente e geral, Bybee & Pagliuca (1985) também perceberam que o uso favorece o aumento de ocorrências. Assim, freqüência e gramaticalização, segundo a visão de tais autoras, são noções que estão intimamente ligadas.

Por outro lado, devemos frisar que não são apenas as questões referentes à freqüência que determinam o processo de gramaticalização. Os fatores, segundo Heine *et alii* (1991:23), são de várias ordens e requerem, ainda, um estudo mais pormenorizado. Vejamos:

“A gramaticalização pode ser influenciada por vários fatores, como nossa configuração física, nosso aparato neurofisiológico, nosso ambiente sociocultural, o contexto no qual nós agimos, o contato lingüístico, a interferência entre a forma escrita e a forma falada de uma determinada língua, os desenvolvimentos tipológicos globais, etc.”³⁵

A esses fatores supracitados, devemos acrescentar a cognição, cujos estudos modernamente inserem-se nas pesquisas sobre gramaticalização com mais intensidade. A introdução dos estudos cognitivos permitiu o redimensionamento da tese da arbitrariedade do signo, tal como proposta por Ferdinand de Saussure, entre outros avanços na teoria lingüística. De fato, as estratégias de criação de palavras apontam para atividades motivadas. Vejamos:

- a) empréstimos de outros dialetos e línguas;
- b) criação de expressões simbólicas como onomatopéias;
- c) composição ou derivação de novas expressões a partir de material lexical ou gramatical preexistente;
- d) extensão do uso de formas já existentes com vistas à expressão de novos conceitos, comumente descritos por meio da transferência analógica, da metonímia, da metáfora e de outros processos semelhantes.

³⁵ “Grammaticalization may be influenced by various factors, such as our physical configuration, our neurophysiological apparatus, our sociocultural environment, the context in which we act, language contact, interference between the written and the spoken form of a given language, overall typological developments, etc.”

Pelo exposto, podemos concluir que as pessoas raramente criam novas expressões *ex nihilo*. O que geralmente ocorre é o aproveitamento de material lingüístico já existente para a criação de novos vocábulos. Esse uso de material preexistente geralmente está fundado na utilização de expressões mais concretas como ponto de partida para a criação de conceitos mais abstratos. Tal fenômeno já havia sido observado por Werner & Kaplan (1963:403) *apud* Heine *et alii* (1991:28), sob o *princípio da exploração de antigos significados para novas funções*:

“Por meio desse princípio, são empregados conceitos concretos para reconhecer, explicar ou descrever fenômenos menos concretos. Desse modo, estruturas claramente delineadas ou estruturadas são recrutadas para conceptualizar entidades menos delineadas ou estruturadas, e a experiência extra-física é compreendida por meio da experiência física, o tempo em termos de espaço, a causa em termos de tempo, ou relações abstratas em termos de processos físicos ou relações espaciais”³⁶.

A tomada de construções mais concretas como ponto de partida para as noções mais abstratas pode estar ligada à necessidade de especificação de novas relações (cf. Traugott, 1980) ou às exigências de manter com o interlocutor um diálogo claro e direto, em termos mais concretos possíveis. Nesse sentido, de acordo com Heine *et alii* (1991:28), podemos afirmar que toda atividade humana é egocêntrica e egodêitica, por natureza, já que o ser humano é a entidade mais concreta possível para as derivações de sentido. O corpo humano, como a realidade mais próxima de nossa experiência, serve para a conceptualização de domínios mais abstratos. Daí a escala³⁷ seguinte, cujo domínio-fonte associa-se ao corpo humano (pessoa):

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

³⁶ “By means of this principle, concrete concepts are employed in order to understand, explain, or describe less concrete phenomena. In this way, clearly delineated and/or clearly structured entities are recruited to conceptualize less delineated or structured entities, and nonphysical experience is understood in means of physical experience, time in terms of space, cause in terms of time, or abstract relations in terms of physical processes or spatial relations.”

³⁷ A escala seguinte será explicada em maiores detalhes no próximo item de nossa pesquisa.

Os conceitos derivados do corpo humano refletem as nossas experiências mais elementares. Assim, em inglês, a palavra *back* (*costas*), passa a designar a noção de passado tanto em termos espaciais (*three miles back*) quanto em termos temporais (*three years back*). Em português, como em algumas outras línguas, a palavra *cabeça*, parte superior do corpo humano, pode designar também o líder de uma equipe. A palavra *coração*, um dos órgãos vitais do corpo humano, também designa o âmago de uma idéia, instituição ou conceito. As relações metafóricas, nesses casos, são explícitas, como podemos verificar.

Contudo, apesar de tais relações parecerem explícitas, Heine *et alii* (1991:35) afirmam que, apesar de muitas tentativas, ainda não é possível definirmos, em um modo não-circular, os itens que servem como fonte para conceitos gramaticais. Nenhum dos fatores apresentados, segundo os autores, tais como frequência de uso, simplicidade conceptual, marcação semântica ou saliência pragmática, são suficientes para explicar por si só a natureza dos conceitos-fontes.

Assim, o *input* da gramaticalização continua como algo conjectural, visto que maiores generalizações ainda não são possíveis e talvez nunca sejam devido à diversidade sociocultural dos povos. Assim, as motivações psicológicas, sociais e culturais do discurso permanecem como uma verdadeira incógnita. Por ora, afirmamos, segundo Cunha *et alii* (2003:59), que o motor da gramaticalização baseia-se em fatores de ordem cognitiva, sociocultural e comunicativa, afirmação *de per se* genérica, mas imune a grandes problemas.

Nos estudos de gramaticalização, uma tendência marcante é a de apresentação de princípios ou tendências. Lehmann (1985) *apud* Moura Neves (2001:126), por exemplo, opta por focar os estágios já avançados do processo de gramaticalização. Para tanto, o autor defende a existência de cinco tendências. São elas:

- a) **Paradigmatização:** as formas tendem a organizar-se em paradigmas;
- b) **Obrigatorização:** as formas tendem a tornar-se obrigatórias;
- c) **Condensação:** as formas tendem a tornar-se mais curtas;
- d) **Aglutinação/coalescência:** as formas adjacentes tendem a aglutinar-se;
- e) **Fixação:** ordens linearmente livres tendem a tornar-se fixas.

Paul Hopper, ao contrário de Lehmann, investigou os estágios mais incipientes do processo de gramaticalização. Após vários estudos, o autor propôs cinco princípios que sedimentam a emergência de formas gramaticais. Vale a pena ressaltar que os seus princípios

ainda hoje influenciam grande parte das pesquisas funcionalistas. São eles (cf. Heine, 2003:589):

- a) **Estratificação** ou **camadas**. Quando novas camadas emergem dentro de um domínio funcional, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com aquelas mais novas. Por exemplo, no português coexistem as formas “nós” e “a gente”, “faremos” e “vamos fazer”, “ganho” e “ganhado”, etc.
- b) **Divergência**. Esse princípio refere-se ao fato de que, quando algumas entidades sofrem gramaticalização, o resultado é que surgem novos pares ou múltiplas formas tendo a mesma etimologia mas funcionalidade diversa, ou seja, a forma que sofreu o processo de gramaticalização continua a existir com a forma original. Por exemplo, no português, coexistem as formas “hei de fazer” e “farei”. Em francês, coexistem o *pas* como item lexical e o *pas* como partícula negativa.
- c) **Especialização** ou **generificação**. Ocorre quando as novas formas assumem um significado mais geral. É uma redução de variantes ou estreitamento de possibilidades combinatórias. Por exemplo, no francês, a negativa padrão é feita com *ne* + *verbo* + *pas*, contudo na língua oral desapareceu o 1º item (*ne*), cabendo ao último marcar a negação.
- d) **Persistência**. Quando um significado gramatical B desenvolve-se, não há necessariamente a perda do significado A; ao contrário, B pode refletir o significado de A. É uma tendência à manutenção de traços lexicais antigos em formas gramaticalizadas, o que conduz à polissemia. Por exemplo, em português, o adjetivo *meio/meia*, do português, na passagem para a categoria de advérbio, na linguagem culta, manteve a flexão de gênero feminino (Ela está *meia* cansada).
- e) **Decategorização**. Perda de propriedades morfosintáticas, incluindo a perda do *status* de palavra independente. A decategorização confere menor autonomia aos itens/estruturas da língua. Para entendermos melhor esse princípio, vejamos a proposta de classificação das categorias funcionais³⁸ abaixo:

³⁸ Partimos sempre do princípio de que as categorias são prototípicas, não-discretas, graduais.

Categorias básicas ou lexicais	Categorias intermediárias	Categorias secundárias ou gramaticais
Nome substantivo Verbo pleno	Verbo auxiliar Nome adjetivo Numeral Advérbio Pronome	Preposição Conjunção Artigo

A passagem de uma categoria a outra do quadro evidenciaria um processo de decategorização. Vejamos os exemplos abaixo:

(131) Sua face está pálida. / Em face do ocorrido, não haverá aula.

(132) Nosso obrigado por sua ajuda. / Obrigado por sua ajuda.

(133) Ele está aqui. / Ele está querendo dinheiro.

Devemos destacar, também, que muitas pesquisas foram desenvolvidas tendo em vista as relações entre o discurso e a gramática. Heine *et alii* (1991:20) afirmam que vários estudos apontaram o fato de as categorias verbais de tempo e aspecto terem surgido de funções discursivas, que tanto a coordenação quanto a subordinação gramaticais teriam se desenvolvido a partir de estruturas discursivas que se convencionalizaram e que até mesmo a combinação de cláusulas pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso.

Heine *et alii* (1991:156-158) afirmam também que não é tarefa fácil distinguir os diversos graus de gramaticalização de uma determinada forma ou significado da língua. Afinal, como saber se uma categoria X é mais gramaticalizada que uma categoria Y? Por que a CAUSA seria mais gramaticalizada que a categoria de PROPÓSITO?

Os autores asseveram que não há, ainda, respostas conclusivas para tais perguntas, contudo oferecem alguns parâmetros, que funcionam como uma verdadeira lista de hipóteses, que pode servir, nas palavras de Heine *et alii* (1991), como um “procedimento de descobertas” para o estabelecimento dos relativos graus de gramaticalização. Vejamos:

- a) Uma categoria gramatical é mais gramaticalizada que outra se ela é etimologicamente derivada da primeira. Essa afirmação de caráter diacrônico permite-nos determinar, por exemplo, que causa é um sentido mais gramaticalizado para a conjunção inglesa since (*desde*) do que tempo, como pode ser comprovado por meio de análises históricas.
- b) Se duas funções diferem uma da outra somente pelo fato de uma apresentar uma função espacial enquanto outra não, então esta última é mais gramaticalizada. Assim, expressões temporais são mais gramaticalizadas que expressões espaciais.
- c) Se duas categorias gramaticais diferem uma da outra somente pelo fato de uma tipicamente implicar um participante humano enquanto outra implicar um participante inanimado, então a última é mais gramaticalizada.
- d) Uma categoria que faz referência a um conceito que possui potencialmente três dimensões físicas é menos gramaticalizada do que outra que faz referência a apenas uma possível dimensão, que é, por sua vez, ainda menos gramaticalizada do que uma cujo referente não apresenta dimensionalidade física. Esse parâmetro permite-nos determinar que o espaço é menos gramaticalizado que o tempo e este é menos gramaticalizado do que outras categorias como *condição* ou *maneira*.
- e) Se duas categorias diferem uma da outra somente pelo fato de uma ser mais inclusiva, então, ela é mais gramaticalizada do que a que é menos inclusiva. Assim, podemos dizer que a categoria *instrumento* é menos gramaticalizada que *modo*. Por exemplo, ao formularmos a questão *Como ele fez isso?*, podemos ter como resposta *Ele fez isso carinhosamente* (modo) ou *Ele fez isso com uma faca* (instrumento). Por outro lado, se perguntarmos *Com que ele fez isso?*, só poderíamos ter como resposta a segunda opção (*Ele fez isso com uma faca*).
- f) Se um dado morfema é utilizado tanto com palavras como com orações, então o último uso é mais gramaticalizado que o primeiro. Por exemplo, o morfema da língua inglesa *for* acumula tanto a função de ligar palavras quanto a função de ligar orações subordinadas. Assim, o uso prepositivo é menos gramaticalizado que o uso conjuntivo.

Em outra instância, Heine *et alli* (1991:213) apresentam um quadro que traduz alguns efeitos lingüísticos mais comuns da gramaticalização. Vejamos:

Semânticos	Sentido concreto > Sentido abstrato Conteúdo lexical > Conteúdo gramatical
Pragmáticos	Função pragmática > Função sintática Baixa frequência textual > Alta frequência textual
Morfológicos	Forma livre > Clítico Clítico > Forma presa Composição > Derivação Derivação > Flexão
Fonológicos	Forma cheia > Forma reduzida Forma reduzida > Perda de <i>status</i> segmental

Heine *et alii* (1991:108) apresentam diversos outros modelos de descrição dos processos de gramaticalização, tais como o de Willett (1988), Traugott & König (1991), Taylor (1989), Sweetser (1988), Rubba (1990), Givón (1989), entre outros. Modernamente, todavia, os autores que lidam com o conceito de gramaticalização, baseiam-se nas seguintes assunções bastante gerais (cf. Heine, 2003:577):

- a) A língua é um produto histórico e deveria, portanto, ser entendida primeiramente com referência a forças históricas que são responsáveis por sua estrutura atual;
- b) As descobertas em gramaticalização oferecem mais explicações do que poderiam oferecer os estudos de análise sincrônica;
- c) Como tem sido asseverado desde Condillac, o desenvolvimento de categorias gramaticais é unidirecional, indo dos significados concretos/lexicais para os abstratos/gramaticais.

A essa altura, cabem aqui algumas pequenas observações acerca das críticas recebidas pelos estudiosos da gramaticalização. Como esse não é o tópico central de nossa pesquisa, limitamo-nos a citá-los e argumentar concisamente, baseando-nos em Heine (2003) e Haspelmath (2002). Vejamos:

I) “**Nem todos os exemplos de mudança gramatical são casos de gramaticalização.**” De fato, a mudança gramatical envolve outros processos distintos da gramaticalização, mas quanto a isso parece

não haver motivo para polêmica, pois os defensores da gramaticalização não têm a pretensão de explicar todos os fenômenos lingüísticos por meio desse paradigma.

II) **“A gramaticalização não é unidirecional.”** Os lingüistas funcionalistas também não advogam a existência de um paradigma isento de contra-exemplos. As pesquisas empíricas comprovaram que a mudança lingüística, na grande maioria dos casos, é unidirecional. Na verdade, os contra-exemplos são residuais e idiossincráticos, mas existentes.

III) **“A gramaticalização não é um processo distinto dos demais.”** Os defensores da gramaticalização também afirmam que os processos de dessemantização, erosão, extensão, entre outros, podem aparecer isoladamente. Contudo, as pesquisas empíricas têm comprovado que, geralmente, eles aparecem inter-relacionados. Sendo a gramaticalização uma explicação para o fato de formas gramaticais surgirem e desenvolverem-se, não há nada mais adequado do que lançar mão dos processos internos que subjazem à gramaticalização.

IV) **“A teoria da gramaticalização não é uma teoria.”** Não costuma fazer parte dos interesses dos lingüistas defensores da gramaticalização defender o estatuto de teoria para esse processo de mudança. Os termos *teoria*, *fenômeno* ou *paradigma* são freqüentemente tomados de forma intercambiável, conforme também o fizemos em nossa pesquisa. Não queremos dizer que de fato o sejam, mas para nossos propósitos, essa diferenciação não é de maior importância.

Devemos afirmar que a noção de gramaticalização, seja ela paradigma, teoria ou um simples fenômeno, tem relação direta com a noção de que as gramáticas fornecem os mecanismos de codificação mais econômicos para aquelas funções da linguagem que os falantes mais freqüentemente precisam cumprir. Em outras palavras, segundo Du Bois (1985:363) *apud* Moura Neves (2001:130), “as gramáticas codificam melhor aquilo que os falantes mais usam”. Daí a alta relevância dos estudos em gramaticalização.

Ao abordar a importante questão da motivação para a gramaticalização, Moura Neves (2001:130) afirma, baseando-se em Heine *et alii* (1991:29-30), o seguinte:

“A motivação para a gramaticalização (...) está tanto nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas, devendo observar-se, ainda, que novas formas gramaticais podem desenvolver-se

a despeito da existência de estruturas velhas funcionalmente equivalentes”.

Há, sem dúvida, um caminho muito longo a ser percorrido pelos estudiosos com vistas às investigações no campo da gramaticalização. As divergências e as questões avolumam-se à medida que novos trabalhos são feitos. É como se algumas respostas retroalimentassem outras numerosas dúvidas. O trabalho do lingüista, mormente de linha funcionalista, portanto, é continuar encetando as pesquisas necessárias com o objetivo de desvelar alguns pontos obscuros e somar a essas novas dúvidas algumas outras, que por sua vez, incitarão os estudiosos a mais pesquisas.

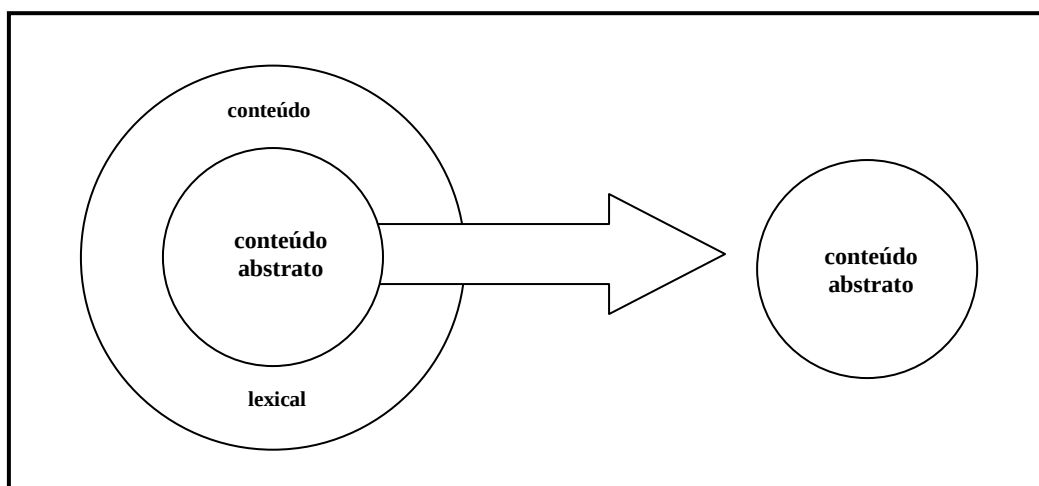
Por fim, devemos asseverar que não poderíamos falar em gramaticalização sem fazermos referência aos processos de transferência metafórica e à abstratização. Essas reflexões serão imprescindíveis para embasarmos ainda mais nossas reflexões, principalmente no tocante à natureza instantânea ou gradual da mudança.

3.5. Abstratização e processos de transferência metafórica

Desde 1970, há na literatura especializada, uma visão predominante de que a gramaticalização provocaria uma espécie de mecanismo de *filtragem* (*filtering*). Esse fenômeno foi chamado de *desbotamento* (*bleaching* - Givón, 1975; Lord, 1976), *depleção semântica* (*semantic depletion* – Lehmann, 1982), *enfraquecimento semântico* (*semantic weakening* – Guillaume, 1964; Guimier, 1985), *dessemantização* (*desemanticization* – Heine & Reh, 1984) ou *enfraquecimento do conteúdo semântico* (*weakening of semantic content* – Bybee & Pagliuca, 1985).

Geralmente, os autores supracitados, ao utilizarem os termos apresentados acima, perpassam a visão de que há um empobrecimento dos significados das palavras, ou seja, é como se a gramaticalização depauperasse as formas originais, resguardando apenas os seus sentidos mais primitivos.

Essa noção de empobrecimento da forma lingüística está subjacente no chamado *bleaching model* (*modelo do desbotamento*), que pode assim ser esquematizado:



Segundo esse modelo, a gramaticalização é considerada um processo de degeneração ou enfraquecimento do conteúdo semântico, já que o significado das formas é esvaziado de suas especificidades. O resultado é que os conteúdos concretos, lexicais tendem a ser reduzidos a funções abstratas, mais gramaticais. Heine & Reh (1984) *apud* Hopper & Traugott (1997:87) foram além ao afirmar que a gramaticalização é um processo evolutivo em que unidades lingüísticas perdem complexidade semântica, significado pragmático, liberdade sintática e substância fonética.

Esse modelo já estava nas intuições de Meillet, ao falar em “perda de expressividade”. Segundo o teórico francês, as formas gramaticalizadas progressivamente iam se desbotando, podendo ser rejuvenescidas ou não. Essa concepção de mudança lingüística, marcadamente clássica, portanto, equaciona a gramaticalização a deterioração de formas.

Segundo o *bleaching model*, a entidade concernida transforma-se num morfema de uso mais geral, com maior distribuição, uma vez que é utilizado em um maior número de contextos, segundo a frequência de uso.

Traugott (1988) *apud* Heine *et alii* (1991:40) concorda com a idéia anterior, mas associa os efeitos do *desbotamento semântico* aos estágios finais do processo de gramaticalização. Seria o caso do verbo pleno da língua inglesa *do* que se transformou num auxiliar vazio do inglês padrão, em termos semânticos.

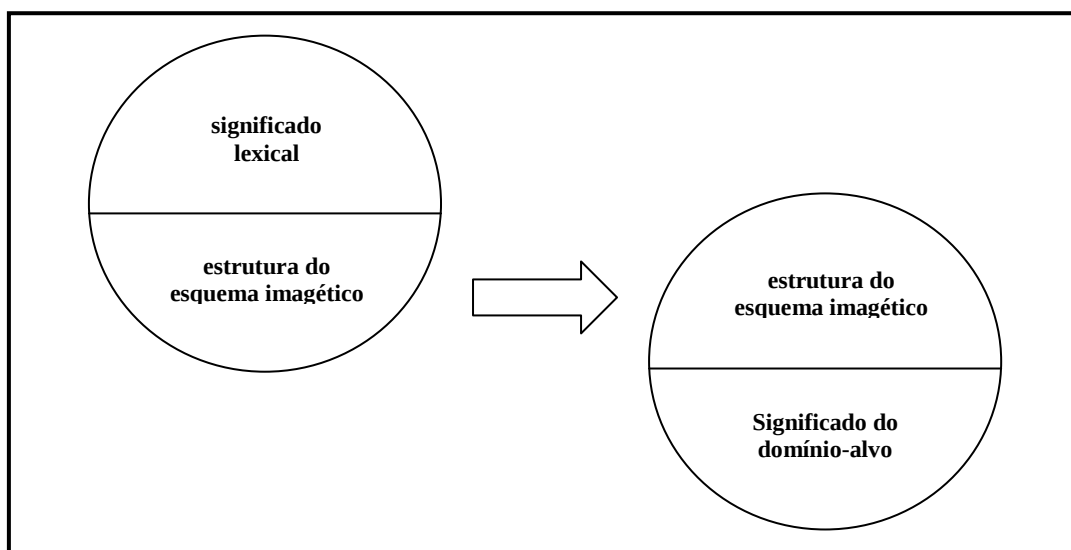
Sweetser (1988) *apud* Heine *et alii* (1991:21) afirma haver, na verdade, um desenvolvimento das formas lingüísticas em direção a um *descarnamento* (“*fleshing out*”) ou *abstratização* (“*abstracting out*”) de aspectos centrais do significado. O que fica por trás nesse processo seria a imagem esquemática ou a estrutura topológica da entidade concernida.

A autora observa, contudo, que o sentido original, em alguns casos, pode desaparecer completamente ou pode ser substituído por um significado ou função completamente diferente do original. Por esse motivo, o termo *desbotamento* (*bleaching*) não seria o mais adequado para espelhar o fenômeno enfocado. Em lugar dele, seria preferível o termo *abstratização*. Afinal, o *output* da gramaticalização tende sempre a ser mais abstrato do que o *input*.

Sweetser (1988:400) *apud* Heine *et alii* (1991:21) assere que seria mais acertado afirmarmos que não há apenas perdas no processo de abstratização, mas também ganhos. Segundo a autora, o “*bleaching model*” focaliza apenas um aspecto da gramaticalização, que são as perdas, e ignora as suas demais características. Na verdade, para sermos mais precisos, há uma transferência de domínios. Vejamos:

“Ao transferir a estrutura esquemática do domínio-fonte para algum domínio-alvo particular, o significado deste último é acrescentado ao significado da entidade transferida (...) Assim, além de perdas, há também ganhos semânticos na gramaticalização³⁹”.

Esse modelo pode ser representado por meio do esquema abaixo:



Sweetser (1988) afirma que a perda de significado lexical é contrabalançada pelo fato de a entidade gramaticalizada adquirir significado que é característico de seu novo domínio, o

³⁹ “By transferring the schematic structure from the source domain to some particular target domain, the meaning of the latter is added to the meaning of the transferred entity (...) Thus, in addition to losses, there are also semantic gains in grammaticalization”

domínio-alvo. Jo Rubba (1990) também adota o modelo de perdas e ganhos apresentado, mas defende a idéia de que o aumento de ganhos supera a perda no processo de gramaticalização.

Hopper & Traugott (1997:87-88), além de outros estudiosos, sublinham que o mais importante no processo de gramaticalização é constatar o ganho de informação pragmática, o fortalecimento da categoria lingüística. Contudo, os autores ressaltam que esse enfoque é possível porque eles focalizam o início do processo de gramaticalização, e não seus desdobramentos. Aliás, ainda segundo Hopper & Traugott, “não há dúvida de que ao longo do tempo, os significados tendem a tornarem-se enfraquecidos durante o processo de gramaticalização⁴⁰”.

Heine *et alii* (1991:111) apresentam uma visão conciliadora segundo a qual não há incompatibilidade entre o modelo do *desbotamento semântico* e o modelo de *perdas e ganhos*. Ao contrário, segundo os autores, ambos se complementariam, já que cada um captura um diferente aspecto da relevância do processo.

Para sermos mais precisos, a gramaticalização é o resultado da interação entre aspectos cognitivos e pragmáticos. Essa afirmação já invalida a idéia de que há enfraquecimentos ou degenerações, que traduzem termos inexatos para descrever ou interpretar os parâmetros da gramaticalização.

Com relação à metáfora, devemos afirmar que o termo também tem sido compreendido sob diversos enfoques. O mais simples, do ponto de vista descritivo, é aquele que está relacionado às figuras de linguagem, ao lado da sinédoque, hipérbole, metonímia e outras. Lakoff & Johnson (1980:03) afirmam que se costuma associar essa concepção do termo à imaginação poética das pessoas ou aos floreamentos retóricos.

Por outro lado, segundo Poggio (2003:42), a metáfora apresenta-se dentro de um campo de abrangência muito maior:

“A metáfora está difundida na vida diária, não apenas na língua, mas no pensamento e na ação. O sistema conceitual do homem desempenha um papel central para definir suas realidades diárias, sendo largamente metafórico. Na base da evidência lingüística, verifica-se que a maioria do sistema conceitual do homem é metafórico por natureza. Expressões metafóricas na linguagem diária podem introduzir as pessoas na natureza metafórica dos conceitos que estruturam as atividades diárias”.

⁴⁰ “there is no doubt that over time, meanings tend to become weakened during the process of grammaticalization”.

Martelotta *et alii* (1996:31-32) assim definem a metáfora: “um processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada”. A motivação icônica da metáfora, segundo os autores, está na semelhança ou no compartilhamento semântico existente entre o significado fundante e o significado derivado.

Como vemos, Poggio (2003) e Martelotta *et alii* (1996) alargam substancialmente o conceito de metáfora, situando-a na base do pensamento conceptual humano. Assim, a metáfora não pode ser vista como um desvio ou uso estilístico simplesmente, mas como um processo funcional de criação de novos significados.

Taylor (1992:130-131) afirma que a metáfora tem causado muito desconforto para os seguidores da lingüística gerativa-transformacional. A fonte dos problemas reside no fato de que os significados das palavras, segundo os gerativistas, podem ser representados como um feixe de traços necessários e suficientes, como propunha a teoria aristotélica. O significado, para os formalistas de um modo geral, emerge como uma entidade com limites bem definidos. A metáfora é vista no gerativismo, portanto, como uma “*violation of a selection restriction*” (violação da restrição de seleção).

Heine *et alii* (1991:45) asseveram que a metáfora, em outro sentido, é um dos principais processos que subjazem à gramaticalização. Outros autores, como Matisoff (1991), acreditam que a gramaticalização é um subtipo da metáfora. Bybee & Pagliuca (1985:59) afirmam que a metáfora é um dos principais mecanismos no processo de generalização ou enfraquecimento do conteúdo semântico. Enfim, não são poucas as divergências entre os autores.

Lakoff & Johnson (1980:05) definem a essência da metáfora, com clareza, da seguinte forma: “A essência da metáfora consiste em compreender e experienciar um tipo de coisa com termos de outra”⁴¹. Esse processo de “compreender e experienciar” é o que temos chamado de *extensão metafórica*.

Vários autores defendem a extensão metafórica como um mecanismo de grande influência nos processos de gramaticalização. Entre eles, podemos citar Willett (1988), Ramson (1988) e Schlesinger (1979). Este último utiliza o termo *assimilação semântica*

⁴¹ “The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing in terms of another”

(*semantic assimilation*) para referir-se ao mesmo mecanismo. Vejamos os exemplos a seguir, oferecidos por Lakoff & Johnson (1980):

(134) He did it with enthusiasm.

(134') Ele fez aquilo com entusiasmo.

(135) He did it with a crowbar.

(135') Ele fez aquilo com um pé-de-cabra.

Nos exemplos acima, a preposição da língua inglesa *with* (*com*) está sendo utilizada em duas construções distintas. O modo (134), que é mais abstrato, é assimilado em termos de instrumento (135), ou seja, o entusiasmo é metaforicamente considerado como um meio de se fazer alguma coisa. Podemos dizer, portanto, segundo Schlesinger (1979), que a preposição *with* (*com*) apresenta em inglês, pelo menos, duas funções: a instrumental e a modal, sendo esta última derivada por extensão metafórica da primeira.

Fenômeno semelhante ocorreu com a expressão *going to*, também da língua inglesa. Sobre ela, agiu a força da extensão metafórica, produzindo novos significados. Vejamos novos exemplos:

(136) Henry is going to town.

(136') Henry está indo para a cidade.

(137) The rain is going to come.

(137') A chuva vai chegar.

Nas sentenças (136) e (137), temos a mesma expressão *going to*, mas com uma considerável diferença em termos de significado. O significado de *going to* em (137) é derivado do primeiro e é muito provável que não existisse antes do século XV na língua inglesa. Por força da extensão metafórica, o verbo de movimento (*be going to*) deu origem a um indicador de tempo futuro imediato. Dizemos que esse processo é metafórico por natureza, devido às seguintes razões (cf. Heine *et alii*, 1991:46-47):

- a) Como é característico da metáfora, há um significado envolvido que é o chamado *significado literal* (o primeiro) e há um outro que é “*transferido*” ou *metafórico* (o derivado);
- b) A metáfora envolve a transferência ou o mapeamento de um esquema imagético a partir de um domínio de conceptualização para outro. No caso apresentado, o *domínio do movimento espacial* é utilizado como um veículo metafórico para a referência do *domínio temporal dêitico*: o verbo *going to*, que denota ação física, serve como um modelo estrutural para conceptualizar uma noção gramatical, que é o tempo dêitico;
- c) De acordo com várias caracterizações da metáfora, um movimento concreto como *going to* é mais facilmente compreendido do que um conceito de domínios mais abstratos que é o das categorias temporais;
- d) Hoffman (1982) observou que “tecnicamente, as metáforas são anomalias, uma vez que violam as regras para associar os significados das palavras”. Ortony (1979) defende que “a metáfora estende a linguagem para os seus limites elásticos”. Podemos entender o termo *anomalia* no sentido de que ao justapor os dois significados apresentados em (136) e (137), houve uma violação de regras, pelos seguintes motivos: (i) o verbo *going to* tipicamente requer um sujeito humano, enquanto em (137) é utilizado um sujeito inanimado; (ii) semanticamente, os verbos *go* (ir) e *come* (vir/chegar) são de status dêíticos contrastantes;
- e) Como ficou explícito no item anterior, o verbo *go* seguido da partícula *to* é tipicamente associado com o mundo humano: ele implica a existência de um agente humano e uma ação humana. Em orações como (137), por outro lado, lidamos com um mundo que não é necessariamente humano: tanto o sujeito quanto o objeto podem fazer referência a conceitos inanimados;
- f) Uma característica comum, mas não geral, das expressões metafóricas é que, em contextos específicos, elas podem ser compreendidas em seu sentido literal. O resultado é que pode ocorrer uma ambigüidade semântica, mais particularmente chamada *homonímia*, entre o significado literal e o significado transferido. Isso pode ser verificado no exemplo abaixo:

(138) I am *going to* work.

(138') Eu estou indo para o trabalho.

(138'') Eu vou trabalhar.

A sentença (138), em língua inglesa, é ambígua, uma vez que pode ser interpretada como uma construção do tipo (138'), em que *to work* é um sintagma adverbial locativo (*para*

o trabalho), ou como do tipo (138”), no qual pode ser considerado um verbo no infinitivo (*trabalhar*).

Heine *et alii* (1991:48) intentam demonstrar que a metáfora é uma das mais importantes forças no processo de desenvolvimento de categorias gramaticais, ou seja, que ela desempenha um papel fundamental na expressão de funções mais abstratas. A metáfora, na verdade, segundo os autores, não pode ser interpretada como uma explicação categórica para a gramaticalização, mas como uma estratégia cognitiva que nos ajuda a compreendê-la melhor.

De acordo com Heine *et alii* (1991:48), por meio de algumas poucas categorias básicas, podemos dar conta de uma escala relativa de abstração metafórica. Estamos falando da escala já apresentada no tópico anterior. Vejamos:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade
--

A escala apresenta entidades prototípicas, que incluem uma variedade de conceitos bem definidos perceptual e linguisticamente. Os conceitos apresentados representam os domínios da conceptualização que são importantes para a estruturação da experiência. A relação entre eles é metafórica, por natureza, já que qualquer elemento da esquerda serve para conceptualizar qualquer outro elemento da direita.

Martelotta *et alii* (1996:50) ilustram a escala acima com alguns exemplos da língua portuguesa. Vejamos:

“Assim, palavras que designam, por exemplo, partes do corpo (**braço**) passam a designar objetos (**braço** da cadeira) ou qualificações (ele é meu **braço** direito), ou palavras referentes a noções espaciais (**atrás** da casa) passam a expressar noções temporais (dois anos **atrás**) ou qualificações (ele é **atrasado**)”.

As relações estabelecidas entre um domínio e outro podem ser chamadas de **metáforas categoriais**. Assim, temos as metáforas *objeto-para-espaço* e *espaço-para-tempo*, como as exemplificadas na citação. Nas metáforas categoriais, o primeiro elemento é considerado o *veículo metafórico* e o segundo elemento, o *tópico metafórico*. A organização

das categorias, vale ressaltar, segue os padrões da unidirecionalidade. O movimento da esquerda para a direita, na escala, define-se em termos de abstratização metafórica.

Heine *et alii* (1991:49) tecem importantes observações quanto à polêmica entidade chamada *qualidade*. Vejamos:

“A categoria QUALIDADE é a mais difusa de todas essas entidades. Provavelmente as pesquisas futuras estabelecerão que ela forma um tipo de ‘recipiente’ para várias conceptualizações bastante divergentes. Por exemplo, ela pode referir-se a estados ao invés de situações dinâmicas ou para conceitos não-físicos ao invés de conceitos físicos⁴²”.

Em obra posterior, Heine (2003:586) reitera a argumentação anterior, ressaltando a importância da transferência metafórica para os estudos da gramaticalização. Esse modelo, de acordo com o autor, consiste na transferência de domínios concretos da experiência humana (objetos físicos e movimento físico) para domínios mais abstratos como as relações espaciais, temporais, textuais e outras.

Os autores chamam-nos a atenção para o fato de haver diferenças significativas entre o conceito já apresentado de **metáfora categorial** (*categorical metaphor*), utilizado por Claudi & Heine (1986) e o de **metáfora conceptual** (*conceptual metaphor*), utilizado por Lakoff & Johnson (1980)⁴³. A maior diferença reside no fato de aquela ser muito mais inclusiva que esta última. As metáforas categoriais tipicamente incluem grupos de metáforas conceptuais.

Heine *et alii* (1991:50-51) apresentam uma lista de metáforas conceptuais, que têm em comum o fato de partirem da distinção *up* (*em cima/para cima*) versus *down* (*embaixo/para baixo*) como veículo metafórico comum. Ou seja, as várias metáforas conceptuais abaixo estão no mesmo rol da metáfora categorial ESPAÇO > QUALIDADE, em que situações, estados ou qualidades são metaforicamente apresentados em termos de

⁴² “The category QUALITY is the most fuzzy of all these entities. It is likely that future research will establish that it forms a kind of catchall for a number of quite divergent conceptualizations. It may refer, for example, to states as opposed to dynamic situations or to non-physical as opposed to physical concepts”.

⁴³ Segundo Heine *et alii* (1991:52), Pepper (1970) e MacCorman (1985) apresentam conceitos distintos para denominar os tipos de metáfora aqui estudados. Para esses autores, a metáfora categorial também pode ser chamada de “*root metaphor*” (“*metáfora de raiz*”), enquanto a metáfora conceptual pode ser chamada de “*conveyance metaphor*” (“*metáfora de condução*”). A primeira é utilizada para fazer referência às áreas da experiência humana ou do mundo físico, enquanto a última tende a ser baseada nas experiências isoladas.

conceitos locativos. É nesse sentido que as metáforas categoriais são mais abrangentes ou inclusivas do que as conceptuais. Vejamos:

- a) Feliz é *up*; triste é *down*;
- b) Consciente é *up*; inconsciente é *down*;
- c) Saúde e vida são *up*; doença e morte são *down*;
- d) Ter controle e força é *up*; ser submetido a controle é *down*;
- e) Mais é *up*; menos é *down*;
- f) Alto status é *up*; baixo status é *down*;
- g) Bom é *up*; mau é *down*;
- h) Virtude é *up*; vício é *down*;
- i) Razão é *up*; emoção é *down*;

Em todas as metáforas conceptuais apresentadas, a orientação espacial foi empregada com o objetivo de conceptualizar estados de qualidade física, social, mental, moral, entre outros. Assim, podemos afirmar que a gramaticalização é o resultado também de uma estratégia que visa a empregar expressões mais acessíveis para a experiência humana com o objetivo de expressar conceitos menos acessíveis e mais abstratos.

Lakoff & Johnson (1980:06) vão além ao asseverar que não só a linguagem, mas também os processos do pensamento humano são metafóricos. É nesse sentido que, segundo os autores, dizemos que o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado ou definido.

Seguindo o raciocínio de Lakoff & Johnson (1980), Taylor (1992:138) afirma que a metáfora consiste no mapeamento da lógica de um domínio (usualmente, mas não sempre, o domínio mais concreto) em outro (usualmente mais abstrato). Uma dúvida, entretanto, parece persistir: qual é a motivação para a transferência metafórica?

Alguns autores costumam argumentar que a base da transferência está na similaridade entre os conceitos. Taylor (1992:138) é um crítico desse raciocínio ao questionar os parâmetros utilizados para percebermos a similaridade de um domínio em relação ao outro. Assim, a questão permanece em aberto. Há, no máximo, algumas hipóteses. Vejamos:

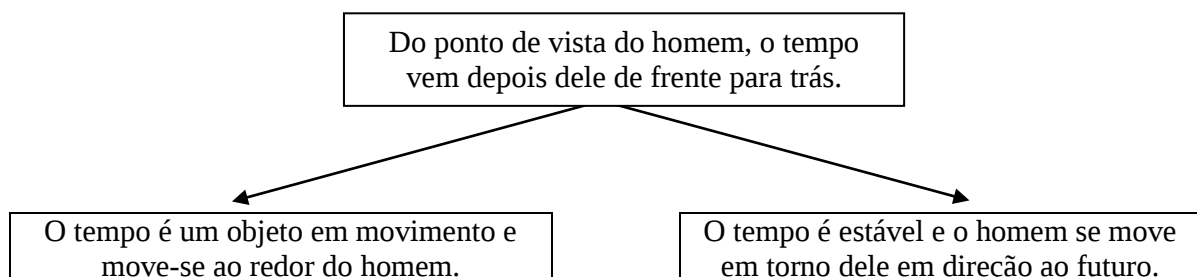
“Em alguns casos, pelo menos, parece que a possibilidade de transferir elementos de um domínio para outro é estabelecida em virtude da co-ocorrência de

domínios dentro de uma área particular da experiência. Consideremos a metáfora conceitual MAIS É PARA CIMA. À medida que acrescentamos objetos a uma pilha, a pilha se torna mais alta. Essa experiência estabelece uma associação natural entre quantidade e extensão vertical.⁴⁴”

Taylor (1992:141) acrescenta que devemos sempre levar em conta as relações entre linguagem e cultura. Se por um lado há certas experiências presumivelmente comuns a todos os seres humanos saudáveis e normais, há outras que são fortemente condicionadas pela cultura e pelo ambiente. Por esse motivo, não deve ser motivo de surpresa encontrarmos tanto similaridades translingüísticas quanto diversidades translingüísticas na expressão metafórica. O autor ressalva que a conceptualização do tempo em termos espaciais parece ser uma experiência universal. Com ele, concorda Pontes (1992:07):

“Seguindo as pegadas de Lakoff & Johnson (1980), vemos que as metáforas temporais não são esporádicas, mas sistemáticas. Não é um ou outro elemento isoladamente que é usado metaforicamente para indicar tempo, mas trata-se de procedimento normal que ocorre em quase todos os elementos, o que mostra que o próprio conceito de espaço é como que alargado para indicar tempo.”

Poggio (2003:44) afirma que o tempo pode ser concebido como uma metáfora de um objeto em movimento. Entretanto, citando Lakoff & Johnson (1980), a autora diz que há “outro meio através do qual se conceitualiza o passar do tempo: ‘o tempo é estável e as pessoas (é que) se movem em volta dele’”. Vejamos:



⁴⁴ “In some cases, at least, it seems that the possibility of transferring elements from one domain to another is established in virtue of the co-occurrence of the domain within a particular area of experience. Consider the conceptual metaphor MORE IS UP. As you add objects to a pile, the pile gets higher. This experience establishes a natural association between quantity and vertical extent.”

A metáfora ESPAÇO > TEMPO, central em nossa pesquisa, será desenvolvida com mais detalhes na próxima seção. É possível entrevermos, contudo, desde já, a sua premência e seu alto poder descritivo no que tange aos processos de extensão metafórica.

Após enfocarmos a natureza da gramaticalização e os princípios norteadores dos processos de extensão metafórica, surge uma questão de suma importância para os estudos aqui realizados e, segundo Heine *et alii* (1991:70), de difícil resolução. Vejamos:

“A transição de um significado menos gramatical para mais gramatical é gradual, enquanto a metáfora sugere uma transferência discreta de um domínio conceitual para outro⁴⁵”.

Moura Neves (2001) também enfoca essa polêmica, associando o caráter gradual ou instantâneo da gramaticalização à questão da sincronia *versus* diacronia, herdada das dicotomias saussurianas.

Segundo a autora (2001:118-119), se consideramos a gramaticalização do ponto de vista histórico, o processo é gradual: “o que ocorre é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente a outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e a forma velha, que entram em variação, sob diversas condições”. De acordo com Moura Neves, essa variação é nada mais do que o reflexo do caráter gradual da mudança.

Por outro lado, a gramaticalização também pode ser vista como um processo instantâneo, “envolvendo um ato mental pelo qual uma relação de similaridade é reconhecida e é explorada” (cf. Moura Neves, 2001:119).

Constatamos, portanto, uma aparente incompatibilidade entre os conceitos de gramaticalização (processo gradual) com transferência metafórica (processo instantâneo). Entretanto, na verdade, essa incompatibilidade não existe (cf. Heine *et alii*, 1991:70-71). Vejamos os exemplos abaixo:

(139) Henry is <u>going to</u> town.	} Idéia de movimento espacial.
(139') Henry está indo para a cidade.	

⁴⁵ “The transition from a less to a more grammatical meaning is gradual, whereas metaphor suggests a discrete transfer from one conceptual domain to another”.

Instâncias intermediárias	{ (140) Are you <u>going to</u> the library? (140') Você vai para a biblioteca? }	Sentido primário: intenção Sentido secundário: predição.
	{ (141) No, I am <u>going to</u> eat. (141') Não, eu vou comer. }	Resposta para a pergunta de (140). Apresenta traços de movimento espacial e intenção, ao mesmo tempo.
	{ (142) I am <u>going to</u> do my very best to make you happy. (142') Eu vou fazer o meu melhor para fazê-lo feliz. }	Sentido similar ao anterior, mas sem conotação espacial.
	{ (143) The rain is <u>going to</u> come. (143') Virá a chuva. }	Dêixis temporal (futuro). Não há mais a idéia de intenção, mas apenas de predição.

Como vemos nos exemplos acima, em (139), o sintagma *going to* apresenta-se em seu sentido literal primitivo, expressando movimento espacial, mas em um sentido transferido em (143), denotando dêixis temporal futura. Pode-se observar, todavia, que não há qualquer descontinuidade entre os sentidos literal e metafórico. Na verdade, há uma série de sentenças intermediárias que poderiam ser inseridas entre ambos, que são os pontos extremos do *continuum*. Vide exemplos (140), (141) e (142).

Assim, podemos afirmar que há uma cadeia de significados intimamente ligados entre si, o que rompe com a idéia de que a extensão metafórica seria um processo instantâneo de produção de significados. Entre um estágio e outro da cadeia, costuma haver sempre pequenas variações de sentido conceptual.

Poggio (2003:55) busca uma outra hipótese, relativamente distinta, para tentar responder a essa questão. Vejamos:

“Seria (...) infundado admitir que as mudanças dirigidas pela metáfora são graduais, quando tudo o que está envolvido é um reconhecimento de semelhança entre dois domínios e o recrutamento de meios lingüísticos para que, ao descrever um, se descreva o outro. Retomando a idéia de G. Lakoff e M. Johnson, em 1980, S. Svorou (1993:100) assinala que, cognitivamente, esse processo parece ser básico e mentes humanas são organizadas ao redor dessas estruturas analógicas. Qualquer gradação na mudança seria devida, não ao salto conceitual que tem de

ser feito, mas antes ao processo de convencionalização dentro de uma comunidade lingüística”.

Assim, segundo a autora, a gradualidade não existe nos processos de extensão metafórica quando enfocamos o “salto conceitual”, ou seja, a transferência de um domínio ao outro. O que de fato é gradual é a “convencionalização dentro de uma comunidade lingüística”, o que inevitavelmente se dá por meio dos usos, ao longo do tempo.

Poggio (2003:23) introduz outra questão de alta complexidade e que se revela como fator gerador de grande polêmica. A autora afirma que nos estudos de gramaticalização é fundamental rompermos com a dicotomia saussuriana *sincronia versus diacronia*. Se queremos traçar uma trajetória desde as origens da forma gramatical, passando pelas suas mudanças até o seu estágio atual como um fenômeno discursivo-pragmático, devemos adotar uma abordagem pancrônica. Nesse tipo de abordagem, combinam-se “a informação sincrônica e diacrônica para se ter uma idéia mais densa, dispondo de compreensão mais consistente dos fenômenos pesquisados”⁴⁶.

Como vemos, a autora enseja um modelo de gramaticalização de maior amplitude, uma vez que busca descrever todo o processo de mudança das formas desde sua gênese até o momento atual. Com relação ao aspecto histórico, Poggio (2003:24) acrescenta uma valiosa informação, relacionada à cognição humana:

“Os caminhos que os elementos gramaticais das línguas percorrem no tempo refletem as crenças e os processos de raciocínio da ‘mente coletiva’ dos grupos lingüísticos que as usam, como também os padrões de discurso pertinentes às interações lingüísticas entre membros de um grupo. Segundo S. Svorou (1993), quaisquer semelhanças observadas na comparação dos percursos de mudança de morfemas lingüísticos espaciais interlinguais refletiriam não apenas a natureza de uma língua humana, nem somente a natureza de uma cultura, mas a natureza da cognição humana, como se manifesta acima e além de línguas e culturas específicas”.

A visão adotada por Poggio também foi acolhida por Pereira *et alii* (2004), para quem “a gramaticalização pode ser encarada como um processo pancrônico que apresenta uma

⁴⁶ Poggio (2003:62) acrescenta que a gramaticalização, vista em uma perspectiva pancrônica, pode “ser descrita como um processo sem referência ao tempo”.

perspectiva diacrônica, porque envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica porque implica variação”.

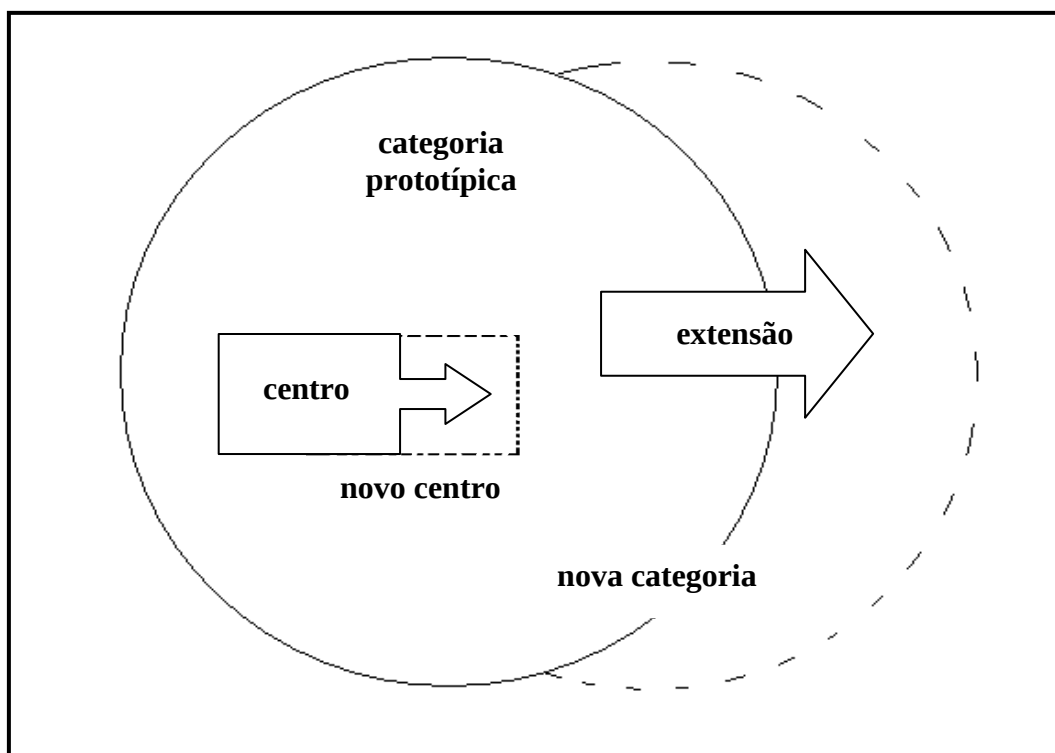
Hopper & Traugott (1997:02) também abordaram as relações entre sincronia e diacronia. Adotando perspectiva similar à de Poggio (2003) e à de Pereira *et alii* (2004), os autores optaram pela combinação de ambas as visões, o que gera os estudos pancrônicos. Vejamos:

“A gramaticalização tem sido estudada sob duas perspectivas. Uma dessas é a histórica, investigando as fontes das formas gramaticais e os caminhos típicos de mudança que os afetam. Dessa perspectiva, a gramaticalização é pensada normalmente como um subconjunto de mudanças lingüísticas pelas quais um item lexical em certos usos se torna um item gramatical, ou pelas quais um item gramatical se torna mais gramatical. A outra perspectiva é a sincrônica, vendo a gramaticalização principalmente como um fenômeno sintático ou discurso-pragmático, a ser estudado do ponto de vista de padrões fluidos de uso do idioma. Neste livro nós combinaremos estes dois pontos de vista.”^{47,,}

Vimos até aqui que os modelos de gramaticalização, de um modo geral, envolvem a existência de duas unidades ou categorias: uma que é menos gramaticalizada e outra que é mais gramaticalizada. Há, contudo, um outro modelo, além dos três já apresentados, segundo o qual não lidamos com uma transição de uma categoria a outra, mas com a modificação de uma categoria já existente, que é o processo de extensão dentro de uma mesma entidade.

Heine *et alii* (1991:112) afirmam que tal modelo já fora proposto por Givón (1989), mas não no âmbito da gramaticalização. Os autores afirmam, também, que este modelo tem a capacidade de reunir diversas propriedades dos demais. Vejamos sua esquematização:

⁴⁷ “Grammaticalization has been studied from two perspectives. One of these is historical, investigating the sources of grammatical forms and the typical pathways of change that affect them. From this perspective, grammaticalization is usually thought of as that subset of linguistic changes through which a lexical item in certain uses become a grammatical item, or through which a grammatical item becomes more grammatical. The other perspective is more synchronic, seeing grammaticalization as primarily a syntactic, discourse pragmatic phenomenon, to be studied from the point of view of fluid patterns of language use. In this book we will combine these two points of view.”



Heine *et alii* (1991:112-113) assumem um tom conciliador ao tentar associar todos os modelos de gramaticalização apresentados (*bleaching model*, *loss-and-gain model*, *overlapping model*) ao esquema acima. Segundo os autores, “cada um desses modelos aborda um aspecto desse processo”⁴⁸. E acrescentam:

“Há perda, como o ‘modelo do desbotamento’ sugere. Ou seja, o conteúdo lexical é ‘descarnado’, e o resultante, a entidade mais gramatical, é ‘mais pobre’ em vários sentidos. Faltam liberdade referencial e as especificidades de extenso uso do item lexical (...) Além de perdas, porém, há também ganhos. Há o domínio novo que afeta a natureza do emergente conceito gramatical, e há contextos novos que convidam para interpretações novas que novamente são responsáveis por distinções conceituais novas. Além disso, na transição de um conceito para outro, há uma fase intermediária de sobreposição, em que os conceitos mais novos e os mais antigos coexistem lado a lado, antes que o primeiro seja extinto. Enfim, é igualmente válido ver o processo não como a transição de um conceito para outro, mas como uma extensão prototípica”.⁴⁹

⁴⁸ “Each of these models captures one aspect of the process”

⁴⁹ “There is loss, as the ‘bleaching model’ suggests. That is, lexical content is ‘fleshed out’, and the resultant, more grammatical entity is ‘poorer’ in several ways. It lacks the referential freedom and the wide-ranging specificities of the lexical item (...) In addition to losses, however, there are also gains. There is the new domain that affects the nature of the

É pertinente a observação de que o *modelo do desbotamento* e o *modelo de perdas e ganhos* em relação ao modelo anteriormente apresentado exibem diferenças marcantes, já que os primeiros sugerem a mudança de um item-fonte para um item-alvo, e o outro envolve o desenvolvimento interno de uma categoria, como a modificação de uma entidade. Contudo, segundo Heine *et alii* (1991:113), devemos observar que essa diferença é de menor importância para o que discutimos, já que as semelhanças permitem uma aproximação plausível.

Em obra posterior, Heine (2003:592) observa que, na verdade, um modelo está contido no outro. Sua nova proposta, contudo, continua assumindo um tom conciliador como é típico à argumentação desse autor. Vejamos:

“Os três modelos tendem a ser retratados como sendo mutuamente exclusivos, mas de fato eles não são; na verdade, pode ser afirmado que o modelo do desbotamento está contido no modelo de perdas-e-ganhos, que por sua vez está contido no modelo das implicaturas.”⁵⁰

Poderíamos sistematizar a argumentação do autor na forma de subconjuntos. Vejamos:

$$\begin{array}{l} \mathbf{ab} > \mathbf{b} \rightarrow \textit{bleaching model} \\ \mathbf{ab} > \mathbf{bc} \rightarrow \textit{loss-and-gain model} \\ \mathbf{ab} > \mathbf{bc} > \mathbf{cd} \rightarrow \textit{implicature model}^{51} \end{array}$$

ou

$$\{[(\mathbf{AB} > \mathbf{B})\mathbf{C}] > \mathbf{CD}\}$$

emerging grammatical concept, and there are new contexts inviting new interpretations, which again are responsible for new conceptual distinctions. Furthermore, in the transition from one concept to another, there is an intermediate stage of overlapping, where the earlier and the later concepts coexist side by side, before the former is ousted. Finally, it is equally valid to view the process not as that involves a transition from one concept to another as one involving, for example, prototype extension.”

⁵⁰ “The three models tend to be portrayed as being mutually exclusive, but as a matter of fact they are not; rather, the bleaching model can be said to be contained in the loss-and-gain model, which again is contained in the implicature model”.

⁵¹ O *modelo das implicaturas* pode ser associado ao *overlapping model* (*modelo das sobreposições*) discutido no capítulo anterior de nossa pesquisa. Segundo os linguistas, esse modelo está baseado na idéia de que a gramaticalização pode não só envolver a adição de um novo componente, como também a perda de um componente original.

Ao apresentar os diversos modelos propostos pelos autores, pudemos comprovar que o termo *gramaticalização* tem sido visto sob diversas perspectivas, que ora divergem ora convergem quanto aos seus princípios básicos.

Contudo, o que importa é que em todas as perspectivas abordadas, fica visível o potencial descritivo do paradigma da gramaticalização, no sentido de conferir uma interpretação possível aos diversos fenômenos de mudança linguística.

Apesar de apresentar variações descritivas, todas as abordagens trazem contribuições significativas para o avanço das pesquisas tanto teóricas quanto empíricas, já que fomentam a necessidade de maior refinamento dos modelos em voga. O mesmo, certamente, decorre dos estudos encetados na área de abstratização e transferência metafórica, que são conceitos inter-relacionados por excelência.

Por fim, dando continuidade às nossas reflexões, partiremos para a explicitação de uma escala que subsidiará teoricamente toda a análise de nossos dados. Radialmente unida ao processo de gramaticalização, a escala *espaço > tempo > texto*, funda-se na perspectiva das metáforas categoriais. Vejamos com mais detalhes sua utilidade e seu potencial analítico.

3.6. Escala *espaço > tempo > texto*

Como já vimos anteriormente, é costume os lingüistas funcionalistas apresentarem escalas para espelhar as categorias pelas quais a gramaticalização opera. O uso de escalas reflete melhor a idéia de *continuum* ou de linearidade gradiente. Vejamos:

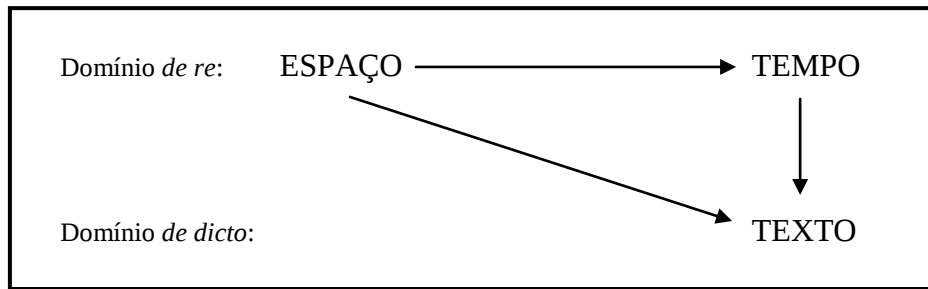
Escala 1:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade
--

Segundo Heine *et alii* (1991:160), a escala apresentada é mais apropriada para representar o nível das entidades concretas, ou seja, ela tipicamente codifica material lexical como nomes e verbos. Está mais intimamente ligada, portanto, à idéia de gramaticalização *stricto sensu*.

Uma outra escala apresentada pelos autores (cf. Heine *et alii*, 1991:182), que na verdade é parte da que apresentamos anteriormente, é a que reproduzimos abaixo e que vai nortear todas as nossas análises:

Escala 2:



Segundo a escala 2, as mudanças produzidas pela gramaticalização operam por meio das metáforas categoriais ESPAÇO-TEMPO, TEMPO-TEXTO ou ESPAÇO-TEXTO. Assim, o espaço é visto como um potencial catalisador para a mudança lingüística. Cunha *et alii* (2003:62) também corroboram as idéias de Heine *et alii* (1991), ao afirmarem que “a organização espácio-temporal do mundo físico é usada analogicamente para caracterizar o universo mais abstrato do texto”.

Martelotta *et alii* (1996:33) asseveram que a escala 2 traduz o permanente movimento de as formas associarem-se “a novos significados, progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo passar ou não pela noção de tempo, e desembocando na categoria mais abstrata de texto”.

Essa escala está subjacente, de uma forma ou de outra, a muitos estudos empíricos, inclusive no âmbito das preposições, que tratam das categorias de espaço, tempo e noção, sob diversas perspectivas. Vejamos:

“Muitos idiomas naturais usam preposições para marcar relações entre entidades de vários tipos - entre entidades físicas e suas localizações espaciais, entre entidades temporais e suas localizações temporais, entre entidades abstratas de vários tipos (por exemplo entre idéias e suas localizações mentais).”⁵² (Ramsay, 2006)

Turewicz (2006) também trata de tais categorias, associando-as à carga semântica das diversas preposições. Segundo o autor, a transferência de um domínio ao outro também se dá por meio de metáforas. Vejamos:

⁵² “Many natural languages use prepositions to mark relations between entities of various kinds – between physical entities and their spatial locations, between temporal entities and their temporal locations, between abstract entities of various kinds (e.g. between ideas and their ‘mental locations’)⁵²”. (Ramsay, 2006)

“Na maioria dos trabalhos sobre preposições, o aspecto espacial dos significados é considerado o mais representativo. (...) (Há) 'cadeias de significado do espaço físico para o espaço mental', do domínio espacial via domínio do tempo para os mais abstratos como: estado, tópico ou área, maneira/modos, circunstância e causa/razão”⁵³.

Segundo essa escala, os valores espaciais precedem os temporais, que, por sua vez, precedem os demais valores ainda mais abstratos. A ordem de precedência aqui estabelecida pode ser interpretada, inclusive, numa concepção cronológica, como observou Pontes (1992:08) com relação às preposições da língua portuguesa:

“No processo de desaparecimento, as preposições desaparecem primeiro em seu uso literal, ou seja, de espaço, mas perduram no uso metafórico. Assim, a preposição *a* já não é mais usada na maioria das acepções de espaço na língua coloquial, tendo sido substituída por *em* e *para*, mas continua sendo um pouco mais usada quando indica tempo. Por exemplo, não se diz mais que ‘a comida está à mesa’, mas sim ‘na mesa’. Mas ainda se diz ‘às dez horas’”.

É interessante verificarmos, contudo, que a categoria de tempo não é, necessariamente, um ponto intermediário no processo de mudança, conforme afirmaram Martelotta *et alii* (1996). De acordo com Heine *et alii* (1991:182), em várias línguas como o inglês, o latim, o espanhol, o francês, o turco e o alemão, a distinção espacial entre o demonstrativo proximal (*this* – este) e o demonstrativo distal (*that* – aquele) é transferida para o mundo do discurso de forma a denotar uma distinção anafórica entre o que é mencionado primeiro (*the former* – o primeiro) e o referente citado por último (*the latter* – o último). Essa transferência do espaço *de re* para o espaço *de dicto* parece não requerer um intermediário tempo *de re*.

Se o texto é concebido como um espaço unidimensional, então a noção de relativa distância do centro dêitico pode ser transferida imediatamente dos referentes espacialmente definidos para os referentes definidos pelo discurso.

Segundo os estudiosos, essas transferências interdominiais ocorrem devido a processos de abstratização, no sentido de que o elemento à esquerda da escala (espaço > tempo > texto)

⁵³ “In the majority of works on prepositions spatial aspect of their meanings is considered to be the most representative. (...) (There are) ‘chains of meaning from physical into mental space’, from spatial domain via the domain of time to the more abstract ones such as: state, topic or area, manner/means, circumstance and cause/reason”.

é sempre mais concreto que o da direita. Vejamos como a abordagem de Heine *et alii* converge com a de Batoréo (2000:313-314):

“A localização temporal costuma ser tratada como menos concreta do que a espacial, mas, por sua vez, mais concreta do que a localização abstracta. Comparem-se, para o caso, os seguintes exemplos e o seu crescente grau de abstracção: ‘*estar* em Lisboa’ (localização espacial), ‘*ocorrer* na sexta-feira que vem’ (localização temporal) e ‘*estar em desespero*’ ou ‘*estar em maus lençóis*’ (localização abstracta)”

Hopper & Traugott (1997:78) também reconhecem que um dos mais claros exemplos de extensão metafórica existentes são os que se relacionam com o desenvolvimento de termos espaço-temporais, por conta da escala *ESPAÇO > TEMPO > TEXTO*.

É importante destacarmos que a escala apresentada por Heine *et alii* (1991:31) associa o paradigma da gramaticalização à hipótese localista, segundo a qual as categorias lingüísticas teriam como fonte o significado espacial que, por sua vez, geraria os outros significados menos básicos. Vejamos:

“O domínio do espaço em termos de (...) objetos físicos, o domínio de tempo em termos de conceitos de espaço, o domínio de relações lógicas em termos de conceitos temporais, etc. O resultado lingüístico desse ato criativo é que as estruturas lexicais são empregadas para expressar significados gramaticais, e estruturas gramaticais servem expressar significados ainda mais gramaticais.”⁵⁴

Pontes (1992:07) corrobora as palavras de Heine *et alii* ao afirmar que “organizamos o espaço através da língua e (...) por um processo metafórico falamos do tempo com as mesmas categorias do espaço”. Segundo a autora, isso é possível porque o espaço é mais concreto que o tempo, no sentido de que é mais próximo de nós do que a noção temporal; afinal, “podemos visualizar as coisas no espaço à nossa volta, mas o tempo não”.

Verificamos, portanto, que a escala *ESPAÇO > TEMPO > TEXTO* está bastante sedimentada em toda teoria lingüística funcional. São vários os autores que a adotam com

⁵⁴ “The domain of space in terms of (...) physical objects, the domain of time in terms of spatial concepts, the domain of logical relations in terms of temporal concepts, etc. The linguistic result of this creative act is that lexical structures are employed to express grammatical meanings, and grammatical structures serve to express even more grammatical meanings.”

vistas a procedimentos descritivos no tocante à mudança. Na base dessa escala está a hipótese de que o espaço pode ser considerado uma categoria universal primitiva, menos gramaticalizada. Em outras palavras, estamos falando no localismo ou na hipótese localista.

O localismo, devido à sua importância nos estudos lingüísticos, chegou a ser marca caracterizadora de uma fase dos trabalhos encetados na área de gramaticalização, o que fica constatado por meio das palavras de Heine (2003:576). Vejamos:

1ª fase – Século XVIII – A língua originalmente é considerada concreta. Depois, passa a ser abstrata. É a fase dos lingüistas franceses e ingleses, como Condillac e Horne Tooke;

2ª fase – Século XIX – A mudança de formas lexicais para formas gramaticais é um princípio (componente) essencial da gramática comparativa. Destaca-se Franz Bopp;

3ª fase – 1970 em diante. Influência do localismo. Expressões espaciais são mais básicas que outras. Entender uma língua supõe o conhecimento de outras fases da mesma.

Como podemos observar, o localismo é o critério caracterizador principal da 3ª fase dos estudos em gramaticalização. Devido à sua grande relevância, juntamente com os estudos concernentes ao espaço, optamos por tratar dessa temática numa seção distinta, em nossa pesquisa, que é a seguinte.

3.6.1. A hipótese localista

Segundo Heine *et alii* (1991:11-12.113), há um grande número de pesquisadores que adotam a hipótese localista como auxiliar aos estudos de gramaticalização. Segundo tais teóricos, o localismo baseia-se na idéia de que as expressões espaciais são mais básicas que outros tipos de expressão e, portanto, servem como um modelo para outras. Vejamos:

“Muitas estruturas que aparecem na gramática podem ser derivadas do domínio espacial: ‘Expressões espaciais são lingüisticamente mais básicas... no sentido de que servem como modelos estruturais para outras

expressões.’ (Lyons, 1977). Essa linha de pesquisa foi chamada de ‘hipótese localista’ ou ‘localismo’⁵⁵.

Há na literatura especializada diversas versões para o localismo: desde as mais brandas até as mais radicais. Heine *et alii* (1991:116) afirmam que há, em linhas gerais, três posições distintas. Vejamos:

- a) o ESPAÇO é a única fonte para a criação de conceitos temporais;
- b) o ESPAÇO é uma das muitas categorias disponíveis;
- c) o ESPAÇO não é utilizado como fonte de gramaticalização.

Segundo análise dos autores, a hipótese *a* é bastante improvável. De fato, comprovou-se na literatura lingüística que noções de tempo dêitico, em particular, podem ser derivadas de vários verbos que não envolvem noções espaciais. Isto se aplicaria, por exemplo, aos verbos *want* (querer) e *wish* (desejar), que são uma fonte comum para marcadores de futuro, na língua inglesa.

Pesquisas desenvolvidas por vários lingüistas comprovaram que em ngambay-moundou, uma língua da família Níger-Congo, não é só o espaço a única fonte para a criação de construções progressivas. Por esse motivo, não pode ser considerado *stricto sensu* a categoria-fonte primária. Em muitas línguas do mundo, as partes do corpo funcionam como fonte para a criação de expressões locativas. Assim, *back* (*dorso*, *costas*) gramaticalizou-se em advérbios locativos (*behind* = *atrás*), em marcadores temporais (*after* = *depois*), em marcadores de caso, e eventualmente em conjunções subordinativas.

Em muitas línguas africanas, como o swahili, alguns objetos da natureza como árvores e pedras são concebidos como entidades que “vêm” na mesma direção que o ser humano. Para fins ilustrativos, vejamos a frase a seguir:

(144) A pedra está na frente da montanha.

A nossa língua portuguesa, considerada egodêitica, permite-nos a interpretação de que a pedra está entre a pessoa que enuncia a frase e a montanha, já que o ser humano é tomado

⁵⁵ “Many structures that appear in grammar can be derived from the domain of space: ‘Spatial expressions are linguistically more basic... in that they serve as structural templates, as it were, for other expressions.’ (Lyons, 1977). This line of research has been referred to as the ‘localist hypothesis’ or ‘localism’ (Lyons, 1967; Anderson, 1971; Pottier, 1974)”

como ponto de referência no ato da enunciação. Em algumas línguas africanas, por outro lado, a mesma frase nos conduziria a localizar a pedra atrás da montanha, já que os objetos “vêm” na mesma direção que os seres humanos.

Da mesma forma, muitos objetos que são considerados “sem frente” nas sociedades ocidentais são considerados como seres dotados de “frente” e “costas” em algumas comunidades africanas. Entre os chamus, povo que habita o leste do Rio Nilo, as árvores têm uma “parte da frente”, que é a localizada no lado em direção ao qual o tronco se inclina. Quando o tronco é absolutamente vertical, então a frente é na direção do maior galho ou do maior número de galhos. (cf. Heine *et alii*, 1991:124).

Assim, podemos afirmar que o corpo humano em sentido ereto também pode ser considerado a principal fonte para a criação de conceitos locativos. Essa asserção, como podemos verificar, desabona de forma bastante incisiva a hipótese radical do localismo.

Segundo Heine *et alii* (1991:125), há ainda outros modelos alternativos, como o corpo dos animais, que serve como modelo para o aparecimento de itens lexicais e gramaticais. Essa ocorrência aparece largamente associada às sociedades pastoris do Leste da África, que levam uma vida nômade e sobrevivem na dependência do cultivo agrícola. Contudo, mesmo nessas línguas, há conceitos diretamente ligados à experiência humana.

Parece mais prudente, portanto, tomarmos o localismo como a hipótese que prevê a conceptualização de domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos espaciais. Essa definição não intenta relacionar as expressões espaciais a uma fonte indizível ou exclusiva de criação, mas apenas a uma possibilidade entre outras, já que há comprovação de que outras fontes funcionam como catalisadores de criação lingüística.

“Para os localistas, o espaço é a fonte dos conceitos temporais. Entretanto, sabe-se que nenhuma categoria de tempo possui espaço como única fonte. Noções de tempo dêitico podem derivar-se de vocábulos-fonte, mas muitas delas não envolvem espaço”. (Poggio, 2003:47)

A hipótese localista, apesar de não se manter empiricamente em sua versão forte, permanece vívida, sob uma nova perspectiva, já não mais vendo o espaço como a origem única para a criação lingüística, mas como uma das possíveis fontes e, sem dúvida, uma das mais privilegiadas. Assim, os estudos referentes ao espaço ainda evocam grande proeminência nas pesquisas em lingüística.

Batoréo (2000:26) inicia um profundo estudo sobre o espaço no português europeu, a partir das seguintes palavras:

“Toda a nossa existência tem um substrato cognitivo espacial, podendo ser abordada, analisada e vivida em função dele. Do ponto de vista lingüístico, considera-se que as expressões espaciais constituem esquemas estruturais de outras expressões de caráter não-espacial, evidenciando a importância central que a organização espacial desempenha na cognição humana”.

Sem dúvida, o espaço é um dos domínios mais transparentes da interdependência entre linguagem e cognição. A noção de espaço é subjacente a todo gênero humano, sendo verdadeiramente universal.

É necessário afirmarmos que, apesar de propalado como uma das fontes primárias para a criação lingüística, não é simples chegarmos a uma definição globalizante de espaço; ao contrário, as diferentes concepções científicas sobre esse objeto alcançam alta complexidade descritiva. O mesmo ocorre com a noção de tempo, intimamente ligada àquela. Vejamos:

“O tempo depende de um eixo espacial e vice-versa. Tempo e espaço formam um contínuo enredado: os conceitos de repouso e de movimento deixam de ser antitéticos. Podemos dizer que não existe nada em repouso porque assim o comprovamos empiricamente: mas é possível a escolha arbitrária de um sistema inercial como se estivesse em repouso. A partir daí, os conceitos de Espaço e Tempo, ao longo de milênios considerados separadamente, passam a funcionar em conjunto, formando um conceito de relações Espaço-Temporais”. (Batoréo, 2000:39-40)

Diante dos avanços da Física Moderna, as noções de tempo e espaço foram redimensionadas. Segundo Batoréo, já não podemos ver essas duas noções como realidades estanques, mas sim, como conceitos intimamente relacionados. Sem dúvida, esse conhecimento revolucionou uma série de áreas da Ciência, já que desabonou em grande medida séculos de tradição aristotélica.

Pontes (1992:07-09) também observou a imbricação profunda entre espaço e tempo, trazendo também importantes contribuições para essa área de estudos. Vejamos:

“O interessante é constatar que há como que uma superposição de tempo e espaço, o que parece coincidir com o que os estudos modernos de Física têm demonstrado, ou seja, uma interligação de espaço e tempo, a ponto de se poder falar em espaço-tempo (...) Através do uso dos mesmos elementos gramaticais, projetamos as categorias de espaço para falar do tempo metaforicamente. Vemos assim, que as descobertas da Física moderna no sentido da relação entre espaço e tempo já estão de algum modo prefiguradas na estrutura de nossa língua, em que os dois conceitos estão numa relação tão íntima desde tempos imemoriais”.

Ao observar o desenvolvimento humano, Jean Piaget percebeu que não nascemos com estruturas cognitivas já totalmente estabelecidas, mas as construímos à medida que estabelecemos contatos com o mundo que nos cerca. Essa construção, segundo o autor, caminha do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do simples para o complexo.

A tomada de conceitos mais concretos para a produção de idéias mais abstratas, assim, está enraizada em nossa cognição, já fazendo parte da espécie humana. Portanto, é a partir do espaço, um dos domínios mais básicos, que costumamos derivar outras categorias menos básicas.

Batoréo (2000:221) ocupou-se também de questões relacionadas à percepção do espaço. Vejamos:

“O homem percebe o Espaço com todos os seus sentidos: olhando o que o rodeia, ouvindo sons de origem, qualidade e percursos diversos, tacteando superfícies e texturas variadas, e até, distinguindo pelo sabor e/ou pelo olfato, volumes e distâncias diversificadas. A percepção sensorial humana funciona também em interdependência, isto é, a representação espacial torna-se sempre mais rica se a apreensão da realidade for feita, simultaneamente, com mais do que apenas um sentido”.

Apesar de a percepção do espaço ser universal, ela se dá de diferentes maneiras segundo a cultura dos povos. Assim, os tuaregues do norte da África guiam-se pela disposição dos areais do deserto em função dos ventos, indícios totalmente intransponíveis para o olho destreinado de um forasteiro. Esse povo não costuma confiar em marcos físicos distantes devido à possibilidade da existência de miragens.

Os esquimós canadenses baseiam-se também, preferencialmente, pelo vento, assim como também pela textura e consistência da neve e do gelo. Embora se guiem, habitualmente, pelos astros, quando o seu céu está encoberto, os homens do Ártico canadense orientam-se pelas nuvens, cuja cor e consistência lhes revelam as características do terreno que se encontra diretamente por baixo deles.

Os navegadores polinésios, por sua vez, baseiam o seu conhecimento nas características apresentadas pelos ventos e pela cor da água, assim como pela flora e fauna marítimas. Os seus marcos principais de orientação são também os astros que, junto com os elementos antes referidos, permitem a elaboração de um esquema de orientação altamente complexo.

Entre outros sistemas de orientação espacial, destacamos os rios. O seu eixo é a fronteira a partir da qual se pode efetuar a divisão de regiões (por exemplo, “além” do rio como no nome da província portuguesa de *Alentejo*, ou na margem do rio, no caso do *Ribatejo*). É comum várias cidades serem divididas em duas margens, a esquerda e a direita, em função do rio que as corta “ao meio”, como acontece em Paris, Budapeste ou Varsóvia. Assim, parece bastante plausível a afirmação de que a construção da percepção espacial é culturalmente motivada.

“Qualquer comunidade apresenta potencialidades para desenvolver estratégias culturalmente específicas e elaborar capacidades cognitivas básicas de representação espacial em função da necessidade de adaptação a um *input* ambiental concreto.” (Batoréo, 2000:242)

Como temos verificado, a capacidade de conceptualizar o espaço, apesar de diversa nas diferentes culturas, revela-se como algo pertencente à natureza inata do ser humano. Desde os primórdios, a noção de espaço tem acompanhado o homem. Aliás, a possível gênese da linguagem pode estar ligada ao prolongamento verbal do gesto de apontar, que é um antepassado direto da comunicação verbal (cf. Batoréo, 2000:249).

A valorização do gesto de apontar, cuja origem está no próprio corpo humano, aponta para esse corpo como origem do núcleo conceptual do espaço. Essa constatação corrobora a metáfora categorial segundo a qual o corpo humano é a fonte primária para a conceptualização de outros domínios, como o espaço, e também acautela-nos acerca da versão forte da hipótese localista.

Com relação ao universo lingüístico, Batoréo (2000:269-270) afirma que as relações espaciais estáticas são gramaticalizadas pelas línguas por meio do caso locativo (nas línguas de caso) e por alguns advérbios dêiticos como *aqui* e *ali* e preposições e locuções prepositivas (*em, sobre, em cima de, dentro de* etc.). Mas há também a expressão de relações espaciais dinâmicas. Vejamos:

“Além destas relações estáticas, podem, também, exprimir-se as relações dinâmicas ou direccionais relativas ao movimento, definido em função do Alvo e/ou Ponto de Origem em relação ao qual se realiza. As relações direccionais costumam ser gramaticalizadas, também, nas línguas com casos, sendo habitualmente o caso Dativo utilizado para a expressão do Alvo e o Ablativo na expressão da Origem.”

Batoréo (2000:270) sublinha a relação de implicação que existe entre a localização estática e o movimento em direção a um alvo. A autora admite, inclusive, que “o deslocamento em função do alvo é o correlato dinâmico da relação estática de localização”. Isso explicaria a polissemia de algumas preposições da língua portuguesa, que servem tanto para a expressão da estaticidade quanto da dinamicidade. Vejamos:

(145) Ele viajou ao Brasil. → preposição *a*: conotação dinâmica.

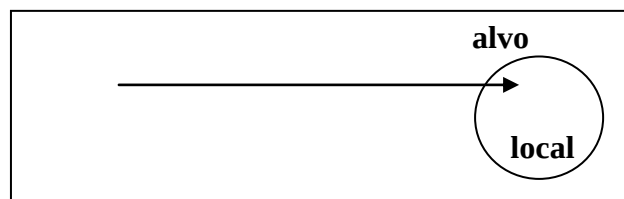
(146) Ele tem uma corda ao pescoço. → preposição *a*: conotação estática.

(147) Ele vai na casa de Antônio⁵⁶. → preposição *em*: conotação dinâmica.

(148) Ele está na casa de Antônio. → preposição *em*: conotação estática.

A polissemia das preposições apresentada acima refere-se, na verdade, à “polissemia do alvo e do local” (Batoréo, 2000:270), que é um fenômeno freqüente, conhecido e bem documentado em várias línguas do mundo. Uma extensão de sentido entre alvo e local é estabelecida com vistas ao uso atestado acima. Vejamos o esquema abaixo:

⁵⁶ Exemplo representativo da norma não-padrão.



Por meio desse esquema, verificamos que o deslocamento de um dado objeto se dá em função de este mesmo objeto ocupar uma localização nova, que é determinada pelo alvo da trajetória percorrida. É nesse sentido que entendemos ser a deslocação em função do alvo um correlato dinâmico da relação estática de localização.

Há, ainda, outros exemplos de polissemia de preposições no português, como a expressão dimensional da colocação quer na superfície quer no interior de uma área ou um volume. Vejamos:

(149) As rosas estão na mala de Maria. → preposição *em*: pode indicar que as rosas estão tanto no interior quanto na superfície da mala.

A polissemia atestada acima poderia ser desfeita a partir do uso de novas expressões de valor prepositivo como “sobre” (para indicar que estão na superfície) ou “dentro de” para indicar localização interior do objeto referido.

Fillmore (1971) *apud* Batoréo (2000:308) também explorou a metáfora ESPAÇO > TEMPO nos seguintes termos, similarmente a Poggio (2003:44):

“A conceptualização do Tempo em função do movimento, ou seja, a sua localização dinâmica, constitui o seu traço central. A metáfora utilizada é, no fundo, ambivalente: pode conceber-se o mundo como estando em movimento em relação à dimensão estática do Tempo ou, pelo contrário, apreender o Tempo como passando dinamicamente em relação ao mundo estático.”

Falar em relações dinâmicas implica determinar, pelo menos, três noções:

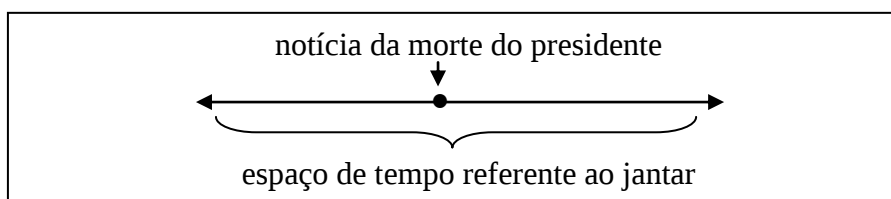
- a) uma *origem*, onde o movimento se inicia;
- b) um *alvo*, que é para onde o movimento se dirige (independentemente de atingi-lo ou não);

c) um *percurso*, que é a via por onde se realiza o movimento entre a origem e o alvo.

A noção central, nesse caso, é a de percurso, que deve apresentar pontos de começo e de fim do movimento bem distintos. O percurso pode ser considerado o núcleo conceptual do movimento, evidenciando a interdependência e a relação metafórica intrínseca entre espaço e tempo. Afinal, ir de uma origem a um alvo supõe um movimento que não se dá estaticamente no tempo, pois percorrer um percurso supõe passagem do tempo.

Os eventos ocorrem sempre em momentos pontuais de tempo; os estados e os processos, por outro lado, ocupam algum “espaço” de tempo. Numa linha temporal, os eventos podem ser apresentado como pontos, ou, utilizando a metáfora espacial, podem ser localizados num processo ou num estado. Vejamos:

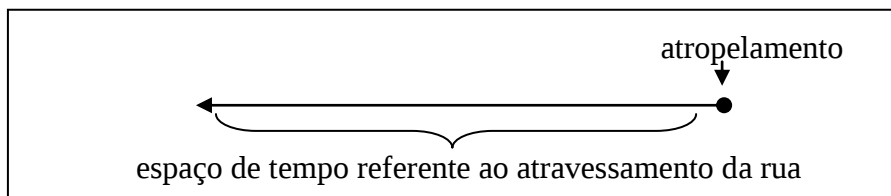
(150) A notícia da morte do presidente foi anunciada na TV quando estávamos jantando.



No exemplo acima, a indicação do evento pontual (notícia da morte do presidente) representada pelo ponto preto está arbitrariamente posta na linha indicativa do processo referente ao jantar, visto que poderia ser posta mais à direita ou mais à esquerda, se iconicamente quiséssemos representar o fato como tendo início concomitantemente à referida refeição ou não.

Vejamos outro exemplo:

(151) O cão foi atropelado quando atravessava a rua.



No exemplo (151), o evento pontual referente ao atropelamento do cão coincide necessariamente com o final da ação processual de atravessar, como atesta nosso conhecimento de mundo (movimentos voluntários são impossíveis quando um ser não é ou não está vivo). Enfim, nosso ponto de vista concerne à metáfora de que espaço e tempo estão intimamente imbricados na conceptualização do mundo.

A Lingüística Cognitiva serve-se constantemente dessa íntima relação entre espaço e tempo para o desenvolvimento de seus pressupostos teóricos e de suas pesquisas, conforme atestou Batoréo (2000:347-348):

“Não é só a metodologia que é ‘espacial’ na Lingüística Cognitiva. O próprio Alvo de pesquisa é fundamentalmente o próprio Espaço, pelo seu caráter existencial e perceptualmente básico na experiência humana. Os outros domínios – tal como o Tempo ou domínios de caráter abstracto – são analisados indirectamente ‘através’ do Espaço, freqüentemente como a sua metaforização”.

Nesse enquadramento teórico, com o qual o funcionalismo tem buscando construir pontes, o tempo e o espaço constituem domínios básicos, potenciais geradores de novos significados. Tanto um domínio como o outro já serviram de fundamento para vários trabalhos desenvolvidos nas áreas de Ciência da linguagem, como os de Leonard Talmy.

Batoréo (2000:366) afirma que já em 1975, baseando-se nos dados da língua inglesa e da língua indígena atsugewi, da família hokan do norte da Califórnia, Leonard Talmy estabeleceu o esquema básico estruturante da *Situação de Deslocação* (=Motion Situation), que abrange tanto o movimento como a localização estática. Esse esquema básico, segundo o autor, é definido como uma situação em que um objeto, a figura (*figure*) se encontra localizada ou em movimento em relação a outro objeto, o fundo (*ground*), num percurso (*path*). Poderia ser assim esquematizado:

SITUAÇÃO DE DESLOCAÇÃO:

Figura + DESLOCAÇÃO + PERCURSO + Fundo

Segundo a teoria desenvolvida pelo autor, radialmente ligada à teoria localista, os constituintes especificadores da figura e do fundo têm caráter nominal, os do percurso têm caráter preposicional e os da deslocação apresentam caráter verbal. O verbo que corresponde à deslocação é simbolizado pelo verbo *MOVER*, quando se trata de movimento, ou pelo verbo *ESTAR*, no caso de localização estática.

Esse sistema, segundo Talmy, constitui-se como um catalisador potencialmente universal de situações abstratas de movimento/localização, em que um ponto significa ponto espacial/temporal e uma extensão significa uma extensão espacial/temporal. Vejamos (cf. Batoréo, 2000:368) as situações acompanhadas por exemplos:

a) *Um ponto ESTÁ EM um ponto.*

(152) Eu moro em Lisboa.

b) *Um ponto MOVE-SE PARA um ponto.*

(153) Vou até o teatro.

c) *Um ponto MOVE-SE DE um ponto.*

(154) Ele chegou de Paris.

d) *Um ponto MOVE-SE POR um ponto com extensão.*

(155) Eu andava pela cidade.

e) *Um ponto MOVE-SE EM RELAÇÃO a uma extensão.*

(156) Ele correu durante 1 hora.

f) *Um ponto MOVE-SE EM RELAÇÃO a uma extensão delimitada.*

(157) João percorreu 100 metros em 10 segundos.

Apesar de apontar as limitações dos estudos talmyanos, Batoréo (2000:384) reconheceu seus méritos ao afirmar que “o enquadramento teórico oferecido por Talmy permitiu contribuir para a caracterização de primitivos semânticos do Espaço, restringindo-os a classes fechadas de marcadores espaciais organizados em estruturas abstractas e esquemáticas”.

Conforme Batoréo (2000:407), Weinsberg também trouxe grandes contribuições para os estudos lingüísticos ao estudar os prefixos espaciais em polaco e das preposições do alemão (língua germânica), do polaco (língua eslava) e do romeno (língua românica).

Weinsberg desenvolveu o conceito de *comportamento espacial* aplicado principalmente às preposições das línguas estudadas. Segundo o autor, podem distinguir-se duas situações-base, conforme a ocorrência ou não de movimento. Se o movimento não ocorre, podemos falar em *locatividade*. Por outro lado, se a deslocação do elemento localizado ocorre em função das fronteiras da área de localização, podemos falar em *latividade*. A *latividade*, por sua vez, abrange três noções distintas: a *ablatividade*, a *adlatividade* e a *perlatividade*. Batoréo (2000:408) caracteriza essas noções da seguinte forma:

“A adlatividade significa a contribuição do processo para a presença do objecto dentro da área, enquanto a ablatividade significa tal contribuição para a sua ausência. Trata-se de dois elementos positivos de duas micro-oposições simétricas em que cada um se liga ao elemento negativo da outra micro-operação. A perlatividade significa a deslocação combinada, por um lado, do afastamento de um ponto de fronteira da área de localização e, por outro lado, da aproximação a um outro ponto da mesma área.”

Vejamos como Batoréo (2000:409), seguindo a proposta de Weinsberg, dispõe algumas preposições simples da língua portuguesa, entre elas o *até*:

PREPOSIÇÕES ⁵⁷			
LOCATIVAS Onde?	LATIVAS		
	ADLATIVAS Aonde? (= Onde?) Para onde?	ABLATIVAS De onde? (= Donde?)	PERLATIVAS Por onde?
em sobre sob	para sobre até	de	por sobre

⁵⁷ O texto original classifica também as chamadas locuções prepositivas.

A preposição *até*, tema central de nossa pesquisa, segundo o esquema criado por Weinsberg, pode ser considerada uma preposição adlativa. O autor oferece três meios de definirmos a adlatividade. Vejamos:

- a) A adlatividade significa a aproximação do objecto em relação a determinada área;
- b) Para a adlatividade, a área constitui o lugar final de sua deslocação;
- c) A adlatividade determina a ausência do objecto na área, no tempo anterior ao processo, e a sua presença, no tempo imediatamente a seguir.

Como vemos, a descrição da adlatividade, tal como proposta por Weinsberg *apud* Batoréo (2000) vai ao encontro do significado básico que estamos atribuindo à preposição *até*, ou seja, o de marcador de situação limítrofe. Fica claro, portanto, a relevância dos estudos de Weinsberg para nossa pesquisa.

Ao abordar uma perspectiva construcional, Batoréo (2000:410) afirma que uma das estruturas típicas da expressão de latividade, em português, é a construção [*Verbo + Sintagma Preposicional*], como nos seguintes casos abaixo:

a) *Adlatividade*:

(158) Vou nadar *até* a praia.

b) *Ablatividade*:

(159) O pinto saiu *da* casca.

c) *Perlatividade*:

(160) O macarrão escorreu *pelo* cano.

Nas construções acima, o verbo refere-se ao tipo de deslocação, enquanto a preposição à direção em que a deslocação se desenvolve. O SN que segue o SPrep refere-se ao marco em relação ao qual a deslocação se efetua. Essas seriam, portanto, as três expressões possíveis do conceito de latividade.

Retomando e concluindo a questão das relações entre espaço e tempo no tocante ao estudo das preposições, cabe, aqui, reproduzirmos uma metáfora desenvolvida por Pontes (1992:82), de alto poder descritivo:

“O tempo é concebido como uma linha e é isso que explica que as classes de palavras que se usam para indicar espaço possam ser usadas para indicar tempo. Ou seja, nosso conceito de tempo é espacial, é uma metáfora espacial – a metáfora da linha, formada de pontos, em que os acontecimentos se sucedem, ‘uns após os outros’.”

Assim, é pertinente reafirmarmos que ao pensarmos o tempo, partimos de nossa concepção de espaço e projetamos as distinções espaciais para falar do tempo. Este é, então, concebido como “um lugar”, como pontos no espaço, como uma linha, como tendo movimento. A influência da metáfora na conceptualização das preposições, como vemos, é uma realidade empírica marcante que não pode ser olvidada.

Rumo à análise de nossos dados e às considerações finais, é momento de digressionarmos em nosso estudo sincrônico, com vistas à investigação da origem do *até*, por meio das hipóteses mais propaladas atualmente em nosso meio acadêmico.

4. DOS CASOS LATINOS ÀS PREPOSIÇÕES DO PORTUGUÊS

Neste capítulo, trataremos da origem das preposições da língua portuguesa e suas relações com os antigos casos latinos, focalizando em especial a trajetória histórica da partícula *até*, foco central de nossa pesquisa. Como teremos a oportunidade de verificar, estaremos novamente lidando com um assunto polêmico e controverso.

Conforme verificamos no capítulo 2, Galichet (1957) afirma que há relações bastante íntimas entre os advérbios e as preposições. Segundo o autor, o caráter abstrato do advérbio, sua independência relativa com respeito ao verbo e o fato de expressar circunstâncias contribuem para facilmente originar preposições. Inversamente, certas preposições, quando perdem sua função de relação, podem também se converter em advérbios, como é o caso da palavra *contra*.

A mudança de advérbio para preposição foi em outras sincronias um forte mecanismo de criação lexical, como parece continuar sendo em português e em outras línguas. Com referência à língua latina, Poggio (2003:116) observa:

“Os estudiosos observam que as preposições, inicialmente, eram formas adverbiais, que vieram a ser usadas, especialmente, em conexão com certos casos do nome ou em composição com o verbo. Num estágio mais antigo das línguas indo-européias, os casos eram suficientes para indicar o sentido, mas, devido ao enfraquecimento daqueles sufixos, ou devido à necessidade de maior clareza, eles foram fortalecidos com a adição de um advérbio.”

Galichet (1957) acrescenta que em geral, todas as palavras, desde que expressem uma relação funcional entre duas unidades da língua, tendem a perder seu sentido próprio e seu valor gramatical original para entrar na categoria das preposições. Vejamos alguns exemplos:

- a) de verbos para preposições: *durante*, *segundo*⁵⁸.
- b) de advérbios para preposições: *antes*, *depois*, *debaixo*.
- c) de adjetivos para preposições: *salvo*.

⁵⁸ A preposição *segundo* advém do verbo latino *sequor*, *sequeres*, *secutus* (ou *sequutus*) *sum*, *sequi* (em português, verbo seguir)

O autor sublinha o fato de tais preposições conservarem muitas vezes algo de seu antigo valor primitivo adjetival, adverbial, etc. Tal assertiva é corroborada pelo princípio da *persistência*, cunhado por Hopper (1991) e pelas pesquisas de Poggio (2003:151). Vale lembrarmos que tal princípio de gramaticalização prevê a conservação de antigos matizes das origens nos novos vocábulos.

Bello (1965:316) também enfoca essa questão de maneira semelhante a Galichet (1957). Em outras palavras, o autor refere-se ao processo de gramaticalização de preposições. Vejamos:

“Muitas preposições, talvez todas, tenham sido em sua origem palavras de outra espécie, particularmente nomes. E como esta metamorfose não é instantânea, acontece, às vezes, que uma palavra perca em parte sua natureza primitiva, e apresente logo imperfeitamente, como em embrião, as características da outra, permanecendo, por assim dizer, num estado de transição”⁵⁹

A origem das preposições, portanto, parece encontrar ponto pacífico entre os autores, já que muitos admitem sua origem adverbial, ao lado de outras origens possíveis como as ligadas a adjetivos e verbos. Entretanto, essa não parece ser a questão principal, uma vez que explicar as motivações para o uso das preposições surge como um imperativo maior.

Segundo Poggio (2003:79), a relação entre os vocábulos na sentença latina era marcada, quase sempre, “pelas flexões casuais, sendo expressa, algumas vezes, apenas pela diferença na quantidade vocálica da vogal final do vocábulo, utilizando-se também, embora secundariamente, os elementos de relação chamados **preposições**” (*grifo da autora*).

Certamente, as flexões casuais eram os meios prototípicos para a expressão das diferentes funções sintáticas no interior da oração. A mudança do caso morfológico para o uso mais intenso das preposições iniciou-se na época clássica, embora existisse e ainda se mantivesse com grande força na língua o uso dos casos latinos. Essa mudança continuou se processando até a chamada época do latim tardio. Vejamos:

⁵⁹ “Muchas preposiciones, y acaso todas, han sido en su origen palabras de otra especie, particularmente nombres. Y como esta metamorfosis no ha podido ser instantánea, sucede a veces que una palabra ha perdido en parte su primitiva naturaleza, y presenta ya imperfectamente, y como en embrión, los caracteres de otra, habiendo quedado, por decirlo así, en un estado de transición”

“No latim tardio, acentua-se, por um lado a criação de locuções prepositivas, e por outro lado, há o desaparecimento de inúmeras preposições simples, fato que repercutiu nas línguas românicas. Na verdade, pode-se concluir com M. Camara Jr. (1976), que houve redução dessas partículas compensada pelo enriquecimento funcional de muitas delas”. (Pereira *et alii*, 2004:26)

Poggio (2003:80-81) analisa o fenômeno da mudança dos casos para a progressiva substituição por preposições, buscando as vias ainda mais primevas do indo-europeu e apoiando-se em outros autores. Vejamos:

“Do indo-europeu às línguas românicas, em geral, há uma tendência à desflexionalização, à substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa, por uma sintaxe que faz apelo a morfemas separados. O suporte material desses novos morfemas, conforme uma espécie de lei geral, focalizada por G. Guillaume, tem sido buscado em materiais lingüísticos já existentes, desviados de seu uso primitivo e adaptados às exigências de uma nova sistemática. Segundo G. Guillaume (*apud* Cervoni, 1991), as línguas não oferecem exemplos de criação *ex nihilo*. Ele cita como exemplo desse fato a utilização de certos advérbios como preposições.”

Vários estudiosos, entre eles Sondegard e Brea, afirmam que, no latim, havia muito mais preposições do que há nas línguas românicas, apesar de sua natureza sintética e casual. Nas línguas neolatinas, inclusive no português, houve uma verdadeira redução significativa das referidas partículas, mas houve compensação nas perdas, que se deu pelo enriquecimento funcional de algumas delas e pela criação de locuções.

O desaparecimento de primitivos casos latinos também está ligado à rica formação casual registrada em épocas posteriores da língua latina, que possibilitava a uma mesma forma exercer várias funções e a uma variedade de formas servir a uma única função. Pouco a pouco, as desinências casuais tornaram-se semelhantes e, conseqüentemente, ambíguas. Por exemplo, no singular, no início da tradição literária latina, o instrumental e, mais tarde, o locativo confundiam-se com o ablativo e o genitivo. O que restava do vocativo tendia a ser absorvido pelo nominativo. No plural, uma única forma servia para o dativo e o ablativo, para o instrumental e o locativo.

“Ocorre uma redução gradual da flexão dos casos, com um processo de sincretismo lento que culmina com a fixação dos nomes na forma única do acusativo, nas línguas românicas do ocidente, para qualquer função sintática” (Poggio, 2003:84)

Enfim, as ambigüidades existentes e a contínua redução ao caso acusativo permitiram a generalização do uso das preposições já existentes no sistema. Com o posterior desaparecimento total dos casos latinos, já nas línguas românicas, o uso das preposições tornou-se imprescindível. Houve uma progressiva mudança de um padrão morfológico interno (desinências casuais) para um padrão sintático externo (preposições).

“Verifica-se que os elementos morfológicos foram substituídos por construções sintáticas, isto é, o que em latim está expresso por uma forma de flexão, nas línguas românicas, está expresso através da construção sintática. (...) Assim, o desenvolvimento do uso da preposição foi paralelo à redução da declinação. Esse desenvolvimento teve seu início em relações concretas (de lugar, de tempo, de instrumento, de causa, de origem etc.) e os casos que as expressavam se enfraqueceram, chegando a desaparecer”. (Poggio, 2003:92-93)

Certamente, a mudança do uso dos casos latinos para o das preposições está ligada a vários outros fatores, não sendo possível inequivocamente “apresentar ‘a causa’ dessa mudança” (Poggio, 2003:93). Pode-se, contudo, destacar alguns possíveis motivos, entre eles o bilingüismo resultante do contato da língua latina com as línguas dos povos romanizados.

Há, entretanto, outras hipóteses igualmente plausíveis. Pires (1999:38) assevera que “somou-se à necessidade de maior clareza um fator de ordem fonológica: a debilidade da sílaba final, a qual indicava o caso. Por ser breve (átona), havia o risco de ruído na comunicação, vindo então a preposição reforçar a idéia que se queria expressar”.

Segundo Cervoni (1991:91), as flexões casuais não recobriam totalmente as necessidades de expressão nas frases latinas. Para suprir essa deficiência, podia-se juntar à frase um elemento de sentido, sob a forma de um advérbio, determinando o verbo. A co-ocorrência habitual do advérbio e da desinência casual foram suficientes para transformar o advérbio ligado ao verbo em preposição regendo uma forma nominal.

Climent (1956) *apud* Poggio (2003:95) também admite a explicação acima para a origem das preposições. Segundo esse autor, “no latim do Baixo Império, acentua-se o uso de advérbios como preposições”. Vejamos:

“Como as desinências casuais possuem função relacional, pode ocorrer que o número de casos flexionais seja insuficiente para expressar todos os tipos de relações necessitadas pela língua. Quando o tipo de relação expresso pelo caso flexional tornou-se ambíguo, surgiu a preposição, em sua origem indo-européia, com valor adverbial, para precisar o valor do caso (...) As preposições habilitam o nome para uma função não-nominal e a nova função resultante é sempre, em princípio, ‘adverbial’” (Poggio, 2003:95)

De acordo com esse segundo ponto de vista, não houve uma simples mudança do uso dos casos latinos para o uso das preposições. Cervoni (1991) e Climent (1956) ressaltam o valor adverbial original de tais partículas, que ocasionou o aparecimento de uma nova estrutura frasal, já que o uso das preposições proporcionou menor flexibilidade na ordem das palavras no interior das sentenças.

Poggio (2003:95) sintetiza os diversos pontos de vista concernentes à relação entre casos e preposições da seguinte forma:

“No que diz respeito à análise feita por diversos autores sobre as relações entre casos e preposições, foram encontradas posturas diferentes. Existem aqueles que equiparam preposições e casos, talvez fixando-se na observação das preposições consideradas ‘débeis’, ‘incolores’, ‘casuais’. Entre esses autores, podem ser citados C. de Boer, L. Hjelmslev, M. Said Ali, Pott e J. Cervoni. Por outro lado, existem aqueles que separam preposições e casos, pondo a atenção nas preposições chamadas ‘fortes’, ‘plenas’, ‘não-casuais’. Nesse grupo incluem-se G. Guillaume, M. Morera e M. L. López. E, finalmente, há um grupo que prefere situar as preposições numa posição intermediária entre os dois extremos. Citam-se entre esses últimos, L. Rubio, B. Pottier e I. Koch.”

Assim, verificamos não haver consenso em torno das relações entre casos e preposições. Pela pertinência das observações de López e Rubio, passamos a apresentá-las com maiores detalhes.

López (1970:79) lembra que os tradicionais seis casos latinos englobavam tipos muito heterogêneos de relação. Quando a carga de informação era maior, era necessário lançar mão de preposições que pontualizassem a relação que se queria expressar. Assim, o uso de preposições que começou a ser um procedimento auxiliar ao lado da declinação, passou a funcionar como um substituto em termos gerais. Como as preposições conferiam maior precisão à frase latina, tornou-se inútil, em muitas ocasiões, a distinção pelos casos.

López (1970:80) acrescenta que as preposições não podem ser consideradas elementos vazios, pois se se tratassem de elementos não-significativos, não se compreenderia o fato de haver tantas preposições, mas apenas seis, como eram os casos latinos. Essa posição da autora vai frontalmente contra a de De Boer, que considerava tanto os casos latinos como as preposições como elementos vazios de significado, desprovidos de toda significação lógica ou lexicológica.

A priori, Rubio (1983:166) parece assumir uma postura bem menos comprometedora ao explicitar as semelhanças e diferenças entre os casos latinos e as preposições. Segundo o autor, ambas as categorias têm em comum o fato de serem elementos funcionais e de servirem para indicar a relação do nome (ou pronome) com o resto do enunciado. Para o autor, as noções expressas pelas línguas flexivas mediante as desinências casuais traduzem-se nas línguas não-flexivas com o recurso das preposições. A diferença baseia-se na cadeia falada: o sistema casual teria uma declinação por sufixos; o sistema preposicional teria uma “flexão por prefixos”. Vejamos:

<i>Matris</i> = de – la madre (de a mãe)
<i>Matri</i> = a – la madre (a a mãe = à mãe)

Em outro momento, Rubio (1983:166-167) trata com maior precisão as semelhanças entre o sistema casual e o preposicional, ao afirmar que esses sistemas não podem constituir uma só categoria, já que seria errôneo associar às preposições um procedimento analítico e aos casos um procedimento sintético. As diferenças fundamentais entre preposições e casos, segundo o autor, poderiam ser resumidas nas seguintes assertivas:

1º - as preposições podem ser separadas dos termos modificados por elas, enquanto os casos constituem unidades indivisíveis. (vide quadro anterior).

2º - uma preposição pode afetar vários substantivos, sem a necessidade de ser repetida. Com relação às desinências dos casos, há a necessidade de repeti-las em todos os substantivos coordenados em idêntica função.

3º - As preposições, em contraste com as desinências, se acham – por sua semântica – sensivelmente mais próximas às palavras autônomas do que aos puros morfemas gramaticais – opinião mantida também por V. Brøndral.

4º - Enquanto os morfemas casuais expressam conceitos puros de relação, sem apoio em noções concretas, as preposições denotam conceitos concretos de relação: apontam diretamente para o mundo externo dos sentidos.

A reflexão encetada até o momento possibilita-nos aventar as motivações para a visão heterogênea dos autores no tocante à carga semântica das preposições. Segundo Poggio (2003:103), as preposições latinas formavam um grupo mais homogêneo do que as preposições românicas, uma vez que no latim, não havia preposições casuais (fracas, vazias, incolores). Todas as preposições latinas expressavam conceitos referentes aos dados concretos da experiência, frente aos morfemas casuais que exprimiam conceitos puros de relação. Havia a necessidade de tais preposições serem “fortes”, devido ao fato de se associarem aos casos para reforçar um determinado conteúdo semântico.

Com o desaparecimento dos casos, houve a necessidade de prover a língua de elementos capazes de perfazer relações sintáticas com baixo valor semântico implicado, além da coexistência das chamadas preposições fortes. Tais preposições, como o a e o de, em muitos contextos, serviram simplesmente para realizar a transposição para as chamadas funções sintáticas. Tal ponto de vista, corrobora a possível divisão entre preposições fortes e preposições vazias, tal como proposta por vários autores, entre eles, Galichet (1957).

Contudo, não nos parece funcional a idéia de preposições vazias, já que mesmo o a e o de expressariam valores semânticos mais tênues, é verdade, mas não inexistentes. A explicação, *a priori*, mais plausível para esse fato está no fenômeno da abstratização, o qual abordamos no item 3.5 de nossa pesquisa. Vejamos como Poggio (2003:104) se posiciona acerca desse fato:

“As preposições tendem a ser usadas com muita frequência, o que conduz ao esvaziamento do seu sentido individual, havendo uma tendência à

generalização. Algumas vezes, torna-se difícil encontrar o seu sentido de base ou originário. Todavia, esse fato não invalida a afirmação de que essas partículas são providas de significações e a sua realização vai depender de fatores contextuais. Ao observar-se os diversos empregos da preposição, verifica-se que, muitas vezes, ela pode ser responsável pela diversidade semântica do texto”.

A autora observou que, em determinados contextos, de fato, a preposição de pode parecer dispensável, devido à sua baixa carga semântica, contudo, não podemos ser categóricos com tal afirmação. Mesmo sendo mais vazia que outras, a ausência ou a presença da mesma pode dificultar ou até mesmo alterar o significado da sentença e, por conseqüência, de todo o texto, como também ocorre com a preposição a. Vejamos os casos abaixo:

(161) Ele sentiu um arrepio danado.

(162) Ele sentiu um arrepio de danado.

(163) Ele foi o pai de Maria, na novela.

(164) Ele foi ao pai de Maria, na novela.

Podemos concluir com Poggio (2003:99), que, sem dúvida, “há uma relação de causa e efeito entre a criação e o desenvolvimento das preposições e a redução de casos, já testemunhados pelo grego clássico com cinco casos e o latim clássico com seis casos”. Devemos acautelar-nos, contudo, da tendência de associar esses processos de maneira simplista como se o desaparecimento dos casos criasse o sistema preposicional com as mesmas características e funcionalidade na língua.

Com relação à gramaticalização das preposições, Poggio (2003) optou por uma distinção em dois grandes grupos, com algumas subdivisões. Vejamos:

Preposições portuguesas provindas do latim e desde o latim gramaticalizadas		Preposições gramaticalizadas no Português	
<i>Preposições formadas por meio de alterações gramaticais e semânticas</i>	<i>Preposições formadas por meio de morfologização</i>	<i>Por meio de recategorização sintática</i>	<i>Criação de locuções prepositivas</i>
a, ante, antre/entre, con, contra, de, en, per/por, segundo, sen, sô, sobre	<u>ata</u> / <u>atees</u> , des, pera, após, depós/depois, empós	tirado	per amor de, de cima de, ao redor de, a cabo de, preto de, fora de, dentro en

Pela classificação apresentada, a preposição até gramaticalizou-se ainda no latim. Segundo Poggio (2003), esse processo de gramaticalização ocorreu mais especificamente no latim tardio por meio de morfologização, provindo a forma atual de ata ou atees. Essa explicação, porém, está longe de ser consensual, já que se baseia na polêmica assunção de que o até proveio da junção das antigas preposições latinas ad e tenus.

De acordo com Poggio (2003:231), “a primeira vez que aparece o vocábulo ate, em documento em latim escrito em Portugal, data de 1161, em Pedro de Azevedo, Documentos de Vairão (século XII), na *Revista Lus XIV*, p. 254”. Essa hipótese, porém, não é confirmada por vários outros estudiosos, entre eles Pereira *et alii* (2004:47), para quem as formas mais antigas são **ata** e **ata que**, registradas apenas por volta do século XIV.

Camara Jr. (1979:181) apresenta uma hipótese de duas etimologias diferentes para o até. Segundo o autor, o português arcaico apresentava, ao lado de atee, a partícula ataa. E explica: “Parece tratar-se de duas partículas geneticamente diversas: atee, do latim ad tenus; ataa, do árabe hattá. A questão etimológica é controvertida”. (cf. Nascentes, 1932,80).

Viaro (1995) também reconhece a existência das duas possíveis etimologias para o nosso atual até, mas traz desdobramentos diversos para a questão:

“Debatem-se duas propostas: a primeira seria o árabe hattá, de significado aparentemente igual, i.e. ‘até que, a fim de que’ (...) sobretudo para *hasta* e o português medieval *ata*, donde, alguns autores tiram até, baseando-se no fenômeno da *imála*, onde *a > e*, além de formas do hispano-árabe atestadas por Steiger; a segunda proposta seria o latim *ad tenus* (ou melhor, *ad *tenes*) que explicaria formas medievais portuguesas como *atêes*, donde até.”

Como já dissemos, a questão etimológica está em aberto. Camara Jr. (1979), como vimos, acredita na hipótese de duas partículas terem surgido de formas geneticamente autônomas. Viaro (1995), por sua vez, não admite a coexistência empírica das duas hipóteses. Aliás, por meio de longos debates e aprofundados estudos, o autor opta por uma terceira via, a qual teremos ainda a oportunidade de conhecer.

Segundo Viaro (1995), a forma tenus originaria necessariamente algo como **tēos* > **teos* > **teios*, que nunca foram documentados não só no português como em nenhuma outra língua românica. O autor acrescenta que a variante **tenes* só encontra respaldo em um único autor (Lindsay), mas mesmo assim, pertenceria ao latim arcaico e não ao vulgar. Também não haveria registro da forma tenus no latim vulgar da Península Ibérica, o que foi contestado por outros autores.

A existência de tenus, no latim, de fato, é altamente polêmica. O próprio autor (2006) em obra posterior dirá que essa forma era rara. Poggio (2003:231) admite a existência de tal preposição latina como também fornece exemplos e associa a ela as categorias de espaço e tempo. Vejamos:

(165) Tauro tenus. → sentido local.

(165') Até o Tauro.

(166) Cantabrico tenus bello. → sentido temporal.

(166') Até a guerra dos cântaros.

Com relação à hipótese calcada no árabe, Viaro (1995) afirma que *hattá* deveria originar **fatá* em português, porém essa forma jamais foi atestada. Constataram-se apenas as formas *fasta*, *fata*, *hata* e *ata* no castelhano antigo. Barreto (1999:365) também considera improvável a origem árabe para a preposição da língua portuguesa até: “Com referência às outras formas assumidas por essa preposição na Idade Média (*atées*, *atees*, *ate*), formas que não podem filiar-se ao árabe, o problema se torna mais complexo”.

Nas cantigas de Santa Maria, Viaro (1995) verificou o uso de várias formas equivalentes ao atual até da língua portuguesa. Entre essas formas, destacam-se: *atra*, *tra*, *ta*, *atro*, *tro*, *te*, entre outras. No século XIX, tais variantes foram reduzidas a cinco formas

diferentes, que segundo o autor (2006), são as seguintes: *ate*, *athe*, *atè*, *te*, *thé*. Vejamos alguns exemplos:

(167) Da cabeça tro ena verilla.

(168) Des Jenua te en Charthes.

(169) Ambos assi estiveron ta que ela foi prennada.

As descobertas e análises do autor desabonaram, segundo seu ponto de vista, as clássicas hipóteses para a origem do *até*. Assim, essa partícula não teria vindo nem de ad *tenuis*, nem de hattá. Viaro (1995) acredita que as formas observadas nas línguas românicas não permitiriam uma trajetória natural para corroborar a origem árabe do *até*, nem sustentariam a outra hipótese alienígena, tão propaladas nos atuais estudos diacrônicos das línguas neolatinas.

Em diversas outras línguas e dialetos românicos⁶⁰, o autor verificou formas antigas de *até* cujas raízes estão ligadas a intra ou intus ad, hipótese que rompe com as duas tradicionais explicações para a origem etimológica do item aqui pesquisado. A descoberta e análise de Viaro (1995) apontaram para a seguinte conclusão: “Em todos esses casos é clara a continuação de *intro*, *intra*, *intus*, seguidos ou não de *in*, *ad*.”

De acordo com o autor, cai por terra, portanto, a hipótese árabe que busca “respostas amiúde em outra língua não-latina, sobretudo nos substratos e superestratos, antes de se verificar o conjunto das línguas românicas.” Da mesma forma, torna-se implausível a solução preciosa segundo a qual o *até* seria uma *avis rara* do latim clássico.

Portanto, em vez da seqüência comumente aceita para a trajetória do *até* (**ad tenes* > *atêes* > *atees* > *ates* > *até*), o autor fixa a seguinte:

- 1) *ata en* > *ataẽ* > *ateẽ* > *atêe* pela mesma dissimilação que gerou formas como *atoo* < *ata o*;
 - 2) *ata* < *ta* < *intra* ou *intus ad*, através de uma falsa análise do *in-* inicial;
 - 3) *atêe* > *atee* > *ate* por sintaxe fonética, sobretudo por formas como *ateeno*;
 - 4) O -s de *atêes*, *ataas*, *troes* etc. seria realmente paragógico e não herdado.

⁶⁰ A análise do autor foi exaustiva. Ele analisou mais de trinta e cinco línguas e dialetos: aragonês, navarrês, gascão, provençal, sobresselvano, piemontês, lombardo, milanês, bergamasco, trentino, genovês, vêneto, friulano, istriano, toscano, dialeto umbro antigo, dialeto umbro atual, romano, marquesano, romanhol, bolonhês, luquesano, calabrês, siciliano, napolitano, salernitano, lucano, apúlio, corso, calabrês, murciano, catalão, logudurês, dalmata, romeno, arromeno e daco-romeno.

Por fim, uma observação bastante premente é feita pelo autor (2006), em obra mais recente:

“A etimologia polêmica (...) mostra que *até* é uma preposição recente, fato novo na lista conservadora de preposições herdadas do latim. Dessa forma, está ainda em processo de gramaticalização. É sabido que o latim não dispunha de preposições marcadoras de limite, daí a variedade de formas que surgem nas línguas românicas: o francês diz *jusqu’a* < lat. *usque ad*, o espanhol diz *hasta* (...), o português *até*, o italiano *fino* < *fin* < *finis*, o romeno *până* < *paene ad*”. (grifos nossos)

Assim, a proposta do pesquisador vai frontalmente contra os estudos desenvolvidos por Poggio (2003), para quem o *até* teria se gramaticalizado ainda no latim. Viaro (2006) observa que esta é uma preposição relativamente recente não só no português como nas demais línguas românicas.

Devemos acrescentar que houve outras propostas de origem etimológica para o *até*, como os estudos de Serafim da Silva Neto (1960) *apud* Poggio (2003:231). Segundo o autor, seria mais razoável admitir a forma **tenes* como um “cruzamento de *tenuis* com *fine*, forma usada na linguagem familiar latina com o sentido de *tenuis*”. Contudo, essa hipótese é uma das que menos encontrou espaço nos estudos lingüísticos.

Pereira *et alii* (2004:47), após encetarem pesquisa histórica fundada na língua latina, verificaram que o *até*, ao longo do tempo, apresentou uma notável multiplicidade de formas, já na língua portuguesa. Para sua pesquisa, as autoras analisaram os *Diálogos de São Gregório* (século XIV), a *Gramática* de João de Barros (século XVI) e o *Livro das obras de Garcia Resende* (também do século XVI). Vejamos o quadro ilustrativo:

Séculos	XIV	XVI	
FORMAS DE OCORRÊNCIA	<i>Diálogos de São Gregório</i>	<i>Gramática de João de Barros</i>	<i>Livro das obras de Garcia de Resende</i>
<i>Ata</i>	X		
<i>Ata que</i>	X		
<i>Até</i>		X	X
<i>Atee</i>			X
<i>Até que</i>		X	X
<i>Atee que</i>			X
<i>Até aos</i>		X	X
<i>Te</i>		X	X
<i>Tee</i>			X
<i>Te que</i>		X	X

Como podemos verificar por meio do quadro acima, é por volta do século XVI que a preposição *até* assume a forma que se mantém até os dias atuais. Fato interessante também é notarmos a grande quantidade de diferentes formas para representar essa preposição. Vejamos alguns comentários das autoras acerca das formas ortográficas mais antigas do *até*:

“Sabe-se que, a partir da síncope das consoantes entre vogais, originou-se o hiato que, posteriormente, foi eliminado pela crase. Supõe-se, assim, que a preferência em se manter a forma arcaica em uma dessas obras deva-se ao fato de estar no início de um processo de crase, a acentuação estar se normativizando, tendo sido respeitada pela edição crítica da obra a grafia etimologizante”. (Pereira *et alii*, 2004:48)

As hipóteses lançadas por Pereira *et alii* (2004) parecem bastante plausíveis. Pode ser que João de Barros, por ser gramático, tenha buscado formas mais clássicas para se referir à preposição *até*, daí a ausência em sua obra das formas *atee*, *atee que* e *tee*, que são contemporâneas à sua obra, por estarem registradas em Garcia de Resende.

Outra importante contribuição de Pereira *et alii* (2004:49) diz respeito aos valores semântico-pragmáticos das diversas formas de *até* atestadas nos séculos XIV e XVI. Como veremos, as autoras também partem da escala ESPAÇO > TEMPO > TEXTO para traçar sua análise. Vejamos:

Acepções	Século XIV	Século XVI
Espaço: limite final	X	X
Tempo: limite final	X	X
Qualidade: limite abstrato		X
Qualidade: fim		X
Qualidade: inclusão		X

A pesquisa realizada por Pereira *et alii* (2004:49) corrobora nossa hipótese de trabalho segundo a qual os valores espaciais e temporais precederiam outros valores de caráter mais abstrato. As autoras são bastante explícitas no tocante a esse assunto. Vejamos:

“No início do seu processo de gramaticalização, ainda no período clássico do latim, o item *até* considerado uma forma transparente, era empregado apenas em expressões espaciais, para indicar limite final de um movimento. Apenas no latim tardio, quando as preposições assumiram o papel de marcadores de caso, o item *até* passou a ser empregado em sentidos mais abstratos como tempo e qualidade. Dessa forma, ao passar para o português, o item *até* já possuía várias acepções herdadas e ampliadas nessa língua.”

Pereira *et alii* (2004:49-50) fornecem-nos os seguintes exemplos do século XVI:

- (170) Péricles querer chegar co amizade até o altar. → sentido espacial.
- (171) (...) des a quinta feira à missa, até sexta feira. → sentido temporal.
- (172) E, quando a ele queremos acreçentar outros números té chegar a dezanóve. → sentido de limite abstrato.
- (173) (...) e darem muytas feridas no rosto e no corpo até o deixarem por morto (...)→ sentido de finalidade.
- (174) (...) e muy riquíssimos firmaes de pedraria e infinidade de pontas, de perlas, ouro, e esmaltes, atee os çapatos que levavam de veludo feitos. (...) → sentido de inclusão

Portanto, podemos sumarizar e reiterar a trajetória histórica do *até* com as palavras de Pereira *et alii* (2004:51): “Com a sua origem dêitica espacial, na estrutura latina clássica, com o posterior uso como marcador de caso no latim tardio e com seu emprego em relações mais abstratas no português do século XIV e no português do século XVI, com uma maior

quantidade de acepções, observa-se a evolução ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE”. Cabe verificarmos, agora, como o item *até* comportou-se no século XIX e no recente século XX. É o que investigaremos após esclarecermos os procedimentos metodológicos adotados em nossa pesquisa.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa propõe-se a estudar as realizações do *até* em três gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico - anúncio, editorial e notícia. Nosso interesse é realizar uma pesquisa que nos possibilite traçar um perfil funcional do *até*, na linguagem padrão⁶¹, a partir de dados referentes a dois momentos históricos: o século XIX e o século XX. A divisão temporal possibilita verificarmos a possível existência de usos já arcaizados em cotejo com usos ainda produtivos na língua.

A escolha por gêneros textuais do domínio discursivo jornalístico justifica-se pelo nosso próprio objetivo central, que é o de analisar as ocorrências do *até* na linguagem padrão da língua portuguesa. Entendemos que a linguagem jornalística é um dos meios mais apropriados para tal, visto que é predominantemente nesse tipo de linguagem que são veiculadas as matérias jornalísticas.

Temos a afirmar que nossa pesquisa fundamenta-se em bases quantitativas e qualitativas. A ênfase de nosso trabalho, contudo, estará nos aspectos qualitativos da questão, por isso não houve preocupação exagerada com o número de dados analisados. Ao contrário, centramos nossa análise em termos de frequência de tipo, e não de ocorrência⁶². Eventualmente trabalharemos com porcentagens em função das ocorrências destacadas no *corpus*, mas não é nosso objetivo sobrelevá-las.

Elegemos como fonte para o nosso *corpus* de pesquisa o *site* eletrônico www.letras.ufrj.br/varport, hospedado no portal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O VARPORT é constituído de vários *corpora* cientificamente organizados. Seu objetivo é

⁶¹ Tomamos o termo *variedade padrão* na mesma acepção de Perini (2000:26), ou seja, como a variedade da língua “utilizada em textos jornalísticos e técnicos (como revistas semanais, jornais, livros didáticos e científicos), linguagem essa que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil. (...) Pode-se concluir que existe um português padrão altamente uniforme no país”.

⁶² Bybee (2003:604) estabelece a diferença entre **frequência de tipo** (*type frequency*) e **frequência de ocorrência** (*token frequency*). Segundo a autora, *frequência textual* ou *de ocorrência* é a frequência de aparecimento de uma unidade, geralmente uma palavra ou morfema em um texto corrido. A frequência de ocorrência diz respeito à unidade, geralmente palavra ou morfema no texto. Por exemplo, a forma *broke* ocorre 66 vezes em 1.000.000 de palavras em um determinado *corpus*, enquanto a forma *damaged* ocorre apenas 5 vezes. Por outro lado, *frequência de tipo* se refere à frequência no dicionário de um determinado modelo, tal como um modelo de tonicidade, um afixo etc. Refere-se a um tipo de estrutura em particular. Por exemplo o sufixo *-ed* ocorre quantas vezes num *corpus* de 1.000.000 de palavras? A construção como *broke* (*spoke, wrote*) quantas vezes ocorre? Certamente é muito menos freqüente do que o tipo *-ed*.

consolidar e intensificar a integração entre os trabalhos que vêm sendo realizados em Portugal e no Brasil sobre determinados fenômenos da Língua Portuguesa.

Todos os textos disponíveis no VARPORT foram anteriormente publicados em jornais das principais cidades de Portugal e do Brasil, nos séculos XIX e XX. A escolha dessa fonte de pesquisa, portanto, coincidiu em grande medida com os nossos anseios.

A princípio, deparamo-nos com um *corpus in natura* relativamente extenso e com um número de dados desproporcional, se comparados os gêneros entre si. Vejamos a tabela abaixo com o quantitativo total de textos jornalísticos, tal como está no *site* eletrônico:

Tabela 1 – Quantitativo geral de textos do VARPORT

	BRASIL			PORTUGAL		
	EDITORIAIS	ANÚNCIOS	NOTÍCIAS	EDITORIAIS	ANÚNCIOS	NOTÍCIAS
1808 – 1840	10	113	22	10	73	22
1841 – 1870	10	76	30	10	57	30
1871 - 1900	09	88	58	10	54	23
1901 - 1924	04	54	25	05	59	12
1925 - 1949	06	47	39	07	46	12
1950 - 1974	06	37	17	08	39	12
1975 - 2000	07	22	31	10	41	12
TOTAL PARCIAL I	52	437	222	60	369	123
TOTAL PARCIAL II	711			552		
TOTAL GERAL	1263					

Como podemos verificar, o *site* divide os anúncios, notícias e editoriais disponíveis em sete faixas de tempo, sendo as três primeiras dedicadas ao século XIX (1808-1900), e as quatro últimas, ao século XX (1901-2000).

A simples observação do quadro anterior demonstra um desequilíbrio estatístico de grande proporção, já que são oferecidos ao leitor, por exemplo, 222 notícias do Brasil, mas apenas 123 de Portugal, ou seja, mais de 80% a mais de textos da variedade brasileira da língua portuguesa. Tal diferença certamente poderia comprometer a análise de nossos dados, caso utilizássemos todo o material lingüístico disponível. Por esse motivo, optamos por

extrair do *site* uma amostra quantitativamente mais uniforme de textos para compor o *corpus* de nossa pesquisa.

Além disso, optamos por desconsiderar as faixas de tempo apresentadas pelo *site*, por motivos semelhantes aos já expostos, ou seja, pela desproporção na divisão. De fato, não havia necessidade de procedermos com a divisão temporal original. Escolhemos manter, por isso, apenas a classificação por século (XIX e XX), que poderá nos revelar possíveis diferenças de uso.

Com o objetivo de solucionar os problemas metodológicos já apontados, decidimos por selecionar, aleatoriamente, um número de textos que fosse mais equilibrado para os nossos propósitos. A escolha baseou-se na extensão média dos textos originais e na limitação da oferta de dados do *corpus* posto à nossa disposição pelos organizadores do VARPORT.

Devemos ratificar que a seleção dos textos, ao perseguir um caráter aleatório, primou pela impessoalidade na escolha, sem a qual seria impossível implementar, com o máximo de isenção possível, a análise dos dados obtidos em nossa amostra. Vejamos:

Tabela 2 – Quantitativo geral de textos analisados

	BRASIL			PORTUGAL		
	EDITORIAIS	ANÚNCIOS	NOTÍCIAS	EDITORIAIS	ANÚNCIOS	NOTÍCIAS
Século XIX	20	50	30	20	50	30
Século XX	20	50	30	20	50	30
Total	40	100	60	40	100	60
Total	200			200		
Total geral	400 textos jornalísticos					

Assim, selecionamos 80 editoriais, 200 anúncios e 120 notícias, sendo 50% de cada variedade do português (brasileira e lusitana). O número de textos jornalísticos selecionados, como podemos verificar, é divergente, entretanto, essa opção metodológica não comprometerá a nossa análise, visto que, como já afirmamos anteriormente, não será nosso objetivo cotejar a frequência de uso entre um gênero jornalístico e outro. Outrossim, acreditamos que esse quantitativo foi suficiente para nossos objetivos.

A escolha do material proveniente dos dois países citados possibilitará, também, verificarmos se há diferenças relevantes com referência ao aspecto diatópico. Assim, observaremos as possíveis tendências lusitana e brasileira do uso do *até* na linguagem jornalística de ambos os países.

Para fazermos referência ao *corpus*, adotaremos a mesma codificação adotado pelos organizadores do VARPORT. Vejamos alguns exemplos:

- E-P-95-Je-001
 - Significa que o texto extraído é um exemplar (E) da variedade lingüística de Portugal (P), cujo grupo de organização é o (95). Após a sigla do gênero textual, no caso, um editorial (Je), vem o número do texto por ordem de ocorrência no *corpus*.
- E-B-94-Jn-005
 - Significa que o texto extraído é um exemplar (E) da variedade lingüística do Brasil (B), cujo grupo de organização é o (94). Por se tratar de uma notícia, adota-se o código (Jn); por último, o número (005) indica que este é o quinto texto do grupo disponível.
- E-B-94-Ja-022
 - Por fim, temos um exemplar (E) da variedade brasileira (B) da língua portuguesa, pertencente ao gênero textual anúncio (Ja), cuja posição no grupo é a de número 22.

A adoção do critério acima possibilita, ao leitor, o acesso ao texto, em sua íntegra, no *site* do projeto *Análise Contrastiva de Variedades do Português*, disponível no endereço eletrônico citado anteriormente.

Como vimos, todo o exemplário até aqui utilizado, extraído das obras constantes em nossa bibliografia, foi numerado sequencialmente por meio de algarismos indo-arábicos. A partir da análise dos dados, optaremos pelo uso de algarismos romanos com o subseqüente recuo do exemplo à direita, em espaço simples e com fonte reduzida. Numeraremos de forma

especial as ocorrências do *corpus* para diferenciá-las dos exemplos utilizados ao longo de nossa pesquisa.

Optamos, também, por manter nas ocorrências de *até* o registro ortográfico original. Assim, mesmo em vista de incorreções decorrentes do registro das fontes, mantivemos os textos sem alteração, para que fôssemos fiéis ao registro dos organizadores do VARPORT.

O *até*, objeto de nossa pesquisa, será estudado com base em quatro grandes blocos, estabelecidos após a análise de nosso *corpus*. Vale lembrar que tais blocos são uma aproximação dos itens da escala de gramaticalização proposta por Heine *et alii* (1991:182), já analisada em nossa fundamentação teórica. Vejamos:

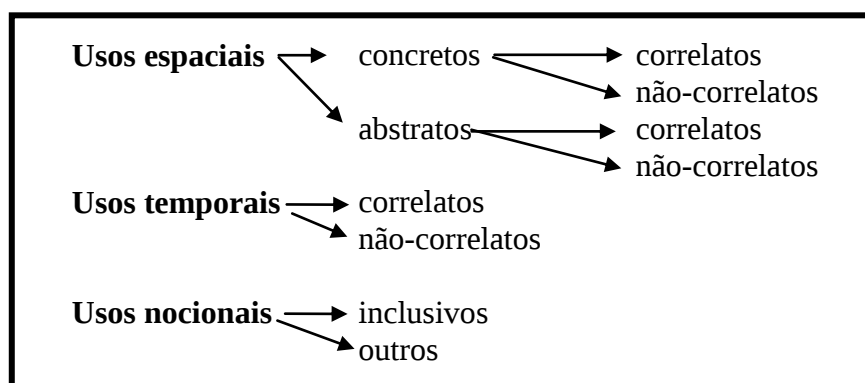
- em construções espaciais
- em construções temporais
- em construções nocionais
- em construções de difícil classificação

Deve ficar claro que estamos chamando “*construções nocionais*” às ocorrências do *até* que não perfilarem o universo espaço-temporal *stricto sensu*. Optamos, também, por criar um quarto grupo estranho à proposta de Heine *et alii* (1991) pelo fato de ser possível encontrarmos exemplos de ocorrências do *até* que nossa proposta não permite classificar, afinal, partimos do pressuposto básico de que os limites entre as classificações, via de regra, tendem a ser *fuzzy*.

É importante frisar que é natural que haja casos marcados pela ambigüidade, o que já está previsto em nossa base teórica, ao adotarmos a teoria dos protótipos. Aliás, o próprio processo de gramaticalização prevê a idéia de *continuum*, o que aponta inevitavelmente para a concepção de categorias difusas, fluidas, sem limites muito claros.

Seguindo o modelo analítico proposto por Moura Neves (2000) para grande parte dos itens pesquisados em sua *Gramática de Usos*, as construções acima terão alguns desdobramentos de ordem sintática e semântica. Vejamos⁶³:

⁶³ As subclassificações aqui apresentadas serão caracterizadas no capítulo seguinte, que trata da análise do nosso *corpus*.



Além do grupo de fatores expostos acima, investigaremos também os possíveis arcaísmos e as ocorrências de estruturas oracionais e estruturas não-oracionais instanciadas pela partícula *até*. Entendemos por estruturas oracionais os segmentos com verbo explícito que ocorrerem em nosso *corpus*.

Optamos, ainda, por utilizar o termo *construção*, pelo motivo que Heine (2003:581) explica: “O desenvolvimento de itens gramaticais é moldado pelas construções nas quais esses itens ocorrem⁶⁴”. Assim, acreditamos que a análise da gramaticalização do termo *até*, segundo perspectiva adotada em nossa pesquisa, pode ser mais profícua quando levamos em conta o contexto sintático imediato em que o item ocorre.

Enfim, não haverá preocupação exagerada em compartimentalizar nossa análise, já que o hibridismo de categorias tende a revelar-se como uma força intrínseca potencial da língua, não sendo possível em muitos casos classificar um determinado uso em função dos critérios adotados e pela falta de instrumental teórico ainda não disponível na academia.

⁶⁴ “The development of grammatical items is shaped by the constructions in which these items occur.”

6. ANÁLISE DOS DADOS

Foram encontradas 268 ocorrências do *até* em 400 textos analisados, o que desde já aponta para sua alta produtividade em língua portuguesa. Vejamos na tabela abaixo o quantitativo de ocorrências do termo pesquisado:

Tabela 3 – Total de ocorrências do *até* no corpus

		CONSTRUÇÕES ESPACIAIS	CONSTRUÇÕES TEMPORAIS	CONSTRUÇÕES NOCIONAIS	CONSTRUÇÕES DE DIFÍCIL CLASSIFICAÇÃO	TOTAL
Século XIX	Brasil	08	37	19	01	65
	Portugal	12	41	20	01	74
Século XX	Brasil	07	47	26	02	82
	Portugal	07	25	13	02	47
Total de ocorrências		34 = 12,6%	150 = 55,9%	78 = 29,1%	06 = 0,2%	268

Para fins ilustrativos, vejamos um exemplo representativo de cada bloco acima:

- *até* em construções espaciais:

(I) Ali o cumprimentaram o governador Camacho de Freitas e todas as autoridades locais. Formou-se um cortejo **ATÉ** á rotunda da Avenida , onde se repetiram as aclamações ao ilustre homem publico. E-P-93-Jn-006 - 1957

- *até* em construções temporais:

(II) ATENÇÃO@b - **ATÉ** ao dia 15 de Março liquidamos, com um abatimento de 25%, toda a nossa existência de gabardines impermeáveis tipo Zambrene. E-P-93-Ja-005 - 1951

- *até* em construções nocionais:

(III) Mães com imaginação ATÉ podem inventar as historietas delicadas e construtivas que a criança jamais esquecerá. E, deste modo, a atenção das crianças será retida por aquilo que, parecendo banal, tem uma importância imensa na formação da sua personalidade. E-P-94-Jn-002 - 1970

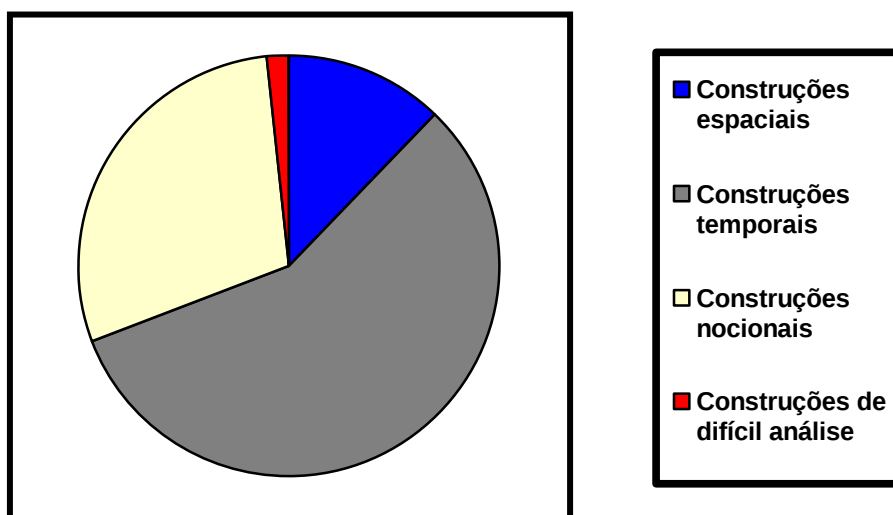
- até em construções de difícil classificação:

(IV) Entretanto, na 2ª Guerra Mundial ainda foi (trecho apagado) a alguns belgerantes, como aos Estados Unidos e Brasil, terem seus territorios fora do alcance da arma aerea do adversario, justamente aquela que atua sobre as retaguardas, levando o terror e a destruição ATÉ às cidades, fábricas, comunicações e população civil em geral. E-B-93-Je-001 – 1952

A análise da tabela 3 aponta para um uso bastante expressivo do *até* em construções temporais, ou seja, mais da metade de todas as ocorrências do item, em nosso *corpus*, é perfilada por construções temporais. Logo em seguida, as construções nocionais, contando com 29,1% das ocorrências, são as mais frequentes. Por fim, excetuando-se as construções de difícil classificação, as menos frequentes são as construções com *até* espacial.

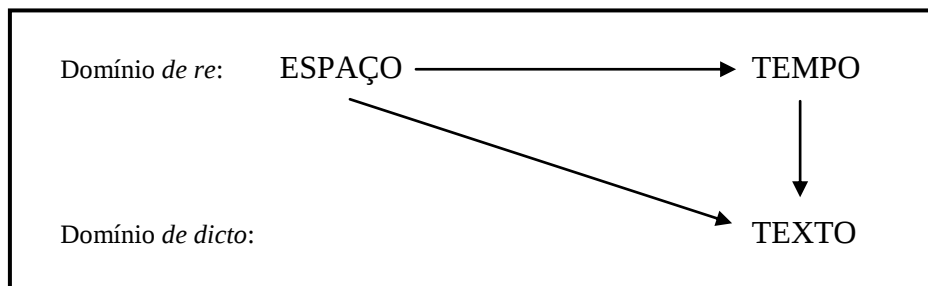
Para que as diferenças quantitativas fiquem mais notáveis, vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Total de ocorrências do até corpus



Uma hipótese que pode ser aventada é a que está ligada ao próprio processo de gramaticalização do item. Podemos conjecturar que o *até* está situado em um nível

intermediário na trajetória de gramaticalização. Vejamos o esquema abaixo, já explorado em nossa fundamentação teórica:



Em conformidade com a proposta de Heine *et alii* (1991:182), podemos conjecturar que o uso do *até* em construções espaciais tende a sofrer uma redução de usos, devido a ser o uso mais antigo. Já o *até* em construções nocionais, expressaria as formas mais inovadoras de uso que ainda estão se gramaticalizando na língua por meio de estabilizações. Por fim, o *até* temporal representaria a forma ainda mais usual ou freqüente.

Como já dissemos, temos ciência de que esta é apenas uma hipótese a ser testada por meio de um *corpus* mais extenso que leve em conta outras sincronias de nossa língua, o que extrapola os objetivos deste trabalho; entretanto, não podemos nos furtar ao direito de afirmar que essa hipótese é bastante plausível devido à constatação oferecida pelo quadro de ocorrências exposto anteriormente.

Aliás, nossa hipótese fica bastante fortalecida se levarmos em conta a constatação de Pereira *et alii* (2004:49), cujos resultados valem a pena ser lembrados. Vejamos:

“No início do seu processo de gramaticalização, ainda no período clássico do latim, o item *até* considerado uma forma transparente, era empregado apenas em expressões espaciais, para indicar limite final de um movimento. Apenas no latim tardio, quando as preposições assumiram o papel de marcadores de caso, o item *até* passou a ser empregado em sentidos mais abstratos como tempo e qualidade. Dessa forma, ao passar para o português, o item *até* já possuía várias acepções herdadas e ampliadas nessa língua.”

Assim, reiteramos que o número de ocorrências do *até* em construções espaciais estaria em possível decréscimo devido a este ser o uso mais antigo na língua, o que

necessariamente precisaria ser verificado em *corpora* de análise mais extensos, por meio dos séculos. Em contrapartida, as outras formas, temporais e nocionais, bastante usuais revelam ainda maior vitalidade no uso pela comunidade luso-brasileira.

Dando prosseguimento à nossa análise, vejamos, por tipo de construção, as especificidades e características do comportamento sintático-semântico de nosso item pesquisado.

6.1. *Até* em construções espaciais

Após análise das 268 ocorrências do *até* em nosso *corpus*, encontramos 34 instâncias do item em construções espaciais. Vejamos:

Tabela 4 – Total de ocorrências do *até* em construções espaciais

		Editoriais	Anúncios	Notícias	Total
Século XIX	Brasil	02	02	04	08
	Portugal	04	05	03	12
Século XX	Brasil	01	01	05	07
	Portugal	04	-	03	07
Total		11	08	15	34

Segundo nossa pesquisa, que toma por base textos jornalísticos, o uso espacial da partícula *até* não é o mais freqüente se comparado aos usos temporais e nocionais. Os usos que têm por referente um item locativo somam apenas 12,6% de todas as ocorrências do *até* encontradas em nosso *corpus*. Outros pesquisadores também verificaram esse fenômeno, entre eles, Ramsey (2006):

“Pode ser que, pelo menos historicamente, a interpretação de espaço de algumas destas preposições venha primeiro, mas há muito pouca evidência que as leituras espaciais predominem no idioma como é usado hoje⁶⁵”.

⁶⁵ “It may be that, at least historically, the spatial interpretation of some of these prepositions come first, but there is very little evidence that the spacial readings predominate in the language as it is used today.”

De fato, a idéia de espaço instanciada pela preposição *até*, em decorrência do processo de gramaticalização, provavelmente foi cedendo lugar a outros sentidos derivados, como os de tempo e noção, entendido esse último como uma gama de diferentes significações, conforme veremos mais detalhadamente a seguir.

Além das pesquisas de cunho histórico, que atestam a precedência do significado locativo para o *até*, pudemos observar também que é fácil derivar, por exemplo, do valor espacial da expressão *até aqui* um valor temporal, mas o inverso não é possível (de *até agora* é impossível derivar um valor espacial). Assim, o espaço revela-se como força motriz para outras instanciações, corroborando a hipótese localista.

As construções espaciais instanciadas pela partícula *até* foram analisadas segundo três parâmetros. Vejamos:

- 1º) quanto ao referente: concreto ou abstrato.
- 2º) quanto à forma: correlata ou não-correlata.
- 3º) quanto à estruturação sintática: oracional ou não-oracional.

Passemos a analisar o primeiro parâmetro, que tem a ver com a natureza do termo a que o *até* faz referência imediata:

Tabela 5 - Ocorrências do *até* espacial quanto ao referente

<i>Até</i> em construções espaciais	
Com referente concreto	26
Com referente abstrato	08

Das 34 ocorrências do *até* em construções espaciais, 26 referem-se a lugares concretos e apenas 08 fazem referência a lugares abstratos. Vejamos algumas ocorrências do *até* aludindo a lugares concretos:

(V) Na volta pára no Cercal para almoçar - segue **ATÉ** Villa Franca, onde pára para jantar - e segue **ATÉ** Lisboa. Do dia 12 do corrente mez em diante, supprimi-se a carreira de manhã para Alemquer, e a volta desta, ficando sómente a de tarde, a qual parte de Lisboa ás 4 horas. E-P-82-Ja-007 – 1852

(VI) No dia 4 do mez de Julho de 1808, perdeu o *Coronel* Claudio José Pereira da Silva, hum anel com hum diamante brilhante, de India na Rua desde sua casa, ATÉ o Palacio Real, ou nas salas do mesmo. Quem o tiver, ou souber quem o tenha, o entregue, ou denuncie, que receberá o premio merecido. - E-B-81-Ja-022 – 1809

(VII) Devido ao grande sucesso das viagens do Catamarã ATÉ a ilha de | Paquetá, a transtur vai colocar o Catamarã em operação nesse final de | semana prolongado (...). E-B-94-Ja-004 – 1998

Entendemos por lugar concreto um local físico a que possamos fazer referência. No exemplo (V), por exemplo, o *até* faz referência a dois lugares de Portugal, a Villa Franca e a sua capital, Lisboa. Em (VI), a referência é um palácio real e, por fim, em (VII), é uma ilha situada no Estado do Rio de Janeiro.

O uso de *até* em construções espaciais com referentes concretos é um dos mais clássicos atestados em nossa língua, já documentado no século XIV, segundo pesquisa desenvolvida por Pereira *et alii* (2004). Afinal, segundo diversos autores, entre eles Batoréo (2000), o espaço é um dos domínios mais básicos da experiência humana.

Como já afirmamos acima, foram encontradas 8 referências a lugares abstratos instanciadas pelo *até*. Tais usos revelaram-se muito especiais, merecendo, portanto, atenção particular. Vejamos algumas ocorrências:

(VIII) A ambição, paixão innata no homem, e que mal se disfarça ainda nos que mais desinteressados se inculcam, uma vez deixada livre em sua acção, e solta das peias da razão e do dever, desvaira o individuo a ponto de lhe fazer praticar as mais condemnaveis acções, arrastando-o ATÉ ás profundezas do crime mais hediondo! E-P-83-Jn-005 – 1873

(IX) E' a chronica uma enfermidade? Parece ATÉ certo ponto que sim, visto que é... chronica. E-P-83-Je-003 – 1900

(X) Respondeu-me que não se achando satisfeitos, | e sendo maltractados na colonia em que se acha- | vão, havião regressado á Côrte, e estavam n'aquel- | le estado sem um tecto que os abrigasse das in- | temperies da estação, dormindo alguns ao relen- | to, e mal podendo enganar a fôrme que em extremo | soffrião! É ATÉ onde póde chegar o horror de uma si- | tuação! - E-B-83-Je-004 – 1879

(XI) Quando eu olho para as reclamações do Ministro das Justiças, no seu sempre celebre, e sempre esmiuçavel Relatorio, que ha de ser levado arrojado a esta Gazeta ATÉ onde quer que ela chegar, quando examino o outro Relatorio do Ministro dos Negocios Estrangeiros, mais digno, mais politico, mais decente, e menos insultante para um Povo regenerado, mas nem por iso((SIC)) mostrando menos a nosa fraqueza, e pequenez como Nação izolada, que carece de contemporizar com outras Nações mais poderosas E-P-81-Je-009 – 1823

No exemplo (VIII), o até faz referência a um lugar cujo uso está abstratizado no texto. Ao se referir a “profundezas do crime mais hediondo”, o redator teve a intenção de metaforizar um espaço para conferir maior expressividade ao seu discurso. Vejamos que o simples uso do vocábulo “profundeza” seria insuficiente para fazer referência a um lugar abstrato. Contudo, pelo uso da expressão focalizada, foi possível fazer com que o leitor deslocasse seu ponto de vista para um uso especial da linguagem.

É possível verificarmos que os usos do espaço abstrato atendem a necessidades comunicativas de maior realce à mensagem veiculada. Lança-se mão de tais recursos com vistas a um uso conotativo da linguagem, distante do mais prosaico.

No exemplo (IX), verificamos o uso da expressão “*até certo ponto*”. Novamente, vemos o uso locativo abstratizado de uma noção primariamente concreta. A palavra *ponto*, utilizada na expressão como uma verdadeira lexia complexa, deixa de ser uma noção puramente geométrica para ser utilizada em um outro contexto discursivo, cuja alocação ganha em expressividade.

Essas cristalizações na língua, a que estamos chamando de “*lexias complexas*”, são formas recorrentes na língua que apresentam pequenas variações de uso. A cristalização da expressão “*até certo ponto*” denota um uso especial da linguagem, já que é conotativo e abstrato, portanto, não-prototípico.

No exemplo (X), a noção de lugar, metaforicamente abstratizada, é expressa por meio de um segmento oracional (“É ATÉ onde póde chegar o horror de uma situação”). A oração introduzida por *onde* denota uma situação limítrofe que faz referência às atrocidades cometidas por algozes dos trabalhadores. Este parece ser também um uso bastante especial do *até*, visto que pode instanciar referentes também oracionais.

Por fim, no exemplo (XI), temos um uso similar ao anterior. Por meio da expressão “ATÉ onde quer que ela chegar”, o locutor denota a existência de um lugar *a priori* hipotético, que recobriria todas as possibilidades de resultado.

Nas palavras de Bybee & Pagliuca (1985), o uso do *até* em construções com referente espacial abstrato teria sofrido um processo de *enfraquecimento do conteúdo semântico*, ou, como afirmaram Heine & Reh (1984), um processo de *dessemanticização*.

Como foi explicitado em nossa fundamentação teórica, tais rótulos perpassam a idéia de um empobrecimento da forma lingüística em razão de suas mudanças semânticas. A gramaticalização, portanto, na visão de tais autores, acarretaria uma degeneração na língua.

Sweetser (1988) *apud* Heine et alii (1991), por outro lado, prefere falar em abstratização de aspectos centrais do significado. Segundo essa perspectiva, há, de fato, uma mudança semântica em termos de uso construcional do *até*, mas sua imagem esquemática ou estrutura topológica é mantida.

Assim, o mais adequado, segundo a autora, não é falarmos em desbotamentos, degenerações ou dessemanticizações, mas em transferência de domínios, que vai do mais concreto ao mais abstrato, idéia que subjaz ao processo de gramaticalização. Assim, em vez de apenas perdas, teríamos também ganhos.

No caso do *até* em construções espaciais, atestamos ganhos em termos de uso pragmático (cf. Hopper & Traugott, 1997:87-88), pois ao lado de usos concretos, a partícula também serve para introduzir referentes abstratos.

Com relação à forma, temos o seguinte quantitativo:

Tabela 6 – Ocorrências do *até* espacial quanto à estruturação sintática

<i>Até</i> em construções espaciais	
Em construções correlatas	10
Em construções não-correlatas	24

Entendemos por construções correlatas aquelas que apresentam duas partículas descontínuas (sendo uma delas o *até*). Por outro lado, as construções não-correlatas, bem mais freqüentes em nosso *corpus*, são as que aparecem com apenas uma partícula simples, no caso, apenas o *até*.

Vejamos exemplos de construções espaciais não-correlatas:

(XII) em seguimento a esta solida estrutura que vai toda revestida de cantaria emalhetada tanto pelo lado do mar, como pelo lado da caldeira, ha hoje quarenta e seis palmos de alicerce, aberto ATÉ a profundidade de oito palmos, abaixo da baixa-mar, e afogado ATÉ ao lume d'agua, com excellente argamaça hydraulica e grandes pedras. E-P-82-Jn-025 – 1845

(XIII) Vendo-se ambos feridos dirigiram-se ao hospital de S. José e para isso vieram a pé ATÉ á estação de Sacavem. E-P-91-Jn-002 – 1910

(XIV) A diligencia parte de Lisboa ás 5 horas da manhã - pára em Villa Franca, onde os passageiros terão meia hora para almoçar - segue ATÉ ao Cercal, onde lhes é dado uma hora jantar - e d'hai segue ate((SIC)) as Caldas. Na volta pára no Cercal para almoçar - segue ATÉ Villa Franca, onde pára para jantar - e segue ATÉ Lisboa. E-P-82-Ja-007 – 1852

(XV) Se é verdade que nem sempre a Imprensa foi ATÉ onde devia, no auxílio aos que vêm agravados os seus direitos, também é certo que por generosidade ou conveniência geral não foi ATÉ onde era necessário no combate aos erros, aos desvios, às violências e às injustiças. E-P-94-Je-001 – 1961

Nos exemplos acima, não há qualquer partícula expressa no texto que se correlacione diretamente com o *até*. Tanto em construções com referente concreto como com referente abstrato, há uso do *até* não-correlato.

As construções com *até* correlato, por sua vez, somam apenas 10 ocorrências. Vejamos algumas:

(XVI) Tossir a meia voz ainda é, a nosso vêr, a unica demonstração compativel com os costumes de um Estado em que tudo se faz medianamente, desde os meios-grogs ATÉ aos meios-bifes. E-P-83-Je-003 – 1900

(XVII) Quem achasse um alfinete de peito de brilhantes, com um amôr perfeito no meio, e que foi perdido no dia 17 do mez passado desde o Limoeiro ATÉ São Vicente de Fora, e queira restituill'o, falle na Rua direita da Boa Vista nº 14, que ahi se lhe darão excellentes alviças. E-P-81-Ja-064 – 1837

(XVIII) Ouvindo o Bom Padre | tal proposição, ficou em hum profundo | silencio, observando por largo tempo | ao filosofante da

cabeça ATÉ os pés: que | singularidade achais em mim, repli- |
cou o jovem antagonista, pois que tão | attentamente me
contemplais? - E-B-81-Je-010 – 1838

No exemplo (XVI), temos a construção “desde os meios-grogs até aos meios-bifes”. Nessa construção, a correlação é estabelecida pelo uso das partículas descontínuas “*desde*” e “*até*”, que servem para marcar um espaço delimitado em seu início e fim.

No exemplo (XVII), com função idêntica à anterior, também verificamos o uso do par correlativo “desde” e “*até*”, dessa vez, marcando um espaço físico situado entre dois topônimos: Limoeiro e São Vicente de Fora.

Por fim, no exemplo (XVIII), temos o par correlativo “*da*” e “*até*”, em uma espécie de lexia complexa ainda utilizada em nossos dias. “*Olhar da cabeça até os pés*” significa reparar minuciosamente em algo ou em alguém. Essa expressão é motivada iconicamente por tomar como pólos os extremos do corpo humano (cabeça e pés).

Vale a pena frisarmos que estamos analisando a possibilidade de a partícula *até* ocorrer em construções correlatas ou não-correlatas a partir do que está exposto na superfície do texto, ou seja, no plano da expressão. Dessa forma, concordamos com Viaro (2006), para quem “o item lexical (*até*) vem amiúde (mas não necessariamente) em uma estrutura sintática do tipo correlativo, do seguinte tipo: (*desde/de x*) *até* (*a*) *y*”. E o autor acrescenta:

“Nessa estrutura, a primeira parte focaliza o início da ação, daí a escolha de preposições que reproduzem a posição de origem, como *de* ou *desde*. As variáveis *x*, *y* formam os núcleos de cada SP, que trazem, respectivamente, os papéis temáticos do ablativo (origem) e do alativo (tema)” (Viaro, 2006)

Assim, mesmo nas construções não-correlatas, supomos a existência de um ponto inicial, quando nos referimos ao *até*. Essa referência, quando não está explicitada textualmente, pode ser freqüentemente recuperada por meio do contexto bio-físico-social, que pode ser depreendido por meio do texto ou não.

Para ilustrar nossa asserção, analisemos novamente o exemplo (XIII):

(XIII') Vendo-se ambos feridos dirigiram-se ao hospital de S. José e para isso vieram a pé ATÉ á estação de Sacavem. E-P-91-Jn-002 – 1910

O *até*, no exemplo acima, denota a idéia de percurso, que é reforçada pela presença do verbo *vir*. Na situação descrita pelo texto, as duas pessoas feridas deslocam-se de um ponto inicial, que coincide com o momento em que sofreram algum tipo de acidente e vão até a “estação de Sacavem”. Assim, ficam delimitados os dois extremos da trajetória traçados pelo *até*, apesar de textualmente não estar explícita a origem do percurso.

Tomando como base a proposta de Weinsberg, recuperada por Batoréo (2000:409), diremos que o *até* pode ser classificado como uma preposição adlativa, pelos seguintes motivos:

- 1º - aproxima os “feridos” do texto a uma determinada área (“estação de Sacavem”).
- 2º - na adlatividade, a área constitui o lugar final da deslocação, no caso, a “estação de Sacavem”. De fato, após percorrer todo o percurso “a pé”, os feridos chegam à tal estação.
- 3º - a adlatividade determina a ausência do objeto na área, no momento anterior ao processo, ou seja, os “feridos” não estavam na estação antes de se ferirem. A presença dos “feridos” efetivou-se apenas no tempo imediatamente a seguir, cuja deslocação é metaforizada pela presença do *até*, no universo discursivo.

Assim, concluímos que a utilização do item *até* em tais contextos traz de forma explícita ou pressuposta as idéias de origem, destino e percurso. De certa forma, essa constatação ajuda-nos, também, a reforçar a tese de que essa preposição não é vazia de significado, como propunham alguns estudiosos. Ao contrário, seu uso revela a implicação de matizes semântico-pragmáticos bastante salientes.

Resta-nos analisar o *até* quanto à sua estruturação sintática, ou seja, se ele ocorre em construções oracionais ou em construções não-oracionais. Entendemos por construções oracionais aquelas que apresentam verbo explícito introduzido no escopo da partícula *até*.

Segundo nossa análise, verificamos que há uso maciço de construções espaciais não-oracionais em nosso *corpus*. Vejamos o quantitativo de dados:

Tabela 7 - Ocorrências do *até* espacial quanto à construção oracional

<i>Até</i> em construções espaciais	
Em construções oracionais	05
Em construções não-oracionais	29

Das 34 ocorrências do *até* em construções espaciais, em nosso corpus, apenas 05 são oracionais, segundo os parâmetros estabelecidos para esta pesquisa. Vejamos algumas ocorrências:

(XIX) A outra entrada da *Suecia* tem muito mais rodeios; porque se deve marchar ao longo da costa oriental do golfo de *Bothnia* (...) descer pela costa ocidental da *Laponia Umea* ATÉ se entrar nas *Provincias de Suecia*. Esta marcha hé melhor de fazer-se no Verão que no Inverno. - E-B-81-Jn-012 – 1808

(XX) Quando eu olho para as reclamações do Ministro das Justiças, no seu sempre celebre, e sempre esmiuçavel Relatorio, que ha de ser levado arrochado a esta Gazeta ATÉ onde quer que ela chegar, quando examino o outro Relatorio do Ministro dos Negocios Estrangeiros, mais digno, mais politico, mais decente, e menos insultante para um Povo regenerado, mas nem por iso((SIC)) mostrando menos a nosa fraqueza, e pequenez como Nação izolada, que carece de contemporizar com outras Nações mais poderozas E-P-81-Je-009 – 1823

(XXI) Se é verdade que nem sempre a Imprensa foi ATÉ onde devia, no auxílio aos que vêem agravados os seus direitos, também é certo que por generosidade ou conveniência geral não foi ATÉ onde era necessário no combate aos erros, aos desvios, às violências e às injustiças. E-P-94-Je-001 – 1961

Como pudemos verificar nos exemplos citados, o *até* introduz um segmento oracional devido à presença do verbo com o qual ele ocorre contiguamente. É nesses casos que alguns autores hesitam em atribuir-lhe um caráter estritamente preposicional.

A solução encontrada por Poggio (2003:101), após longos debates acerca da natureza morfológica do termo nesses tipos de construção, é conferir-lhe o estatuto de preposição oracional, já que o *até* funciona como verdadeira conjunção subordinativa *lato*

sensu. Contudo, como esse não é o nosso foco, passemos a analisar os exemplos precedentes.

No exemplo (XIX), a partícula *até* introduz uma oração com o verbo *entrar* (**ATÉ** se entrar nas *Provincias de Suécia*). Esse tipo de construção datada do ano de 1808 comprova a existência do *até* oracional, pelo menos, já no início do século XIX.

No exemplo (XX), temos uma construção bastante especial em língua portuguesa. Trata-se de uma oração locativa, não agasalhada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, aprovada em 1959. O segmento oracional “**ATÉ** onde quer que ela chegar” é perfilado pela co-ocorrência das partículas *até* e *onde*, que cria um matiz circunstancial bastante refinado.

Por fim, no exemplo (XXI), temos construções idênticas à anterior, por se tratar, também, de construções locativas. São elas: “**ATÉ** onde devia” e “**ATÉ** onde era necessário”.

Em todas as ocorrências até aqui estudadas, emerge da partícula *até* a idéia de limite final de uma trajetória. Esse é um indício bastante forte da hipótese que defende a existência de um sentido nuclear, prototípico para as preposições da língua portuguesa. Portanto, fica afastada empiricamente, por ora, a idéia generalizante de que haveria preposições vazias de significado (cf. Tesnière, 1959).

Por fim, cabe uma observação quanto aos gêneros estudados. Verificamos que das 34 ocorrências do *até* espacial, 15 delas são instanciadas por notícias, ou seja, perfazem 44% do total dos usos espaciais.

Apesar de não termos controlado o número de palavras ou de caracteres de cada texto, o que seria de grande utilidade para uma análise mais acurada, podemos conjecturar que o maior número de instanciações espaciais do *até* ocorreu nas notícias por ser esse um gênero que demanda a inclusão do local de ocorrência de um determinado fato. Afinal, as notícias, ao veicular um fato ou acontecimento, necessitam localizar espacialmente o leitor do jornal, oferecendo-lhe dados que cumpram a tarefa de informar o consumidor com a maior amplitude possível.

Lembrando que o *até* espacial perfila a idéia de um limite no espaço, é bem menos provável sua ocorrência nos editoriais e anúncios, que não se prestam normalmente a oferecer *stricto sensu* tal tipo de informação.

7.2. *Até* em construções temporais

Em todo o *corpus* pesquisado, encontramos 150 instâncias do *até* em construções temporais, o que corresponde a 55,9% de todas as ocorrências do item pesquisado. Segundo nossa análise, portanto, esse uso do *até* é o mais produtivo. Vejamos:

Tabela 8 – Total de ocorrências do *até* em construções temporais

		Editoriais	Anúncios	Notícias	Total
Século XIX	Brasil	02	22	13	37
	Portugal	07	23	11	41
Século XX	Brasil	13	07	27	47
	Portugal	05	10	10	24
Total		27	62	61	150

As construções temporais instanciadas pela partícula *até* foram analisadas segundo dois parâmetros. Vejamos:

1º) quanto à forma: correlata ou não-correlata.

2º) quanto à estruturação sintática: oracional ou não-oracional.

Com relação à forma, temos o seguinte quantitativo:

Tabela 9 – Ocorrências do *até* temporal quanto à estruturação sintática

<i>Até</i> em construções temporais	
Em construções correlatas	18
Em construções não-correlatas	131

Utilizando os mesmos parâmetros por conta da análise das construções espaciais, entendemos por construções correlatas temporais aquelas que apresentam duas partículas descontínuas (sendo uma delas o *até*). Por outro lado, as construções não-correlatas,

também muito mais freqüentes em construções temporais, são as que aparecem com apenas uma partícula simples, no caso, apenas o *até*.

Vejamos, primeiramente, alguns exemplos de construções temporais correlatas, que somam apenas 6% de todo o *corpus* pesquisado, ou 12% do total de construções temporais instanciadas pelo *até*:

(XXII) Desde Napoleão ATÉ a 1ª Guerra Mundial nada de revolucionario surgiu na arte da guerra. (...) No ultimo conflito, assistimos as batalhas se travarem em terra, mar e ar, tornando realidade palpavel o concerto emitido por Luddendorff há 70 anos, sobre a guerra total. E-B-93-Je-001 – 1952

(XXIII) A Empreza do Theatro de S. Carlos, tendo negocios a tratar com o sr. Fontana, fabricante de Orgãos, e ignorando a sua morada, lhe pede queira comparecer no escriptorio da Empreza, em qualquer dia das 11 horas ATÉ ás 3.<> E-P-81-Ja-005 – 1838

(XXIV) Do dia 23 do corrente ATÉ 7 de Janeiro de 1837, se venderá na Rua Nova dos Martyres nº 29, a S. Carlos, vinho tinto e branco a 100 reis a canada, e o mesmo acontecerá no Arco do Bandeira nº 59, junto á praça de D. Pedro 4º E-P-81-Ja-059 – 1836

(XXV) Convindo tratar com a necessaria antecedencia de prover ao fornecimento das rações de pão, <>, forragens a secco, azeite para luzes e lenha para rancho para os corpos do exercito, estacionados na 1ª divisão militar, pelo tempo que hade decorrer do primeiro de Julho proximo futuro, ATÉ ao ultimo de Junho seguinte, na conformidade do artigo 41 do regulamento, para a organização da fazenda militar E-P-82-Ja-049 – 1845

(XXVI) O terceiro caminho vai de *Bayonna* por huma pequena cidade chamada *Saint-Jean Pied-de-Port* a *Pampelona*, Capital de *Navarra*. Esta estrada he não só perigosissima; mas quasi impraticavel em razão dos continuos passos estreitos, e altissimas montanhas, que sómente se podem passar de Maio ATÉ Outubro (...) E-B-81-Jn-012 – 1808

As construções correlatas citadas acima perfilam-se por meio dos pares *desde...até* e *de...até*, guardando grande semelhança com as construções sintáticas espaciais instanciadas pela partícula *até*.

No exemplo (XXII), a noção de tempo é expressa por meio de um fato. A construção temporal correlata liga dois acontecimentos cujo extremo é a 1ª Guerra

Mundial. Expressões factuais, portanto, também podem funcionar como marcadores de tempo, ao lado de expressões numéricas, que são bem mais prototípicas.

A expressão do tempo por meio de um fato pode indicar que o momento exato é menos importante do que a ação que se desenvolveu. É o que parece ter ocorrido no exemplo (XXII), que por sinal, traz como referência um fato bastante conhecido.

No exemplo (XXIII), a construção temporal instancia a idéia de hora (“*das 11 horas ATÉ as 3*”). O exemplo (XXIV) perfila data (“*do dia 23 do corrente ATÉ 7 de janeiro de 1837*”). O exemplo (XXV) utiliza também uma data, mas já com outra configuração sintática (“*do primeiro de Julho próximo futuro ATÉ ao ultimo de Junho seguinte*”) e, por fim, no exemplo (XXVI), temos uma construção que instancia meses (“*de Maio ATÉ Outubro*”).

O exemplário acima ilustra a quantidade de diferentes configurações possíveis no tocante à expressão de tempo em língua portuguesa, que certamente não foram esgotadas pelos exemplos acima oferecidos.

Vejamos, agora, algumas das ocorrências do uso de *até* em construções temporais não-correlatas, que somam praticamente 50% de todas as ocorrências do *até* em nosso corpus. Como este é o uso mais prototípico, é sobre ele que nos debruçaremos de forma mais minuciosa.

(XXVII) O conselho de direcção da sociedade promotora da industria nacional, faz saber aos fabricantes, artistas, proprietarios de officinas e laboratorios, e curiosos, que no dia 16 de setembro proximo futuro, no local do seu actual estabelecimento, no edificio do extincto convento dos Paulistas, começará uma nova exposição de productos de industria portugueza, a qual durará ATÉ ao fim do mesmo mez. E-P-81-Ja-014 – 1839

(XXVIII) Se ATÉ á noite da vespera da partida não estiverem preenchidos os logares para as Caldas, podem admittir-se passageiros para o Cercal e Otta, praticando-se o mesmo na volta destes pontos para Lisboa. E-P-82-Ja-007 – 1852

(XXIX) A COMPANHIA vende em hasta publica no dia 21 do corrente, pelo meio dia, nas cocheiras provisórias, largo de Vasco da Gama, ao Aterro, os barracões que ali se acham construidos, com a condição de que os seus materiaes hão de ser levantados do logar ATÉ ao ultimo dia do mez. E-P-83-Ja-018 – 1875

(XXX) J. P. HOGAN, tendo em 8 de mar- | ço findo, passado a casa de alfaiate do | largo de S. João n. 9 aos Srs. Teixeira | & C.^a, roga ás pessoas que tem contas | na dita casa para virem ATÉ ao fim do cor- | rente mez de abril á rua da Praia do | Cabaceiro n. 25, das 6 ás 9 horas da ma- | nhã ou das 4 da tarde em diante, satisfa- | zer seus debitos, isto para se evitar que | seus nomes sejam publicados, e se pro- | ceda nos termos legaes. - E-B-82-Ja-007 – 1850

(XXXI) A intendencia da marinha precisa com- | prar taboas de pinho da Suecia de 2 polega- | das e 14 pés, e azeite doce de boa qualidade; | para o que se recebem propostas com de- | claração do ultimo preço ATÉ o dia 14 do cor- | rente. - E-B-82-Ja-036 - 1852

Como podemos observar nos exemplos acima apresentados, a construção de tempo instanciada por *até* pode ser expressa por meio de diferentes maneiras. Assim, serve para marcar o tempo expressões diversas como “o fim do mesmo mês”, “a noite da véspera”, “ultimo dia do mês”, “fim do corrente mês”, “dia 14 do corrente”, respectivamente relacionadas.

As possibilidades de expressão do tempo, contudo, não se esgotam nas já aventadas. Ao contrário, existem muitas outras estratégias como as que relacionamos abaixo. Vejamos:

(XXXII) Em consequencia do muito tempo e material que é necessario gastar com os preparativos para este espectaculo, talvez não seja possivel ATÉ á sua representação ensaiar tantas outras peças como caberia neste intervallo. E-P-82-Ja-009 – 1852

(XXXIII) As propostas podem ser apresentadas ATÉ ao acto da praça que se verificará no dia 14 do mez de novembro proximo futuro ás 12 horas da manhã adjudicando se o fornecimento, convindo o preço ao arrematante que offerecer melhores condições. E-P-83-Ja-004 – 1887

(XXXIV) (...) ha um individuo que se tem servido falsamente de seus nomes para pedir soccorros de dinheiro, por meio de cartas, previnem ao publico de que, ATÉ hoje, ainda lhes não foi necessario fazer taes pedidos. E-P-82-Ja-012 – 1841

(XXXV) Além de estar fornecida dos productos chimicos ATÉ hoje conhecidos, tem tambem um fornecimento de fundas duplas e para ambos os lados, algalias desde nº 1 a 12, mamadeiras aperfeiçoadas e accessorios, seringas, borrachas, rosarios de dentição, suspensorios de diversos systemas, meias elasticas, etc, etc. E-P-83-Ja-028 – 1881

(XXXVI) ATÉ nossos dias foram incalculaveis os progressos da industria aeronautica. E-B-93-Je-001 – 1952

(XXXVII) Para o uso geral das familias o Spolio é o artigo mais economico ATÉ agora usado. | - E-B-83-Ja-002 – 1873

(XXXVIII) Hoje já não somos nós apenas a dizer-vos que o pó de arroz da SERIE B de «RUTHER» é um produto que ATÉ ao presente ainda não foi apresentado nada de semelhante por qualquer fabricante do Mundo, mas sim as centenas de cartas que temos recebido de toda a parte do continente e das ilhas (e que colocamos á disposição de toda a gente que as queira ver), em que inumeras senhoras que o experimentaram nos manifestam a sua admiração e o seu entusiasmo pelo produto de incomparavel classe que é o PÓ DE ARROZ DA SERIE B DE «RUTHER». E-P-92-Ja-015 - 1940

(XXXIX) EM vista da grande venda que teve lugar no dia 16 do corrente, previne-se ao publico que hoje 17, ATÉ 20 inclusivè, se fara((SIC)) leilão das onze da manhã ás tres da tarde, e das seis da tarde ás dez da noite, na rua dos Douradores, 134, 1º andar. E-P-83-Ja-011 – 1873

Da mesma forma que no exemplo (XXVI), nos exemplos (XXXII) e (XXXIII), temos a expressão de fatos para fazer referência a uma noção temporal mais vaga. Ao enfocar os termos nominais “representação” e “ato da praça”, o locutor intenciona dar mais ênfase a um determinado acontecimento do que à marcação temporal propriamente dita. São tais possibilidades oferecidas pela língua que permitem ao falante a expressão de conteúdos proposicionais os mais diversos possíveis.

Nos exemplos (XXXIV) e (XXXV), verificamos a ocorrência de uma expressão bastante recorrente em nosso *corpus*, que é a expressão “até hoje”, com pequenas variações de forma. De uma forma geral, o vocábulo “hoje” parece não expressar exatamente o dia em que o enunciado é produzido, mas tem a ver com a idéia de atualidade, tal como expresso no exemplo (XXXVI).

Algo semelhante ocorre com os exemplos (XXXVII), que utiliza a expressão “até agora” e (XXXVIII), com a expressão “até ao presente”, cujo comportamento sintático, assemelhando-se em grande medida aos já explorados em (XXXIV) e (XXXV), instanciam lexias complexas bastante produtivas em língua portuguesa.

Viaro (2006) também atestou a grande produtividade de expressões desse tipo:

“Também são comuns elementos lexicais com função dêitica. Para o dia específico de hoje se vale normalmente de ‘esta data’ ou ‘o presente’, já para mês ou ano atual, ‘o corrente’”.

No exemplo (XXXIX), a expressão “ATÉ 20 inclusive” enfatiza a inclusão do pólo final de uma estrutura, ou seja, o locutor dá grande relevo à inclusão do dia 20 no período de tempo expresso pela expressão “hoje 17 ATÉ 20 inclusive”. Ressaltamos que esse uso é enfático porque a perfilação do *até* já traz embutida em si a idéia de limite com inclusão do item final, no caso, o dia.

Vejamos mais alguns exemplos de uso do *até* em construções temporais não-correlatas:

(XL) O sr. conselheiro José Luciano de Castro tenciona demorar se na Anadia ATÉ principios do proximo mez.<> E-P-83-Jn-018 – 1895

(XLI) Sem duvida que os portuguezes são escravos - diz o articulista - mas escravos como os francezes e os inglezes, de um dever livremente assumido, com uma resolução que tambem eles estão dispostos a cumprir ATÉ ao fim. E-P-91-Jn-006 – 1917

(XLII) A anciedade da nova situação continua. ATÉ este momento nada sabemos com certeza da sua solução. Diz-se que não foi acceita a demissão ao ministerio. Falla-se em addiamento da camara. Alguns pressentem uma resolução mais benigna. Querem outros que as consequencias vão ATÉ á dissolução. Dillo-hemos francamente. Em taes circumstancias, não nos parece que haja conciliação, ou termo medio possivel; ou a queda do gabinete, ou a dissolução das côrtes. E-P-82-Je-001 – 1852

(XLIII) Os empre- | gados pedem, e instão pelo processo de responsa- | bilidade, e V. Ex. ATÉ a data desta nada tem | decidido, e os requerimentos desses empregados | achão-se em

perpetuo esquecimento, guardados e arquivados. - E-B-82-Je-001
- 1853

Nos exemplos anteriores, a partícula *até* introduz segmentos nominalizados não-correlativos para expressar a idéia de tempo. Assim, temos respectivamente as expressões “princípios do próximo mês”, “o fim”, “este momento”, “a dissolução”, “a data desta”.

Há, ainda, a possibilidade de expressarmos a idéia de tempo por meio de fenômenos da natureza, como “a noite”, em (XLIV) e “o pôr do sol”, em (XLV). Vejamos:

(XLIV) Dizem mais que se concede ao Almirante Sianivín o espaço, que vai ATÉ á noite para acceder a esta proposição; e quando não, os navios, que vierem ás nossas mãos, serão reputados prezas. E-B-81-Jn-006 – 1808

(XLV) Dom Pernely, que foi um dos companheiros de Bougainville nas suas viagens através dos mares, aí por 1700 e tal, observou entre outras coisas no Rio de Janeiro que as mulheres passavam o dia nas igrejas ATÉ o sol posto, vindo depois divertir-se e distrair-se, conforme era de seu pleno agrado. E-P-92-Je-004 – 1930

Por fim, devemos sublinhar a possibilidade de expressão do tempo por meio de partículas adverbiais, algumas de sentido originalmente locativo, como em (XLVII) e (XLVIII). Vejamos:

(XLVI) O Ibama e a Polícia Federal, | em operação que mobilizou | 70 agentes e fiscais e um he - | licóptero, entraram na reser- | va dos índios caiapós, na Ser - | ra do Cachimbo (PA), e des- | cobriram um sistema organi- | zado de retirada ilegal de | mogno, protegido por oito in - | dígenas armados com carbi- | nas calibre 22. ATÉ então, as- | bia-se que os índios eram co- | nivalentes, mas não que parti- | cipavam diretamente da ex- | ploração da mata. E-B-94-Jn-028 – 1998

(XLVII) Mas, a campanha pela industrialização do país, então iniciada, ultrapassou os negativistas, datando dêsse tempo os fundamentos da liberação do consumo interno, ATÉ então escravizado, à importação. E-B-93-Je-002 – 1955

(XLVIII) O sr. Goering, ATÉ aqui presi- | dente do Reichatag, ficou no no- | vo gabinete como ministro sem | pasta, tendo também ficado vaga | a pasta da Justiça, para a qual | provavel que seja designado um | membro do partido centrista. (...). E-B-92-Jn-001 – 1933

(XLIX) Ora é este homem - que há pouco mais de três anos era o cinzento adjunto do presidente de uma câmara, que ATÉ aí não se distinguira em lugar nenhum, que quase não conhecia Moscovo, que chegou ao Kremlin sem ter sido número um de coisa nenhuma, - que agora ocupa a Presidência da Rússia. E-P-95-Je-010 – 2000

Nos exemplos (XLVI) e (XLVII), o advérbio *então* desempenha um papel coesivo bastante marcante, já que anaforicamente pode se referir a grandes porções de texto. Nos exemplos (XLVIII) e (XLIX), como já apontamos anteriormente, as partículas que sucedem o *até* (*aqui* e *aí*, respectivamente), são originalmente advérbios locativos cuja função está gramaticalizada com o objetivo de também anaforicamente referir-se a um tempo determinado.

No exemplo (XLVIII), o vocábulo *aqui* expressa metaforicamente o presente momento. O advérbio em questão, primariamente locativo, portanto, de uma origem mais básica, no texto, passou metaforicamente a ser utilizado como um índice temporal.

Segundo Lakoff & Johnson (1980), essa transferência de domínios pode ser caracterizada como uma metáfora conceitual, que também é fruto do processo de gramaticalização. Como metáfora conceitual, ela passa a estruturar parte de nossa experiência cotidiana.

Essa metáfora é possível devido ao fato de o domínio espacial ser mais concreto que o domínio temporal. Por esse motivo, este último significado emerge do primeiro. Taylor (1992:141) afirma que conceptualizar o tempo com formas espaciais é próprio da experiência humana universal.

Pontes (1992:07) também corrobora nossas palavras:

“Seguindo as pegadas de Lakoff & Johnson (1980), vemos que as metáforas temporais não são esporádicas, mas sistemáticas. Não é um ou outro elemento isoladamente que é usado metaforicamente para indicar tempo, mas trata-se de procedimento normal que ocorre em quase todos os elementos, o que mostra que o próprio conceito de espaço é como que alargado para indicar tempo.”

A autora (1992:07) ressalta que “organizamos o espaço através da língua e (...) por um processo metafórico falamos do tempo com as mesmas categorias do espaço”. Assim, o

uso de aqui e aí, para fazer referência a noções temporais não são usos marginais, mas, ao contrário, são previstos pelo sistema que possibilita tais construções.

Agora, analisemos as construções temporais instanciadas pela partícula *até*, com referência ao modo de estruturação sintática. Vejamos:

Tabela 10 – Ocorrências do *até* temporal quanto à construção oracional

<i>Até</i> em construções temporais	
Em construções oracionais	13
Em construções não-oracionais	136

Fica claro por meio da análise do quadro acima que as construções não-oracionais instanciadas pela partícula *até* são muito mais numerosas que as construções oracionais, que somam apenas 8% das estruturas temporais.

Vejamos alguns exemplos de construções temporais oracionais:

(L) ; tudo isso obedece ao mesmo plano: rasgar folha a folha a constituição do paiz, ATÉ que o povo, seguindo-lhes o exemplo, entenda que não merece mais respeito um regimen que começa por se negar a si mesmo, calcando as suas disposições fundamentaes, e arroje par o monturo o governo que n'elle começara a despenhar-se. E-P-83-Je-009 – 1890

(LI) O sr. Antonio Joaquim Gonçalves Carneiro fez-nos, ainda, outras declarações, todas da maior oportunidade, ATÉ que o interrogamos. E-B-92-Je-001 - 1925

(LII) Nessa aventura não entra a honrada mesa do Senado. Os vales lá estão e lá ficarão ATÉ que o marechal ceda ás injucções da politica e o publico esqueça o escandalo.
E-B-92-Je-002 - 1928

(LIII) ATÉ que haja ordem contrária- obviamente liberada pela própria comunidade de informações- a palavra do Ministro jogou a última pá de cal sobre cova em que enterraram uma página da História do Brasil.
E-B-94-Je-004 – 1988

(LIV) Sem nos propormos fazer a historia da parochia, ou da egreja, devemos comtudo dizer que aquella teve começo em o

anno de 1551 na igreja do Loreto; passou depois para a ermida do Alecrim, ATÉ que a condessa de Poutevel fez edificar em 1698 a antiga igreja dedicada a Nossa Senhora da Encarnação. E-P-83-Jn-007 – 1873

(LV) Sendo bem succedida no primeiro ensaio, ella renovou al- / gumas vezes sua acção infame, ATÉ que foi apa- / nhada em flagrante e entregue á policia. - E-B-81-Jn-022 -1838

(LVI) Deve continuar-se a guerra ATÉ que o Chili modere as suas pretensões ou deve negociar-se a paz? E-P-83-Jn-011 – 1881

(LVII) O Soberano da Servia accompa/nhou o seu povo em todos os seus/ sacrificios e muito contribuiu para/ a victoria, com a sabia e patrio/tica direcção que soube dar aos ne/gocios publicos, ATÉ que o seu pre/cario estado de saúde o obrigou a/ entregar as redeas do governo ao/ Príncipe Regente, seu filho./ E-B-91-Jn-020 – 1920

(LVIII) Roga aos seus amigos e conhecidos suspendão o seu juizo ATÉ que legalmente demonstre seu illibado character. = @dLisboa 28 de dezembro de 1837.@d . E-P-81-Ja-002 – 1837

(LIX) Muitos dos meus clientes tinham problemas ATÉ que se decidiram a vir falar comigo.
E-P-95-Ja-001 – 1975

Todas as ocorrências acima apresentam orações introduzidas por *até que*, pelo visto, as mais produtivas. Afinal, entre as construções oracionais temporais, apenas três não são expressas por meio dessa forma composta, com valor conjuncional. Todas essas orações podem ser consideradas adverbiais temporais.

Segundo Gili y Gaya (1955:287), a missão essencial das orações subordinadas adverbiais temporais é a de situar temporalmente a ação principal em relação com a subordinada. Nessa relação, pode ser que os tempos verbais sejam insuficientes para expressar alguns matizes de tal relação. Os advérbios, nesse caso, encarregam-se não só de assinalar que a relação existe, como também de indicar se as ações expressas são simultâneas ou sucessivas, e se a relação é mediata, imediata ou reiterada. Note-se a diferença que existe entre as diferentes orações:

(175) *Quando* falava, caçoava das pessoas. → simultaneidade.

(176) *Logo que* falou, caçooou das pessoas. → sucessão imediata.

(177) *Depois que* falou, caçooou das pessoas. → sucessão mediata.

(178) *Sempre que* falava, caçoava das pessoas. → reiteração.

Na fixação dos matizes temporais, concorrem em cada caso o aspecto da ação e a natureza perfeita ou imperfeita do tempo verbal empregado. Esses fatores podem modificar o sentido geral dos advérbios conjuntivos.

A simples sucessão de anterioridade se expressa por antes que; a posterioridade por depois que. O ponto de partida do tempo subordinado é expresso por desde que. Por fim, até que indica o término do tempo subordinado, como pudemos verificar no exemplário acima, extraído do *corpus*.

Mateus *et alii* (2003:722-723) também exploram minuciosamente a estrutura interna da oração temporal. Segundo as autoras, a estrutura de tais orações depende do tipo de conector que a inicia:

(a) conectores como *quando* ou *enquanto*;

(b) conectores de base adverbial: *agora que*, *logo que*, *sempre que*, *assim que*, *antes que/de*, *depois que/de*;

(c) conectores de base prepositiva: *desde que*, *até que*;

(d) conectores correlativos: *mal... (logo)*, *apenas... logo*;

(e) locuções conjuncionais de base nominal: *no momento em que*, *na altura em que*, *todas as vezes que*, *cada vez que*.

Com relação às chamadas orações reduzidas, Mateus *et alii* (2003:725) afirmam que elas “têm uma função de localização temporal subsidiária da localização temporal da oração de que dependem”. Vejamos um exemplo de nosso *corpus*:

(LX) Não se tendo efetuado a arrematação da Sumaca Santa Rita, que / corre no Juízo da Ouvidoria da Alfandega, por terem entrado as ul- / timas férias; fas-se publico que a mesma contiúa a correr as Praças / ATÉ ser arrematada, nas terças e sextas feiras, na Caza de residencia do Dezembargador Nabuco, rua do Lavradio. - E-B-81-Ja-065 – 1821

No exemplo acima, temos uma oração subordinada adverbial reduzida de infinitivo introduzida pela partícula *até*. Há alguns estudiosos que discordam da análise aqui realizada pelo fato de considerarem as orações reduzidas como totalmente desprovidas de qualquer conectivo; entretanto, preferimos concordar com Mateus *et alii* (2003), que consideram desenvolvidas apenas as orações introduzidas por conectivo conjuncional prototípico.

As autoras também exploram a carga semântica dos conectores temporais em termos aspectuais. Vejamos:

“As orações temporais com infinitivo flexionado podem ser iniciadas por *ao*, *até*, *depois de*, *antes de*; *ao* exprime normalmente a simultaneidade; *depois de*, *antes de* exprimem a sucessividade; *até* significa o limite temporal.” (Mateus *et alii*, 2003:725) – grifos nossos

Vemos que Gili y Gaya (1955) e Mateus *et alii* (2003:725) concordam no tocante à carga semântica do *até* na função de ligar orações temporais. Para os autores, essas orações exprimem um matiz bem específico se comparada às orações temporais mais prototípicas introduzidas pela partícula *quando*.

Há, ainda, outras configurações possíveis, como as que seguem:

(LXI) A audacia destes *infames* / *rebeldes* tinha chegado ao seu *zenith*, e / era por tanto indispensavel, ou que pe- / lo menos fossem expulsos, ou que então / ditassem a lei, **ATÉ** quando novas forças / me impedissem. E-B-81-Je-002 – 1822

(LXII) O Banco Central vai fixar | uma nova taxa de câmbio, que se | manterá fixa **ATÉ** o governo en - | tenda ser conveniente outro rea- | juste. E-B-94-Jn-016 – 1986

No exemplo (LXI), temos um conectivo oracional composto (*até quando*) que se assemelha funcionalmente ao prototípico “*até que*”. Acreditamos tratar-se de variantes entre si. Apesar de ter sido registrada como única ocorrência apenas na primeira metade do século XIX e não ter sido mais encontrada em nosso *corpus*, acreditamos que essa partícula composta (“*até quando*”) ainda seja produtiva em língua portuguesa.

Por fim, no exemplo (LXII), temos uma construção bastante especial, também única no *corpus*, por conta da elipse do *que* logo após a partícula *até*. Esse uso justifica-se pelo fato de já haver a ocorrência do *que* como pronome relativo na oração adjetiva introduzida pela vírgula. Trata-se, portanto, de uma forma de evitar a repetição enfadonha do *que*. Mateus *et alii* (2003:620) nos dá conta de tal uso:

“No modo escrito, em registros formais, quando num enunciado existem várias formas *que*, pode ocorrer a supressão do complementador introdutor de uma completiva no conjuntivo”.

Segundo a tabela 8, o *até* com valor temporal foi perfilado quantitativamente em maior número nos anúncios e notícias do *corpus*. Juntos, esses gêneros reuniram 123 ocorrências do *até* temporal, ou seja, 82% das ocorrências.

Esse número bastante expressivo de ocorrências pode estar ligado à própria estrutura interna de tais gêneros. Sendo o editorial um texto que reflete a opinião do veículo de comunicação e tendo caráter mais lógico e argumentativo, é natural que seja menos marcado por relações temporais limítrofes explícitas, expressas pela partícula *até*.

Anúncios e notícias, por outro lado, costumam caracterizar-se geralmente pela marca temporal ao limitar o período de oferta de um determinado produto ou serviço (no caso dos anúncios) e ao expressar a época em que determinado fato ou acontecimento ocorreu (no caso das notícias).

Assim, resta-nos analisar as construções instanciadas pelo chamado *até* nocional, cujas características serão explicitadas a seguir.

7.3. *Até* em construções nocionais

Ao encetarmos a análise de nosso *corpus*, verificamos que houve a ocorrência de 78 instâncias do item *até* em construções que se distanciam do eixo espaço-temporal, o que corresponde a 29,1% de todas as ocorrências do *até*.

A essas construções, mais numerosas que as construções espaciais, geralmente perfiladas pelo *até* de caráter adverbial, demos o nome de *construções nocionais*, inspirando-nos na teoria tripartite proposta por Pottier (1976). Assim, *grosso modo*,

englobamos sob o rótulo de *construções nocionais* toda uma gama de ocorrências do *até* que expressa idéias diferentes, mas aparentadas entre si, cuja semelhança maior encontra-se na expressão da idéia de limite.

Assim, tomamos o termo *noção*, numa acepção bastante próxima à idéia de *qualidade*, constante na teoria desenvolvida por Heine *et alii* (1991:49). Vejamos:

“A categoria QUALIDADE é a mais difusa de todas as entidades. Provavelmente as pesquisas futuras estabelecerão que ela forma um tipo de ‘recipiente’ para várias conceptualizações bastante divergentes”⁶⁶.

Vejamos o quantitativo de ocorrências:

Tabela 11 – Total de ocorrências do *até* em construções nocionais

		Editoriais	Anúncios	Notícias	Total
Século XIX	Brasil	07	07	05	19
	Portugal	12	01	07	20
Século XX	Brasil	04	16	06	26
	Portugal	07	04	02	13
Total		30	28	20	78

As construções nocionais instanciadas pela partícula *até* foram analisadas segundo o parâmetro da noção semântica: inclusiva ou não-inclusiva. Por ser este um parâmetro bastante abrangente, optamos por analisar a constituição sintática (oracional ou não-oracional, correlativa ou não-correlativa) ao longo desse mesmo parâmetro. Vejamos o quantitativo de construções nocionais quanto ao critério escolhido:

Tabela 12 – Ocorrências do *até* nocional quanto ao aspecto inclusivo

<i>Até</i> em construções nocionais	
Em construções nocionais inclusivas	55
Em outras construções nocionais	23

⁶⁶ “The category QUALITY is the most fuzzy of all these entities. It is likely that future research will establish that it forms a kind of catchall for a number of quite divergent conceptualizations”.

De acordo com Pereira *et alii* (2004:49), os primeiros registros do uso do *até* com a idéia de inclusão datam do século XVI, não havendo, portanto, documentação de tal uso em sincronias anteriores.

Esse, certamente, é um forte indício da gramaticalização do *até*, que nesses casos, geralmente traz a idéia de escalaridade implícita, em um tipo de processo tipicamente argumentativo. Vejamos um exemplo:

(LXIII) Os Francezes em Domingo de ramos chegarão a Muros em número de setecentos; e sendo informados que os seus moradores se propunhão a sublevar-se, lançarão fogo a duzentas e sete casas, violarão as mulheres, e matarão a quantos encontrarão; e finalmente saquearão e destruirão tudo, e ATÉ o Templo da Virgem do Caminho supportou duas descargas. E-P-81-Jn-012 – 1811

No exemplo acima, vemos a narração de um atentado praticado por franceses contra a cidade de Muros, em Portugal. Segundo o locutor da notícia, tudo foi arrasado. A destruição é apresentada por meio de uma série de atrocidades: lançaram fogo a 207 casas, violaram as mulheres da vila, mataram vários moradores e *até* o Templo da Virgem foi bombardeado.

O uso do *até*, no contexto acima, afasta-se dos usos preposicionais prototípicos de espaço e tempo para abarcar um novo uso mais inovador em relação aos demais. O *até* é utilizado em uma estrutura escalar, servindo para marcar a inclusão de um último dado, por vezes, o de maior importância na ordem dos acontecimentos. É nesse sentido que sua força textual argumentativa é realçada. Essa idéia de escalaridade é ainda mais explícita nos exemplos abaixo:

(LXIV) Com effeito promoveram-se desavenças, nasceram inesperados obstaculos; mas não por parte de Hespanha, e por isso como pôde irrogar-se-nos a accusação de apresentar exigencias injustas - em que se fundará essa arguição produzida precisamente pelo governo que promoveu o letigio, as dificuldades e ATÉ a aggressão? E-P-82-Jn-008 – 1841

(LXV) Foram estes que, terminada a busca que fizeram a toda a casa, abrindo e despejando gavetas (deixaram tudo num completo

reboleço, saíram primeiro da casa, ficando o «chefe» a vigiar a vítima, que estava deitada na cama, atada com os lençóis e com um pijama do marido, uma gravata e, ATÉ, com a sua própria camisa de dormir, que os gatunos lhe despiram para a amarrarem melhor. E-P-94-Jn-004 - 1971

(LXVI) VULCAR é a maravilhosa espuma de plástico, ex- | traordinariamente leve, porosa, flexível e de grande | durabilidade , que pode ser facilmente cortada, co- | lada, costurada, soldada e ATÉ estampada. (...) Super confortável, indeformável, higiênica e analérgica, | VULCAR não é afetada por ácidos, solventes ou deter- | gentes. Pode ser lavada e ATÉ esterilizada a altas tem- | peraturas. E-B-93-Ja-034 – 1960

Nos excertos acima, a partícula *até* serve para marcar o pólo extremo de uma ordenação escalar. No exemplo (LXIV), o termo “*agressão*” é posto no final de uma gradação explícita. O mesmo ocorre no exemplo (LXV) que aborda como último elemento da escalaridade a “*camisa de dormir*”.

Na linguagem sensacionalista presente em alguns veículos da mídia, como vemos no exemplo (LXV), o redator aborda na notícia como pólo escalar extremo o que é excêntrico, ou seja, o fato de a vítima ter sido amarrada com a sua própria camisa de dormir. Dessa forma, atinge-se a idéia de um limite virtual que comporta uma ação praticamente absurda ou, no mínimo, inesperada.

Por fim, no exemplo (LXVI), as boas qualidades do produto anunciado são citadas, como é próprio ao gênero textual *anúncio*. Ao afirmar que a espuma de plástico pode ser “até estampada” e “até esterilizada”, o anunciante quer fazer com que o consumidor se admire por conta das potencialidades do produto. Ou seja, a durabilidade e a praticidade alcançam limites não verificados em outras espumas de plástico.

Na ocorrência de *até* do exemplo (LXVI), vemos que surge de forma relativamente explícita a emergência de um valor semântico secundário do *até*, que é a idéia de contra-expectativa. De fato, ao afirmar que o produto pode ser estampado e esterilizado, o propagandista parte do princípio de que tais qualidades não são esperadas pelo consumidor em um produto daquela natureza. Assim, ao explorá-las, ele faz com que o comprador em potencial fique impressionado e opte pela marca. Sem dúvida essa é uma estratégia bastante recorrente em anúncios.

Segundo Pires (1999:54), “o percurso da partícula *até* na língua portuguesa revela uma progressiva abstratização de sentido, caminhando dos valores mais concretos de espaço e tempo para valores de inclusão ou pressuposição ligada a ‘subentendidos existentes no contexto’”. E a autora exemplifica:

(179) Fizemos várias coisas. *Até* andamos a cavalo, lembra? → Idéia de inclusão.

(180) Eu não me dava bem com a família deles que *até* moram aqui na Penha mesmo. (pressuposição: famílias que moram no mesmo bairro devem se dar bem).

Vejamos outros exemplos do uso do *até* em construções nocionais inclusivas:

(LXVII) Bem lembrados devem estar ainda do fim tragico de Bradsky, da catastrophe que pos((SIC)) termo á vida do mallogrado Severo do perigo que ia custando a existencia a Santos Dumont, e ATÉ da viagem aerea do pobre Belchior e seus dois companheiros, do Porto, de que não voltaram mais! (...) De modo que a cura pelo balão, e os possiveis beneficios medicos que a moderna aviação nos ha de trazer, contra o que seria para esperar, estão muito longe de constituir uma therapeutica @iarte nova@i. Tem ATÉ a fronte arrugada e as veneraveis cãs dos longos annos. E-P-91- Je - 001 – 1910

(LXVIII) Mães com imaginação ATÉ podem inventar as historietas delicadas e construtivas que a criança jamais esquecerá. E, deste modo, a atenção das crianças será retida por aquilo que, parecendo banal, tem uma importância imensa na formação da sua personalidade. E-P-94-Jn-002 – 1970

(LXIX) Deixou varios embrulhos com os ordenados dos criados, e com o costumado para as despesas do dia seguinte - e dispondo e arranjando seus papeis, entre os quaes ATÉ os da Companhia de que era Sargento no corpo do Commercio. E-P-81-Jn-020 – 1822

(LXX) Os officiaes em commissão e disponibilidade nesta divisão, contam já o atrazo de um mez, pois ainda não receberam o mez de Janeiro, cujo pagamento se concluiu em Lisboa no dia 18 do passado, e aqui ATÉ ás classes inactivas se pagou já. É para notar tão injusta excepção. E-P-82-Jn-002 – 1852

No exemplo (LXVII), vemos dois usos do *até* aparentados entre si, mas com nuances semânticas ligeiramente distintas. Na primeira ocorrência do *até*, é visível a idéia

de escalaridade. Ao abordar tragédias aéreas, o locutor inclui como final de uma relação a morte do Pe. Belchior e de dois companheiros, citados pelo texto. Há, portanto, uma idéia de limite realçada pela presença de dois extremos marcados no texto.

Por outro lado, ainda no exemplo (LXVII), mas na segunda ocorrência do *até*, a idéia de escalaridade é completamente obscurecida. Na verdade, temos um uso inclusivo do *até* que não visa a cotejar elementos textuais, distanciando-se, nesse sentido, do uso explorado na primeira ocorrência no texto.

No exemplo (LXVIII), encontramos uma outra nuance de uso sintático do *até*. Chama-nos a atenção o fato de a partícula *até* poder ser deslocada sem prejuízo semântico. Assim, poderíamos dizer “*Mães com imaginação ATÉ podem inventar as historietas delicadas e construtivas que a criança jamais esquecerá*” ou “*Mães com imaginação podem ATÉ inventar as historietas delicadas e construtivas que a criança jamais esquecerá*”. Parece que essas não são as únicas possibilidades de alteração na configuração sintática da sentença, mas são suficientes para provarmos também a multifuncionalidade sintática do item *até*.

Nos exemplos (LXIX) e (LXX), temos mais exemplos do uso inclusivo de *até*, que também perspectivizam um universo diverso do espaço-temporal, o que reforça nossa hipótese de gramaticalização do *até*, nos termos de Paul Hopper (1991), já que atestamos, por meios empíricos, a existência de novas camadas, o que não necessariamente elimina a existência das mais antigas, no caso, as instanciações espaciais e temporais do item.

Observamos em nosso *corpus* de análise outros usos bastante interessantes do *até*. Vejamos alguns deles:

(LXXI) Para cadastrar-se e usar o *ZipMail*, basta que você tenha a possibilidade de utilizar qualquer computador | conectado à internet: na escola, na faculdade, no trabalho, na casa de um amigo, no hotel em que | você estiver hospedado, ATÉ mesmo em outro país. E-B-94-Ja-011 – 1998

(LXXII) Quanta gloria vos não cabe, ó Pó- | vos, ó Tropa de S. Paulo; quanta glo- | ria não mereceis, quando além de que | dificuldades, que vencestes, ainda acre- | ce vosso desinteresse, e ATÉ mesmo vos- | as constancia em *sofreres ingratidões*, | apesar das quaes sempre sois promptos | em as ocasiões! - E-B-81-Je-003 – 1822

(LXXIII) As obras | do Estado da Guanabara, segundo o | parlamentar, "foram abruptamente | paralisadas, ATÉ mesmo as prioritá- | rias, e outras estão tendo o início re- | tardado. E-B-93-Jn-012 – 1972

Nos exemplos acima, ainda com valor inclusivo, percebemos o uso do *até* em lexias complexas, mais especificamente, na expressão “*até mesmo*”. Nesses casos, o valor inclusivo se mantém se substituirmos toda a expressão “*até mesmo*” por “*inclusive*”. O uso do vocábulo *mesmo* nos exemplos acima desempenha a função de enfatizador da força semântica da partícula *até*.

Ainda merece menção especial um outro uso do *até* inclusivo, que tem a ver com estruturas equativas. Vejamos:

(LXXIV) O peixe-boi fornece uma série/ variadíssima de conservas./ Valendo ATÉ como um verdadeiro/ "presunto do mar"./ E-B-92-Jn-011 – 1940

(LXXV) A lâmina ATÉ parece | uma pluma ! Faz | barba sem ardor ... | sem irritação ! E-B-93-Ja-021 – 1955

No exemplo (LXXIV), a “conserva de peixe boi” é comparada a “presunto do mar”, por suas características gastronômicas e pela qualidade da carne. No exemplo seguinte, a lâmina é comparada a uma pluma, que na linguagem da propaganda, quer denotar a idéia de leveza, suavidade e conforto.

Em ambos os exemplos apresentados, devemos afirmar que não é o *até* propriamente dito que acarreta a idéia de comparação, mas o advérbio *como* e o verbo *parecer*, respectivamente. Aliás, o próprio *até* poderia ser descartado nos exemplos (LXXIV) e (LXXV), sem grande prejuízo sintático ou até mesmo semântico para os contextos analisados. Entretanto, reconhecemos no *até* um valor pragmático bastante importante de conferir ênfase ao termo precedente, no caso, ao peixe-boi e à lâmina, respectivamente.

Certamente, são possíveis muitas outras nuances secundárias e até terciárias dentro da idéia de inclusão, mas cremos que as apresentadas acima já sejam suficientes para expressar a gama de diferentes usos semânticos que são possíveis por meio do *até*.

Cabe, agora, analisarmos outras construções que não necessariamente excluem sempre a idéia de inclusão, mas apresentam outros valores semânticos diversos. Tais construções incluem 23 ocorrências diversas, que serão apresentadas a seguir:

Tabela 13 – Ocorrências do *até* nocional quanto aos valores semântico-pragmáticos

<i>Até</i> em outras construções nocionais	
Limite de situação	10
Limite numérico de quantidade	04
Limite numérico de prestação	04
Limite numérico de valor monetário	02
Limite numérico de idade	02
Limite numérico de altura	01
Total de ocorrências	23

Optamos pela tipificação acima por ser mais pormenorizada, todavia, poderíamos ter como parâmetro definidor a idéia de mensurabilidade. Assim, teríamos 10 ocorrências do *até* em construções não-mensuráveis, equivalente à idéia de “limite de situação” e 13 ocorrências em construções mensuráveis, que são as que recobrem as cinco últimas divisões do quadro apresentado.

Vejamos algumas ocorrências do *até* em construções que denotam limite de uma situação, ou seja, que estão presentes em gradações qualitativas:

(LXXVI) A notícia de que a Liga/ das Nações não mais tratará do assunto, significa a inutilidade de um tribunal interna-cional, quando os homens cégos/ pelo odio, se obstinam em fazer/ guerra, **ATÉ** o esgotamento dos/ dois adversarios. E-B-92-Jn-004 – 1935

(LXXVII) Querem outros que as consequencias vão **ATÉ** á dissolução. Dil-o-hemos francamente. Em taes circumstancias, não nos parece que haja conciliação, ou termo medio possivel; ou a queda do gabinete, ou a dissolução das côrtes. E-P-82-Je-001 – 1852

(LXXVIII) A republica falta, pois, escandalosamente, ao seu compromisso/ de concertar as finanças do império; e de modo ingudito tem/ piorado a situação financeira do/ paiz, levando-o de erro em erro,/ de crise em crise, ATÉ á vergo/nha da bancarrota imminente./ (...) - E-B-91-Jn-006 – 1909

Nos exemplos citados, percebemos o uso do *até* para expressar o pólo de uma gradação não mensurável, ou seja, a partícula é usada para marcar o fim de uma gradação que tem como término um termo nominalizado.

Fica bastante explícita, nos exemplos (LXXVI), (LXXVII) e (LXXVIII), a idéia de limite emanada da partícula em destaque. Esse valor semântico não foi apagado, apesar de o *até* ter sofrido um processo de transferência metafórica interdominial (espaço < tempo < noção/qualidade/texto).

Conforme verificamos nas seções 6.1 e 6.2 de nossa pesquisa, a idéia de limite é perene nas construções espaciais e temporais instanciadas pelo *até*. Esse valor semântico, por ocasião do fenômeno da *persistência* (cf. Hopper, 1991), foi mantido apesar dos estágios de gramaticalização pelos quais passou o *até*. Assim, mais uma vez fica debilitada a teoria que preconiza perdas por conta da gramaticalização.

No exemplo (LXXVI), o “esgotamento dos adversários” é tido como o limite para a guerra. No exemplo seguinte, o limite é a “dissolução”. Por fim, no exemplo (LXXVIII), a partícula *até* serve para marcar o final de uma crise que é denominado como “a vergonha da bancarrota iminente”.

Os usos não mensuráveis do *até* nocional também podem perfilar construções oracionais. Vejamos:

(LXXIX) Agora bradam e clamam ATÉ se aturdirem a si proprios, que o governo portuguez fez @imais@i do que devia fazer, e que a honra que vem para Portugal do tratado e regulamento do Douro, foram @Grãas Cruzes@i para os ministros portuguezes. E-P-82-Je-005 – 1841

(LXXX) Depois disto, seguimos a nossa | vida primitiva, ATÉ que entende- | mos, em lingugem comumm, di- | zer ao publico fluminense, quem | era o ministro da justiça, o Sr. Ma- | noel Pinto de Souza Dantas. | (...) - E-B-83-Je-008 - 1881

A construção oracional pode ser estruturada tanto por meio da locução *até que* (exemplo LXXX) quanto pelo *até* simples (LXXIX). Em ambos os casos os sujeitos são co-referenciais. A diferença está na forma do verbo. No primeiro exemplo, o verbo *atundir* apresenta-se no infinitivo flexionado; no segundo, no presente do indicativo.

Também é possível que tais construções sejam correlatas, ou seja, que apresentem duas partículas descontínuas, sendo uma delas o *até*. Vejamos:

(LXXXI) Cada detalhe foi muito bem elaborado e | executado para sua comodidade e conforto. Desde os espaços e a exposição dos produtos | ATÉ a iluminação e os equipamentos utilizados. E-B-94-Ja-019 – 1998

(LXXXII) A proibição do comício no Colyseu; a proibição do cortejo á estatua de Camões; a proibição do cortejo ao tumulto de Vasco da Gama; a dissolução da Associação Academica; a proibição da reunião da Escola Polytechnica; a dissolução da camara municipal de Lisboa; as eleições realizadas em toda a provincia por pressões de toda a natureza, desde a corrupção pelo suborno ATÉ á coacção pela força. E-P-83-Je-009 – 1890

Em ambos os casos, a correlação é estabelecida por meio do par *desde...até*, que pode englobar tanto elementos concretos (equipamentos) como elementos abstratos (coação, exposição etc.).

Um uso especial do *até* nocional correlativo merece destaque em nossa análise, já que espelha a riqueza de construções possíveis em nossa língua. Vejamos:

(LXXXIII) Caixa Economica||A caixa economica da Associação Perseverança – Brasileira, garantida pelo governo imperial por sua imediata fiscalisação.|Recebe dinheiro|em deposito desde Um Mil Reis ATÉ a maior quantia que se quizer depositar, abonando annualmente 50 % dos lucros liquidos aos seus depositantes, além dos juros da tabella, na forma dos estatutos. E-B-83-Ja-012 – 1881

Como pudemos verificar, o *até* instancia um valor mensurável (“um mil réis”) com outro não-mensurável (“a maior quantia que se quizer depositar”). Optamos por incluí-lo no grupo das construções não-mensuráveis pelo fato de o *até* introduzir o termo qualitativo, ou seja, o não-contável.

Outra citação que merece destaque é a que segue, no exemplo (LXXXIV). Segundo nossa análise há a possibilidade de uma interpretação dúbia, devido à configuração sintática da construção. Vejamos:

(LXXXIV) Não foram os prantos dos honrados colegas nem pelas victimas que tombaram atravessadas pelas balas da policia, nem pela miseranda condição deste povo, tosquiado ATÉ a pelle, e que já não acha que tirar ao pão dos filhos, ou aos andrajos da mulher para satisfazer ao fisco dos srs. Martinho & C. - - E-B-91-Je-001 1901

No exemplo acima, a construção “*até a pele*” poderia denotar, *a priori*, a existência de uma construção espacial, entretanto, vemos que a expressão quer expressar o limite a que chega a exploração do povo, que se torna progressivamente cada vez mais miserável. De qualquer forma, partindo da teoria dos protótipos, nosso objetivo não é esgotar a outra possibilidade de análise, que também é verossímil. Esse pode ser mais um dos casos em que há a natural intersecção de domínios diferentes da experiência humana.

Outro exemplo que merece ser destacado é o que vem a seguir. Nessa construção, o *até* instancia uma gradação *ipsis litteris*, alcançada pela presença do verbo *escurecer* em sua forma gerundiva. Vejamos:

(LXXXV) Vita-cor@b restitue em poucos dias, aos cabelos brancos ou grisalhos a sua cor primitiva. Á 5º((SIC)) aplicação notam-se já os seus efeitos colorantes; à 10º((SIC)) o cabelo toma um tom natural que daí por diante vai escurecendo ATÉ ao preto. E-P-93-Ja-015 - 1950

Como vimos, o uso nocional do *até*, como limite de situação, é o que se depreende de exemplos que supõem um *crescendum* ou um *decrescendum* de alvura, textura, elegância, nível social, que pode ter uma base referencial natural ou simplesmente valorativa. No caso acima, há um *crescendum* por conta do escurecimento dos cabelos de quem compra e utiliza o produto anunciado pelo texto.

Além do limite de situação expresso pelo *até* nocional, temos outras formas de uso, que têm a ver com quantidades mensuráveis. Afinal, a estrutura (*desde/de x*) *até y* também ocorre com termos que não se circunscrevem exclusivamente ao plano espaço-temporal. Nesse sentido, é possível observar gradações numéricas, escalas e numerações

convencionais de outras ordens. Trata-se de noções passíveis de quantificação como preço, comprimento, altura, profundidade, idade, peso, etc.

Entre tais usos, começamos a destacar as construções que expressam limite numérico de uma dada quantidade. Vejamos:

(LXXXVI) Este estabelecimento mudou-se da rua | da Assembléa n. 16, para a mesma rua | n. 30. Com melhores commodos, esse edi- | fício dá á directora occasião de desenvol- | ver o seu programma. Ella recebe pen- | sionistas ATÉ o numero de 30, meias-pen- | sionistas ATÉ 20, e externas segundo a | capacidade das salas, que se estão aprom- | ptando. E-B-82-Ja-009 – 1850

(LXXXVII) Carburador duplo «compound», não necessitando afinações especiais; oferece um elevado rendimento e arranque suave... além de uma rápida aceleração, ATÉ velocidades superiores a 160 km/h. E-P-94-Ja-010 – 1965

Outro valor numérico a que o *até* pode se associar é o que instancia a noção de prestações, típica dos anúncios de produtos, entre eles, eletrodomésticos e outros utensílios. Vejamos:

(LXXXVIII) As melhores condições de pagamento em ATÉ 12 vezes, | com ou sem entrada. | * Aceitamos todos os cartões de crédito (...)* As melhores condições de pagamento, em | ATÉ 8 vezes (1+7) com cheques pré-datados. * Aceitamos todos | os cartões de crédito, parcelando em ATÉ 12 vezes. (...)* As melhores condições de pagamento, em ATÉ | 8 vezes (1+7) com cheques pré-datados. Parcelamos em | 12 vezes em todos os cartões de crédito. E-B-94-Ja-020 – 1998

O valor numérico ainda pode ser estabelecido por meio de valores monetários, como os que seguem:

(LXXXIX) Deseja-se arrendar uma com jardim, um pouco isolada que tenha 12 divisões ou uma pequena propriedade, ATÉ 150\$000 réis ao anno, para os lados de Luz, Bemfica((SIC)) ou perto do carro electrico.
E-P-91-Ja-017 – 1910

(XC) Nas contas cor- | rentes das pessoas, só ATÉ um | limite de NCz\$ 50.000,00 será | convertido em cruzeiros, que | poderão ser usados normal- | mente. E-B-94-Jn-022 - 1990

Por fim, encontramos, ainda, ocorrências do *até* fazendo referência a idade e a altura, que também são estabelecidos por quantidades numéricas. Vejamos:

(XCI) Ensino Mixto: Internato, semi-internato e externato para meninas e meninos ATÉ 10 annos.| Curso para meninos externos, completamente a parte| Rua Mariz e Barros *número* 55| Capital Federal| O estabelecimento acha-se á disposição das familias que o quizerem vezitar. - E-B-83-Ja-086 – 1897

(XCII) Promoção válida também para os Aerobarcos com saídas de hora em hora. Crianças ATÉ 10 anos não pagam. E-B-94-Ja-004 – 1998

(XCIII) Humboldt em 1802 subiu no Chim / borazo ATÉ 5872^m. Em 1832, Boussin / graut, na mesma montanha chegou a / altura de 6000^m. E-B-83-Jn-029 - 1878

Todas as ocorrências apresentadas acima tendem a comprovar nossa hipótese de que a partícula *até*, por conta de sua multifuncionalidade, tende a estar incluída num processo de gramaticalização ainda em curso, revelando um considerável grau de vitalidade.

Verificamos por meio da tabela 11 que um número ligeiramente maior de ocorrências do *até* nocional foi encontrado nos anúncios e editoriais. Juntos somam 58 ocorrências, ou seja, 74% dos usos do *até* nocional.

Conforme vimos argumentando ao longo de nossa pesquisa, tal constatação pode estar ligada ao fato de os editoriais serem textos de caráter mais argumentativo; afinal, os usos do *até* nocional, sendo diversos do domínio espaço-temporal, serviriam para o estabelecimento de relações mais lógicas. Quanto aos anúncios, verificamos que o *até* nocional foi utilizado mormente em sua função adverbial, especialmente nos casos de superlativização ou de gradação crescente, com o intuito de realçar positivamente características de produtos ou serviços anunciados.

A existência de construções com valor espacial, temporal e nocional nos faz incluir o item pesquisado na escala proposta por Heine *et alii* (1991) com certa tranquilidade, situando teoricamente a mudança pela qual o *até* vem passando.

A abrangência de nossos critérios, contudo, não nos eximiu de encontrarmos alguns casos de difícil classificação. Tais casos, chamados nesta pesquisa de “*construções de difícil classificação*”, não exibem a transparência dos outros casos já analisados.

Certamente eles estão entre os casos fronteiros que são próprios de uma categorização de base prototípica. Essas construções serão examinadas a seguir e posteriormente, em um outro trabalho que não esse, analisadas com maior rigor.

Optamos, também, por alocar os possíveis arcaísmos na seção seguinte, já que não achamos prudente, por ora, caracterizá-los, com certeza, como usos já não correntes na língua. Assim, seriam também casos de difícil classificação por não estarmos totalmente instrumentalizados para esse tipo de análise, que é mais profunda.

7.4. *Até* em construções de difícil classificação

Como vimos apontando, não será nosso objetivo esgotar uma classificação para as ocorrências do *até* em nosso *corpus*. Definitivamente, não é essa a nossa pretensão. Ao contrário, nós nos valeremos da casuística para propor uma análise ao menos verossímil para essas vicissitudes da língua.

Após análise das 268 ocorrências do *até* em nosso *corpus*, encontramos 06 instâncias do item nessas condições de difícil classificação. Vejamos:

Tabela 14 – Total de ocorrências do até em construções de difícil classificação

		Editoriais	Anúncios	Notícias	Total
Século XIX	Brasil	01	-	-	01
	Portugal	01	-	-	01
Século XX	Brasil	01	01	-	02
	Portugal	01	01	-	02
Total		04	02	-	06

Como são poucas ocorrências, vamos analisar uma a uma, segundo a base teórico-metodológica adotada nesta pesquisa. Vejamos:

(XCIV) Porem; como se diz nas traducções mal feitas das peças francezas, o Exito embriaga, e está para apparecer o primeiro triumphador, desde Cromwell ATÉ ao sr. Magalhães Lima, que não goste de o dizer a si proprio. E-P-83-Je-002 – 1900

A construção do exemplo (XCIV) revelou-se de difícil classificação por não ficar clara a instanciación do *até*. A correlação instituída pelo segmento “*desde Cromwell ATÉ ao Sr. Magalhães*” pode nos conduzir a duas interpretações igualmente plausíveis.

Em primeiro lugar, podemos ver tal construção como uma perfilação espacial do *até*. “*Desde Cromwell ATÉ ao Sr. Magalhães*” pode denotar uma espécie de espaço abstrato, cujos pólos são dois triunfadores, segundo o texto. De acordo com essa interpretação, o texto poderia ser entendido como algo do tipo: “*Todos nós somos humanos – desde o papa até o mais humilde dos cristãos*”. Nesse sentido, os pólos da correlação devem ser interpretados dentro de um mesmo tempo.

Por outro lado, percebemos que há a possibilidade igualmente plausível de interpretarmos o segmento correlativo segundo uma visão temporal. Afinal, “*desde Cromwell ATÉ ao Sr. Magalhães*” pode expressar um período de tempo que leva em conta duas épocas diferentes representadas por dois indivíduos. De acordo com essa segunda interpretação, o texto poderia ter sentido idêntico a algo do tipo: “*Desde o primeiro presidente até o atual o Brasil vive em dificuldade*”. Segundo essa interpretação, os pólos da correlação devem ser interpretados como pertencentes a tempos diferentes.

Sendo assim, o caso é de difícil classificação por representar duas possibilidades possíveis de interpretação, a depender de como os termos da correlação são tomados. Certamente, casos como esse reforçam a idéia de que espaço e tempo são duas realidades de um mesmo fenômeno como afirma a física moderna (cf. Pontes, 1992; Batoréo, 2000). A separação entre ambos, conforme vimos fazendo ao longo de nossa pesquisa, justifica-se somente por questões de ordem didática, que é o objetivo de nossa análise

É bastante provável que essa ambigüidade não se sustentasse na época da edição do editorial, nos idos anos de 1900. Os cidadãos *Cromwell* e *Sr. Magalhães* deviam ser conhecidos do grande público, o que desfaria a dúvida quanto à análise da citação.

Atualmente, porém, essa tarefa não é possível simplesmente por meio do texto, que não nos oferece os elementos suficientes para compreendermos a mensagem veiculada nestes termos.

Vejamos o segundo exemplo de difícil classificação:

(XCV) Se os collegas | reimprimirem o n. 56, lhe agouramos, que 80 a 100 | edições não serão bastantes, para de mão em mão | serem vistas e apreciadas pois com meditação se en- | contra nessa gravura um pensamento grandioso, que | estudado é das melhores peças, que se tem publicado | no seculo XIX, seculo do ideal ATÉ a immortalidade o que | parece o sobre humano, e ao mesmo tempo, tornar-se | o Divino. - E-B-82-Je-010 – 1870

Esse exemplo extraído de um editorial do ano de 1870 revelou-se de difícil classificação por conta da obscuridade da construção sintática. Na verdade, não foi possível verificarmos se estamos diante de uma estrutura correlata ou não (século do ideal até a immortalidade?).

De fato, a interpretação do segmento ficou comprometida por conta da construção sintática utilizada pelo redator do editorial. Pode ser que esse seja um arcaísmo sintático, contudo, preferimos não aprofundar qualquer análise devido às dificuldades já apontadas.

Vejamos o próximo caso de difícil classificação:

(XCVI) Mas se o bem publico exigir uma luta implacavel contra determinadas pretenções daninhas - sejam elas quaes forem - então o @iSéculo@i saberá cumprir ATÉ ao fim o seu dever, sem que nada o possa deter no seu caminho. E-P-91- Je - 004 – 1922

No exemplo acima, temos mais uma construção especial devido às possibilidades de configuração sintático-semântica de nossa língua portuguesa. Na verdade, estamos diante de mais um caso de ambigüidade provocada pela seleção vocabular instanciada na citação.

Uma primeira interpretação possível para o segmento “até ao fim” é o que se efetiva por meio de uma construção temporal, já que a idéia de *fim* supõe a idéia de algo limítrofe, no extremo de algo que atravessou o tempo e acabou ou acabará.

Por outro lado, igualmente uma interpretação espacial é possível para a expressão. Essa segunda análise é corroborada pela palavra locativa “*caminho*”, no final da citação, que faz referência à idéia de *fim*, ou seja, *final do caminho*.

Na verdade, podemos falar que estamos diante de um uso espaço-temporal, já que essas duas realidades não se deixam dividir. Ao locutor parece ter interessado explorar a idéia de limite final imposta pelo segmento “*até ao fim*”, não importando precisar se se trata de um limite final temporal ou locativo abstrato.

Essa terceira interpretação nos levaria a classificar o *até* como um instanciador de limite final. Nessa acepção, a partícula em foco pode ser considerada como de valor nocional. Contudo, como vimos, a noção espaço-temporal não pode ser olvidada, por isso optamos por alocar mais esse caso nas construções de difícil classificação.

Vejamos mais um caso:

(XCVII) Entretando, na 2ª Guerra Mundial ainda foi (trecho apagado) a alguns belgerantes, como aos Estados Unidos e Brasil, terem seus territorios fora do alcance da arma aerea do adversario, justamente aquela que atua sobre as retaguardas, levando o terror e a destruição ATÉ às cidades, fábricas, comunicações e população civil em geral. E-B-93-Je-001 – 1952

No exemplo (XCVII), estamos diante de mais uma ambigüidade semântico-pragmática provocada pelo uso do *até*. Na construção acima, não fica claro se a partícula *até* está integrando uma construção espacial, entendendo as cidades e fábricas como lugares físicos concretos, e as comunicações e pessoas como lugares abstratos (?) ou se estamos diante de uma construção nocional inclusiva.

De acordo com essa segunda interpretação, a presença do terror e da destruição causados pela Segunda Guerra Mundial alcançaria seus limites no arrasamento de toda a cidade com seus prédios e população.

Novamente precisamos afirmar que tal ambigüidade se apresenta apenas para o analista que procurar associar um uso ou outro às classificações arbitrariamente propostas. Para o leitor do jornal, por exemplo, tal ambigüidade não acarretaria uma compreensão equivocada da mensagem veiculada pelo editorial. Portanto, em vez de tais usos configurarem maus usos da linguagem, ao contrário, revelam suas potencialidades.

Vejamos outro exemplo:

(XCVIII) Faça progredir o seu capital com um bom e seguro rendimento investindo-o com sólidas e reais garantias em HIPOTECAS de propriedades. Tratamos de toda a documentação e seguimos os investimentos ATÉ completo reembolso. E-P-94-Ja-016 - 1969

O exemplo acima nos apresenta mais um caso de ambigüidade. Na verdade, a construção “ATÉ completo reembolso” nos situa em uma zona de interseção, que congrega o valor temporal e o valor nocional do item pesquisado. Afinal, podemos entender o “completo reembolso” como um ponto do tempo que coincide com o final do investimento proposto pela empresa ou como o limite de uma situação, que, nesse caso, coincidem. Mais uma vez atestamos a riqueza de nossa língua que possibilita ao falante construir propositalmente enunciados ambíguos para realçar um ou outro aspecto da argumentação presente nos textos.

Por fim, como caso de difícil classificação, apresentamos o seguinte:

(XCIX) As experiencias que contatadamente fazem os facultativos medicos de ambos hemisferios, têm demonstrado, ATÉ a sociedade que a Aspirina além de ser completamente inoffensiva, tem sobre os outros remedios incontestavel vantagem da superioridade a seus efeitos especificos. - E-B-91-Ja-030 - 1917

O exemplo acima revela um uso bastante curioso do *até*. Parece apresentar um uso bastante raro dessa partícula, que poderia ser substituída sem prejuízo semântico pela preposição *a* ou *para*. Assim, poderíamos falar que “os médicos (...) têm demonstrado à sociedade que a Aspirina (...) tem incontestável vantagem de superioridade” ou que “os médicos (...) têm demonstrado para a sociedade que a Aspirina (...) tem incontestável vantagem de superioridade”.

Supomos que esse uso seja bastante raro, talvez até arcaico, por não verificarmos outros exemplos da mesma natureza em nosso corpus. De qualquer forma, seria um outro uso nocional ou espacial do *até*, se considerarmos a sociedade como uma espécie de espaço físico não prototípico.

Segundo alguns autores, nem sempre a substituição de *até* por *para* ou por *a*, como foi sugerido para o exemplo (XCIX), pode ser feita de maneira irrestrita. De fato, a

substituição do até por partículas equivalentes (?) pode acarretar alterações no significado global da construção. Vejamos:

“Do ponto de vista semântico até pressupõe sobretudo um aspecto imperfectivo, uma vez que focaliza a duração de um movimento alativo, ou seja, de *movimento para*. Por outro lado, não se confunde com outras preposições de alativo, como *a* ou *para*, pois também indica o *limite* a ser atingido no plano espaço-tempo”. (Viaro, 2006) - grifos nossos

Sobre esse assunto, Batoréo (2000:412) também tece comentários de grande relevância, mas especificamente com relação ao uso da locução prepositiva adlativa até a em lugar de outras de semelhante significado. Vejamos:

“Quanto ao emprego da locução prepositiva *até a*, o alvo da deslocação parece menos nitidamente ‘recortado’ do espaço circundante e com as fronteiras menos definidas do que no caso das preposições *a* e *para*. Com o emprego da locução prepositiva *até a*, o alvo deixa de ser pontual, passando a abranger, também, o espaço imediato de sua vizinhança”.

Batoréo (2000) afirma, portanto, que o uso de *até a* transmite um certo conceito de *vagueza* relativa ao alvo, sendo este um significado diverso dos veiculados pelas preposições a e para.

Outra interpretação possível é a que considera o *até* com valor nocional. Assim, perseguindo o exemplo já explorado, deveríamos entender que os médicos não têm demonstrado só nos meios da medicina as vantagens da Aspirina, mas para toda a sociedade em geral. Essa segunda interpretação nos conduziria, mais especificamente, para um valor inclusivo da partícula *até*.

A conclusão a que chegamos após enfocarmos esses casos de difícil classificação é que a língua apresenta-se como uma entidade também em constante mudança e variação, ao lado de sua comprovada estabilidade. As funções desempenhadas por um mesmo item, no caso o *até*, tendem a renovar-se num processo contínuo de transformações linguístico-discursivas. Não é plausível, portanto, propormos classificações estanques como as de base

aristotélica, para fenômenos tão vívidos que *de per si* não exibem a elegância das classificações discretas de nossa tradição gramatical.

Finalmente, ao concluirmos nossa análise, havemos por bem analisar outras três construções, atestadas na primeira metade do século XIX, tanto no Brasil quanto em Portugal, que abordam usos já arcaizados do *até*. Vejamos:

(C) Quem achasse uma pulseira de Senhora desde o largo de Belem ATÉ ao principio da Calçada da Pampulha, querendo restituí-la pode ir á Rua Direita de Alcantara nº 14, aonde se lhe darão alviças. E-P-81-Ja-047 – 1836

(CI) No dia 4 do mez de Julho de 1808, perdeu o Coronel Claudio José Pereira da Silva, hum anel com hum diamante brilhante, de India na Rua desde sua casa, ATÉ o Palacio Rela, ou nas salas do mesmo. Quem o tiver, ou souber quem o tenha, o entregue, ou denuncie, que receberá o premio merecido. - E-B-81-Ja-022 – 1809

(CII) As forças commandadas por Junot não passam de 8 ATÉ 10000 homens, e era geralmente acreditado que elle se veria constringido a render-se. Os Portuguezes em todas as partes vão imitando o nobre exemplo, que lhe dão os Hespanhoes. - E-B-81-Jn-007 – 1808

Nos três exemplos apresentados, verificamos a existência de estruturas correlativas que instanciam tanto a idéia de espaço (exemplos C e CI) quanto a idéia de noção de quantidade (exemplo CII).

As construções espaciais, presentes em anúncios, referem-se a perda de objetos. O par correlativo, tal como se apresenta no contexto discursivo, marca um perímetro onde há alta probabilidade de o evento descrito ter ocorrido.

No português contemporâneo, prefere-se o uso da preposição *entre* para expressar idéia semelhante à apresentada pelas citações anteriores. Assim, em vez de dizermos “desde o largo de Belém até ao principio da calçada da Pampulha” e “desde sua casa até o Palácio Real”, provavelmente diríamos “entre o largo de Belém e o principio da calçada da Pampulha” e “entre sua casa e o Palácio Real”, respectivamente.

Curiosamente, o mesmo tipo de estrutura correlativa utilizada com “*desde...até*” ou “*de...até*” em construções espaciais do início do século XIX, ainda é utilizada no

português contemporâneo em estruturas temporais, como vimos no exemplo (XX), que reproduzimos mais uma vez abaixo:

(CIII) Do dia 23 do corrente ATÉ 7 de Janeiro de 1837, se venderá na Rua Nova dos Martyres nº 29, a S. Carlos, vinho tinto e branco a 100 reis a canada, e o mesmo acontecerá no Arco do Bandeira nº 59, junto á praça de D. Pedro 4º E-P-81-Ja-059 – 1836

Mais uma vez fica comprovada a nossa hipótese, elaborada por Heine *et alii* (1991), de que os usos espaciais precedem os usos temporais, que por sua vez precedem usos mais abstratos. Como vimos, um uso espacial correlato atestado no início do século XIX caiu em desuso para dar lugar à mesma estrutura instanciada por uma construção temporal.

O exemplo (CII), por sua vez, expressa um outro uso já arcaizado que se assemelha aos já explorados. O mesmo princípio analítico pode ser aplicado ao exemplo enfocado. Em vez de “8 *até* 10000 homens”, diríamos nos dias de hoje “entre 8 e 10000 homens”.

Este bloco de difícil classificação, conforme pudemos atestar por meio da tabela 14, comporta 4 ocorrências do *até* nos editoriais, o que corresponde a 66% das ocorrências. Evidentemente, não é possível generalizarmos uma possível causa para essas ocorrências por pelo menos dois motivos: em primeiro lugar, são poucos dados (apenas 6 ocorrências); em segundo lugar, tais ocorrências abarcam usos bastante diferenciados entre si. Todavia, mesmo diante de tais constatações, podemos conjecturar que a maior ocorrência de tais usos nos editoriais pode estar ligada ao fato de tais textos comportarem uma maior complexidade estrutural.

Assim, após análise de uma parte significativa das ocorrências do *até*, em nosso *corpus*, é chegada a hora de rumarmos às nossas considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer 6 capítulos, explorar 180 exemplos dos manuais de lingüística e das gramáticas e analisar as 268 ocorrências do nosso *corpus*, chegou o momento de tecermos considerações finais e revisitarmos nossas hipóteses em prol de verificarmos se alcançamos os objetivos expostos na introdução desta dissertação.

Conforme pudemos verificar por meio de nossos dados, não é papel exclusivo das preposições ligar apenas segmentos suboracionais. Ao contrário, as preposições podem também desempenhar função correspondente à das conjunções prototípicas, já que podem ligar orações e funcionar como verdadeiras subordinadoras.

Quanto à questão do significado das preposições, verificamos que a tese de Tesnière não se sustenta empiricamente. Em muitos contextos, é justamente a preposição que confere significado diverso ao texto. Ao longo de nossa pesquisa, quanto a esse ponto, chegamos à conclusão de que as preposições detêm em maior ou menor grau uma carga semântica que lhes é própria, o que se aplica naturalmente ao *até*, que traduz a idéia de uma situação limítrofe em grande parte de suas instanciações.

De fato, o que ocorre é que algumas preposições passaram por um processo de abstratização, o que fez com que muitas delas transmutassem partes significativas de seu conteúdo semântico original.

Revisitando nossa hipótese principal de trabalho, intentamos ao longo dessa pesquisa, verificar se o *até* está passando ou não pelo processo de gramaticalização, entendido como um processo de mudança lingüística unidirecional.

A análise de nossos dados permitiu verificar que o *até*, em vários exemplos, instancia construções temporais com termos espaciais, e termos nocionais com termos temporais. Essa constatação indica, portanto, que o *até* está passando por processos de extensão ou transferência metafórica, que é uma das etapas iniciais do processo de gramaticalização. Por meio do exame dos chamados casos de difícil classificação do *até*, tivemos exemplos de como espaço e tempo são noções enredadas.

De fato, ao instanciar construções em um domínio com os mesmos termos de outros, ocorre uma forte motivação icônica de compartilhamento semântico entre o significado fundante e os significados derivados do item pesquisado.

Um dos efeitos da gramaticalização é o processo de *generalização contextual*, que prevê o uso de uma mesma forma lingüística em novos contextos discursivos. Reiteramos

que isso acontece com o *até*, que continua a expandir seus usos para contextos cada vez mais abstratos e diversificados, representados sob o rótulo de ocorrências nocionais.

À forma espacial primitiva do *até* uniu-se uma segunda forma, a temporal, que por sua vez, originou outras formas menos básicas. Além disso, é interessante verificarmos que a análise de nossos dados também apontou para a existência de ambigüidades estruturais, como asseveram os estudiosos ser próprio ao processo de gramaticalização.

Apesar de haver formas mais inovadoras de uso do *até*, ainda permanecem alguns usos mais antigos, o que não descaracteriza o fenômeno da gramaticalização. Aliás, é o que prevê o princípio das *camadas* ou do fenômeno da *estratificação*, que aponta para a possibilidade de coexistência de formas e significados sem que haja o desaparecimento das formas mais antigas.

Assim, tendo em vista os argumentos apresentados, que reúnem diversas visões teóricas diferentes, podemos concluir que o *até*, ao submeter-se aos processos de transferência metafórica, por meio das metáforas categoriais *espaço > tempo > noção*, em abstratizações crescentes, está passando por um franco processo de gramaticalização.

Nossa asserção, como ficou claro, baseia-se em nossas discussões, por meio da reunião dos postulados teóricos dos diversos autores, e na análise de nossos dados, que espelharam os efeitos mais prototípicos da gramaticalização.

Conforme apontamos na introdução desta pesquisa, desde já reconhecíamos o caráter preliminar de nosso trabalho. Investigar as funções, usos e características de um item de qualquer língua, por mais simples que seja, pode ser um trabalho hercúleo quando são levados em conta o rigor científico e a disciplina acadêmica.

Certamente não esgotamos as possibilidades de análise do *até*. O tema encontra-se, de fato, aberto a outras perquirições. Trabalhos históricos de *corpus*, análises de *corpus* de língua falada, análises quantitativas mais densas, entre outras possibilidades, estão abertas aos pesquisadores que se mostrarem motivados para tal. Por ora, concluímos nossas considerações finais na esperança de termos contribuído um pouco mais com os trabalhos descritivos em nossa língua vernácula e ter alcançado os objetivos a que nos propusemos no início de nossa pesquisa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. AQUI E HOJE – A Dimensão Espaço-Temporal em Português: O caso das preposições, advérbios e conjunções. In: HEYE, Jurgem (org.) **Flores Verbais: uma homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.

_____. **ATÉ em Funcionalismo Cognitivo**. Série Encontro, UNESP, 1999.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo, Saraiva, 2004.

ALONSO, Amado y UREÑA, Pedro Henríquez. **Gramática castellana**. Buenos Aires, Losada, 1954.

ANDRADE, Regina Maria Zuccolo Barragat de. **Conjunções em português – aspectos sintático-semânticos**. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ARNAULD & LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

AZEREDO, José Carlos. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

BARRENECHEA, A. M. **Las clases de palabras en español, como clases funcionales**. In: Romance Philology, XVII.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.

BARROS, Enéas Martins de. **Nova Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo, Atlas, 1985.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. **Expressão do espaço no português europeu – contributo psicolingüístico para o estudo da linguagem e cognição**. Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro, Lucerna, 1999.

BELLO, Andrés. **Gramática de la lengua castellana**. Paris, Roger y Chernoviz Editores, 1965.

BOMFIM, Eneida. Advérbios, preposições ou conjunções? Fronteiras entre classes de palavras. In: VALENTE, André. **Aulas de Português – Perspectivas inovadoras**. Petrópolis, Vozes, 1999.

BORBA, Francisco da Silva. **Sistema de preposições em Português**. São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1971. Tese de livre docência inédita.

_____. **Teoria Sintática**. São Paulo, EDUSP, 1970.

BOSQUE, Ignacio y DEMONTE, Violeta. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Real Academia Española. Madrid, Espasa, 2000.

BRØNDAL, Viggo. **Théori des prépositions. Introduction à une sémantique rationnelle**. Copenhage, Tradução francesa de Pierre Naert, 1950.

BUENO, Silveira. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. São Paulo, Edição Saraiva, 1963.

BYBEE, Joan. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: Brian D. Joseph and Richard D. Janda (eds.). **The Handbook of Historical Linguistics**. Blackwell Publishing, 2003.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora Ltda., 1979.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro**. São Paulo, USP, 2003. Capturado em: http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/ATCastilho_preposicoes.pdf

CERVONI, Jean. **La préposition: étude sémantique et pragmatique**. Paris, Duculot, 1991.

CHEDIAK, Antônio José (org). **Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração**. CADES, 1960.

CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona, Ariel Lingüística, S.A., 1999.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). **Lingüística Funcional – teoria e prática**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2003.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira & LIMA, Maria Claudete. **Classes e categorias em Português**. Fortaleza, UFC, 2000.

FARACO, *Estudos pré-saussurianos*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Lingüística – Fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

GALICHET. **Essai de grammaire psychologique**. Paris, Presses Universitaires de France, 1957.

GILI Y GAYA, Samuel. **Curso superior de sintaxis española**. Barcelona, Publicaciones y Ediciones Spes S.A., 1955.

HASPELMATH, Martins. **On directionality in language change with particular reference to grammaticalization**. Leipiz, 2002. mimeo

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. (eds.) **A handbook of historical linguistics**. Blackweel, 2003.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization – A conceptual framework**. Chicago, The University of Chicago Press., 1991.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Vol. 1. Amsterdam, Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elisabeth. **Grammaticalization**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

ILARI, Rodolfo. *O Estruturalismo Lingüístico: alguns caminhos*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Lingüística – Fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

ILARI, Rodolfo *et alii*. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (org). **Gramática do Português Falado**. Volume I. Campinas, Editora Unicamp, 2002.

JESPERSEN, Otto. **The philosophy of grammar**. Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1975.

LADEIRA, José Dionísio. **Problemas de termos regidos pela preposição ‘de’**. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1977. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1980.

LEMLE, Miriam. **Análise Sintática**. São Paulo, Ática, 1986.

LENZ, Rodolfo. **La oración y sus partes. Estudios de gramática general y castellana**. Madrid, 1925.

LIMA, Mário Pereira de Souza. **Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa para uso das escolas secundárias**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

LIMA, Olga Maria Guanabara. **Preposições: uma perspectiva semântico-cognitivista**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

LÓPEZ, María Luisa. **Problemas y métodos en el análisis de preposiciones**. Madrid, Editorial Gredos S. A., 1970.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo, Globo, 2000.

LYONS, John. **Linguagem e Lingüística – uma introdução**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

MACIEL, Maximino. **Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué & CEZARIO, Maria Maura. (orgs). **Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena *et alii*. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Ao Livro Técnico, 1978.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de usos do Português**. São Paulo, UNESP, 2000.

_____. **A Gramática Funcional**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

NOBRE, Mônica Maria Rio. **Relações do sintagma preposicional dentro do sintagma nominal**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 1999. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.

NOVAES, Ana Maria Pires. **Pesquisa e ensino: os conectores oracionais e sua incidência no Português culto do Brasil**. Niterói, Instituto de Letras/UFF, 2000. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

OITICICA, José. **Manual de análise léxica e sintática**. Rio de Janeiro, Livraria Simões Alves, 1940.

_____. **Teoria da Correlação**. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Expositiva**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

PEREIRA, José Reis. **Sintaxe estrutural**. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2000.

PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves; POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes; HEINE, Ângela Emília Fagundes Poggio (orgs.). **Linguística e Literatura: ensaios**. Salvador, Quarteto, 2004.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do Português**. São Paulo, Ática, 2000.

_____. **Princípios de linguística descritiva. Introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo, Parábola, 2006.

PEZATTI, Erotilde Goreti. *O Funcionalismo em Linguística*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística – Fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

PIRES, Adriana Matos Andrade. **Regência verbal: norma e uso em confronto**. Rio de Janeiro, Instituto de Letras/UERJ, 1999. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português – uma abordagem funcionalista**. Salvador, EDUFBA, 2003.

PONTES, Eunice. **Espaço e tempo na Língua Portuguesa**. Campinas, Pontes Editores, 1992.

POTTIER, Bernard. **Linguística Moderna y Filologia Hispânica**. Madrid, Editorial Gredos, 1976.

RAMOS, Jacqueline Varela Brasil. **Aquisição da preposição “de” em L1**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2005. Tese de Doutorado em Linguística.

RAMSAY, Allan. **Prepositions as abstract relations**. University of Manchester, 2006.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid, Espasa-calpe, S. A., 1931.

RIBEIRO, Manoel P. **Nova Gramática da Língua Portuguesa: uma comunicação interativa**. Rio de Janeiro, Metáfora, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à Morfologia**. São Paulo, Contexto, 2000.

RUBIO, Lisardo. **Indroducción a la sintaxis estructural del latín**. Barcelona, Ariel, 1983.

SAID ALI, Manoel. **Gramática Elementar da Língua Portuguesa**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.

_____. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

_____. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1964.

SWEETSER, Eve E. **Grammaticalization and semantic bleaching**. Berkeley, University of California, 1988.

TAYLOR, John R. **Linguistic Categorization – Prototypes in Linguistic Theory**. Oxford, Oxford University Press, 1992.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris, Klincksieck, 1959.

TUREWICZ, Kamila. **Understanding prepositions through cognitive grammar. A case of in.** 2006. Inédito.

VENDRYES, J. **El lenguaje. Introducción lingüística a la historia.** Méjico, U.T.E.H.A., 1958.

VIARO, Mário Eduardo. **Considerações acerca de mudanças semânticas da preposição até no português do séc. XIX.** São Paulo, USP, 2006. Inédito.

_____. **Sobre a presença de tenvs no ibero-romance.** São Paulo, USP, 1995. mimeo